

SÉC. VII A.C.

HELGE HESSE

A HISTÓRIA DO MUNDO

em

50

FRASES

Uma viagem pela nossa história,
desde a Antiguidade até os dias atuais

SÓCRATES

JÚLIO CÉSAR

MARCO TÚLIO CÍCERO

HORÁCIO

PÔNCIO PILATOS

NICOLAU MAQUIAVEL

MARTINHO LUTERO

GALILEU GALILEI

RENÉ DESCARTES

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

MARIA ANTONIETA

NAPOLEÃO BONAPARTE

KARL MARX

THEODORE ROOSEVELT

ALBERT EINSTEIN

ADOLF HITLER

WINSTON CHURCHILL

JEAN-PAUL SARTRE

JOHN F. KENNEDY

MARTIN LUTHER KING

NEIL ARMSTRONG

MIKHAIL GORBATCHOV

HELMUT KOHL

SADDAM HUSSEIN

BILL CLINTON

SÉC. XX



Casa da Palavra

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Inclui bibliografia
ISBN 9788577344581

1. Citações - História. I. Título. II. Título: A história do mundo em cinquenta frases.

12-0987 CDD: 808.882
CDU: 82-84

CASA DA PALAVRA PRODUÇÃO EDITORIAL
Av. Calógeras, 6, sala 1.001, Centro
Rio de Janeiro RJ 20030-070
21.2222-3167 21.2224-7461
divulga@casadapalavra.com.br
www.casadapalavra.com.br

*Para Hertha, Hermann,
Lore e Hugo*

PRÓLOGO

Muitas das frases que diariamente lemos, ouvimos e dizemos são milenares. Nasceram em momentos cruciais da História Universal porque alguém as pronunciou ou escreveu. Algumas são mais antigas do que a nossa própria língua e todas elas nos contam alguma coisa sobre a nossa cultura e a nossa história.

Se nos fixarmos nas frases célebres da história, passarmos em revista as personalidades que as proferiram e investigarmos as circunstâncias em que nasceram, constataremos que elas nos permitem não só realizar uma viagem ao passado, como também fazer uma série de visitas-relâmpago aos momentos decisivos da história da humanidade.

Esta obra é um convite a essa viagem através de cinquenta frases célebres, de personalidades e de momentos de grande importância histórica. Entre as frases “Conhece-te a ti mesmo” e “O eixo do mal” medeiam, nem mais nem menos, do que dois mil e seiscentos anos.

Por detrás de cada uma das frases que estudamos neste livro esconde-se pelo menos um episódio crucial da história. Cada uma delas abre a porta de um período e de um espaço próprios, revela vestígios surpreendentes de épocas passadas e mostra os seus autores e a sua visão pessoal do mundo.

Como acontece em qualquer viagem, cada pessoa deve escolher sempre aquilo em que quer deter-se, o que deseja visitar e o que quer deixar de lado. Debruçando-se sobre a história da humanidade, esta obra inclui apenas frases literárias que remetem a um acontecimento político ou social relevante. É provável que existam lugares onde gostaríamos de permanecer por mais tempo, apesar de os nossos passos nos conduzirem já por outros caminhos. Esta viagem não pretende ser nem exaustiva nem equilibrada, o que aliás seria impossível, pelo fato de, entre outras coisas, nem todos os acontecimentos importantes da história universal terem dado lugar a uma frase célebre. O objetivo primordial deste livro é estimular no leitor o prazer

pela história, para que, numa segunda fase, animado pela leitura e desejoso de aprofundar algum episódio, consulte a bibliografia onde estão incluídas as fontes de cada uma das frases.

Uma última indicação: cada capítulo tem um começo e um fim. Assim, e embora o livro esteja organizado por ordem cronológica, temos a possibilidade de saltar qualquer frase que nos desperte menos interesse, como poderemos regressar à referida frase se, por acaso, na nossa vida cotidiana, viermos a tropeçar nela.

Espero saber conquistar a sua confiança como “guia” desta viagem pela história universal em cinquenta frases célebres. Espero também que este livro consiga mostrar quão emocionante a história é. Divirta-se!

HELGE HESSE

1. CONHECE-TE A TI MESMO

Tales de Mileto (cerca de 625-547 a.C.)

Nunca o Oráculo de Delfos fora alguma vez visitado por gente tão ilustre. Os Sete Sábios do Oriente, os homens mais inteligentes da Antiga Grécia, haviam feito uma longa e cansativa viagem com o objetivo de se reunirem no santuário. Para que a partir de então e para o resto dos tempos a essência de sua sabedoria passasse a fazer parte daquele lugar sagrado, o sacerdote do oráculo pediu-lhes que gravassem uma frase nas pedras do templo. Quílon, o estadista espartano, foi o primeiro a deixar sua mensagem para a posteridade. À entrada do santuário esculpiu as palavras *gnothi seauton*, conhece-te a ti mesmo.

Assim se inicia uma das mais antigas polêmicas da história sobre direitos de autor. A máxima “Conhece-te a ti mesmo” foi realmente da autoria de Quílon? Ou será que ele a copiou de um outro lugar? Terá sido antes obra de Tales de Mileto, outro dos Sete Sábios a quem muitos atribuem estas palavras? Outras fontes dizem, inclusive, que a frase era da autoria de outro dos presentes, o estadista Sólon.

Sendo assim, a quem deveremos uma das frases mais antigas da história da humanidade, que chegou até os nossos dias? A quem devemos atribuir as palavras que parecem marcar o nascimento da filosofia ocidental? Essa mesma pergunta já ocupou muitos pensadores gregos da Antiguidade.

Passados cem anos sobre aquele episódio, Anaxímenes assegurou que a frase fora obra de Tales de Mileto e que Quílon a arrebatara por puro desejo de notoriedade. Cem anos depois, o sábio Antístenes atribuiu a autoria da máxima “Conhece-te a ti mesmo” à primeira sacerdotisa do Oráculo de Delfos, a célebre Femónoe. Segundo Antístenes, Quílon a havia pedido emprestada. Embora nunca consigamos pôr um fim à controvérsia, o fato é que a tendência aponta Tales de Mileto como realmente o pai desta frase. Além do mais, a frase “Conhece-te a ti mesmo” parece feita sob medida

para marcar o nascimento da filosofia ocidental, que, para muitos, teve início com Tales de Mileto.

Por que Tales de Mileto é considerado um dos primeiros filósofos? Vamos nos voltar à historiografia, que estabelece que a filosofia teve início com os pensadores gregos que viveram entre 650 e 450 a.C. Estes são denominados pré-socráticos, pois assentaram as bases para a filosofia de Sócrates, que, em aproximadamente 450 a.C., mudou o rumo da história do pensamento. Costumamos referir-nos aos pré-socráticos como filósofos naturais, porque antes de tudo tentaram compreender as relações que se estabelecem na natureza. Por isso, não é de se estranhar que quase todos eles tenham escrito, em algum momento, um texto intitulado *Sobre a natureza*. Tales é considerado o primeiro dos pré-socráticos ou filósofos naturais, e a seu lado figuram o seu aluno Anaximandro, o já mencionado Anaxímenes, os pitagóricos, os eleáticos, como Xenófanes e Parmênides, e os atomistas, como Leucipo e Demócrito. Também os sofistas, como Protágoras, são habitualmente denominados pré-socráticos, embora já não o sejam em sentido estrito.

Os filósofos naturais procuravam descobrir a substância ou o princípio elementar do mundo a partir do qual tudo nascera. Queriam identificar a essência do ser. Para Tales de Mileto, a água era a origem de toda a vida. Para explicar o que defendia, e tal como Aristóteles referiu, argumentava que todas as plantas e as próprias sementes eram úmidas. Os cadáveres, em contrapartida, secam. Tales chegou ao ponto de afirmar que o mundo era uma grande balsa que flutuava na água. Os motivos da inclinação de Tales de Mileto para a água são compreensíveis; não fora em vão que adquirira grande parte da sua sabedoria no Egito e na Mesopotâmia (ou seja, nas margens do Nilo, do Eufrates e do Tigre), onde a água era naturalmente objeto de adoração.

Se finalmente foi atribuída a Tales a máxima “Conhece-te a ti mesmo”, foi por ter mostrado que o conhecimento do próprio eu, dos seus pontos fortes e das suas debilidades, pode ajudar a encontrar soluções. Sua vida e seu individualismo pareciam guiar-se constantemente pela máxima “Conhece-te a ti mesmo”. “Tu, tal como poderiam ser interpretadas estas palavras, és único. Só tu estás em condições de te conhecer e de decidir por que caminhos queres avançar.”

As palavras “Conhece-te a ti mesmo” são um convite a que se abandone a fé nos deuses e se comece a refletir sobre a origem, o curso e as inter-relações do mundo. Também o fato de a exortação “Conhece-te a ti mesmo” situar o ser humano no centro do conhecimento marca o início da filosofia. Há mais de 2.500 anos esta máxima nos convida a analisar tanto a nós mesmos como à nossa presença no mundo e a encontrar o nosso papel na vida. O fato de esta máxima ter perdurado ao longo de milênios é demonstrado por algumas palavras que Oscar Wilde escreveu no século XIX: “Nas portas do mundo antigo podia ler-se: ‘Conhece-te a ti mesmo’. Nas portas do nosso novo mundo deveria escrever-se ‘Sê tu mesmo’.”

Tales sempre foi “ele mesmo”. Viveu a maior parte de sua vida em

Mileto, rica cidade portuária grega, situada numa península da costa oeste do mar Jônico, na Turquia atual. É muito provável que Mileto tenha sido o marco do nascimento do “amor pela sabedoria”, como a palavra filosofia poderia ser traduzida literalmente. Não era por acaso que os ricos habitantes de Mileto não tinham de se preocupar com a sobrevivência diária, e podiam dedicar o tempo livre pensando nas inter-relações, causas e efeitos das coisas. Além disso, Tales ainda tinha mais tempo disponível do que a maioria dos seus concidadãos, pois era filho de uma abastada família fenícia. Aprendeu um ofício a meio caminho entre as ciências naturais e a técnica, uma vez que na época a ciência ainda não estava dividida em disciplinas estanques. Quando era jovem, Tales viajou pelo Egito, Oriente Médio e Atenas. Aprendeu, sobretudo pela mão dos sacerdotes egípcios, os conhecimentos da época sobre as matemáticas, a navegação e a astronomia. De regresso a Mileto, quis pôr-se à prova na política da cidade, mas em breve mudaria de opinião para dedicar o seu tempo à observação da natureza. Tales tornou-se famoso em toda a cidade, onde os habitantes o consideravam um animal raro. À primeira vista, parece que se empenhou para que a filosofia adquirisse, logo de início, a fama de coto reservado a sábios loucos e despistados. Assim, certa noite, Tales seguia ensimesmado observando as estrelas, quando caiu num poço. Uma criada que presenciou o episódio disse-lhe, sorrindo, que percebia que ele adorava ocupar-se de assuntos celestiais, mas era incapaz de ver o que tinha debaixo dos pés.

Ao que parece, a mãe de Tales deu-lhe razão e acrescentou com um suspiro: “Se ao menos se fixasse nas mulheres!” Por mais que pressionasse o filho, este não queria casar-se por nada neste mundo. Embora algumas fontes digam que Tales teve mulher e até um filho, existe uma anedota por demais engraçada para que nos importemos com o fato de ser ou não verdadeira: perante a insistência da mãe para que se casasse de uma vez por todas, Tales, ao que parece, teria respondido durante anos, obstinadamente: “Ainda não chegou o momento”, até que, por fim, certo dia pôde responder: “Agora o momento já passou.”

Tales ascendeu ao topo do mundo científico da sua época depois de antever um eclipse do Sol previsto, com alguma sorte, a partir de antigas fontes e que, efetivamente, pode ser observado a partir da Anatólia. Não chegou até os nossos dias nenhum documento escrito por Tales de Mileto. Segundo Diógenes Laércio, o grande historiador antigo da filosofia chegou a escrever dois textos sobre questões astronômicas. Elementos essenciais do seu pensamento foram, sem dúvida, as ciências naturais e, em especial, a astronomia. Embora acreditasse que o mundo era um disco e o universo uma meia esfera invertida colocada sobre ele, nem por isso deixou de realizar grandes avanços neste campo.

Tales morreu provavelmente antes de completar os 80 anos, ainda que algumas fontes assegurem que tenha chegado aos 90. Faleceu num estádio, enquanto assistia a um combate; o filósofo da água morreu de desidratação por culpa do calor que fazia e da debilidade própria da sua idade.

No entanto, um problema ficou ainda por resolver. Que terá feito Tales

de Mileto em Delfos quando Quilon esculpiu na pedra as palavras “Conhece-te a ti mesmo”, apesar de não ser o primeiro a formulá-las? Que frase terá ele deixado para a eternidade neste santuário? Nem mais nem menos do que esta frase bem simples: “Pensa nos amigos.” Vá-se lá saber em quem estaria pensando Tales de Mileto... e em quem não pensaria.

2. TUDO FLUI

Heráclito (cerca de 540-480 a.C.)

Tudo flui? À primeira vista poderíamos pensar que Heráclito tinha recorrido ao testemunho de Tales de Mileto, que dissera que a água era a essência de todas as coisas. A novidade em Heráclito é que considerava que a água era um elemento dinâmico. Para ele tudo está em constante fluxo. Tudo se transforma, tudo passa, tudo muda. Nada permanece como é.

No entanto, definir Heráclito como um filósofo da água provocaria, em primeiro lugar, a sua cólera, pois considerava que a água era o pior para o homem, uma vez que tudo esconde nas suas profundezas. Para Heráclito a substância originária de todas as coisas era o fogo, já que o fogo se transmuta “no universo e o universo no fogo”, tal como se pode ler nos fragmentos de textos da sua autoria que se conservam.

Tal como Tales, Heráclito provinha de uma família abastada. O pai descendia diretamente do fundador da cidade de Éfeso, situada no interior da península da Anatólia, a atual Turquia. Em Éfeso encontra-se o templo de Artemisa, uma das sete maravilhas da Antiguidade. No dia desta deusa, chegaram a propor a Heráclito a coroa real, mas ele recusou-a e cedeu-a ao irmão que lhe era mais próximo. A política e o poder não eram do agrado deste homem, que também não era muito sociável. Além disso, não tinha os seus congêneres em elevada estima e, inclusive, criticava duramente seus próprios colegas filósofos; Hesíodo, Xenófanes e Pitágoras foram vítimas das suas críticas veementes.

Diógenes Laércio conta que, a certa altura, Heráclito estava jogando dados com uns jovens no templo de Artemisa quando uns concidadãos entraram e o criticaram por perder tempo com algo de tão pouca utilidade. Respondeu que aquela atividade era muito melhor do que governar a cidade com eles.

Para Heráclito, tal como explica Diógenes Laércio, a maldade dos seus

concidadãos ficou demonstrada de forma definitiva quando defenestraram Hermador, então governador da cidade e amigo da família de Heráclito, com o argumento de que entre eles “ninguém podia ser o melhor e, caso isso acontecesse, que o fosse noutra lugar e entre outra gente”. Heráclito enfureceu-se: “Bem fariam os habitantes de Éfeso se se enforcassem um após o outro.” Em seguida, abandonou a cidade e tornou-se eremita.

Na solidão, escreveu um texto que, como a obra principal dos filósofos naturais, foi intitulado *Da natureza*. Depositou-a no templo de Artemisa mas nenhuma das pessoas que a leu a compreendeu. As frases soavam como profecias do oráculo, e as imagens ambíguas com as quais Heráclito se expressava valeram-lhe o apelido de Obscuro. Talvez fosse esse o efeito que desejava produzir, quem sabe. Seja qual for o caso, as múltiplas interpretações que suas palavras permitem fazem com que ainda hoje os filósofos o interpretem de forma muito diversa. Dito de outra maneira: as frases de Heráclito permitem que cada um as tome como melhor lhe convenha. De certo modo, a máxima “Tudo flui” também é aplicável à história da recepção do pensamento de Heráclito.

De que falava Heráclito? Não lhe interessava tanto a fixidez das coisas, mas antes a sua fugacidade, o passado e o devir, por isso via o ser como uma mutação permanente. Para ele, a vida era uma luta constante entre os contrários. Se combinarmos a frase “Tudo flui” com outra das suas célebres máximas, “A guerra é a mãe de todas as coisas”, chegaremos ao cerne do seu pensamento. Para Heráclito, os opostos como o pró e o contra, o ser e o nada, fazem avançar o mundo e a vida. Pode-se dizer que em Heráclito aparece pela primeira vez o delineamento de tese e antítese e, com ele, a dialética. Com os sofistas, como por exemplo Protágoras, esse modo de pensar iria ocupar o centro da filosofia e conheceria o seu primeiro florescimento graças a Sócrates.

Com a frase “Tudo flui”, Heráclito adotou uma posição contrária à do seu contemporâneo Parmênides, que, à semelhança de muitos dos pensadores do seu tempo, era da opinião de que no ser nada fluía. Para Parmênides, o ser era imóvel e imutável; tudo estivera desde sempre presente e se o ser humano percebe as mudanças trata-se apenas de uma ilusão dos sentidos. Se alguém interroga a razão, deve reconhecer que só existe ser e não ser.

Enquanto Parmênides se baseava no ser e na razão pura, Heráclito preferia acreditar nos sentidos e na sua percepção das mudanças. Assim, Heráclito traçou o contraprojeto do pensamento dominante da sua época.

Temos conhecimento da frase de Heráclito “Tudo flui” por meio de Platão, que, no diálogo *Crátilo*, coloca as palavras *pánta rhei* (tudo flui) na boca de Sócrates, que, por sua vez, esclarece ter aprendido essa máxima com Heráclito. Os textos de Heráclito que se conservam (poucos foram os fragmentos que sobreviveram aos tempos) não contêm a citação literal “Tudo flui”. No entanto, neles encontramos duas frases (que variam segundo a tradução) que adquiriram realmente certa fama e podem ser consideradas variações ampliadas daquela. A primeira delas diz: “Não podemos banhar-

nos duas vezes no mesmo rio.” Esta frase significa que, quando mergulhamos pela segunda vez num rio, a água que ele transporta é totalmente nova e que também nós mudamos. Por isso, a segunda vez não é como a primeira. A outra frase que se conservou é uma mera variante da anterior: “No mesmo rio entramos e não entramos, pois somos os mesmos e não o somos.”

3. O HOMEM É A MEDIDA DO UNIVERSO

Protágoras (cerca de 485-415 a.C.)

O principal centro da vida pública na antiga Atenas era a ágora, o lugar do mercado e das reuniões, situado aos pés da Acrópole. Nos confins do enorme triângulo formado por esta praça, elevavam-se os templos e os edifícios administrativos e da assembleia da cidade-estado. Aqueles que não participavam da vida política passeavam talvez por entre os postos de venda que se distribuíam pela praça e encaminhavam-se, por fim, para o monumento aos heróis de Atenas, em cuja base eram expostos fragmentos de papiro com os últimos comunicados públicos.

Se alguém entrava na tenda ao lado, a do sapateiro Simón, para buscar os sapatos que este havia remendado, encontrava frequentemente o filósofo Sócrates, que, assim como o chefe de estado Péricles, era cliente de Simón. Assim, qualquer pessoa podia ali iniciar uma conversa com Sócrates, que terminaria à sombra de um pórtico. Também era possível encontrar Protágoras, a quem se poderia perguntar se as aulas de oratória continuavam sendo tão produtivas.

Naquele tempo, Protágoras gozava de fama. Era amigo de Eurípedes, o autor das tragédias, e do chefe de estado, Péricles. Protágoras provinha de uma família pobre oriunda de Abdera, na Trácia, perto da atual fronteira entre a Grécia e a Turquia. As ridicularias de que eram acusados os seus habitantes deram lugar à palavra “abderita”, sinônimo de simplório ou ignorante. Como que por despeito, Abdera viu nascer alguns dos homens mais célebres, como o filósofo naturalista Demócrito e o já mencionado Protágoras.

Aos 25 anos, Demócrito podia honrar-se de ter “descoberto” o jovem Protágoras, que por aquela altura ganhava o sustento da família transportando mercadorias para Abdera. Um dia, Demócrito testemunhou que Protágoras carregava uma grande quantidade de madeira em cima do seu burro. A

habilidade que Protágoras evidenciara foi, para Demócrito, um indício de que o jovem também podia ser dotado para a filosofia. Decidiu ocupar-se dele, e Protágoras não decepcionou seu célebre mecenas. Demonstrou possuir grandes dotes, sobretudo como orador. Depois de uma grande temporada trabalhando como leitor público em Abdera, mudou-se finalmente para a Atenas de Péricles, que acabara de ordenar que na Acrópole, o monte de rocha branca que dominava a cidade, fossem erigidos novos edifícios suntuosos como o Parténon.

O governo de Péricles não só foi testemunha do florescimento da arquitetura, do artesanato e de todas as artes, como também teve a experiência do apogeu da democracia como forma de organização social. Segundo Péricles, vários atenienses de condição modesta deveriam participar também no governo e cobrar um pagamento pela sua atividade política. Naqueles dias, talvez os melhores que a cidade viveu, emigrou para Atenas um considerável fluxo de pessoas, sobretudo intelectuais, provenientes de outras zonas da Grécia.

Em Atenas, Protágoras converteu-se rapidamente num professor de oratória rico e famoso. Como era possível? A resposta pode ser encontrada na forma radical de democracia que se praticava na cidade no tempo de Péricles. As assembleias populares, nas quais se tomavam as decisões políticas mais importantes, não eram um lugar reservado a um grupo de eleitos, mas estavam abertas a todos os habitantes da cidade. Como todos eram considerados politicamente capazes, os funcionários políticos, como os membros do senado e dos tribunais, eram eleitos ao acaso, de entre as filas da assembleia popular. Só os estrategistas como Péricles e os responsáveis pelas finanças eram eleitos por votação. Por isso, qualquer um que desejasse conquistar poder e influência na cidade não deveria confiar no fato de pertencer à nobreza ou deter grande riqueza, mas ser capaz de argumentar e convencer. O fato de os discursos públicos se converterem cada vez mais em questões de rivalidade retórica era muito próprio do caráter grego; não foi por acaso que eles foram os inventores dos Jogos Olímpicos e celebraram com entusiasmo competições artísticas e teatrais. Esse ambiente era um terreno propício para os sofistas, aqueles eruditos que davam aulas de oratória e ensinavam as técnicas retóricas que facilitavam a defesa de qualquer opinião. Protágoras foi o precursor e a figura principal da profissão, e é possível que tenha sido também o primeiro a adotar a designação de sofista.

Embora o adjetivo “sofista” se tenha aplicado mais tarde a pessoas cujo espírito de contradição se quer realçar, nos tempos de Protágoras a palavra tinha uma conotação positiva, pois correspondia ainda à sua etimologia grega: “mestre da sabedoria.” No entanto, os críticos dos sofistas, e sobretudo Sócrates e Platão, acabaram por ser muito mais célebres e influentes, e, também neste caso, a história foi escrita pelos “vencedores”. Sócrates e Platão consideravam os sofistas uns melindrosos, e achavam que eles não eram, de modo algum, “soldados” do pensamento ao serviço da verdade e da moral. Sócrates, sobretudo, apesar do muito que tinha em comum com eles, esforçou-se por se distanciar claramente dos sofistas.

Para fazer justiça aos sofistas, e sobretudo a Protágoras, vem a calhar a frase que este proferiu e à qual já nos referimos: “O homem é a medida do universo” ou, em grego: *Anthropos metron hapanton*. Acredita-se que Protágoras a teria escrito num dos seus textos, intitulado *Verdade*. A frase, que mais tarde viria a conhecer-se na sua forma latina abreviada (*homo mensura*), já na Antiguidade era frequentemente citada. Aristóteles mencionou as palavras na sua *Metafísica*, e Platão incluiu-as no seu diálogo *Theaitetos*. Nele, Platão aborda a questão do conhecimento e se refere a Protágoras: “Disse em algum lugar que ‘o homem é a medida de todas as coisas’, das que são, enquanto são, e das que não são, enquanto não são.”

Com esta frase, Protágoras referia-se à capacidade de compreensão do ser humano. A filosofia discute, constantemente, se ele se refere aos homens como conceito genérico ou como indivíduos. Dizer que a humanidade é a medida do universo ou dizer que a medida do universo é cada um dos homens individualmente levará seguramente a conclusões totalmente distintas. Se consideramos a humanidade no seu conjunto como a medida do universo, então é porque aspiramos a encontrar conceitos válidos no geral. Deste modo, em honra ao conhecimento, perde-se a individualidade e suprimem-se as exceções. Pelo contrário, se interpretarmos na frase de Protágoras o homem como indivíduo e o considerarmos a medida do universo, estaremos pondo em relevo quão diferentes podem ser as visões do mundo e, com ele, a natureza poliédrica do conhecimento humano.

Muitas coisas nos levam a suspeitar de que Protágoras se referia a este último, e que aludia à capacidade de conhecimento do ser humano enquanto indivíduo. Neste sentido, a frase “O homem é a medida do universo” poderia significar também: “Todo humano, todo conhecimento sobre o universo, sobre o mundo, é subjetivo.” Posto que só o ser humano mede e avalia os fenômenos do mundo, as suas conclusões baseiam-se necessariamente na sua visão limitada e subjetiva. Assim, pois, onde o ser humano entra em ação, não existe objetividade. O que o ser humano conhece não é absoluto, mas relativo. Com isso, pode-se refutar outra interpretação que costuma fazer-se da referida frase: que Protágoras pretendia elevar o homem acima da natureza. Se existe algo que Protágoras não propôs foi precisamente isso.

Outra das suas frases célebres deixa claro que, com as palavras citadas, Protágoras quis aludir à relatividade do conhecimento: “Todo argumento permite sempre a discussão de duas teses contrárias.” Estas palavras não só revelam o espírito dos sofistas, como também contêm os conceitos de tese e antítese. De acordo com Protágoras, no entanto, não se estabelece qualquer dialética que conduza à síntese, como Hegel viria a afirmar dois milênios depois, mas chega-se à conclusão de que não existe nenhuma verdade definitiva e que, por isso, há que aceitar cada indivíduo e o seu ponto de vista. Para a convivência dos seres humanos, isso implica cultivar e proteger a pluralidade de opiniões e de formas de vida. Protágoras é considerado, por isso, o filósofo da democracia. É perfeitamente consequente que Karl Raimund Popper, o filósofo que mais refletiu sobre o Estado no século XX e o principal defensor de uma sociedade aberta, tivesse em Protágoras o seu

ideal.

Tinha Protágoras já uns 70 anos quando algumas pessoas começaram a faltar-se dele. Seu texto *Sobre os deuses*, no qual expunha sua opinião, segundo a qual não se podia determinar se Deus existia ou não, valeu-lhe uma acusação por abjurar dos deuses. Diferentemente do que anos mais tarde faria o seu colega Sócrates, decidiu fugir. Existem versões diferentes, segundo as quais ou ele morreu durante a fuga num naufrágio perto das costas da Sicília, ou já se encontra em paz no exílio.

4. SÓ SEI Q UE NADA SEI

Sócrates (cerca de 470-399 a.C.)

Quando o ano de 400 a.C. se aproximava do fim, um tal Meletos apresentou em Atenas um texto acusatório. Sua argumentação parecia um tanto forçada e a pena solicitada, ridiculamente exagerada. Meletos acusava o filósofo Sócrates, de 70 anos, de não reconhecer os velhos deuses e, inclusive, de introduzir deuses novos e de corromper a juventude; e por isso deveria condená-lo nada mais, nada menos do que com a pena de morte.

Na época, Sócrates era o filósofo mais conhecido de Atenas. No entanto, e apesar da sua enorme fama, não era considerado, de forma alguma, um ideal do seu tempo. Muitos dos seus concidadãos consideravam a sua atitude, o seu aspecto e o seu estilo de vida como uma afronta. Era frequente abordar desconhecidos no meio da rua e entabular com eles conversas filosóficas que nem sempre terminavam da forma mais agradável. Quem quisesse ir fazer compras à tarde na ágora, a praça do mercado de Atenas, nem sempre era bem-sucedido, porque um homenzinho sujo e maltrapilho, de nariz aquilino, cabeça grande, cabelo ralo e testa alta e pronunciada, lhe fixava o olhar e perguntava-lhe o que entendia por sabedoria ou o que poderia considerar-se bom e justo. Se alguém respondesse, Sócrates desferia imediatamente a pergunta seguinte, que punha em causa a resposta anterior. Se o incauto ensaiasse outra resposta, no mesmo instante, Sócrates fazia outra pergunta, que abordava de forma ainda mais incisiva as debilidades da sua argumentação e que o deixava ainda mais perplexo e duvidoso. A maior parte das pessoas pensava que Sócrates apenas queria ridicularizá-las. Mas esse não era, no entanto, o seu objetivo: Sócrates perguntava para adquirir conhecimento. Questionava, desta forma, tanto os outros como ele próprio, pondo constantemente em dúvida as suas ideias e conclusões. Essa forma de conversa na qual o mestre faz sempre outra pergunta e estimula o aluno a meditar sobre as questões que lhe são formuladas e sobre o que quer dizer

com as respostas que dá, para assim alcançar a verdadeira sabedoria, recebe, em filosofia, o nome de método socrático; este era o instrumento mais valioso que Sócrates possuía na sua luta para alcançar o verdadeiro conhecimento e a atitude correta que dele se desprende.

Nunca conheceremos os verdadeiros motivos que provocaram a acusação contra Sócrates. O que é certo é que naqueles dias, e na sequência de uns anos turbulentos, Atenas regressara à senda da democracia. Anos antes, a cidade saíra derrotada da guerra do Peloponeso (431-404 a.C.) contra Esparta. O general espartano Lisandro nomeou trinta oligarcas que devastaram a cidade de uma forma muito mais brutal do que todos os seus predecessores nos séculos passados, e passaram à história de Atenas como os Trinta Tiranos. Sócrates não tinha propriamente uma má relação com esse grupo de déspotas, e durante esses anos eles impediram que fosse declarado culpado. No entanto, quando os democratas conseguiram finalmente apelar os tiranos, muitos daqueles que com a nova ordem de Atenas ansiavam por uma época de segurança e de respostas claras, viram em Sócrates, no seu inconformismo e no seu constante questionamento de todas as certezas, uma ameaça à tão desejada estabilidade. O rosto mais arcaico de Atenas robusteceu-se de novo. Contrariamente ao que acontecia nos outros assentamentos gregos da zona mediterrânica, e apesar do esplendor das suas artes – da poesia, da escultura e da arquitetura –, os atenienses nunca chegaram a abandonar o velho culto público aos deuses. Ficava agora demonstrado que em Atenas o novo pensamento racional não se enraizara na filosofia, apesar de Sócrates, que, embora conhecido, respeitado e admirado, era também considerado um perturbador da ordem pública.

O processo contra Sócrates transformou-se num grande acontecimento. Na primavera do ano 399 a.C., e como era habitual, o caso foi julgado em Atenas perante um júri composto por 500 cidadãos. Sócrates defendeu-se a si mesmo e baseou a sua defesa na máxima “Só sei que nada sei”.

Durante o processo, Sócrates fez três discursos que, mais tarde, Platão, seu aluno, recolheu no texto *Apologia de Sócrates*. No primeiro, que na verdade constituía a sua verdadeira defesa, Sócrates rebateu todas as acusações argumentando que todos aqueles que estudavam tudo, como ele o fazia, deveriam também questionar a existência dos deuses. A sua sabedoria, asseguravam os seus seguidores, era prova disso. Continuando, Sócrates falou de como havia conquistado a fama de sábio. Quando o seu amigo Xenofonte pedira ao Oráculo de Delfos que dissesse qual era o mais sábio de Atenas, o Oráculo respondera: “Sábio é Sófocles, mais sábio é Eurípedes, mas, dentre todos, o mais sábio é Sócrates.”

Quando Sócrates se inteirou do fato, decidiu rebater o veredito do Oráculo. Perguntou a políticos, poetas e artesãos, e descobriu que todos se consideravam mais sábios do que eram na realidade. E isso apenas porque dominavam as suas respectivas profissões. Na base dessa observação, Sócrates deduziu que, na realidade, ele era o mais sábio de todos, pois ele mesmo não acreditava ser sábio. “Só sei que nada sei” converteu-se na sua frase mais célebre.

Segundo a tradução para alemão de Manfred Fuhrmann, Platão pôs na boca de Sócrates as seguintes palavras, ao falar de uma conversa com um político: "... ele (o político) julga que sabe alguma coisa, embora não saiba nada, enquanto eu, que não sei nada, não me envaideço por saber alguma coisa." Embora provavelmente Sócrates nunca tenha proferido esta frase tão incômoda, "Só sei que nada sei", naquela versão ampliada, assoma já a famosa ironia socrática. Naturalmente, Sócrates sabia alguma coisa, de modo que, eliminando a carga irônica da frase, o que queria dizer era algo como: "Suspeito de que sei alguma coisa, mas sei que não é o suficiente."

Como decorreu o julgamento? Depois do discurso de defesa de Sócrates, teve lugar a votação. Culpado ou inocente? Duzentos e oitenta juízes votaram que era culpado e 220 votaram pela absolvição. Na sequência, e de acordo com o procedimento da época, cada uma das partes, acusação e defesa, deveria propor uma pena que teria de ser votada novamente. A acusação solicitou novamente a pena de morte. Qual foi a proposta de Sócrates? No caso de ter a intenção de salvar a vida, Sócrates, naquele momento, cometeu um erro decisivo. Segundo Platão, no seu segundo discurso, Sócrates propôs converter-se em benfeitor público e que lhe fosse concedida hospedagem gratuita, por toda a vida, no mercado da cidade. Seria isso um castigo? A proposta foi considerada uma burla ao tribunal. Por fim, Sócrates propôs, sem grande entusiasmo, pagar uma sanção econômica, mas a provocadora primeira proposta já causara os seus prejuízos: nem todos partilhavam do senso de humor do velho filósofo. Nessa altura, e segundo Diógenes Laércio, os membros do júri inclinaram-se majoritariamente a favor da pena de morte, numa proporção de 360 para 140, quer dizer, em muito maior número do que aqueles que o haviam considerado culpado.

Depois, Sócrates pronunciou o seu terceiro e definitivo discurso. Platão explica que Sócrates se dirigiu primeiramente a quem o havia condenado, assegurando-lhes que com a sua condenação não iriam livrar-se das perguntas incômodas que, até aquele momento, só ele havia formulado, pois depois dele viriam os seus sucessores, que seriam ainda mais incômodos do que ele próprio. No discurso aos seus amigos disse que não temia a morte, pois se ela fosse como dormir sem sonhar, a consideraria um prêmio, e que se ela fosse, como muitos diziam, uma vida num mundo onde poderia conhecer pessoas do passado, se alegrava perante a perspectiva de se encontrar com Homero, Hesíodo ou Minos e poder falar com eles.

As condenações à morte, na verdade, eram habitualmente executadas de imediato. No entanto, a condenação de Sócrates aconteceu numa altura em que a legação ateniense partira para a sagrada ilha de Delfos e ninguém podia ser executado até que o barco regressasse, pelo que foi decidido adiar a execução. Sócrates passou um mês em cativeiro e recebia frequentemente a visita dos amigos. No seu diálogo *Crítón*, Platão dá a entender que Sócrates teve oportunidade de fugir, mas não se aproveitou dela. Com tal atitude, Sócrates pretendia mostrar que era um bom cidadão e não estava disposto a atuar contra a justiça vigente, embora esta lhe houvesse virado as costas. Finalmente bebeu um copo de cicuta e, se as coisas tiverem tido o resultado

que desejava, ainda hoje deve estar no outro mundo importunando, com as suas perguntas, tanto Minos como Homero.

O argumento socrático “Só sei que nada sei” foi essencial para a filosofia, pois toda a procura de conhecimento deve começar pela confissão de que existe algo que se ignora. Sócrates pretendia evidenciar a ignorância e a crença errônea de que se é detentor de algum conhecimento e, por meio de um raciocínio lógico (que Sócrates equiparava à virtude), conduzir os indivíduos à atitude correta. Na vida cotidiana, a expressão “Só sei que nada sei” emprega-se quando alguém quer advertir-nos de que estamos tirando conclusões precipitadas e de que deveríamos refletir um pouco mais, ou quando alguém quer expressar sua ignorância com certa ironia. Sócrates teria se divertido com ambas as utilizações da sua máxima.

5. AI DOS VENCIDOS!

Breno (século IV a.C.)

Em julho do ano de 387 a.C., mais de 30 mil soldados gauleses reuniram-se a menos de 15 quilômetros de Roma, junto de um pequeno afluente do Tibre chamado Alia. Ao seu encontro, saiu um exército romano formado por 40 mil homens. Para a maioria dos soldados romanos, a visão dos robustos gauleses, com as suas grandes cabeleiras ruivas, as suas peles e as suas coloridas vestimentas, deve ter-lhes parecido não só estranha como intimidatória.

Durante os últimos anos, os bárbaros (tal como os romanos lhes chamaram) tinham cruzado as planícies do Pó e penetrado cada vez mais pelo território da Itália. Roma estava ainda longe de alcançar o poder que um dia iria deter, mas a ambição dos cidadãos romanos, que aspiravam controlar a região, já era grande. Como era evidente, num determinado momento o exército da cidade de Roma teria de enfrentar os bárbaros.

Quando o fragor das armas dos exércitos começou a se fazer ouvir, logo se percebeu que os romanos precisavam de um estrategista capaz de manter as fileiras apertadas. O glorioso Marco Furio Camilo fora desterrado havia pouco tempo por se ter mostrado partidário da instauração de uma autocracia na cidade. O exército romano bateu logo em retirada e dissolveu-se, e a batalha de Alia tornou-se um dos maiores desastres da história de Roma. A notícia da catastrófica derrota em breve chegou à cidade, onde os habitantes compreenderam que os vencedores gauleses se dirigiam para lá. Homens, mulheres e crianças puseram-se em fuga.

No entanto, cerca de mil soldados romanos, sob o comando de Marco Manlio, conseguiram regressar a tempo à cidade e entrincheirar-se com alguns concidadãos no Capitólio, fortaleza rodeada por uma forte muralha. A cidadela não só albergava o templo, as casas mais distintas e inúmeros edifícios oficiais, como também servia de depósito aos tesouros da cidade.

Quando os gauleses chegaram a Roma, encontraram as portas abertas e as muralhas sem vigilância. Temendo ser alvo de uma emboscada, percorreram, com passo vacilante, as ruas desertas. Na praça central da cidade, o foro romano, os intrusos deram com uma situação memorável. Imóveis, como estátuas vivas, os senadores vestidos com as suas roupagens esperavam-nos. Desarmados, esperavam o inimigo e a morte. Os gauleses mataram todos eles, sem exceção, e, em seguida, dedicaram-se ao saque e à pilhagem por toda a cidade. Foi a sua última vitória. Naquele momento caiu sobre eles a maldição dos vencedores que não conseguem a vitória absoluta. Jamais conseguiriam tomar o Capitólio, que se erguia sobre um penhasco, o que o tornava inacessível por três dos seus lados; não houve forma de obrigar os últimos defensores de Roma a render-se.

Os gauleses os cercaram. A situação prolongou-se durante dias, semanas, meses. Chegara, para eles, o momento de pagarem caro pela destruição da cidade. Os soldados não tinham provisões suficientes e sofriam como se fossem eles os sitiados. Finalmente chegou o inverno, e, face às tormentas e à chuva, os gauleses não encontraram proteção entre as ruínas da cidade. As doenças começaram a grassar.

Entre os sitiados no Capitólio, as provisões também começavam a rarear. A situação era tão desesperadora que decidiram contatar o proscrito Camilo. Se conseguisse expulsar os gauleses seria premiado com o controle autocrata da cidade; quer dizer, ofereciam-lhe o mesmo que antes lhe valera o desterro. No meio da noite enviaram um mensageiro, que deveria penetrar no vale por um caminho secreto.

O mensageiro conseguiu sair, mas os gauleses descobriram as pegadas e, com elas, o caminho secreto para o Capitólio. Durante a noite seguinte, ainda os sitiados esperavam a resposta de Camilo, um destacamento gaules aproximou-se sigilosamente das muralhas da fortaleza e conseguiu alcançar, sem ser visto, a passagem que no dia anterior o mensageiro havia atravessado. Não vislumbraram qualquer posto de vigia. Os gauleses tinham conseguido chegar quase ao seu objetivo, e preparavam-se para entrar finalmente na fortaleza e surpreender os sitiados no meio da noite quando, de repente, um estrondo rompeu o silêncio. Um as estranhas figuras brancas apareceram entre as muralhas e agruparam-se, grassando em seu redor. Na sequência do susto inicial veio o reconhecimento: tratava-se dos gansos que um cidadão havia oferecido à deusa Juno e que se conservavam no templo em sua honra. O seu grasnar despertou os guardas das muralhas adormecidos, o mesmo acontecendo ao comandante Marco Manlio. Segundo a lenda, este deitou abaixo o primeiro dos atacantes gauleses, que arrastou consigo vários dos seus companheiros de armas.

Os gansos do Capitólio tinham salvado Roma pela primeira vez. Iniciou-se um novo compasso de espera. Não havia notícias de Camilo e os sitiados tinham perdido a esperança de poder contar com seu auxílio. Então decidiram recorrer a uma artimanha e lançaram os seus últimos pãezinhos aos sitiadores, por cima das muralhas. A jogada surtiu efeito: os gauleses pensaram que os sitiados viviam ainda na abundância.

Breno, o chefe dos gauleses e cabecilha dos Sónones, mostrou-se aberto à negociação de uma retirada. Pelo menos, é assim que o fato é relatado pelo historiador romano Tito Lívio, embora a existência de Breno não tenha sido provada historicamente. De acordo com o relato de Tito Lívio, na sequência de uma negociação um tanto conturbada, acordou-se na retirada dos gauleses. Em troca, no entanto, os romanos deveriam pagar um resgate de mil libras de ouro. Tratava-se de uma quantia considerável, que os sitiados dificilmente conseguiram reunir. Breno, no entanto, encarava o fato como uma derrota. Os tesouros com que sonhava há meses, quando se julgava vencedor absoluto! E o que tivera de passar desde então? Quantos homens perdera sem nada ganhar em troca?

Por fim, os gauleses sacaram os seus pesos e as suas balanças e começaram a pesar o ouro dos romanos. Então, um oficial romano acusou os gauleses de utilizar pesos falsos. Breno indignou-se e, furioso, exclamou: “Ai dos vencidos”, ao mesmo tempo que lançava a espada sobre o prato da balança. Pelo menos, é assim que Tito Lívio o conta, embora um tão perfeito domínio do latim por parte de Breno levante muitas dúvidas, uma vez que foi o historiador que traduziu o sentido da frase.

Segundo o historiador romano Floro, as palavras de Breno haviam-se convertido em proverbiais já no século II d.C. Também a frase “Lançar a espada à balança” remete para este episódio. Se há que fazer caso de algumas crônicas com certa inclinação dramática, no seguimento da exclamação de Breno os acontecimentos precipitaram-se: de repente, o ansioso Camilo reapareceu, juntamente com o exército de Roma reunido, e dos seus lábios saiu um dito engraçado: “A pátria não se recupera com ouro, mas com ferro!”

Ato contínuo, passou à ação. Camilo combateu contra os gauleses extenuados, e, embora estes se defendessem com galhardia, foram finalmente derrotados e expulsos da cidade. Em sinal de agradecimento, Camilo foi nomeado segundo fundador de Roma. Para resumir a história, algumas fontes contam que Breno foi justicado no campo de batalha e que os vencedores o assobiaram e ridicularizaram com a sua frase “Ai dos vencidos!”.

Como dissemos, desconhece-se se os fatos relatados (e em especial os últimos episódios) sucederam realmente. É possível que Breno tenha se retirado são e salvo com o resgate, tal como outras fontes contam. No entanto, um Breno vencido e executado seria, do ponto de vista romano, o melhor fim possível.

Os acontecimentos daqueles dias ficaram gravados de forma traumática na alma dos romanos. Durante muito tempo, o dia 18 de julho, dia da derrota de Alia, foi considerado um *dies ater*, um dia negro. O temor aos gauleses, mais arraigado do que nunca, serviria a Júlio César, séculos mais tarde, para conseguir os seus objetivos. De qualquer forma, a partir daquele episódio, Roma conheceu o auge que a levou a tornar-se a primeira potência mundial. Por volta do ano de 270 a.C., a cidade detinha já a supremacia sobre todo o centro e o sul da Itália, mas ansiava por muito mais. Muitos estavam

convencidos de que esses desejos se cumpririam, pois assim o havia pressagiado o deus romano Júpiter: “Não vos imponho nenhuma fronteira, nem no espaço nem no tempo: o que vos concedo é o poder absoluto!”

6. AFASTA-TE, NÃO ME TAPES O SOL

Diógenes de Sínope (cerca de 404-323 a.C.)

Um era um pesadelo apenas para os seus concidadãos; o outro deveria sê-lo mas para muitos povos. Estamos nos referindo ao filósofo Diógenes de Sínope e ao conquistador do mundo, Alexandre Magno. Segundo a lenda, ambos viveram em Corinto, no ano 336 a.C., embora não tenham se encontrado. Alexandre acabava de ser nomeado comandante do exército da Liga de Corinto e começara já a receber os habituais juramentos de fidelidade. O seu pai, Filipe II, rei da Macedônia, morrera pouco antes, vítima de um atentado. O jovem Alexandre (que tinha apenas 20 anos) vencera, por fim, a resistência e conquistara o poder. Desta forma, não só se tornava rei da Macedônia, como também chefe da Aliança Grega, fundada por seu pai. Alexandre passou um dia inteiro à espera de Diógenes, que venerava, apesar de não o conhecer, mas este realmente não apareceu. Então, decidiu ir visitá-lo na companhia de alguns dos seus oficiais.

Encontraram Diógenes sentado, exposto ao sol quente do meio-dia. Gostava de fazer a sesta em frente ao barril que lhe servia de casa. Assegurava não querer nem necessitar de mais. Diógenes já não era novo, devia ter quase 70 anos. O seu corpo, envelhecido e esquelético depois de uma vida dedicada ao ascetismo, com a pele curtida pela exposição constante ao vento e ao sol, estava envolto num manto grosseiro. Não se sabe se no barril de Diógenes havia uma cama feita de palha, embora seja provável que ele a recusasse por considerar tratar-se de um luxo e preferisse dormir sobre ripas de madeira. Ao lado de Diógenes, estava o bastão com que costumava passear pela cidade e uma mochila onde guardava os restos de comida que lhe davam. Eram estes os seus bens materiais.

Quando Alexandre encontrou o velho pensador, ainda tinha muito presente o seu preceptor Aristóteles, que fora seu mestre até pouco tempo antes da sua subida ao trono. Diógenes, de quem o ambicioso e inteligente

jovem rei ouvira contar muitas histórias, e cuja figura e filosofia se encontravam nos antípodas das suas, fascinava-o. O poder gosta de se encontrar com a inteligência sempre que o encontro decorrer segundo as suas próprias condições.

– Sou Alexandre, rei da Macedônia – disse-lhe, aproximando-se tanto dele que a sua sombra se projetou sobre o velho.

O mendigo ergueu os olhos.

– Eu sou Diógenes, o cínico – respondeu.

O que terá passado pela cabeça de Alexandre, ele que só pensava em grandezas, ao ver Diógenes? Acaso terá se perguntado onde é que os seus mundos poderiam alguma vez encontrar-se? Testemunhou a frugalidade material de Diógenes e já ouvira falar da sua independência espiritual. Sob a impressão que o velho lhe causara, Alexandre decidiu mostrar-se como o grande rei, capaz de mover o mundo.

– Ó Diógenes, formula um desejo e eu farei com que ele se cumpra, por mais difícil que seja! – exclamou.

Na sequência desta oferta fez-se um silêncio. Alexandre estava satisfeito, comovido mesmo, por se encontrar perante o velho sábio, e também pela sua própria magnanimidade. Apesar das circunstâncias, Diógenes não havia se levantado nem mudado da posição em que Alexandre o encontrara; por isso, continuava à sombra do jovem rei.

– Afasta-te, não me tapes o sol – respondeu.

Alexandre, estupefato com tal resposta, fez o que Diógenes lhe havia pedido, talvez ainda o tenha saudado e afastou-se rapidamente, seguido dos oficiais, que, indignados, começaram a trocar do velho pensador e a ridicularizar a sua grosseria. Mas Alexandre ordenou-lhes que se calassem.

– Se eu não fosse Alexandre queria ser Diógenes – comentou.

O episódio passou para a posteridade, anos mais tarde, contado por Cícero (no século I a.C.) nas suas *Disputationes tuscultas*, e por Diógenes Laércio na sua obra mais importante, *Vidas e opiniões dos filósofos mais célebres* (século II d.C.). Mas talvez isso nunca tenha acontecido nem Diógenes tenha vivido dentro de um barril. Na realidade, a história talvez tenha se baseado numa máxima de Sêneca, que em dada ocasião afirmou que um homem que se conformasse com tão pouco até podia viver num barril.

O certo é que Diógenes agia como pensava; para ele, a pessoa só conseguiria atingir a felicidade se renunciasse a tudo o que é material e vivesse a sua própria vida em harmonia com a natureza. Aquele tipo tão extravagante escandalizava os seus contemporâneos, que lhe chamavam *kyon*, o cão, por não só viver de acordo com a sua forma de pensar, como também por ultrapassar, com indiferença, todas as barreiras do pudor. Diógenes fazia tudo em público, inclusive aqueles atos que dizem respeito a Afrodite, deusa do amor; em dada ocasião alguém o viu nessa situação e ele exclamou:

– Quem dera que as pessoas pudessem saciar a fome esfregando a barriga!

Um dia passeava pela praça do mercado segurando um candil, iluminando o rosto dos seus concidadãos. No entanto, uma ou outra vez afastava-se sacudindo a cabeça. Finalmente alguém lhe perguntou o que estava fazendo.

– Procuro um homem – respondeu.

Terá sido Diógenes apenas o mais brincalhão dos filósofos? São muito mais conhecidas, sem dúvida, as anedotas que se associam à sua pessoa do que a sua produção filosófica. Nascido em Sinope, na costa do mar Negro, era filho de um empregado da Fazenda expulso da cidade por ter cunhado moeda falsa. Diógenes foi aluno de Antístenes, que, por sua vez, fora aluno de Sócrates. Para muitos, Antístenes foi o fundador da escola cínica. Os cínicos propugnavam a independência do indivíduo, mas tomavam-no tão a sério que rejeitavam todas as convenções sociais, tanto no campo da política como da arte, da religião, dos costumes e do decoro. Negavam rotundamente os valores comumente aceitos e foi isso o que conferiu à palavra “cínico” a conotação pejorativa que atualmente possui. Quase podia-se dizer que os cínicos só estavam interessados na esfera privada. E isso era algo que Diógenes levava muito a sério: aspirava alcançar a autarcia por meio do ascetismo, e nele buscava a perfeição. No dia em que viu uma criança beber água de uma fonte com as mãos, desfez-se inclusive do seu copo.

A anedota do encontro de Alexandre Magno, que pretendia dominar o mundo, com o sóbrio Diógenes, goza ainda hoje de grande popularidade. A resposta de Diógenes supõe uma negação anárquica mas frontal da ânsia de poder e da fome de êxitos de Alexandre. A frase “Afasta-te, não me tapes o sol” é, como a própria anedota, um exemplo da polarização extrema da existência humana personificada nos dois protagonistas.

Vista à luz da morte prematura de Alexandre, parece que o velho filósofo com a frase “Afasta-te, não me tapes o sol” terá querido advertir Alexandre: reconhece as coisas importantes da vida. Não penses apenas no mensurável, no material, mas também no que tens dentro de ti, na alma, no espírito.

Atualmente costumamos utilizar a frase “Afasta-te, não me tapes o sol” sem termos em conta o seu significado original; no uso cotidiano, esta frase nada tem que ver com uma filosofia da frugalidade, mas emprega-se para dizermos a alguém, num tom de brincadeira, que está nos incomodando ou que está realmente tapando a luz.

Passados anos, o destino de Alexandre pareceu querer dar-lhe um sinal semelhante: na sequência da cansativa marcha através da longínqua Índia, Alexandre decidiu visitar o brâmane dos Dandami. Segundo o relato de Plutarco, o velho sábio fez-lhe uma única pergunta: “Na verdade, o que te levou a chegar tão longe, Alexandre?”

Era como se fosse o próprio Diógenes a fazer-lhe aquela pergunta, do outro lado do mundo.

7. PARA COMANDAR OS HOMENS, MARCHA ATRÁS DELES

Lao Tsé (séculos III ou IV a.C.)

Um dia em que o velho sábio Lao Tsé já não conseguia suportar por mais tempo a progressiva decadência da sua província, decidiu, apesar da sua propecta idade, abandonar o país. Quando chegou à fronteira, na montanha, o guarda de serviço o reconheceu. Temendo que com Lao Tsé fosse desaparecer também toda a sua sabedoria, pediu ao sábio que a recolhesse num livro. E Lao Tsé decidiu atender ao pedido. Então desapareceu e “ninguém sabe onde se meteu”. E assim nasceu, quase como uma portagem do conhecimento, a maior obra da filosofia do Extremo Oriente, o *Daodejing* (conhecido também como *Tao Te King*). Esta história é contada pelo historiador chinês Sima Qian na sua obra *Shiji*, escrita cerca do ano 100 a.C.

O título *Daodejing* poderia traduzir-se literalmente como “Sobre a razão e a força”. Nos seus apenas 81 capítulos e um pouco mais de 5.000 palavras estão resumidas as principais ideias de um dos maiores mestres da filosofia chinesa.

Lao Tsé e o *Daodejing* marcam, cronologicamente, o fim da dinastia Zhou. Esta grande estirpe conquistou, em 1122 a.C., a cidade de Yin, que era então a capital, e ao longo dos séculos criou um próspero estado feudal. Em princípios do século VIII a.C., os senhores feudais das diversas regiões começaram a lutar entre si e o império desintegrou-se. O período de decadência final da dinastia Zhou, conhecido como “período dos reinos combatentes” (entre cerca de 475 e 221 a.C.), trouxe consigo um florescimento da vida intelectual na China que, até agora, não foi igualado. Os seus pensadores mais célebres em breve adquiriram fama mesmo na cultura europeia: Kong Zi (mais conhecido como Confúcio) e Lao Tsé.

Pouco se sabe da vida de Lao Tsé. A única fonte histórica disponível é o já mencionado *Shiji*, obra do historiador Sima Qian, cujo conteúdo se baseia em fatos ocorridos muito tempo antes; o próprio Sima Qian está consciente de

quão incertos são os fatos a que se refere. Acredita-se que Lao Tsé trabalhou como arquivista e administrador na corte da sua província natal, a atual Henan. Nasceu, provavelmente, entre os séculos III e IV a.C. Outras fontes situam-no no século VI, ou mesmo no século VII a.C. O certo é que não é seguro sequer que tenha existido e é possível tratar-se apenas de uma lenda. Neste caso, Lao Tsé não seria obviamente o autor de *Daodejing*. Na realidade, as últimas investigações parecem indicar que o livro foi obra de vários autores.

A vida de Lao Tsé está marcada pela lenda, como se pode intuir por alguns textos em que se assegura que viveu até os 160 anos. Os taoístas (os seguidores da doutrina de Lao Tsé) pensam que alcançou essa idade por ter vivido sempre de acordo com os seus próprios preceitos morais. Lao Tsé significa velho, filho mais velho ou velho mestre. O seu nome verdadeiro era Li Er. “O velho” será apenas a encarnação de uma ideia ou será que condiz realmente com a personagem de Lao Tsé, que assim passou para a posteridade? Se o que dele se diz for certo, foi um homem modesto e reservado que, cingindo-se aos seus ensinamentos, quis manter-se no anonimato.

Para se compreender o taoísmo, de que Lao Tsé é o fundador, é conveniente dar uma olhada no *Daodejing*. As múltiplas possíveis interpretações dos caracteres chineses são o primeiro obstáculo. Como traduzir o sentido de cada um dos caracteres? O próprio título, *Daodejing*, permite múltiplas traduções com diversos sentidos. Poderia ser traduzido assim: “O Dao que se pode descrever não é o Dao absoluto (o eterno).” Ou então assim: “O nome que se pode dar não é um nome absoluto (o eterno).”

E quem é esse “Dao”? A palavra Dao (ou Tao) não faz referência a qualquer divindade. Dao é o caminho, o sentido, a fonte, o ser das coisas. Dao é o princípio eterno e integral da natureza. É, ao mesmo tempo, o ser e o nada e, por isso, não pode ser descrito por palavras que, na melhor das hipóteses, só conseguem delimitá-lo. E o homem? Este deve procurar aproximar-se de Deus por meio da não intervenção na natureza.

A frase “Para comandar os homens, marcha atrás deles” é uma das máximas mais famosas de Lao Tsé, e pode ser encontrada no capítulo 66 do *Daodejing*. Nos inúmeros aforismos do *Daodejing*, Lao Tsé assinala uma e outra vez as faces opostas de algo, como se de tese e antítese se tratasse. Neste caso, a oposição estabelece-se entre “à frente” e “atrás”. Noutra ocasião fala de “servir para reinar”.

A filosofia de “agir por meio da não ação” de Lao Tsé, a sua exortação a que o homem se aproxime de Dao sem alterar, na medida do possível, o devir e a essência das coisas, pode aplicar-se também a este caso. A frase “Para comandar os homens, marcha atrás deles” não deve ser entendida como uma variante precoce de uma atitude democrática; não se trata de conciliar, debater ou resolver interesses em conflito. A frase de Lao Tsé não é tanto um conselho para governantes, mas um convite à compreensão e à adoção de uma determinada atitude interior. A influência sobre o povo, o “ir à frente” a que se refere Lao Tsé, deve ser entendida como uma exortação a

tomar a dianteira espiritual ou, melhor ainda, como um convite a dar o exemplo.

Pela sua relação com a natureza, os ensinamentos de Dao trazem consigo a antítese do confucionismo, que se ergue como uma filosofia pública do cotidiano, centrada na busca da harmonia entre o indivíduo e a comunidade, o poder e o Estado. O taoísmo, pelo contrário, é alheio a questões como a ambição do poder, o progresso ou a cultura, e o que busca é a harmonia do indivíduo consigo mesmo e com a natureza.

8. SABES COMO GANHAR UMA BATALHA, NÃO SABES COMO EXPLORAR UMA VITÓRIA

Maharbal (século III a.C.)

Somos confrontados, uma e outra vez, com episódios que nos fazem pensar que o curso da história teria sido bem diferente se eles tivessem sido resolvidos de outra forma.

Um destes divertimentos intelectuais tem como ponto de partida a decisão de um general que, na sequência de uma batalha ganha no ano de 216 a.C., optou por não derrotar definitivamente o inimigo, mas ordenou aos soldados que descansassem. Esse general, o cartaginês Aníbal, acabava de derrotar um exército romano muito superior em número num campo próximo de Canas. A batalha de Canas é considerada um dos grandes feitos da tática militar. No século XXI, ainda faz parte do que se ensina nas academias militares como exemplo clássico de uma manobra envolvente. Aníbal e a sua cavalaria cartaginesa atacaram e aniquilaram completamente as tropas romanas. Roma perdera quatro legiões, e o caminho para a cidade parecia livre.

Na sequência de uma tão devastadora vitória, Maharbal, o comandante da cavalaria de Aníbal, instou com o seu comandante-chefe para que se atacasse Roma e tomasse a cidade.

– Dentro de cinco dias estarás celebrando o teu triunfo com um jantar no Capitólio! – disse a ele.

Mas Aníbal, apesar de o seu exército ter saído relativamente pouco dizimado da batalha, não confiava nas suas forças. A guerra o obrigara, juntamente com os seus soldados, a realizar esforços sobre-humanos. Aníbal estava consciente da grande capacidade de resistência dos habitantes de Roma e sabia que seu exército não dispunha nem de armamento, nem das provisões necessárias para sobreviver a um cerco. Por tudo isso, decidiu não dar a ordem de marcha; a conquista da cidade deveria esperar. Então

Maharbal, decepcionado, disse-lhe:

– Sabes como ganhar uma batalha, não sabes como explorar uma vitória.

Assim o conta o historiador romano Tito Lívio: *Vincere scis, Hannibal, victoria uti nescis*, pode ler-se na sua *História de Roma desde a sua fundação*.

Terá Aníbal renunciado a uma vitória provável sobre Roma depois da batalha de Canas? Os historiadores não estão de acordo sobre o assunto. Alguns opinam que teria sido perfeitamente possível para ele conseguir o controle da cidade. Outros, porém, asseguram que Aníbal estava consciente de que, apesar da derrota dos exércitos romanos, a metrópole era suficientemente capaz de, em muito pouco tempo, recrutar soldados suficientes para defender as muralhas da cidade. Além disso, é provável que temesse que os aliados de Roma, caso se visse obrigado a cercá-la, o atacassem pelas costas.

Aníbal ofereceu a Roma a possibilidade de iniciarem negociações para a paz. No entanto, e apesar da situação da cidade ser desastrosa, o Senado recusou o convite. Para além disso, os romanos começaram a reunir um novo exército e a guerra continuou. Na sequência da batalha de Canas, Aníbal e as suas hostes passaram ainda 15 longos e sangrentos anos na Itália sem conseguirem a vitória definitiva.

A Segunda Guerra Púnica (219-201 a.C.), à semelhança da primeira (264-241 a.C.), devia dirimir a questão de saber se Roma passaria a controlar a cidade de Cartago, situada na costa da atual Tunísia e, com isso, todo o mediterrâneo. O nome de Guerras Púnicas tem sua origem na denominação romana dos fenícios, fundadores da cidade de Cartago.

Dois anos antes dos acontecimentos de Canas, Aníbal encontrava-se na Espanha, que então pertencia ao império cartaginês, à frente de um exército de 60 mil homens e 37 elefantes de guerra. Cruzou os Alpes e chegou à Itália com apenas 20 mil homens. Em toda a guerra, o seu exército não conseguiu nenhuma vitória decisiva face à poderosa Roma. Apesar da vitória de Canas, Aníbal não obteve nenhuma vantagem estratégica. Embora, nos anos que se seguiram, um ou outro aliado de Roma se tenha passado para o lado cartaginês (como aconteceu durante um certo tempo com a cidade de Cápua e, mais tarde, com as de Tarento e de Siracusa), o sistema de alianças romano permaneceu intacto. Em contrapartida, Aníbal não conseguiu forjar nenhuma aliança sólida. E, além disso, apenas obteve apoio de Cartago, razão pela qual a sua campanha de conquista ficou reduzida a uma guerra de guerrilhas, que se prolongou por vários anos.

No ano 211 a.C., Aníbal tentou mais uma vez o assalto a Roma. Os gritos dos habitantes da cidade ameaçada, “Aníbal às portas!”, tornaram-se famosos na sua forma gramaticalmente incorrecta “Hannibal ante portas!” No entanto, face a esses gritos angustiados, tudo se deteve. Aníbal não conseguiu, uma vez mais, a vitória decisiva. Não lhe chegaram as forças e acabou por se retirar.

No ano de 201 a.C. terminou a Segunda Guerra Púnica com a derrota de Cartago. Os romanos imitaram os seus inimigos e levaram a guerra às portas

da sua casa. Em primeiro lugar, o general romano Cipião cortou a passagem às tropas de reforço que Aníbal tinha colocado na Espanha, e logo se mudou para o norte da África. Na batalha decisiva de Zama, no ano de 202 a.C., Cipião derrotou Aníbal com a mesma tática que este havia utilizado em Canas. Roma exigiu de Cartago uma elevadíssima indenização de guerra. Depois de fugir durante anos dos esbirros romanos, Aníbal acabou por se suicidar no ano de 189 a.C., na Ásia Menor. Por essa época, Roma já estava cansada da constante ameaça de Cartago. Segundo Cícero, antes mesmo da Terceira e decisiva Guerra Púnica, o senador Catão pronunciou as famosas palavras: “E também penso que Cartago deve ser destruída”. Como é do conhecimento da História, os romanos tomaram as suas palavras à letra e, no ano de 146 a.C., durante a Terceira Guerra Púnica, conquistaram Cartago e arrasaram-na completamente. O território cartaginês converteu-se numa província africana do Império Romano.

Provavelmente nunca saberemos ao certo se Maharbal teria razão com as suas palavras acusadoras, e se Aníbal soube medir corretamente suas limitadas forças. As palavras de Maharbal ficaram famosas porque descrevem de forma certa a situação em que o vencedor de uma batalha não sabe aproveitar a oportunidade para conseguir o triunfo final e, com ele, pôr fim à guerra. Foi assim, pelo menos, que Maharbal o viu. Na realidade, ambos os generais se encontravam numa situação que ocorre com alguma frequência na História: um inimigo (por vezes demasiado poderoso) pode ser vencido num momento de debilidade, mas essa vitória será sempre transitória.

9. OS DADOS ESTÃO LANÇADOS

Júlio César (100-44 a.C.)

Na sua frente corriam as contemplativas águas do Rubicão. Naquele ponto, o rio marcava a fronteira entre a província romana da Gália Cisalpina (norte da Itália) e a Roma central. Júlio César viajava numa carruagem e, ao chegar ao Rubicão, foi obrigado a parar. Os cavalos de tiro puseram-se a beber da água pouco profunda da margem. O ar frio daquele dia de inverno devia carregar o cheiro de suor dos cavalos e dos soldados que acompanhavam Júlio César. Este sabia bem as graves dificuldades que a decisão de atravessar o rio com o exército lhe traria.

O que decidisse naquele dia de janeiro do ano 49 a.C. iria provocar o desfecho dos acontecimentos dos últimos anos. Era claro que, no caso de atravessar finalmente o Rubicão com as suas tropas e penetrar no território romano, a guerra civil estalaria inevitavelmente. Júlio César não a temia, uma vez que a considerava necessária à consecução do seu objetivo, e foi assim que os acontecimentos tomaram o seu rumo. Alguns legionários já haviam atravessado o rio por diversas pontes quando, finalmente, Júlio César deu a definitiva ordem de marcha.

Plutarco relata que no momento de tomar a decisão, Júlio César recitou em grego o poeta Menandro: “O dado foi lançado ao ar”. Plutarco traduziu-o para latim como “O dado está lançado”. Terá sucedido realmente assim? Na sua obra *Guerra civil*, onde aborda o conflito que deflagrou no seu seguimento, Júlio César, sempre atento ao efeito surpresa, não menciona esta frase nem nada semelhante.

A mais popular, embora menos literal, é a tradução do escritor romano Suetónio: “Os dados estão lançados”, ou *Alea jacta est*. A frase utiliza-se depois de se ter tomado uma decisão difícil; aqueles que a pronunciam no momento de terminar uma empreitada cujo resultado é incerto estão próximos do espírito de Júlio César. A expressão “cruzar o Rubicão” utiliza-se

para descrever um fato para o qual não há retorno, e cujo desenlace é ainda uma incógnita.

Para Júlio César e seus inimigos, o dado foi lançado em frente às águas do Rubicão, e só passados três anos voltaram a conhecer o sossego. O que terá levado Júlio César a iniciar o jogo, e o que terá sucedido?

Quando Júlio César nasceu, em Roma no ano 100 a.C., ninguém iria sequer imaginar que muito tempo depois o seu nome daria lugar aos títulos de kaiser e czar, que viriam a ser concedidos a soberanos. Segundo a lenda, a nossa personagem veio ao mundo da forma hoje denominada “cesariana”. Gaio (era este o seu nome) pertencia à família aristocrática dos Julio, mas esta não se contava entre as famílias verdadeiramente influentes de Roma. Pela sua constituição física, Gaio Júlio César não mostrava ser, nem um pouco, uma figura heroica. Não era muito alto, tinha uma voz relativamente aguda e começou a perder o cabelo muito cedo, algo muito embaraçoso para um homem que tinha fama de ser presumido. Mais tarde seria vítima de ataques de epilepsia cada vez mais frequentes, a tal ponto que chegou a sofrer um deles em plena batalha. E, no entanto, o seu rosto a todos conquistava: a boca delicada, as maçãs do rosto altas e um porte de asceta que se manifestou desde cedo. Ainda jovem, Júlio César irradiava carisma. Sabia convencer os demais, era um grande orador e pontuava os seus discursos com pausas que dotavam as palavras de grande efeito. Com o tempo, as duas rugas da base do nariz foram-se aprofundando e a experiência vital deu aos olhos e às comissuras da boca do soberano absoluto uma expressão que também revelava a frialdade e o cinismo do homem já adulto.

Depois do serviço militar e de terminar os estudos, iniciou sua carreira política. Um após o outro, Júlio César foi ocupando todos os cargos mais importantes de Roma. Sua carreira começou no ano 68, na Espanha, onde exerceu o cargo de questor e onde também ocupou o cargo de alto funcionário. Passados três anos regressou a Roma, onde, mediante o pagamento de ajudas financeiras, foi admitido como edil, espécie de ministro da cultura que velava pelo bom funcionamento dos templos e dos jogos circenses. Júlio César utilizou essa posição para se tornar conhecido pelo povo e para que este o olhasse com admiração. No ano 63 a.C. foi nomeado *pontifex maximus* e, com isso, passou a estar à frente do colégio de sacerdotes. Durante a sua meteórica ascensão, César contou com o apoio constante do rico e ambicioso Marco Licínio Crasso, algo comparável com um Rockefeller romano. No entanto, César contraiu inúmeras dívidas, que o obrigaram a aceitar um cargo de procônsul na Espanha. Regressou em meados dos anos 60 a.C., já livre de débitos. Na sequência disso, selou uma aliança com Crasso e com um general que, naquele tempo, era o mais popular de Roma, Cneu Pompeu. O triunvirato devia ajudá-los a impor os seus interesses políticos. Pompeu casou com a filha de Júlio César, Júlia. No ano 59 a.C., Júlio César converteu-se finalmente em cônsul, e passou assim a deter o cargo de maior responsabilidade na república romana da época. Habitualmente, o cônsul não exercia o cargo sozinho, mas com um segundo cônsul, e o cargo tinha a duração de um ano.

O parlamento romano, o Senado, não simpatizava com o cônsul Júlio César. Os senadores bloqueavam suas propostas legislativas e ele, por sua vez, para levá-las adiante, não hesitava em não acatar as leis. Na condição de cônsul, gozava de imunidade e não podia ser culpabilizado. O habitual era que, depois de ter exercido o cargo de cônsul, se aceitasse o cargo de procônsul de alguma província; foi o que aconteceu também com César. Só que os seus amigos mais influentes conseguiram que ficasse não só com uma província, mas com três de uma vez: a Ilíria (atual Dalmácia), a mencionada Gallia Cisalpina (Itália setentrional) com o rio fronteiro Rubicão e também a Gallia Narbonensis (França meridional). Esta última província serviu a Júlio César como ponto de partida para a sua guerra de conquista, que o levou finalmente a apoderar-se de toda a Gália. Só que nem o Senado nem ninguém havia ordenado que ele conquistasse a Gália.

Seu procedimento arbitrário podia valer-lhe uma condenação em Roma assim que terminasse seu mandato como procônsul. Ironicamente, a lei que havia transgredido fora a única que conseguira aprovar na sua vigência como cônsul: a chamada *lex Iulia de repetundarum*, que proibia os procônsules das províncias de destacar as suas tropas para fora do território fixado sem a devida autorização do Senado para iniciar uma guerra. Momentaneamente, Júlio César iludiu a questão por ter conseguido uma prorrogação de cinco anos no cargo de procônsul. Assim, continuou a lutar na Gália, cruzou o Reno por duas vezes com suas tropas e, para consolidar a conquista, invadiu por duas vezes a região da Bretanha. Enquanto César lutava e vencia em nome de Roma, seria muito difícil tirá-lo do seu posto. Em 56 a.C., renovou a aliança do triunvirato com Pompeu e Crasso. A aliança contemplava a eleição dos seus dois aliados para cônsules e, na sequência disso, a atribuição de um posto militar bem lucrativo. Dito e feito. A eleição encontrou alguma resistência em Roma, mas foi sufocada violentamente; houve mortos.

No decorrer de todos esses fatos, Crasso faleceu durante uma campanha militar contra o império parto. Grupos armados de diversas facções políticas tomaram as ruas de Roma. Por fim, a cúria, a sala de reuniões do Senado, ardeu. Depois de ter conseguido um complicado acordo com o Senado, Pompeu foi proclamado procônsul único, com poderes ditatoriais. Em breve conseguiu restabelecer a paz e ordenou que se elegeisse um segundo cônsul. Entretanto, em 51 a.C., terminou a guerra na Gália. O último grande foco de resistência, capitaneado pelo gaulês Vercingetórix, foi submetido no ano 52 a.C., com a queda da cidadela de Alésia. A outrora livre Gália, que se estendia entre o Reno e os Pirenéus, foi submetida e Júlio César tornou-se soberano de um dos territórios mais ricos do Mediterrâneo ocidental.

E agora, no ano 49 a.C., pouco antes do dia em que cruzará o Rubicão, César quer ser nomeado cônsul por todo o ano seguinte. Uma vez no cargo, não poderia ser julgado. No entanto, pelo fato de estar ausente, a petição ao cargo lhe é negada. O Senado e Pompeu exigem-lhe a desmobilização das tropas, mas ele responde que só acederá se Pompeu renunciar, ao mesmo tempo, às tropas que tem na Espanha. Pompeu nega-se a isso. Em janeiro de 49 a.C. o Senado outorga de novo poderes ditatoriais a Pompeu e exige

definitivamente de César a entrega do seu exército e das suas províncias.

Havia quase nove anos que Júlio César não entrava em Roma, tempo que passara ininterruptamente em guerra. Finalmente cruzou o Rubicão, a guerra civil aconteceu e Roma encontrou-se indefesa face às experientes legiões de Júlio César. Pompeu fugiu com a frota romana, o Senado mudou-se primeiramente para o sul da Itália e depois para a Grécia. Ao cabo de três meses, toda a Grécia estava já sob o controle de César. Este costumava dispensar aos vencidos a sua célebre *clementia caesaris*, a clemência de César, com o que habilmente minava a moral do inimigo. Bastava-lhe dar a saber aos vencidos que era diferente; a sua clemência dificultava enormemente a organização da resistência.

César derrotou os seus adversários, um após outro. Na sequência da conquista das províncias de Pompeu, na Espanha, e da tomada de Massália, a atual Marselha, em 9 de agosto de 48 a.C., desencadeou-se em Farsália, na Tessália, ao norte do que é hoje a Grécia, a batalha final contra Pompeu. César venceu e Pompeu fugiu para o Egito. Ali, o rei Ptolomeu XIV, que disputava o poder absoluto com sua irmã Cleópatra (com a qual naquele momento reinava), mandou prender e matar Pompeu na esperança de conseguir a proteção de César. No entanto, quando lhe entregaram a cabeça de Pompeu, César ficou profundamente comovido. Seja como for, o assassinato de Pompeu ofereceu-lhe a oportunidade de invadir o Egito com um pequeno exército. Não sabemos quais eram os seus planos, já que, desde que conheceu Cleópatra, foi esta que passou a decidir. Cleópatra foi nomeada rainha única por Júlio César, e Ptolomeu afogou-se no Nilo depois de perder a batalha contra ele. César passou os meses seguintes com Cleópatra, que, mais tarde, deu à luz um menino, Cesarion. Os historiadores não chegaram a um acordo sobre se a criança realmente era um bastardo de César, que, diga-se de passagem, nunca acreditou na sua paternidade.

Quando, na primavera de 46 a.C., César venceu os partidários de Pompeu em Tapso, no norte da África, e no ano seguinte derrotou os filhos de Pompeu, na Espanha, os dados já haviam deixado de rolar. O resultado da guerra civil fora a vitória absoluta de César.

O poder de César em Roma foi-se assemelhando, progressivamente, ao de um soberano totalitário. De fato, foi declarado ditador em vida. E, no entanto, a desconfiança que suscitava também aumentou. Os inimigos de César foram-se unindo, à medida que este ia se cansando das tarefas de governo e das homenagens, cada vez mais extravagantes, prestadas à sua pessoa.

No decurso de uma grande celebração em honra do deus Pan, em 15 de fevereiro de 44 a.C., Marco Antônio, então cônsul e partidário incondicional de César, prestou-lhe honras de rei. César rejeitou-as veementemente; naqueles dias andava especialmente abatido, desanimado, como se o seu grande êxito o deprimisse. No entanto, os adversários de César estavam fartos dele e a conspiração estava já em marcha.

Sessenta senadores sob o comando de Marco Júnio Bruto e de Gaio Cássio Longino planejaram o inevitável e justificado assassinato do tirano, no

dizer das suas próprias palavras. A 15 de março (os idos de março, segundo o calendário romano) passaram à ação. César estava prestes a iniciar uma campanha contra os Partos. Apesar de ter sido advertido, decidiu ir, como habitualmente, até o Senado. No caminho voltaram a avisá-lo do perigo que corria, mas ele desvalorizou todas as advertências. Em frente à entrada do teatro Pompeu, onde se celebravam as sessões do Senado desde o incêndio, os conspiradores rodearam-no. Com as suas togas brancas formaram um círculo em redor do homem da toga púrpura. Os que estavam mais perto sacaram suas adagas e as cravaram em César (alguns deles morrendo de medo). Vinte e três punhaladas puseram fim à vida de Júlio César. Não existe unanimidade sobre se, vendo o seu protegido Brutus entre os assassinos, teria realmente pronunciado as palavras: “Até tu, Brutus?” Suetônio e Cássio Dion citam-nas, embora também ponham em dúvida a autenticidade do episódio. Diz-se que, ao ver-se perante a morte, César cobriu a cabeça com a toga e, depois, deixou que o ato se consumasse.

10. ERRAR É HUMANO

Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.)

Errar é humano. Poucas serão as pessoas para quem esta frase terá tanto significado como para Marco Túlio Cícero, um dos mais importantes escritores que a literatura latina nos deu e também uma das mentes políticas mais brilhantes de Roma e um dos oradores mais dotados da sua época.

Como todos os políticos romanos, Cícero não só discursava no Senado, como frequentemente o fazia diretamente aos cidadãos. Geralmente elegia como cenário a praça mais importante do coração da cidade, o *Forum Romanum*. Situado numa planície entre duas colinas, o Fórum Romano foi, durante séculos, o centro da política pública. Quando um orador começava a falar, as pessoas que queriam ouvi-lo saíam de baixo das arcadas sombrias onde se reuniam centenas de vendedores ou abandonavam os espaços entre as colunatas. A luz do sol refletia-se no mármore branco dos edifícios que rodeavam a praça. Nem uma mancha verde, nem uma árvore, nem um arbusto. O Fórum era o centro geométrico pétreo do império.

Cícero provinha de uma família da ordem equestre, de bastante prestígio, endinheirada mas sem grande influência política. O jovem dotado estudou direito, retórica, filosofia e literatura, e começou a trabalhar como advogado. No entanto, foi graças à oratória que rapidamente tornou-se um homem. Iniciou a carreira política e foi nomeado questor na Sicília, cargo que desempenhou com acerto e prudência. Depois foi eleito para o Senado e nomeado cônsul. Ocupava o mais alto cargo da república romana, no ano de 63 a.C., quando descobriu e fez abortar a conspiração de Lúcio Sérgio Catilina. O discurso de Cícero contra os conspiradores, a *Catilinária*, ficou célebre e ainda é lido nas aulas de latim para satisfação (ou descontentamento) dos alunos.

Quando a república parecia salva, o triunvirato dos generais Júlio César, Cneu Pompeu e Marco Licínio Crasso veio criar um novo motivo de

preocupação. Estes defendiam que o Império Romano necessitava de uma nova forma de governo, mais autoritária, mas Cícero manteve-se firme na aplicação da constituição em vigor. O triunvirato começou então a aticar os ânimos da população contra os seus próprios inimigos. Finalmente conseguiram que as execuções que Cícero havia ordenado na sequência da conspiração catilinária fossem declaradas ilegais. Em 58 a.C., Cícero foi desterrado. Longe de Roma, perdeu a sua influência política e decidiu consagrar-se à literatura, ao mesmo tempo que assumiu a administração da província da Cilícia, na atual Turquia. Quando, em 49 a.C., César desencadeou a guerra civil contra Roma, Cícero decidiu regressar e enfrentar politicamente o usurpador. César saiu vitorioso e indultou Cícero, mas voltou a excluí-lo da política romana.

Uma vez mais Cícero concentrou-se nos seus textos, muitos dos quais chegaram até os nossos dias. Inúmeros documentos da época que falam dele sobreviveram também aos tempos. Pelo fato de Cícero ter abordado um leque de temas vastíssimo e de existir muita documentação sobre ele, a historiografia não conseguiu formar uma imagem muito definida do personagem. O que mais se critica a seu respeito é a sua inconstância. Também costuma-se acusá-lo de não ter sido iluminado por nenhuma ideia nova. No entanto, há que ter em conta que nenhum dos políticos com quem se defrontou durante a vida tinha qualquer visão política. Júlio César, Pompeu, Marco Antônio e Octávio eram apenas movidos por um objetivo comum: alcançar o poder e conservá-lo. Cícero, pelo contrário, trabalhou sempre convencido da bondade da república, da *res publica*, do bem comum de todos os cidadãos livres. Neste sentido, esteve sempre imperturbável.

Como partidário da república que era, celebrou a morte de César, ainda que não tenha tomado parte na conspiração para assassiná-lo. Nos dias de incerteza que se seguiram à morte do ditador, colaborou com o Senado e, num gesto de continuidade, demonstrou todo o seu talento político ao encarregar-se da execução de todos os planos e leis que César havia projetado. Os conspiradores foram anistiados, mas tiveram de exilar-se. Seu crime foi declarado oficialmente ilegal, mas Cícero assegurou-se de que não seriam tratados em mártires.

Quem iria suceder a Júlio César? O nome de Cícero foi um dos sorteados. Acabava de completar 62 anos e, apesar de tudo, era um homem com poder e que desde o início não se opôs à nomeação. No entanto, faltavam-lhe o impulso e o instinto para o risco. Cícero não tinha índole de conquistador e provavelmente a sua veia intelectual fazia-o perder muito tempo planejando os acontecimentos e ponderando as regras do jogo. Por fim, e como já havia sucedido antes, quando a guerra civil estalou, só lhe restou a opção de decidir a qual dos dois combatentes mais bem posicionados dava o seu apoio. Estamos falando de Marco Antônio, um dos cônsules no cargo, e de Octávio, o jovem filho adotivo de César. O rapaz, com apenas 18 anos e em quem bem poucos confiavam, decidiu lutar não só para assegurar a herança material do pai, como também o poder. Enquanto Octávio tentava aticar os ódios do povo romano contra Marco Antônio, este se aliou a um

exército e decidiu enfrentar os assassinos de Júlio César.

Naqueles dias, Cícero também fez campanha contra Marco Antônio. Prova disso são as suas célebres *Filípicas* (assim chamadas em referência ao famoso discurso que o grande orador grego Demóstenes pronunciou contra o rei da Macedônia, Filipe II). Em determinada passagem (12, 2) podemos ler as seguintes palavras: “Errar é humano” e “e permanecer no erro é próprio dos imbecis”.

O próprio Cícero se equivocou por diversas vezes ao longo da sua carreira política. No entanto, nos momentos de instabilidade, o homem tende a equivocarse mais ainda do que lhe é habitual. Na Antiguidade, a ideia de que errar é humano já aparecera muito antes. A própria filosofia grega havia se ocupado desse fenômeno: Sócrates, nas suas reflexões sobre o saber e as crenças, ou Parmênides, com a sua advertência de que os sentidos humanos se baseiam em ilusões. No entanto, a primeira referência escrita e explícita de uma frase próxima da posterior variante *errare humanum est* nós podemos encontrar em Cícero. Passados mais de 400 anos, numa das cartas de São Jerônimo, um dos doutores da Igreja, encontramos as palavras: “porque é tão humano equivocarmo-nos como inteligente é admitir o erro.” Pode-se discutir se a versão reduzida *errare humanum est* deve ser atribuída a Cícero ou a São Jerônimo. A favor da atribuição a Cícero há que considerar que, no momento de escrever as suas palavras, São Jerônimo teria, sem dúvida, em mente, os textos do primeiro; não é por acaso que São Jerônimo era um dos homens mais cultos do cristianismo primitivo e um admirador de Cícero, a tal ponto que se diz que costumava apresentar-se não como um jovem cristão, mas como um jovem ciceroniano. Assim, esta pequena frase *errare humanum est* ilustra também o papel de Cícero na história da cultura ocidental: foi custódio da filosofia grega, introduziu-a no mundo de língua latina e, com isso, lançou uma ponte para a Idade Média e a Idade Moderna.

Teria se equivocado também no momento de avaliar os dois homens que lutavam pelo poder em Roma e na sua decisão de apoiar Octávio? Inicialmente, Octávio derrotou o seu rival Marco Antônio no campo de batalha, e este último fugiu. Mais tarde, no entanto, os adversários uniram-se e, em 43 a.C., formaram um triunvirato com o até então insignificante Marco Emílio Lépido. Com isso, Roma ficou nas suas mãos e Marco Antônio, especialmente, iniciou uma campanha de terror sem paliativos. Octávio não se interpôs: pelo contrário, acrescentou vários nomes à lista negra elaborada por Marco Antônio. Nas semanas que se seguiram, 300 senadores e 1.200 cavaleiros tombaram vítimas dos comandos homicidas. Milhares de romanos tiveram de fugir da cidade. Também Cícero teve de escapar, pois Marco Antônio não tinha esquecido as suas *Filípicas* e Octávio nada fez para o defender. No dia 7 de dezembro de 43 a.C. uns esbirros detiveram a liteira em que Cícero seguia, e no momento em que este deitou a cabeça de fora, cortaram-na sem pronunciarem uma palavra sequer.

11. *CARPE DIEM*

Horácio (65-8 a.C.)

Os dias em que o poeta romano Horácio escreveu as palavras *Carpe diem* no primeiro livro das suas *Odes* foram testemunhos do fim de uma das guerras civis mais longas e atroz de Império Romano. Octávio proclamou-se vencedor, e na sequência da morte do maior dos seus inimigos, Marco Antônio adotou o nome de Augusto e proclamou-se o primeiro imperador romano. A república passara à história e começara uma época em que o poder recaía nas mãos de um só homem. Naqueles dias, a única coisa que o povo de Roma esperava era que a paz reinasse novamente e que, por fim, pudesse voltar a respirar. O convite do poeta Horácio para aproveitar o dia deve ter soado como um eco dos seus sentimentos.

O verdadeiro nome de Horácio era Quintus Horatius Flacus; sendo que o último nome significa algo como orelhudo. O poeta não só foi testemunha, como tomou parte nos últimos acontecimentos históricos. O pai de Horácio, um escravo libertado, havia levado o jovem filho para Roma com o intuito de proporcionar a ele uma boa educação. Mas, por fim, o jovem Horácio foi para Atenas, onde aprendeu grego. Aos 21 anos alistou-se no exército de Brutus e ali deu início a uma carreira fulgurante. No entanto, esta acabou de forma abrupta quando, no ano de 42 a.C., Brutus perdeu a batalha de Filipos contra Octávio e suicidou-se. Horácio teve de fugir e não pôde voltar a Roma até ser decretada uma anistia. Não obstante, os seus bens familiares haviam sido confiscados e Horácio ficou na miséria. Teve de empregar-se como *scriba quaestorius*, funcionário do banco estatal, trabalho com o qual recebia honorários miseráveis. Mais tarde diria que a pobreza o levava à poesia. Não foi uma má decisão, pois o próprio Virgílio, na época o maior poeta de Roma, apreciou os versos de Horácio e apresentou-o ao protetor das artes Caio Cilnio Mecenas, homem de uma riqueza incomensurável e cujo sobrenome viria a dar lugar à palavra mecenas. Mecenas adotou o promissor Horácio e pouco

depois publicou as suas *Conversas*, texto que inaugurou a sátira como gênero literário. Em 32 a.C., seu protetor ofereceu-lhe uma propriedade rural com moradia nos montes Sabinos. A partir desse momento, Horácio deixou de ter preocupações financeiras. Passados dois anos (Octávio acabava de se proclamar imperador), começou a escrever as *Odes*, que publicaria sete anos depois.

“Aproveita o dia de hoje e não confies no amanhã”, eis a forma completa da citação mais famosa das *Odes* (I, 11, 8). Naqueles tempos era habitual fazer versos a pessoas reais ou inventadas; estes eram dirigidos a uma mulher chamada Leucónoe; seu nome significa algo como “mulher de clara inteligência”. A tradução para o português “Aproveita o presente!”, embora não seja uma tradução literal, é uma tradução acertada daquilo que Horácio queria dizer, pois o imperativo latino *Carpe!* pode ser traduzido não só como “Agarra!”, mas também como “Colhe!”. Quando alguém agarra alguma coisa ou a colhe, é porque quer apropriar-se e servir-se dela, desfrutá-la. Isso, disse Horácio, também se pode aplicar ao dia.

No seu convite a que se aproveite o dia ecoa a doutrina epicurista, já então centenária e assim chamada em honra do fundador desta corrente filosófica, Epicuro de Samos (341-270 a.C.), que proclamara que a busca da felicidade era o único objetivo do homem. Além da atitude vital de Epicuro, as palavras de Horácio deixam entrever também as máximas de outra escola de pensamento grega: a estoica. Esta preconizava a resignação, a renúncia ao desejo, mas também o cumprimento do dever. Servirmo-nos de algo, darmos a isto uma utilização, significava também cumprir um dever.

Na sequência da morte de Virgílio, o imperador Augusto nomeou Horácio seu sucessor como *poeta laureatus* e, com isso, transformou-o oficialmente no primeiro poeta de Roma. Horácio terá provavelmente querido aproveitar todos os seus dias como tal, pois recusou um convite para o cargo de secretário privado do imperador.

12. LAVO AS MINHAS MÃOS

Pôncio Pilatos (procônsul, 26-36 d.C.)

No ano de 30 d.C., aproximadamente nos dias da Santa Páscoa que se celebrava em memória da libertação do Egito, dezenas de milhares de judeus peregrinavam em Jerusalém. Também chegou à cidade um homem chamado Jesus. Provinha de uma pequena povoação chamada Nazaré, na Galileia, e havia vários anos viajava como pregador e curandeiro. Em seu redor havia-se formado um grupo de discípulos que o seguiam de um lugar para o outro, de sermão em sermão, de feito em feito. Como diz a Bíblia, Jesus chegou a Jerusalém montado num burro. Seria ele o Messias que, tal como Zacarias havia profetizado, entrava na cidade montado num animal? O apóstolo São Mateus escreve que Jesus foi recebido por uma multidão entusiasmada. No entanto, há motivos para acreditar que foram os discípulos que o acompanhavam que organizaram um espectáculo para os habitantes da cidade repararem na chegada do seu mestre. Seja como for, aquela agitação chamou a atenção dos sacerdotes judeus da cidade para aquele homem de quem já haviam ouvido falar.

Os sumos sacerdotes, nome que recebiam os dirigentes do povo judeu, eram, na época da ocupação romana, os fracos chefes dos fracos. Todos os dias os romanos se encarregavam de lembrá-los sobre a sua impotência e a do seu povo. Alguns desses sumos sacerdotes encontraram uma maneira de se entender com os poderosos, tendo ficado à beira de perder também o prestígio espiritual aos olhos do seu próprio povo. Daí que o povo se sentisse atraído pelos pregadores ambulantes que lhe ofereciam as suas próprias doutrinas da graça. Um deles era Jesus de Nazaré. A resistência judaica aproveitava a Páscoa para protestar contra a ocupação romana, e em Jerusalém toda a gente vivia as celebrações com grande cautela. Pelo que lemos na Bíblia, Jesus provocou um escândalo no templo ao evidenciar o ponto fraco dos sumos sacerdotes e ao repreendê-los pela sua secularização,

o que provocou um enorme tumulto. Como iria reagir o povo? Que fariam os romanos se esta situação se mantivesse?

Não existem provas históricas de os sumos sacerdotes terem se reunido numa assembleia de crise na casa do seu colega Caifás, na qual decidiram mandar matar Jesus Cristo, como também não existem provas da traição de Judas Iscariotes. A única certeza é que momentos antes da festa da Páscoa, Jesus foi feito prisioneiro pelos ocupantes romanos.

E é agora que entra em cena Pôncio Pilatos, que, desde o ano 26, ocupava o cargo de prefeito romano sendo, simultaneamente, procônsul da Judeia e da Samaria. Pilatos defendia inflexivelmente os interesses romanos e o seu regime era especialmente duro. Seu mandato começou com uma provocação contra os judeus, quando decidiu colocar estandartes imperiais nas ruas. Em seguida, serviu-se do dinheiro proveniente dos tesouros do templo para construir aquedutos. Aos olhos de Roma não parecia estar desempenhando mal o seu trabalho; para prová-lo está o fato de ter assumido o cargo de procônsul durante dez anos. No Império Romano não era normal que alguém permanecesse tantos anos no mesmo lugar. Só foi mudado no ano 36, na sequência da intervenção sangrenta contra o povo samaritano. As fontes históricas não revelam muitos mais dados negativos sobre ele.

Historicamente não é possível demonstrar que o processo judicial contra Jesus tenha sofrido avanços e recuos. No entanto, sobre o fato de a acusação contra Jesus por alta traição e instigação à revolta competir exclusivamente a Pôncio Pilatos, que o condenou a morrer na cruz, não existe qualquer hipótese de discussão.

Quais foram as particularidades exatas deste caso? Os autores da Bíblia, os evangelistas, apresentam um Pilatos hesitante na hora de anunciar a condenação. Segundo contam, ele terá inquirido a multidão ali reunida e foi ela que pediu a crucificação de Jesus. Então Pilatos teve um momento de dúvida. No entanto, em nome da concórdia (é essa, pelo menos, a impressão que a história nos dá e como ela é interpretada há séculos pelos cristãos), terminou cedendo não só às pressões dos sumos sacerdotes judeus, como também à inconfundível vontade do povo judeu ali reunido. Seja crucificado!

A Bíblia ilustra o sofrimento de Pilatos ao ter de tomar esta decisão. Segundo São Mateus 27, 24, Pilatos mandou trazerem água e lavou as mãos na presença da multidão, dizendo: “Estou inocente deste sangue. Isso é convosco.” Na Bíblia a frase aparece também no salmo 26, 6. Na “Oração de um inocente” pode-se ler: “Lavo as minhas mãos em sinal de inocência e ando à volta do teu altar, Senhor.”

A Bíblia introduziu na consciência coletiva a frase: “Lavo as minhas mãos.” Não é possível saber se a frase foi realmente pronunciada nem se a cena na qual Pilatos pediu a opinião da multidão de judeus realmente aconteceu. Atualmente, a frase “Lavo as minhas mãos” utiliza-se quando alguém quer sublinhar que não tem nada a ver com alguma coisa nem é responsável por isso. No entanto, ninguém é tão responsável pela morte de Jesus como Pôncio Pilatos, mesmo se a versão que a Bíblia conta for

verdadeira; foi ele que o condenou. Se, depois de ter emitido o veredito, atuou como a Bíblia conta, só podemos falar de cinismo e ainda de fraude para com a vítima. Pilatos é o exemplo de um homem que tem nas suas mãos a responsabilidade exclusiva sobre a vida e a morte de outra pessoa, que pode decidir sobre a morte de alguém e que, em troca, não está disposto a assumir a dita responsabilidade e, inclusive, a ilude.

Por que será que Pilatos se comportou desta maneira? Por puro calculismo. Pilatos contava com um protetor em Roma, o comandante pretoriano Lúcio Élio Sejano, ao qual devia também o cargo de prefeito. Sejano era o homem mais poderoso de Roma, pois tornara-se indispensável ao imperador Tibério. No entanto, fora acusado de conspiração e executado sem demora. Para Pilatos, o caso de Jesus podia resultar explosivo: se alguém se aproveitasse da relação de Pilatos com o conspirador Sejano, se os sumos sacerdotes, por exemplo, acudissem à capital e pedissem uma audiência com a desculpa da ameaça de distúrbio na cidade, a atenção das autoridades romanas se voltariam para Pilatos no momento menos oportuno. Em contrapartida, se ele se desfizesse rapidamente dos amotinados, o perigo em breve passaria. Alguém lhe contara certamente que esse tal Jesus se apresentava como o rei dos judeus. Isso vinha a calhar para os projetos de Pilatos, pois permitia-lhe apresentar Jesus como insurgente político e dar a impressão de que mandara executar aquele homem porque os impopulares sumos sacerdotes não lhe haviam deixado outra opção, pelo que a previsível ira do povo se voltaria contra eles. Isso resolveria todos os problemas de Pilatos. Dividir para reinar! Retirava Jesus do meio, acalmava os sumos sacerdotes e o povo não poderia aborrecer-se com ele, pois apenas se limitara a cumprir a vontade popular.

Os evangelistas descreveram o papel dos sacerdotes judeus e do povo supostamente reunido de forma bem mais desagradável e provavelmente tendenciosa. Desse modo, os cristãos, uma comunidade jovem e ainda pequena, pretendiam diferenciarse do judaísmo, da comunidade de fiéis de que provinham e que, prontamente, se convertera em rival. Vale a pena recordar que Jesus era judeu e que, provavelmente, não desejava ser outra coisa.

Jesus foi vítima de um escândalo legal, pois embora Pilatos o considerasse inocente, condenou-o à morte. A tradição cristã apropriou-se rapidamente da personagem de Pilatos, e é curioso observar que, ao longo do tempo, o papel de Pilatos foi julgado de uma forma cada vez mais positiva, ao mesmo tempo que o dos judeus era cada vez mais criticado. O ponto alto desta tendência encontra-se no Evangelho de Nicodemos, também chamado Atos de Pilatos, que faz parte dos apócrifos. Os apócrifos (do grego *biblio apokrifoi*, livros proibidos) surgiram no século V d.C. e reúnem os textos e evangelhos cristãos que não foram incluídos na Bíblia. Neles se assegura que Pilatos acabou por se converter ao cristianismo e é apresentado como mártir.

Não deixa de ser estranho que a responsabilidade pela morte de Jesus de Nazaré tenha sido relegada para um segundo plano. Em seu lugar, a jovem Igreja cristã em breve se centrou na culpa daqueles que, para eles,

representavam a rivalidade ideológica: os judeus. E não só: pelo fato de não culpar os sumos sacerdotes, mas o povo judeu em geral, a Igreja cristã acabou por estimular o antissemitismo histórico.

Se levarmos em conta as circunstâncias em que foi pronunciada, a frase do culpado Pôncio Pilatos, “Lavo as minhas mãos”, oferece-nos a lembrança perene de que o responsável pelas próprias decisões é ele, e não os demais.

13. O DINHEIRO NÃO TEM CHEIRO

Vespasiano (9-79 d.C.)

“De artista do canto a artista financeiro.” Assim poderia ser descrita a ascensão de Vespasiano a imperador romano depois da deposição de Nero. No entanto, Vespasiano não sucedeu diretamente a Nero. A seguir vieram ainda três outros imperadores que desapareceram rapidamente. No Ano dos Quatro Imperadores, como se apelidou o período entre Nero e Vespasiano, de meados de 68 a meados de 69, o sucessor de Nero, Galba, foi logo vítima de uma tentativa de homicídio. Otão, o líder da conspiração, ocupou o seu lugar, mas suicidou-se após uma batalha perdida contra o seu rival Vitélio. Vitélio também esteve no poder por pouco tempo. Em julho de 69, Vespasiano foi proclamado imperador.

Vespasiano (cujo nome completo era Tito Flávio Vespasiano) não tinha, de forma alguma, uma origem nobre. Filho de um cobrador de impostos e prestamista da província italiana, foi o primeiro imperador de origem relativamente humilde, embora o seu abastado pai lhe tenha dado uma boa educação e lhe tenha facilitado a entrada na carreira política e militar. Vespasiano progrediu e, já no tempo do imperador Cláudio, ocupou vários altos cargos civis e militares. Distinguiu-se na Bretanha como general e foi eleito cônsul durante o reinado de Nero. Depois, perdeu um pouco da notoriedade durante algum tempo até que, finalmente, voltou a aparecer na corte de Nero. Este nomeou-o procônsul da província de *Africa Proconsularis*, onde Vespasiano se destacou por não ter enriquecido durante a sua administração. Vespasiano obteve uma licença de Nero para acompanhá-lo na sua célebre (ou infame, segundo a perspectiva) volta pela Grécia. Ao que parece, Nero sabia que tinha em Vespasiano um homem íntegro e capaz, que seguramente não representaria para ele qualquer perigo. Por isso, no dia em que Vespasiano adormeceu durante um concerto do seu imperador e interrompeu, ressonando, a sua interpretação, o desliz não teve

quaisquer consequências.

Como imperador, Vespasiano soube desde o início que estava à frente de um Estado desagregado e não se escusou a esforços para alterar a situação. Tinha de curar as feridas da guerra civil e sanar os arruinados cofres públicos. Vespasiano, que não foi o mais jovem dos imperadores de acordo com as práticas da época, pois chegou ao cargo com 60 anos, fez valer a sua condição de filho de economista e também a sua experiência como militar e político.

Vespasiano foi a personificação de uma consciência enérgica do dever, e isso é precisamente o que ressalta dos retratos que dele se conservam e que ilustram, com o seu estilo realista e desapiedado, a ruptura com a época juliana de Cláudio e com as suas imagens idealizadas. As efígies de Vespasiano mostram-no como um homem de crânio imponente e um pescoço com o qual podia facilmente ter arrastado qualquer mó de moinho. Possuía uma testa surpreendentemente larga e lisa. Os olhos, muito juntos, observam o mundo com picardia. O rosto de Vespasiano, sulcado por rugas e estrias, dominado por um nariz adunco que quase oculta a boca de lábios finos, revela um espírito em constante tensão.

O imperador, ao que parece, um homem de trato simples e jovial, conseguiu pôr as finanças do Estado em ordem. Demonstrou ter uma grande habilidade para encontrar novas fontes de receita. Assim, um dia teve a ideia de tributar a urina das latrinas públicas que era utilizada para curtir peles. Tito, o filho de Vespasiano, mostrou-se ofendido com a medida, mas o pai colocou-lhe bem debaixo do nariz as moedas correspondentes ao primeiro pagamento do novo imposto, dizendo simplesmente: “Não cheira”. É assim que o contam Suetónio e Cássio. Hoje, os porta-bandeiras da ética do trabalho utilizam o dito “O dinheiro não tem cheiro” para significar que não devem colocar-se objeções aos ingressos procedentes do trabalho sujo, desde que seja honrado. Os cínicos, em contrapartida, interpretam esta frase de outra maneira, e concluem que, quando se trata de dinheiro, a sua proveniência é o que menos interessa.

Quando os cofres do Estado voltaram a estar cheios, Vespasiano centrou-se no saneamento e na reconstrução de Roma. Mandou regular o curso do Tibre para proteger a cidade das constantes subidas do rio, e, no lugar exato onde Nero começara a construir o palácio, Vespasiano mandou construir o grande teatro Flávio. Muito perto do teatro havia uma estátua colossal de Nero, que deu ao edifício o nome que em breve o tornaria famoso: o Coliseu.

O governo de Vespasiano representou um êxito também em matéria de política externa, pois confirmou e corrigiu as fronteiras do império. O seu general Gneu Júlio Agrícola conduziu as tropas romanas até o norte da Bretanha, e o filho de Vespasiano conquistou e destruiu Jerusalém no ano 70. Em Roma, os anos do reinado de Vespasiano foram anos de paz. Quando, em 24 de junho de 79, Vespasiano morreu perto da sua cidade natal, com cerca de 70 anos, o Império Romano perdeu um grande imperador, ao qual ficou devendo uma época de grande prosperidade.

14. COM ESTE SÍMBOLO VENCERÁS

Constantino, o Grande (cerca de 288-337)

O símbolo chegou no melhor momento e foi de grande utilidade para o cristianismo e, sobretudo, para o homem a quem ele apareceu.

No ano de 293 o imperador Diocleciano fundou a tetrarquia, um governo dirigido por quatro imperadores que repartiam o Império Romano. Com esta reforma governativa esperava poder travar a tendência de desmembramento que ameaçava o gigantesco império. O que na verdade conseguiu, pelo menos, foi reorganizar o Estado graças a reformas econômicas e administrativas transcendentais. No entanto, em breve se tornaria evidente que uma tal repartição do poder funcionava como uma bomba-relógio, e os novos confrontos não tardariam a estalar. Na zona ocidental do império, um ano após a morte de Diocleciano, os filhos e descendentes dos seus corregentes, o imperador Constantino I e o imperador Maxêncio, defrontaram-se pelo poder absoluto. A circunstância de serem aparentados (Constantino havia deixado a mulher e casado com Fausta, filha de Maxêncio) não constituiu qualquer impedimento para o conflito.

A 28 de outubro de 312, os dois exércitos inimigos encontraram-se às portas de Roma, numa ponte de pedra que atravessava o Tibre. A batalha da ponte Mílvia é lendária. Diz-se que antes do confronto Maxêncio havia consultado o oráculo e este havia predito que, com o exército de 40 mil homens que deslocara para Roma, iria derrotar Constantino. Será que Constantino e as suas tropas tiveram conhecimento disto? O que Constantino sabia era que os seus soldados iam enfrentar um exército muito mais poderoso e que necessitariam de algo que lhes desse coragem.

Por isso pediu aquilo que mais desejava, uma visão que, ao que parece, já havia tido por diversas vezes e que voltou a aparecer-lhe mesmo antes da batalha. Constantino compareceu perante os seus homens e contou-lhes que ao meio-dia havia visto no céu o símbolo de Jesus Cristo acompanhado pelas

palavras “Com este símbolo vencerás!”. Conta a lenda que, depois, mandou pintar nos escudos dos soldados o monograma de Cristo, formado pelas letras gregas X (qui) (por CH) e P (ró) (por R) enlaçadas. Na Antiguidade, o símbolo XP costumava utilizar-se para representar Jesus Cristo. Uma variante da frase “Com este símbolo vencerás!” foi, inclusive, gravada nas moedas da época: “Sob este signo serás vencedor.” Entretanto, a frase já não se utiliza apenas para invocar a proteção da cruz face a um desafio, mas aplica-se também a outros símbolos. Em todo caso, essas palavras ainda hoje representam uma demonstração de confiança num projeto, e um desejo de bom augúrio, quer graças à ajuda de um poder superior ou ao espírito de uma empresa coletiva.

Será que Constantino teve realmente uma visão, ou serviu-se de um ardil extraordinário que lhe permitiu matar dois coelhos de uma cajadada? Não o sabemos ao certo. Em qualquer um dos casos a única coisa que podia fazer era tentar dar alento aos soldados antes da batalha, e, para isso, nada melhor do que recorrer a um sinal que se opunha a tudo aquilo que Maxêncio defendia, uma vez que desde que era imperador de Roma tentava ressuscitar as antigas tradições romanas com os seus correspondentes cultos religiosos. Na hora do combate, a sorte do guerreiro esteve ao lado de Constantino, que saiu vitorioso. Maxêncio, por seu lado, afogou-se no Tibre. A partir daquele momento, Constantino tornou-se soberano único da metade ocidental do Império Romano.

Passados 12 anos, Constantino derrotou também Licínio, imperador da parte oriental do Império, que, por sua vez, havia derrotado Maximino Daia, o quarto imperador da tetrarquia. Com isso, Constantino tornou-se o imperador único do Império Romano. No ano 330, e não apenas por questões de política externa, decidiu mudar a capital do império para Oriente. Instalou-a na antiga cidade grega de Bizâncio, a atual Istambul, onde esperava poder defender melhor um império cada vez mais ameaçado, de oeste e do norte. Foi bem mais fácil para ele exercer o poder absoluto a partir dali do que a partir da caprichosa Roma, com o seu obstinado Senado e as suas impenetráveis estruturas de poder. Rebatizou a cidade, primeiro como Nova Roma e depois como Constantinopla. O brasão da nova capital do Império Romano continha a águia bicéfala, que olha para o leste e para o oeste.

A ambição de poder absoluto de Constantino e o seu desejo de unidade podem ser vistos também nos retratos que ele próprio encomendou e que mostram uma nova imagem de si mesmo. O rosto de Constantino apresenta poucos traços individuais; o imperador mostra-se perante o mundo com os seus olhos grandes, nariz de ave rapaz e queixo enérgico e barbeado (prova de inclinação para a religião cristã porque naquela época a imagem de Jesus Cristo não tinha barba). As efígies de Constantino afastam-no do individualismo da Antiguidade. Além disso, irradiam um poder absoluto e inacessível e, na sua idealização do divino, assemelham-se aos retratos dos faraós que, milênios atrás, aqueles haviam encomendado.

Com Constantino, o cristianismo foi-se convertendo em religião estatal. O imperador mandou construir igrejas, concedeu poder judicial aos bispos e

estabeleceu o domingo como dia de descanso. O empenho dos cristãos em organizar-se, e a sua firme vontade missionária levaram Constantino a servir-se daquela religião tão expansiva como instrumento para garantir o seu poder. No entanto, sabia que o cristianismo só lhe seria útil enquanto conservasse a influência sobre os interesses da Igreja. Por isso, seguiu com grande atenção às inúmeras – e por vezes contraditórias – correntes do primeiro cristianismo, e tentou orientá-las de acordo com as suas conveniências. No ano de 325, e no limite do concílio de Niceia (conduzido por ele próprio), fez com que a Trindade (Deus, Jesus e o Espírito Santo sendo a mesma coisa) fosse incorporada nos dogmas da Igreja.

É discutível se o reinado de Constantino provocou o fim da Antiguidade, mas o certo é que nesses anos se fizeram muitas coisas que, por fim, acabaram com aquele período. Embora continuasse a definir a essência da vida cotidiana, a antiga cultura romana entrara em decadência, e foi sendo substituída progressivamente pela florescente cultura cristã. É difícil dizer se Constantino era cristão. No arco de triunfo que mandou construir após a vitória da ponte Mílvia, a simbologia cristã brilha pela sua ausência e, em troca, aparecem a deusa romana da vitória e o deus do Sol. O imperador raramente proclamava o seu cristianismo na parte ocidental do reino, mais pagã, mas, em contrapartida, na parte oriental, de maioria cristã, declarava-se publicamente cristão. Pode discutir-se até que ponto o faria por razões de Estado.

Antes de morrer, no ano de 337, Constantino fez com que o influente Eusébio de Nicomédia, o patriarca de Constantinopla, o batizasse no seu leito de morte. Com isso, esperava certamente poder expiar o assassinato da mulher e do filho. A Igreja romana difundiu mais tarde a lenda do testamento de Constantino, segundo a qual não havia sido Eusébio de Nicomédia, mas o papa Silvestre I que o batizara no seu leito de morte. Em sinal de reconhecimento e de generosidade, este havia-o proclamado, a ele e aos bispos de Roma que lhe sucederam, soberanos da cidade de Roma e da metade ocidental do Império Romano. No século XV, Nicolau de Cusa demonstrou que os documentos referidos nos séculos VIII e IX para provar este fato haviam sido falsificados, mas já era muito tarde. Graças ao chamado testamento de Constantino, o bispo de Roma proclamou-se Papa e estabeleceu e apontou o seu reino sobre a terra. Embora os cristãos da metade ocidental do Império Romano em decomposição estivessem atrasados alguns séculos em relação aos seus correligionários orientais, os papas do Renascimento estabeleceram em Roma a poderosa Cidade Vaticana.

Também a divisão entre a Igreja católica e romana e a Igreja oriental ortodoxa, que se consumou no ano de 1054 com o cisma do Oriente, quando da excomunhão mútua do Papa de Roma e do Patriarca de Constantinopla, tem a sua origem na separação religiosa e cultural do Império Romano, que começou a forjar-se durante o reinado de Constantino.

Hoje em dia, Constantino é venerado pela Igreja ortodoxa como santo. Na Igreja católica, porém, Constantino não teve tanta sorte, pois apenas

consagraram um dia ao seu nome. Para ele certamente seria indiferente, pois a única questão que lhe terá importado fora o fato de o símbolo de Jesus Cristo o ter ajudado a derrotar os seus adversários.

15. DIVIDIR PARA GOVERNAR

Luís XI (1423-1483)

Desde que os homens exercem poder sobre outros homens, a ideia de “Dividir para governar” foi demasiado tentadora para não ser levada à prática. Na verdade, Luís XI não foi sequer o inventor desta máxima, embora tenha ganhado a pulso o discutível mérito de ser considerado como tal.

Já na Antiguidade, “Dividir para governar” foi um princípio amplamente utilizado na política do poder. Ao que parece, no século IV a.C. Filipe II da Macedônia, pai de Alexandre Magno, fez dela o seu lema. Passados cerca de duzentos anos, voltamos a encontrar a mesma ideia no historiador grego Políbio, e os romanos seguiram em muitas ocasiões a tática de semear a divisão entre os seus inimigos para depois, a menos que estes passassem para o lado romano, os aniquilar, um após outro. Contudo, é a Luís XI, conhecido como o Prudente, rei da França no século XV, a quem geralmente se atribui a autoria desta máxima. Foi este homem de figura pouco imponente, pescoço curto e grosso, nariz comprido, queixo retraído e olhar triste que, ao que se supõe, pronunciou as palavras latinas *divide et impera!*

Quando Luís veio ao mundo, a guerra entre a França e a Inglaterra, considerada como a Guerra dos Cem Anos, já causava estragos havia décadas. Os ingleses dominavam extensas áreas da França, enquanto a corte francesa de Carlos VII dominava as intrigas. Na sequência da morte de Carlos VI, em 1422, Carlos VII reclamou o direito ao trono francês, apesar de dois anos antes, no Tratado de Troyes, seu pai ter renunciado oficialmente às suas pretensões em favor do rei inglês Henrique V. Até o poderoso duque de Borgonha e o parlamento de Paris negaram a dignidade real a Carlos, que foi obrigado a retirar-se para a zona ao sul do Loire, o que lhe valeu o título sarcástico de rei de Bourges. Por fim, Carlos fixou a sua residência em Chinon, onde, em vez de lutar pelo trono e pelo reino, se entregou a quantas

delícias e prazeres a vida lhe oferecia.

Preocupado com a segurança do filho e sucessor ao trono, com apenas 2 anos de idade, o rei enviou-o para o castelo de Loches, a sudoeste de Tours. Longe dos pais e do cerimonial da corte, esta criança ensimesmada desfrutou de uma espécie de retiro campestre, e deixou-se impressionar profundamente tanto pela natureza como pela religiosidade fervorosa da gente simples. A partir dos 10 anos viveu com a mãe e a irmã no castelo de Amboise, à beira do Loire, onde recebeu a esmerada formação política e militar que convinha a um delfim.

Foi então que a Guerra da Sucessão sofreu uma violenta reviravolta com a entrada em cena de uma filha de camponeses. No dia 1º de março de 1429, depois de ser recebida na corte de Chinon, Joana d'Arc convenceu Carlos de que Deus a havia encarregado da missão de libertar a França e profetizou que seria coroado rei em Reims. De fato, Joana conseguiu romper o cerco de Orlêães e, deste modo, deixou o caminho livre para Reims, cidade onde tradicionalmente eram investidos os monarcas franceses e onde, em 17 de julho de 1429, o rei Carlos VII foi coroado solenemente. A luta contra o ocupante inglês foi retomada com novas forças, e nos anos que se seguiram Carlos reconquistou extensas zonas da França, até que em 1453 conseguiu pôr fim à Guerra dos Cem Anos.

Luís tinha 16 anos quando o pai o nomeou comandante do Languedoc. O jovem sucessor ao trono conseguiu, com grande astúcia, pacificar a província, apesar de não contar nem com tropas nem com dinheiro. Quando o rei teve notícia dos êxitos do filho mandou-o regressar à corte, mas o delfim havia descoberto o seu talento e a sua ambição pelo poder. A relação entre o colérico e inconstante Carlos e o seu filho, reservado mas decidido, estava carregada de tensões latentes. O precoce e ambicioso Luís, que não apreciava o estilo de vida dissoluto de seu pai, foi persuadido, em 1440, a participar numa conjura pela qual vários nobres tentaram destronar o rei. A revolta fracassou, Carlos perdeu o filho e este jurou lealdade.

Passados três anos, o rei ordenou ao delfim que acudisse em auxílio da cidade de Dieppe, sitiada pelos ingleses. O jovem herdeiro, que tinha então 20 anos, venceu graças à sua capacidade de estar sempre rodeado pelos homens mais competentes. Ao êxito de Dieppe seguiu-se uma missão contra o exército suíço, que Luís cumpriu igualmente de forma magistral. Em 1446, depois de fracassar outra tentativa de conspiração, foi expulso da corte e exilou-se na região do Delfinado, onde pôs em prática as artes de governo que mais tarde demonstraria como rei da França. Fez com que os seus inimigos se defrontassem entre eles e combateu de forma autoritária qualquer vislumbre de resistência por parte dos nobres ou dos eclesiásticos. Por outro lado, esforçou-se, com êxito, por melhorar a administração e fomentar o desenvolvimento econômico. Em 1451, e contra a vontade de seu pai, casou-se com a filha do duque de Saboia, o que levou o rei a enviar as tropas contra o seu filho. Temendo pela sua vida, este fugiu para a corte de Filipe, o Bom, o duque da Borgonha, outro adversário de Carlos VII. Ali entrou em contato com as ideias do Renascimento italiano. Em seguida, deu-

se conta da estreita relação existente entre o crescimento econômico e o desenvolvimento científico, humanista e cultural, como também da influência que o referido crescimento exercia na estabilidade de um Estado. O Estado devia ser governado por meio de “arte política”, que, como se depreendia da prática das cidades-estado italianas, frequentemente tinha muito pouco a ver com a moral. Luís tinha já em mente os traços fundamentais do seu futuro estilo de governança quando, sob a proteção de Filipe, se retirou para o castelo de Genappe, no Brabante, esperando que o pai morresse.

Assim passou cinco anos de espera impaciente pela morte do rei, de cujas enfermidades os espiões o iam mantendo constantemente informado. Quando, por fim, o rei morreu, em 1461, Luís proibiu na sua corte qualquer manifestação de dor, e saiu para uma caçada. Em seguida dirigiu-se a Reims, onde Filipe, o Bom, duque da Borgonha, o coroou rei.

Ainda que o reinado de Luís tenha se beneficiado, a princípio, da pujança econômica proveniente do fim da Guerra dos Cem Anos, as dificuldades não tardaram a aparecer. Os grandes senhores, que outrora haviam sido seus aliados contra o seu pai, viraram agora seus inimigos. A França não era ainda um Estado unificado e o poder do monarca via-se ameaçado pelos principados mais poderosos, como a Borgonha e a Bretanha. No entanto, e apesar de não ser um rei popular, Luís conseguiu firmar a sua posição. Sua figura nada tinha de imponente: magro e ligeiramente curvado, passeava pelo mundo sobre duas pernas delgadas e arqueadas. Seu olhar atento e sério, que os seus contemporâneos compreendiam como despeitado e perscrutador, não denotava nem simpatia nem interesse pelos demais. No entanto, o rei compreendia rapidamente as coisas e as pessoas, uma qualidade estimulada pelo seu enorme interesse e completada pelas suas fartas fontes de informação, entre as quais se destacava um abundante e bem ramificado sistema de delatores.

Durante as duas décadas do seu reinado, Luís foi aperfeiçoando a sua capacidade em abrir fendas nas coligações inimigas. Fiel à máxima “Dividir para governar” fazia com que os homens se defrontassem entre si e atraía inimigos para o seu próprio grupo. Apesar da sua reserva e da sua impaciência, quando lhe convinha sabia servir-se de um certo encanto, além da hipocrisia, que nunca o abandonou: “Quem não sabe simular não será capaz de reinar”, disse. Aproveitava todas as ocasiões para lembrar aos seus inimigos o seu talento para a crueldade e o terror, importantes instrumentos da sua política. Por exemplo, mandou encarcerar numa jaula de ferro um antigo confidente que ele próprio investira cardeal.

Luís reforçou a administração, designando para cada cargo a pessoa mais competente, sem fazer caso de sua linhagem, o que era outra forma de debilitar a alta nobreza, acostumada a pouco trabalho e lucro fácil. Não deu grande atenção às cidades, à baixa nobreza e à burguesia incipiente, setores que esperavam obter vantagens de um Estado unificado. Também neste caso funcionou a máxima “Dividir para governar”, com o resultado do crescimento do poder da coroa. No entanto, os inimigos de Luís em breve se fartaram de suportá-lo. Em 1465, com o objetivo de depor o rei, os senhores

feudais mais poderosos fizeram uma conjura na Liga para o bem público. No vértice desta coligação de nobres encontrava-se Carlos de Berry, o irmão de Luís, e Carlos, o Temerário, o futuro duque da Borgonha. Após várias escaramuças e depois de algumas vitórias, o rei Luís começou a conhecer a derrota. Em pouco tempo, contudo, conseguiu dividir a Liga à força de intrigas e de subornos.

Os inimigos do rei não se circunscreviam às fronteiras da França, e também na política externa ele sofreu duros reveses, dos quais sempre conseguiu se recuperar, graças à sua tenacidade e destreza em matéria de artimanhas políticas. Era suficientemente astuto, poupando o seu exército aos embates das grandes batalhas, ao mesmo tempo que provocava a ruptura na unidade dos seus inimigos com artes da diplomacia secreta. Também o grande inimigo de Luís, o duque da Borgonha, Carlos, o Temerário, filho do defunto Filipe, o Bom, se viu confrontado com os ardis e subterfúgios do rei gaulês. Luís saiu em defesa das ambições régias de Carlos, dissuadindo Frederico III, o imperador do Sacro Império Romano Germânico, a apoiar a coroação do borgonhês. O esperto Luís avisou o imperador de que se Carlos chegasse ao trono francês, o seu objetivo seguinte seria o cetro imperial.

Quando Carlos, ao qual com toda a razão chamavam de Temerário, caiu no campo de batalha de Nancy, em 1477, Luís não hesitou em reclamar o ducado da Borgonha como feudo, possessão que lhe foi concedida. As aquisições da coroa francesa que se seguiram foram a Provença, Anjou e o Maine. Especialmente astuto foi o artil que tramou para ficar também com a posse da casa de Orleães. Obrigou o jovem duque a casar-se com sua filha Joana, coxa e corcunda. Sabendo que o matrimônio não daria frutos, o ducado parecia ser uma herança segura para a coroa. Mas ironia da história não foi a coroa que herdou o ducado de Orleães, mas o genro de Luís, o duque de Orleães, que veio a herdar a coroa da França. Em 1498, Luís XII de Orleães sucedeu a Carlos VIII (filho de Luís XI) como rei da França, e, assim que se sentou no trono, divorciou-se de Joana.

Nos últimos anos da sua vida, Luís XI foi se tornando uma pessoa cada vez mais extravagante. Retirou-se para a austera fortaleza de Plessis les Tours e, com o objetivo de prolongar a sua vida, rodeou-se de uma imensidão de relíquias. Seu médico pessoal encheu-se de ouro. Luís gastou somas fabulosas na compra de animais exóticos, começou a adquirir trajes luxuosos, e cada vez se preocupava menos com os assuntos de Estado. Seu medo das conspirações aumentou de forma incomensurável. Só depois de sofrer um grave ataque de apoplexia passou o poder para o filho Carlos, que recebeu como herança uma França unida e ampliada, na qual o poder do rei aumentara de forma considerável.

16. OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS

Nicolau Maquiavel (1469-1527)

“Todos veem o que pareces, poucos sentem o que és.” Que tipo de pessoa poderia formular estas palavras? Sabe com que rapidez a pessoa se deixa cegar? Advertiu por acaso que truques simples e artifícios são necessários para criar uma imagem que seja mera aparência e pouco tenha a ver com a realidade? Talvez Nicolau Maquiavel tenha também sabido que frequentemente a mensagem se identifica com o mensageiro e tenha previsto que iria acontecer o mesmo com ele. E o fato é que vez ou outra se estabeleceu um paralelo entre as declarações escandalosas da sua obra e o seu caráter. A sua imagem mantém-se de forma obstinada como a de um homem cínico, sem escrúpulos e com desejo de poder.

Um retrato de Maquiavel, realizado ainda em vida, mostra-nos um homem pálido, envolto numa elegante túnica régia de pano grosso que parece esconder e quase comprimir o débil corpo enxuto. Quando posou para o pintor, o retratado era ainda jovem. Os olhos escuros e despertos transmitem curiosidade e astúcia. A boca, de lábios finos e escuros, parece sorrir no meio do rosto angustiado. Será este o sorriso de alguém de poder astuto? Ou simplesmente mostra a melancolia de alguém que viu os abismos do ser humano? E a atitude? A cabeça ligeiramente inclinada para a frente, com o cabelo escuro e curto, embora mais comprido na nuca. Encolhe-se à espera de realizar um ataque sagaz ou será que o gesto de Maquiavel é, antes, o de um homem que suspira desiludido (poucos sentem o que és)?

Quem conhecer a interpretação usual da obra mais conhecida de Maquiavel, *O príncipe*, reconhecerá no retrato descritivo um homem de poder cínico e sem qualquer regra moral. Não é em vão que o texto consiste num manual prático no qual Maquiavel explica de que modo o soberano chega ao poder e como, depois, consegue afirmar-se nele. No entanto, mais espantosa ainda é a linguagem prática, analítica e clara com

que ele descreve os, por vezes, monstruosos métodos que possibilitam uma tomada do poder bem-sucedida, e que, inclusive, parecem mesmo ser necessários para atingir tal fim. Para ele não havia dúvida: quem deseja obter êxito político não deve recuar perante a mentira, a traição, a maquinação e, em certas ocasiões, o próprio homicídio. O que importa é apenas e somente alcançar o poder político. A máxima “Os fins justificam os meios” não aparece de forma literal na obra de Maquiavel. O que acontece é que, ao constituir-se como fio condutor do livro *O príncipe* e por ser nele que, pela primeira vez na história, é objeto de um amplo debate, esta máxima costuma geralmente associar-se a Maquiavel e à sua obra mais difundida.

Maquiavel terá sido um frio e calculista homem de poder? Ao nascer em 1469, perto de Florença, filho de um jurista pertencente à baixa nobreza, o seu caminho estava traçado. Como outros homens da sua família, ingressou em 1498 no serviço civil da sua cidade natal. Quatro anos antes, no dia em que Maquiavel cumpriu 25 anos, a poderosa família Médici, que até então havia governado a cidade, foi expulsa pelas tropas do rei francês Carlos VIII. Graças às suas faculdades, Maquiavel alcançou um alto cargo público dentro da república florentina. O que mais o evidenciava era o seu talento de oratória e a sua capacidade analítica. Maquiavel reformou o exército e viajou com frequência em missões diplomáticas. Naqueles anos, a Itália política assemelhava-se a um tapete remendado, formado por inúmeras cidades-estado que competiam entre si. Os desejos de poderio francês, habsburgo-espanhol e papal converteram-na num campo de eleição para soldados, mercenários, batalhas, vícios e saques.

Os acontecimentos desse tempo foram acompanhados por um excepcional desenvolvimento intelectual. Dissipou-se o espírito da Idade Média, que procurava a salvação do homem apenas no além, e foi então que os homens descobriram o sentido e a finalidade da vida também no aqui e no agora. Muito tempo depois da Antiguidade voltava-se a virar o olhar para a particularidade e a unicidade do indivíduo. Esta visão curiosa e viva do mundo passou para a pintura, para a poesia, para a arquitetura e para as ciências. Michelangelo esculpiu o seu *David*, um verdadeiro canto ao culto do corpo. Ticiano, Giorgione e Andrea Mantegna pintaram obras-primas que perduraram durante séculos. Leonardo da Vinci, o gênio universal, realizou uma obra pioneira não só na pintura, como na anatomia e na técnica. Mas foi Giorgio Vasari que, pouco depois, imprimiu nas suas biografias de grandes artistas o nome pelo qual esta época passaria a ser conhecida: Renascimento.

Subitamente, neste ambiente intelectual formularam-se novas perguntas acerca da sociedade. O olhar direcionado para o indivíduo pôs também em destaque a identidade coletiva, o patrimônio cultural comum de um povo. Surgiram as primeiras ideias de nação. O que seria melhor para o povo italiano? Como devia constituir-se um bom Estado? Muitas das cidades-estado italianas, frequentemente constituídas como repúblicas, estavam nas mãos de tiranos ou de clãs familiares poderosos. Em contrapartida, na França, país que com o seu exército voltara a invadir a Itália, perfilava-se, a partir da ruína do seu sistema feudal, uma nova variante de governo, o absolutismo.

A carreira política de Maquiavel terminou de forma abrupta, em 1512. Em consequência de ter vencido a batalha de Prato, a república florentina desmoronou-se. A reforma do exército que Maquiavel levava a cabo resultou num fracasso. Havia formado um exército civil de recrutas em vez de, como era habitual, comprar um exército de mercenários. Os Médicis regressaram à cidade e ao poder. Maquiavel incorreu na suspeita de estar implicado numa conspiração contra os novos governantes. Foi encarcerado e torturado. Finalmente foi posto em liberdade e, em seguida, decidiu exilar-se. Retirou-se para a pequena residência rural da família às portas da cidade, dedicou-se, por necessidade, à vida no campo, iniciou uma ativa correspondência e entregou-se à literatura. Além de textos históricos e de filosofia política, escreveu poemas e até obras dramáticas. A sua comédia *La mandragola* conheceu uma grande popularidade.

Por meio de uma das suas cartas a um amigo conhecemos hoje como era o dia a dia de Maquiavel. O pré-reformado de 44 anos levantava-se com os primeiros raios de sol, dirigia-se a um pequeno bosque e juntava-se aos trabalhadores florestais. Mais tarde, ainda durante a manhã, lia Dante e Petrarca e entretinha-se com, como ele mesmo disse, os seus “galanteios”. Depois, frequentava uma hospedaria onde conversava com os transeuntes para se inteirar das últimas notícias. Comia em casa e logo a seguir voltava à hospedaria. Jogava com o estalajadeiro, o açougueiro e o moleiro o *Tric Trac*, um jogo de cartas que costumava terminar em violentas discussões. Apesar disso, e segundo Maquiavel, “tenho de mergulhar nesta depravação para que o coração não acabe por criar mofo”. À noite despia o sujo e simples traje do dia e vestia as suas luxuosas indumentárias de corte real para se passear “honradamente ataviado” pelo seu estúdio, e ali redigir os seus escritos. Nesta mesma carta Maquiavel fala de uma “pequena obra” intitulada *O príncipe*. “Se vos agradou algum dos meus caprichos, este não vos desgostará.”

Maquiavel desejava a unidade do seu desmembrado país natal, e *O príncipe* era a sua visão de como poderia conseguir essa unidade na forma de um sistema estatal seguro. Esta unidade tinha de ser levada a cabo por “um homem forte” e *O príncipe* devia ser o seu guia prático. Nas suas viagens conheceu o ambicioso César Bórgia (1475-1507), personagem que lhe causou uma profunda impressão. A divisa de Bórgia era: “Ou César ou nada.” Borgia terá sido um modelo para *O príncipe*? Tendo em conta a descrição que faz da conquista e da conservação do poder, Maquiavel dá a entender que Borgia e sua forma de atuar são o seu modelo a todo momento. Este conseguiu, graças à força do seu exército mercenário, ter por algum tempo uma extensa parte da Itália sob o seu controle; além disso, soube quebrar, ou pelo menos refrear, tanto o poder do Estado pontifício como o de inúmeros príncipes das províncias. Parecia que iria conseguir submeter toda a Itália. César Bórgia não recuava nem perante a crueldade nem perante a violência. Não foi apenas um tirano e um governador das regiões que conquistara, como também mandou assassinar ou assassinou ele próprio muitos dos seus adversários. Isto recorda-nos o conselho com que Maquiavel nos brinda em *O príncipe*: o governador deve tentar ser clemente, mas em caso de dúvida não

deve amedrontar-se perante a crueldade e a violência.

O príncipe deve ter sido também, sem dúvida, uma espécie de carta de recomendação para o próprio Maquiavel, que ansiava voltar a ser admitido no serviço civil de Florença. O fato de ter dedicado sua obra ao poderoso Lourenço de Médicis, que teria podido livrá-lo do exílio, não foi por acaso. Assim, *O príncipe* tornou-se também a mais famosa carta de petição de um assessor político. No entanto, Maquiavel foi afastado da cena política até a sua morte e apenas lhe foi encomendada a redação de uma história sobre a cidade de Florença.

O príncipe só foi publicado em 1532, cinco anos depois da morte de Maquiavel. A mensagem de que os fins justificam os meios e que, portanto, um príncipe pode e deve cometer um delito pelo bem do Estado, provocou instantaneamente o descrédito da obra e do autor. Para tal contribuiu ainda o fato de, para Maquiavel, o fim não ser a consagração da fé, mas a consecução de um Estado ordenado. Para ele, a atividade política devia basear-se no homem tal como ele realmente é e não em como deveria ser segundo a ética religiosa. O conselho de Maquiavel de utilizar a violência como meio para obter um fim tinha o objetivo de criar um Estado seguro num tempo inseguro. E, apesar de toda essa violência, o governador que Maquiavel imagina vela pelos bens dos seus súditos.

Maquiavel encontra sempre uma conjuntura favorável quando, em qualquer lugar do mundo, se exige um Estado forte e seguro. No entanto, no final sempre surge a mesma pergunta: se o fim justifica os meios, o que é que justifica o fim? Se combatermos o mal com o mal, em que ponto a moral irá reaparecer? Maquiavel, desiludido como estava, manifestou que na ação podia-se (mais ainda, devia-se) pôr de lado qualquer moral para que o fim prevalecesse sobre os meios.

17. AQUI ESTOU, DE OUTRA MANEIRA NÃO POSSO

Martinho Lutero (1483-1546)

Nem por um momento sequer lhe passou pela cabeça retratar-se. Em 18 de abril de 1521 fazia um dia lindo e luminoso. A dieta imperial ia reunir-se em Worms, o imperador Carlos V, muito jovem ainda, presidiria à nobre reunião rodeado por príncipes eleitores, arcebispos e grandes da Espanha. Às quatro da tarde o doutor Martinho Lutero, professor agostinho de Wittemberg, apresentou-se. Ao entrar parecia tímido e transtornado. Ainda não totalmente refeito de uma doença, acabava de realizar uma esgotante viagem de duas semanas, e nas duas noites anteriores à sua chegada quase não dormira. Vencendo o temor inicial e tendo a noção da enorme transcendência das palavras que estava prestes a pronunciar, avançou com um passo decidido e um olhar resolutivo por entre a compacta multidão de nobres, muitos deles chegados às primeiras horas da manhã para conseguir arranjar lugar.

O interesse dos presentes não tinha apenas a ver com alguma curiosidade doentia. Alguns dos nobres congregados intuía que, independentemente da forma como a sessão terminasse, o poder absoluto tradicional e a unidade de Igreja e da coroa haviam sido quebrados pelo simples fato de Lutero ter sido chamado a pronunciar-se perante a mais alta instância do império.

Entre todos aqueles nobres e altos dignitários eclesiásticos de faustosa indumentária, o hábito de Lutero, negro e gasto, destacava-se verdadeiramente. Para completar a sua imagem de monge devoto, sua cabeça ostentava uma ampla tonsura (dois dias antes havia cortado o seu cabelo escuro e encaracolado). Não oferecia, de maneira alguma, a imagem de um herege. Esperou de pé no meio da vozaria, suportando o calor e o ar rarefeito, à espera que o imperador chegasse. Por fim, com duas horas de atraso, Carlos V foi transportado no seu trono por entre a multidão.

A polêmica, que durara anos, desde que em 31 de outubro de 1517

Lutero desafiara a Igreja e a coroa a publicar as suas 95 teses que denunciavam o negócio de bulas de indulgência, parecia que ia resolver-se.

Nessa época, um batalhão de monges enviados pela Igreja romana percorria a Alemanha e vendia indulgências com as quais se garantia aos crentes que ficariam livres do castigo pelos seus pecados. Os lucros dessas vendas eram enviados ao papa Leão X, que os convertia, entre outras coisas, na construção da basílica de São Pedro. Na fronteira entre a Saxônia e a Turingia atuava um vendedor de bulas especialmente zeloso, o monge dominicano Tetzel, cujo slogan “Assim que a moeda soar na caixa, a alma entrará no céu” se tornara muito popular. Num pequeno mosteiro de Wittemberg, a antiga cidade residencial da Saxônia, o cura Martinho Lutero se deu conta das consequências daquele negócio ímpio. Estava convencido de que a salvação da alma, apesar do que Tetzel proclamava, não se podia comprar com dinheiro, e que a penitência e a contrição não podiam ser postergadas.

Graças à nova técnica da imprensa, as teses de Lutero contra o negócio das bulas difundiram-se como um rastilho de pólvora por toda a Alemanha. Nas décadas precedentes, a oposição contra a Igreja secularizada por parte do povo e de extensos setores da nobreza aumentara até se transformar em aversão, terreno propício para o protesto de Lutero suscitar uma imediata e ampla adesão. Para muitos dos príncipes que se recusavam a continuar vendo como o dinheiro dos seus súditos era canalizado para os cofres papais, a crítica daquele monge era muito bem-vinda. Lutero pareceu-lhes um bom instrumento para se emanciparem da coligação de poder formada pelo império e pela Igreja.

Deste modo, o monge de Wittemberg passou a representar um perigo para os poderes estabelecidos. O papa Leão X ordenou-lhe que se apresentasse em Roma, em 1518, mas Lutero obteve a proteção do seu poderoso senhor, o príncipe-eleitor da Saxônia Frederico, o Sábio, que graças à sua hábil diplomacia conseguiu que o monge não tivesse de ir a Roma e que, em lugar disso, lhe fosse concedida audiência na dieta de Augsburg. Ali Lutero discutiu com Caetano, o enviado do Papa, não aceitou retratar-se das suas teses e, finalmente, teve de fugir. No ano seguinte, produziu-se em Leipzig a célebre discussão com o emissário papal Johannes Eck, durante a qual Lutero chegou a pôr em dúvida a autoridade do Papa e da Igreja, o que constituía uma enorme transgressão aos dogmas católicos. O Papa ameaçou Lutero com a excomunhão, mas este, longe de se intimidar, deixou que o prazo para a sua retratação terminasse e no dia 10 de dezembro de 1520 queimou em Wittemberg vários escritos papais, incluindo a bula com a ameaça da excomunhão.

Entretanto, Carlos V de Habsburgo, que se autoproclamava como garantia da unidade de coroa e Igreja, fora eleito imperador da Alemanha. No entanto, Carlos não tinha tanto poder como os seus predecessores. Para ser eleito imperador teve de assinar a chamada capitulação imperial, um acordo com a Igreja e com os príncipes que, entre outras coisas, estipulava que os membros do império, antes de serem proscritos, deviam ser escutados.

Se o jovem imperador, desacatando esta cláusula e sem dar ouvidos a Lutero, ordenasse a proscrição imperial do monge, enfrentaria graves consequências políticas. Os defensores de Lutero já estavam preparados. Frederico, o Sábio, exigiu explicitamente o direito a audiência ao seu protegido, petição que muitos príncipes subscreveram na esperança de desgastar a coligação de poder entre a Igreja e o império. Por outro lado, diversas vozes da Igreja pressionavam Carlos a proferir, sem delongas, uma sentença contra Lutero. Por sua vez, alguns conselheiros do imperador indicaram-lhe a possibilidade de se tornar árbitro na controvérsia entre Lutero e a Igreja, o que reafirmaria o seu próprio poder face ao Papa. Mas sabidas as contas, o Papa não tinha ainda coroado publicamente o imperador. Carlos decidiu-se por intimar o monge rebelde a comparecer na dieta de Worms e outorgou-lhe um salvo-conduto imperial.

Os amigos de Lutero tinham receio. Cem anos antes, o imperador Segismundo oferecera um salvo-conduto a João Huss, outro crítico da Igreja, para assistir ao concílio de Constança, mas como ele se negara a renegar as suas ideias, a proteção do imperador não lhe servira para salvá-lo da fogueira. Não obstante, Lutero estava resolvido a falar perante a dieta imperial. A circunstância de ter sido intimado parecia já confirmar a importância da sua causa. Assim, no dia 2 de abril, entrou, com um dos seus companheiros numa pequena carroça puxada por três cavalos e fez o trajeto entre Wittenberg e Worms. Em certos trechos a caminhada transformou-se em marcha triunfal; em Erfurt, onde foi recebido com grande entusiasmo, pediram-lhe que fizesse um sermão. Os acompanhantes imperiais acederam, fragilizando, assim, a proibição da Igreja que pesava sobre o “herege” Lutero, que viria ainda a fazer um sermão em Gotha e outro em Eisenach.

Lutero chegou a Worms, anunciado pelas fanfarras, antes do meio-dia de 16 de abril. Uma grande multidão veio dar-lhe as boas-vindas. Durante a noite, muitos cidadãos, sacerdotes, cavaleiros e nobres foram visitá-lo aos seus aposentos e não o deixaram descansar da sua esgotante viagem. Ao meio-dia do dia seguinte foi conduzido à corte do bispo e teve de esperar duas horas antes de lhe permitirem entrar nas estâncias de teto baixo, onde a dieta havia se reunido. Em cima da mesa haviam espalhado uma seleção dos seus textos; perguntaram a ele se todos aqueles livros eram da sua autoria e se queria retratar-se das opiniões ali expressas. A pedido de Lutero, foi lida a lista dos títulos, e ele então afirmou ser o autor de todas aquelas obras. Quanto à retratação que lhe era exigida, no entanto, pediu um dia de reflexão, pois, alegou, queria ser justo com a palavra de Deus e com a sua própria alma. O seu desejo foi-lhe concedido.

A petição de Lutero surpreendeu e inquietou muita gente. Iria ele finalmente retratar-se? Ao que parece, no entanto, Lutero apenas pretendia conseguir um efeito teatral. Durante a noite redigiu uma alegação de defesa, na qual, sem esquecer as obrigatórias expressões de humildade, citou algumas passagens da Bíblia e dos seus próprios textos.

Não pensava em retratar-se. Lutero começou o seu discurso pedindo que usassem de indulgência para com ele, mas não se dirigiu a nenhum dos

presentes de acordo com a sua categoria hierárquica. Defendeu os seus textos em alemão e, quando lhe pediram, repetiu a sua defesa em latim. Quando terminou, contrapuseram-lhe que não havia abordado o assunto essencial: devia dizer simples e claramente se ele se retratava ou não. Lutero respondeu em latim: “Que me convençam mediante testemunho das Escrituras e claros argumentos da razão – porque não acredito nem no Papa nem nos concílios, já que está provado amiúde que estão errados contradizendo-se a si mesmos. Pelos textos da Sagrada Escritura que citei, estou submetido à minha consciência e unido à palavra de Deus. Por isso, não posso nem quero retratar-me de nada. Porque fazer algo contra a consciência não é seguro nem saudável.” E acrescentou em alemão: “Que Deus me ajude!”

Lutero não pronunciou a célebre frase: “Aqui estou, de outra maneira não posso.” Mesmo passados dez anos desde a sua morte, estas palavras não lhe foram atribuídas. O historiador que relatou o seu discurso perante a dieta de Worms situou esta frase antes do final: “Que Deus me ajude!” O caráter apócrifo desta frase é apenas um dos muitos exemplos da mistura de história e de lenda que acompanha Lutero. Outros feitos famosos de sua vida são igualmente controversos; assim, não está provado que tenha cravado na porta da Igreja de Wittenberg o texto com as suas teses (seguramente Lutero só distribuiu esse texto) e com toda a probabilidade também pertence à lenda o episódio em que Lutero teria lançado o tinteiro ao diabo que o aborrecia enquanto escrevia. Contudo, a célebre frase “Aqui estou, de outra maneira não posso” resume a substância do discurso de defesa de Lutero face à dieta de Worms. Este slogan, digno das melhores agências de publicidade, constitui uma síntese da sua atitude e da sua mensagem. Partidário, como sempre foi, do laconismo expressivo (“Aparece! Abre a boca! Acaba depressa!” era o seu lema para um bom discurso), talvez nada tivesse a objetar a que lhe atribuissem estas palavras de forma apócrifa.

Pois bem, por que será que esta frase teve tanta repercussão? Por que é que ela é mencionada com tanta frequência? Porque ilustra perfeitamente a atitude de um homem que se sentia obrigado, sobretudo, com as suas convicções. Para Lutero, as suas ideias eram negociáveis, e não apenas em questões relativas à fé. Ao conceder prioridade à relação do indivíduo crente com Deus sobre os dogmas e instâncias terrenas, Lutero iniciou o processo de emancipação da razão a respeito da fé.

O que aconteceu depois? Quando abandonou a reunião e entrou nos seus aposentos, Lutero exclamou, aliviado: “Venci-o! Venci-o!” Mas ainda não podia cantar vitória. No dia seguinte o imperador comunicou aos príncipes alemães mais importantes o seu Édito de Worms, o documento assinado pelo imperador mais antigo que se conserva e no qual se comprometia a preservar a fé verdadeira e a não tolerar um herege como Lutero. Os representantes da Igreja ficaram satisfeitos, mas no grupo contrário ouviram-se as primeiras convocações para que o monge fosse protegido. Depois da declaração do imperador, muitos príncipes, entre eles Frederico, o Sábio, optaram pela discrição. Foi convocada uma comissão de representantes da Igreja e de príncipes com a incumbência de apresentar a Lutero as provas que havia

solicitado. Em 24 de abril voltou a ser chamado, mas como não lhe foram apresentadas as provas anunciadas, novamente se negou a abjurar. Também não aceitou um pacto pelo qual a Igreja e o imperador se comprometiam a deixá-lo partir sem qualquer castigo, em troca da promessa de que futuramente se absteria de expressar as suas opiniões. Por fim, Carlos declarou que Lutero conservaria o salvo-conduto imperial apenas durante os próximos 21 dias. No dia seguinte, Lutero fez o caminho de regresso após Frederico, o Sábio, informá-lo sobre seu plano de fingir um sequestro para levá-lo a um lugar seguro e salvá-lo, assim, dos agentes da Igreja e do imperador.

No dia 8 de maio quase todos os participantes na dieta haviam partido, mas o imperador ainda permanecia na cidade. Foi então que declarou Lutero fora da lei, de modo que qualquer pessoa que o encontrasse teria o direito e a obrigação de matá-lo; a seguir, saiu de Worms convencido de que havia tratado dos assuntos alemães e de que o caso Lutero em breve estaria liquidado. Frederico da Saxônia anunciou que em 4 de maio Lutero havia sido “sequestrado” perto do castelo de Altenstein. Nesta mesma noite Lutero chegou ao castelo de Wartburg, onde, durante os 12 anos seguintes, se dedicou a traduzir a Bíblia para alemão sob o pseudônimo de Junker Jörg. Estas traduções contribuíram de forma decisiva para a criação de um idioma alemão comum e culto.

Todos estes acontecimentos foram apenas o início das importantes reformas que viriam a produzir-se nas décadas seguintes. Sem que quisesse, só em virtude da sua firmeza e dignidade pessoal, Lutero acabava de desencadear a Reforma protestante, a qual se considera, com todo o direito, um dos acontecimentos mais revolucionários da história da humanidade.

18. NO MEU IMPÉRIO NUNCA SE PÔE O SOL

Carlos V (1500-1558)

Aninguém foram atribuídas tantas possessões nem tanto poder como a Carlos I da Espanha e V da Alemanha. Lidar com os problemas derivados de tão árduo império foi a missão e o trabalho da sua vida.

Carlos devia o seu império à estratégia de matrimônios de poder levada a cabo pela sua linhagem. Os Habsburgo davam preferência àqueles casamentos que trouxessem consigo novas terras e títulos para a dinastia. Ao ter herdado de inúmeros reis e rainhas seus parentes, Carlos, filho de Filipe I de Castela, o Formoso, não só se tornou o senhor da Espanha, dos Países Baixos, da Flandres, da Áustria, da Boêmia e de extensas zonas da Itália, como também dos territórios daquele novo mundo descoberto em 1492 por um tal Cristóvão Colombo.

“No meu império nunca se põe o Sol” é uma frase atribuída a Carlos V, a quem aparece sempre associada. Embora não esteja historicamente provado que a pronunciou, dificilmente alguma outra frase expressa melhor a sorte e a desgraça da vida do imperador. No papel, era sem dúvida o homem mais poderoso da sua época, mas na realidade as coisas tomavam outro cariz. Governar um império onde o Sol não se punha significava administrar um império que nunca dormia e no qual alguma coisa sempre estava por acontecer. Como a sua divisa, sempre mais longe, demonstra, Carlos era ambicioso e foi educado para ser rei. O que lhe terão sussurrado ao ouvido quando era criança? Que era o eleito, que tinha de unir toda a cristandade? Mercurino de Gattinara, grande chanceler do imperador, expressou claramente a pretensão de poder de Carlos: “Senhor, agora que Deus vos fez a poderosa graça de vos elevar acima de todos os reis e príncipes da cristandade a um poder tal que só o vosso predecessor Carlos Magno conheceu, segui o caminho da monarquia universal, até recolher a cristandade sob um único pastor.” E foi justamente a ambição de reunir todos

os homens na Igreja cristã unificada que caracterizou a política e a tarefa vital de Carlos.

Na sequência da morte de Maximiliano I, o avô de Carlos, no ano de 1519, devia ser eleito um novo rei da Alemanha e imperador do Sacro Império Romano Germânico. Desde que fora promulgada a Bula Dourada, há mais de 150 anos, os príncipes alemães tinham o direito de eleger o imperador. Carlos tinha um concorrente: Francisco I, o rei da França, que, convencido da sua vitória, disse ao seu rival de 19 anos de idade a frase jocosa: “Majestade, cortejamos a mesma dama!”

Porém, Carlos venceu. Os príncipes alemães contavam que o jovem tosco e rude, esmagado pela extensão universal do império, dispusesse de pouco tempo para se ocupar dos assuntos alemães. Além disso, Jakob Fugger, o poderoso comerciante de Augsburg, subornou os príncipes com abundantes somas para que escolhessem Carlos. Face à conhecida capitulação imperial, pacto em virtude do qual o imperador fazia grandes concessões aos príncipes, Carlos assegurou a sua eleição ao mesmo tempo que limitava consideravelmente o seu poderio na Alemanha. Nessa época, a Igreja, poderosa aliada de Carlos, suscitava, com a sua conduta, um crescente incômodo não só entre o seu rebanho, como também entre os príncipes, vendo-se em grandes apuros quando um monge chamado Martinho Lutero apareceu em cena exigindo uma mudança de mentalidade e obtendo, com isso, a adesão geral. Na dieta de Worms, celebrada em 1521, Lutero e o imperador Carlos encontraram-se cara a cara, mas não chegaram a nenhum acordo. Carlos optou pela linha dura e proscreeu Lutero, mas com isso não conseguiu evitar a Reforma, nem o fracionamento da Igreja cristã romana. Como é que Lutero viu Carlos em Worms? “Estava sentado como um cordeirinho inocente entre porcas e cães”, diz o historiador Alexander Demandt.

O caráter de Carlos foi qualificado como arrogante, introvertido, rancoroso e obstinado. Os seus retratos mostram um homem esbelto de olhar fixo, mas os seus olhos também revelam a fadiga e o peso da responsabilidade. A barba angulosa emoldura um queixo enérgico, com o maxilar inferior saliente, característico da linhagem dos Habsburgo. Carlos não era propriamente um homem belo, apesar de nos retratos, sobretudo nos de Ticiano, o pintor da sua corte mostrar um aspecto mais do que razoável. Tinha um grave complexo devido ao maxilar demasiadamente caído que lhe repuxava o lábio inferior e lhe dificultava manter a boca fechada.

Nos dias de Worms, Carlos não se deu conta do perigo que Lutero representava, solicitado como estava por preocupações mais urgentes que o impediam de imaginar panoramas futuros. Em quatro guerras dinásticas teve de fazer frente ao seu rival Francisco I. Além disso, viu-se obrigado a lutar contra os turcos que em 1529 chegaram até Viena; conseguiu deter o seu avanço, mas não vencê-los. Mal tinha apagado um fogo, já tinha de acudir ao seguinte, andanças que, no entanto, encarava com estoicismo. Quando finalmente consciencializou a separação da Igreja na Alemanha, a brisa do protesto já se transformara em temporal.

Em 1521, pouco depois da sua eleição como imperador, Carlos cedeu ao seu irmão mais novo, Fernando, o domínio sobre os territórios herdados na Áustria. Em 1526, Fernando I reclamou a coroa da Hungria por direitos de herança derivados do seu casamento. À semelhança do seu irmão, Fernando era partidário da causa da Igreja romana, o que motivou o comentário abrupto de Lutero: “Deverias ter-te afogado na pia batismal!” Pressionados pela ameaça exterior que os turcos representavam, nem Carlos nem Fernando podiam entregar-se a disputas religiosas. Assim, em 1526, num decreto da dieta de Speyer, Carlos garantiu uma ampla tolerância aos partidários de Lutero e deu a cada príncipe territorial a escolha da religião que os súditos deveriam adotar. Em certos lugares, como em Hesse e na Prússia, os príncipes aproveitaram a ocasião para adotar a nova confissão e, simultaneamente, confiscar os bens da Igreja. Não obstante, passados três anos, na segunda dieta de Speyer, Carlos retirou o que havia proferido e obrigou os príncipes a reprimir qualquer apoio e difusão das ideias de Lutero. Esta disposição indignou os príncipes luteranos, que redigiram uma famosa nota de protesto em virtude da qual seriam, a partir de então, consignados em todas as atas da Igreja católica com o nome de protestantes.

A coesão do império ficara ameaçada. Desmoronara-se o princípio, até então vigente, segundo o qual, nas votações, a vontade da maioria era vinculativa para todos. Carlos, que o Papa já havia coroado imperador solenemente em Bolonha, em 1530, viajou, por fim, depois de dez anos de ausência, até Augsburg, para onde convocou uma dieta com o objetivo de resolver os conflitos religiosos. Nessa época, Carlos sentia-se vencedor: expulsara os turcos de Viena e pacificara a maior parte das fronteiras; e como acontecia sempre que estava eufórico, deu largas à sua arrogância.

Em Augsburg, os príncipes alemães apresentaram-lhe a confissão de Augsburg. A sua atitude não mudara. O autor do texto era o humanista e teólogo Philipp Melancton, um negociador do grupo protestante e íntimo amigo de Lutero, com quem tinha concertado a confissão. E de novo não se chegou a nenhum acordo; o imperador voltou a adotar a linha dura do édito de Worms, de 1521. No ano seguinte os príncipes protestantes uniram-se na Liga de Esmalcalda e declararam-se dispostos a defender a sua fé pelas armas, caso fosse necessário; mas não se chegou a esse extremo... naquele momento! Tanto Carlos como os seus inimigos internos haviam de fazer frente a uma nova ameaça contra as fronteiras do império. Em 1532 o sultão Solimão II, o Magnífico, chegou até Viena com um exército de 250 mil homens. A cristandade estava tomada de pânico e horror. Lutero compôs o célebre hino *O castelo forte é nosso Deus*. Nestas circunstâncias, Carlos necessitava de todo tipo de apoio, incluindo o dos protestantes. No dia 23 de julho de 1532, concedeu-lhes a liberdade religiosa na paz religiosa de Nuremberga, e os protestantes uniram-se aos católicos contra Solimão, que não se atreveu a entrar na luta e se retirou.

Será que isto trouxe calma ao imperador? Não. Lutou contra os piratas no Mediterrâneo e, ato contínuo, novamente contra Francisco I da França. Até a paz de Crépy, em 1544, não teve descanso, e quando, em fevereiro de

1546, Lutero morreu, a voz mais poderosa e unificadora dos protestantes, achou que havia chegado o momento de solucionar todos os problemas alemães. Procurou a solução pelas armas, entrou em luta contra a Liga de Esmalcalda e, em 24 de abril de 1547, na dieta de Augsburg (conhecida como dieta armada), com as tropas imperiais preparadas para regressar à luta, Carlos tentou impor definitivamente as suas ideias sobre a religião católica unitária no seu império. A lei ditada pelo imperador na ocasião, conhecida como o Interim de Augsburg, foi aceita, embora de má vontade, ali onde Carlos se impusera pela força das armas, mas em extensas zonas do império não teve qualquer efeito. Por outro lado, também entre os príncipes católicos, aumentava a resistência ao poder de Carlos, que, no momento da vitória e levado pela sua arrogância, cometeu alguns erros políticos fatais: não só tentou obter o poder absoluto, como também pretendeu regular a sucessão ao trono no seu próprio interesse, dando preferência ao seu filho Filipe e não a Fernando, designado como seu sucessor. Deste modo, fez com que não só a maioria dos príncipes, também os católicos, como até o próprio irmão, se tornassem seus inimigos.

Em 1552 uma coligação de príncipes surpreendeu um Carlos desprevenido. Encabeçados por Maurício da Saxônia, que por ambição de poder, e apesar de ser protestante, na guerra de Esmalcalda havia lutado do lado imperial, os sediciosos tomaram o Tirol para defender a “liberdade alemã”. Ali se encontrava Carlos, doente e atormentado pela gota, totalmente desprotegido, que teve de fugir. Na dieta de Augsburg de 1555 acordou-se a paz religiosa de Augsburg. O imperador renunciou definitivamente à união religiosa no império: o protestantismo se impusera. Carlos, resignado e amargurado, abdicou um ano depois, e cedeu o trono ao seu irmão Fernando. Retirou-se para uma casa de campo que mandou construir junto do mosteiro de São Jerônimo de Yuste, na qual morreu dois anos depois.

Na sequência da morte do imperador, Fernando e Filipe, o filho de Carlos, repartiram o império. Esta divisão deu lugar ao império austro-húngaro e ao império espanhol, e assim surgiram a linha alemã e a linha espanhola da casa dos Habsburgo.

A visão de Carlos de um grande império católico sob a sua direção fracassara; não conseguiu expulsar os “infiéis” da cristandade nem assegurar a união do cristianismo. O império no qual o Sol jamais se punha começou a desmembrar-se. Era demasiado grande e diversificado para um homem que só conhecia o poder absoluto, e que, no final, disse: “Sempre reconheci a minha incapacidade; mas hoje sinto-me totalmente inútil, e esta minha vida que Deus colmatou de tribulações serve mais para a penitência do que para ser vivida.”

No império de Carlos, o sol brilhou muito poucas vezes para o imperador.

19. O CONHECIMENTO É PODER

Francis Bacon (1561-1626)

Quem foi Francis Bacon? O filho ilegítimo da rainha inglesa? Por diversas ocasiões falou-se da suspeita de que fora fruto do amor entre a rainha Isabel I e o futuro conde de Leicester, e que depois teria sido entregue aos cuidados da família Bacon. O certo é que desde muito pequeno foi recebido pela rainha e que certas inscrições em retratos da época parecem sustentar estas conjecturas.

Foi um cientista, um arrivista político, demasiado corrupto e, além disso, o maior escritor inglês de todos os tempos? Em meados do século XIX chegou a afirmar-se que William Shakespeare seria o pseudônimo de Francis Bacon. Esta hipótese, difundida sobretudo por uma certa Delia Bacon (que não era descendente de Francis Bacon), teve muitos adeptos, entre eles Otto von Bismarck e Friedrich Nietzsche. Uma teoria tão peregrina parecia crível sobretudo porque Bacon, reconhecido estilista da língua inglesa, conhecia os costumes dos círculos da corte e era senhor de uma vastíssima cultura. Comparado com ele, quem seria esse autor provinciano, de cuja vida tão pouco se sabia? Onde teria ele ido buscar todo o conhecimento que possuía, esse cômico de tão humilde proveniência social?

A verdade é que, com toda a probabilidade, Francis Bacon não foi nem o filho ilegítimo da rainha Isabel nem o autor das grandiosas obras que ostentam a assinatura de Shakespeare.

O fato de estas teorias surgirem e ganharem cada vez mais adeptos deve-se não só ao eterno fascínio do ser humano pelo disparate, como também à época apaixonante, pródiga em segredos e mitos, na qual o nosso homem viveu. Em todo o caso, uma coisa é certa: o homem com o qual se associa a frase “O conhecimento é poder”, já nos seus anos de juventude se sentia atraído pelo saber e pela ciência. Não obstante, a vida tinha outros planos para ele.

Havia três anos que os destinos da Inglaterra estavam nas mãos da jovem rainha Isabel I (1533-1603), quando Nicholas Bacon, conselheiro da rainha e Guarda do Grande Selo (o mais alto cargo da administração jurídica), e sua mulher, Lady Ann, tiveram o seu segundo filho, a quem chamaram Francis. Este herdou do pai a paixão pela política e, da mãe, um protestantismo rigoroso. A rainha Isabel chamava a criança, que passava muito tempo na sua corte, de o “jovem Guarda do Grande Selo” e, com efeito, o desejo dos pais era que o pequeno Francis se tornasse jurista e político. Aos 12 anos iniciou, no Trinity College de Cambridge, os estudos das sete artes liberais: gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música e astronomia. Em breve, descobriu as suas inclinações científicas, mas simultaneamente ele considerava repugnante a forma de pensar do método escolástico, que dominava todas as ciências. Mais tarde escreveria na sua obra *Novum Organum* que a doutrina escolástica estava pensada para “contrariar e impedir qualquer investigação [...] afundando e corrompendo antecipadamente o gênio dos demais”. Aquele que, apesar de tudo, ousasse pensar de outra forma “seria acusado de perturbador da ordem e de obstinado pelas novidades”.

Ficou órfão de pai aos 18 anos. A modestíssima herança do seu progenitor deixou-o na premente necessidade de arranjar um trabalho e uma posição. Em Londres estudou direito e, graças às relações de um tio seu, Lorde Burghley, o tesoureiro-mor, obteve em 1584 – outras fontes afirmam que foi em 1581 – um lugar nos bancos do parlamento. Mas, apesar disso, Burghley não intercedeu na corte como o seu sobrinho esperava. Imediatamente depois de subir ao trono, em 1558, a rainha Isabel conseguiu instaurar definitivamente a Igreja protestante na Inglaterra, e Bacon escreveu para ela alguns tratados sobre temas religiosos. A soberana via-se ameaçada não só pelas aspirações ao trono da rainha da Escócia, a católica Maria Stuart, como também pela atividade, cada vez mais penosa, dos puritanos que recusavam a ideia de uma Igreja estatal e se revelavam partidários de um protestantismo muito mais radical do que o que fora instaurado por Isabel.

Aos 31 anos de idade, Bacon conheceu o conde de Essex, seis anos mais novo do que ele, mas muito culto e com um grande conhecimento do mundo. Apesar de sua juventude, desfrutava já de uma considerável influência na corte, onde Bacon tentava prosperar com os seus memorandos e obras de teatro... mas com êxito bem mais escasso. Finalmente Bacon conseguiu chamar a atenção da Coroa de uma forma muito diferente da que desejaria. Em 1593 Isabel queria impor outro aumento drástico dos impostos para satisfazer as necessidades econômicas do seu exército. Cinco anos antes, a armada espanhola fora aniquilada nas costas do reino. A partir desse momento, a Inglaterra convertera-se numa potência econômica e naval, e já podia agir como protetora dos protestantes franceses e holandeses. A rainha desejava estar preparada para a ocasião, muitíssimo provável, da eclosão de novos conflitos bélicos. Depois de cair em desgraça perante a rainha ao pronunciar-se contra os seus planos no parlamento, Bacon acrescentou uma nova pedrinha ao mosaico da sua vida instável: tornou-se uma espécie de

agente de segurança do Estado. Juntamente com o seu irmão Anthony, construiu redes de agentes, decifrou mensagens secretas e espionou as atividades da Liga Católica. Daquela época datam também os seus primeiros êxitos literários; os seus textos religiosos e ensaios tiveram um enorme eco. Em 1601, Essex tentou tomar o palácio da rainha Isabel com várias centenas de homens armados e, depois de fracassar, foi julgado por alta traição. Ofereceu então Bacon ao seu benfeitor, pois aceitou o odioso papel de defender, no processo contra o conde, uma acusação capital e, depois, ainda se prestou a escrever uma apologia do governo justificando, perante a opinião pública, a perseguição que levava a cabo contra o popular conde. Discute-se, porém, qual foi o papel de Bacon neste episódio tão intrincado. Terá sido um oportunista? Um traidor? Ou terá simplesmente querido salvar a sua pele?

Em 1603 a rainha Isabel morreu. Jaime, filho de Maria Stuart, foi coroado como Jaime I. Embora inicialmente não esperasse muito do novo monarca, a mudança de governante significou para Bacon o início da sua brilhante carreira política. Em 1607, foi nomeado advogado régio e Guarda do Grande Selo; e não satisfeita ainda a sua ambição de poder, em 1617 valeu-se dos bons ofícios de Lorde Buckingham, favorito do rei, para obter o título de nobreza e, poucos meses depois, em 1618, a dignidade de Lorde Grão-Chanceler, o segundo cargo político em importância depois do rei. Mas a sua ascensão meteórica foi abruptamente suspensa quando, em 1621, foi acusado de corrupção. Os juizes o condenaram à prisão na Torre de Londres pelo tempo que o rei fixasse.

Bacon terá sido um corrupto? Se o julgarmos segundo os critérios atuais, teremos de concluir que sim. Na sua época, no entanto, a aceitação de ofertas em dinheiro era uma prática corrente que, inclusive, constituía por vezes uma parte importante das receitas dos cargos políticos. A verdade é que Bacon foi vítima da luta de poder entre o rei e o parlamento.

O rei deu ordem para o soltarem passados dois dias após ter sido preso na Torre, mas a sua carreira política terminara. Bacon não voltou à vida pública; retirou-se para a sua propriedade e consagrou-se inteiramente à atividade literária. Além de escrever novos ensaios, tinha agora a chance de lutar pelo que fora o sonho da sua vida: a renovação total das ciências. A frase “O conhecimento é poder” resume de forma certa as ideias de Bacon, para quem o conhecimento, e em particular a ciência, devia trazer poder ao homem. Não obstante, a frase é ambígua. Em primeiro lugar, não a encontramos enunciada literalmente nas obras de Bacon que chegaram até nós. Em *Meditationes Sacrae*, datada de 1597, pode-se ler: “Pois a ciência é, em si mesma, poder.” É importante o pormenor de que, neste caso, Bacon equipara a ciência e não o conhecimento, com o poder. Na segunda edição desta obra, publicada em língua inglesa, a frase foi traduzida por: “O conhecimento é, em si mesmo, poder.” No *Novum Organum*, obra que viu a luz em 1620, encontra-se uma nova formulação da mesma ideia: “A ciência do homem constitui a medida do seu poder.”

“O conhecimento é poder” descreve de forma eficaz a ideia que Bacon tinha da refundação da ciência. No entanto, o sentido original da frase é

diferente daquele que se costuma atribuir a ele na vida cotidiana; isto é, que o conhecimento é o meio que permite ultrapassar os competidores e dominar os adversários. Segundo Bacon, a ciência só havia se ocupado, até então, do conhecimento pelo conhecimento. Os antigos filósofos naturalistas e os seus continuadores, os escolásticos, haviam-se perdido nos detalhes e dedicado exclusivamente à observação, em lugar de experimentar ativamente e intervir nos processos da natureza. No futuro, prosseguia Bacon, a ciência deveria investigar e centrar-se na aquisição de conhecimento mediante a experimentação. Por isso, o objetivo da ciência já não seria o conhecimento em si, mas o proveito que poderia trazer à humanidade. A ideia de que a ciência deve moldar-se na vida cotidiana faz lembrar o método de Arquimedes, posto em prática quase dois mil anos antes. Bacon deu alguns exemplos de inovações importantes que se deviam ao conhecimento das leis naturais: a imprensa, a pólvora e a bússola, invenções que determinaram o curso da história e a evolução das sociedades humanas. A imprensa permitiu que os conhecimentos e as opiniões se difundissem com maior rapidez e extensão. A pólvora modificou a arte da guerra e, deste modo, provocou o fim da classe dos cavaleiros e, por conseguinte, da sociedade feudal. A bússola possibilitou as viagens oceânicas, que mudaram a fisionomia do mundo.

Para Bacon, a condição essencial da nova ciência era a libertação dos preconceitos, que ele chamava de ídolos. Só a observação livre de preconceitos conduzia ao conhecimento, cuja fonte devia ser única e exclusivamente experimental. Esta ideia fez com que alguns vissem nele um precursor do Iluminismo. O enciclopedista francês D'Alembert referiu-se a ele como o primeiro filósofo do Iluminismo.

Com a sua ideia de que o objetivo da ciência era o domínio da natureza para proveito da sociedade, Bacon tornou-se um dos primeiros representantes do conceito moderno de ciência, e no pai da ciência natural experimental.

20. E, NO ENTANTO, ELA MOVE-SE!

Galileu Galilei (1564-1642)

A primeira vista pode parecer estranha a questão de a Terra ser um disco ou uma esfera, estar no centro do universo ou girar ao redor do Sol, ter levantado tanta celeuma nos séculos XVI e XVII. No entanto, estas questões faziam oscilar os fundamentos da visão do mundo, da religião e da ciência. Por causa disso, o assunto adquiria uma enorme gravidade.

No ano 130 d.C., o astrônomo e geógrafo Cláudio Ptolomeu escreveu em Alexandria a sua importantíssima obra, científica em vários volumes. Nesta obra, que posteriormente chegou à Europa com o título árabe de *Almagesto*, Ptolomeu expunha sua concepção da Terra e da posição que ela ocupava no universo. Passados alguns séculos depois da morte do seu arquiteto, a cosmovisão ptolomaica daria lugar a um grande debate.

Ptolomeu pensou que a Terra estava no centro do universo e que os restantes planetas, incluindo o Sol, giravam em redor dela. Nos mosteiros, nas escolas episcopais e, mais tarde, nas universidades medievais, a doutrina escolástica adotou esta cosmovisão. E a Igreja romana fez outro tanto. Dado que a Igreja e a escolástica se atinham ao princípio de que as suas opiniões eram intocáveis, a cosmovisão ptolomaica converteu-se numa “verdade” universalmente válida.

Os primeiros problemas surgiram quando se provou que a Terra não era um disco, mas uma esfera. A Igreja e a escolástica aceitaram esta descoberta; os antigos gregos, que em parte haviam lançado esta conjectura, foram lembrados. Mas nem por isso se deveria abandonar a concepção do mundo com o céu em cima e o inferno embaixo e, embora a consciência de se viver numa esfera tivesse modificado a perspectiva, a ideia de que a esfera do mundo estava firmemente fundamentada no centro do universo era motivo de um certo consolo. Posto tudo isto, em 1543 foi impresso o livro *Sobre as revoluções das esferas celestes*, obra de um certo Nicolau

Copérnico. Durante décadas este astrônomo germano-polaco não se atrevera a publicar as suas descobertas. Por que razão? Sobre esta questão existem várias opiniões. Uns afirmam que Copérnico temia a Igreja; outros acham que receava a discussão científica. A dúvida de Copérnico talvez não se devesse ao temor de ser acusado de herege, pois no seu tempo a cosmovisão heliocêntrica era considerada não tanto como uma heresia, mas sim como um disparate. Na época não havia qualquer prova científica que defendesse aquilo que Copérnico se dispunha a afirmar.

Só pouco tempo antes da sua morte ele se atreveu a publicar os resultados das suas investigações. Em 1543 recebeu no leito de morte o primeiro livro seu que saía da oficina tipográfica. A partir das suas observações do firmamento, Copérnico chegara à conclusão de que a Terra não era, de modo algum, o centro do universo, mas que, como os outros planetas do sistema solar, orbitava em torno do Sol. Embora a revolucionária “cosmovisão heliocêntrica” de Copérnico tenha atravessado as décadas seguintes, num primeiro momento o seu alcance restringiu-se aos círculos de eruditos, o que equivalia a manter-se secreta. Só a partir de 1616 Galileu (Galileu Galilei) manteria as primeiras discussões com a Igreja, e foi por meio delas que o livro de Copérnico foi incluído no Index.

Assim, Copérnico já havia lançado as sementes de futuras querelas quando, em 1564, Galileu nasceu em Pisa, descendente de uma família patriciã florentina. De seu pai, que além de ser versado em assuntos comerciais, também realizara feitos importantes no âmbito da teoria musical, herdou o gosto pela polêmica: já como estudante de medicina em Pisa, carreira essa escolhida por desejo de seu pai, era conhecido pela alcunha de Brigão. Galileu recebeu a sua educação de acordo com o padrão da doutrina escolástica, na época ainda dominante. Os seus mestres ensinavam a cosmovisão de Ptolomeu: a de Copérnico era considerada tabu. Galileu teve contato com os trabalhos matemáticos de Euclides nas conferências feitas fora da universidade, por um matemático que estava ao serviço do grão-duque da Toscana. Sem ter terminado a carreira de medicina, começou a estudar matemática e filosofia, matérias em que, no final, se licenciou. Dava aulas particulares, inventou a balança hidrostática, que permitia medir a densidade e o volume dos corpos segundo as leis de Arquimedes, e escreveu um tratado sobre o centro de gravidade dos corpos sólidos. O talento de Galileu tornou-o famoso e valeu-lhe uma cátedra de matemática em Pisa, mas como escreveu tratados contrários à doutrina de Aristóteles, não lhe renovaram o lugar de professor.

Na sequência da morte do pai, Galileu teve de arcar financeiramente com uma família numerosa, de modo que a oferta de um lugar de catedrático em Pádua, universidade na qual ensinou durante 18 anos, lhe veio a calhar. Como na época Pádua fazia parte da república de Veneza, onde a Santa Inquisição de Roma não tinha qualquer poder, Galileu pôde dedicar-se às suas investigações com total liberdade. Ao ter notícia da invenção, na Holanda, de um telescópio que permitia observar os astros que não se viam à vista desarmada, Galileu começou a construir o seu primeiro telescópio, um

engenho que representava alguma melhoria relativamente ao modelo holandês, e com a ajuda do qual realizou descobertas astronômicas sensacionais. Observou as crateras, as montanhas e as regiões calcárias da Lua, além de descobrir as fases de Vênus. Também viu que Saturno está rodeado por um anel, e que em redor de Júpiter orbitam quatro satélites, conhecidos atualmente como Luas de Galileu. Além disso, observou que a Via Láctea é formada por milhares de estrelas e distinguiu as manchas na superfície do Sol, cujo movimento lhe permitiu deduzir que esta estrela gira sobre o seu próprio eixo.

No século XVI, porém, o astrônomo dinamarquês Tycho Brahe tentou refutar o heliocentrismo próprio da cosmovisão coperniciana. Embora admitisse que os planetas giravam em torno do Sol, o dinamarquês empenhava-se em sustentar que a Terra ocupava o centro do universo. No entanto, o alemão Johannes Kepler, que por um tempo foi ajudante de Brahe, confirmou o sistema heliocêntrico de Copérnico e o aperfeiçoou ao descobrir que os planetas descreviam órbitas elípticas. (Copérnico acreditara que as órbitas dos planetas eram perfeitamente circulares.) O primeiro tratado de Kepler, *Astronomia nova* (de 1609), continha esta e uma segunda lei, a que afirma que nem todos os planetas se movem a uma velocidade constante.

Em 1610, Galileu publicou um livro intitulado *Mensageiro sideral*, que não escreveu em latim, como era habitual, mas em italiano. As suas afirmações tornaram-no famoso em toda a Europa, mas também suscitaram uma forte oposição. Galileu escreveu a Kepler sobre as suas experiências: “A maior parte das pessoas acredita que a verdade não está na natureza, mas que só pode ser descoberta mediante o cotejo de textos antigos. Não existe maior ódio do que aquele que professa a ignorância ao conhecimento!”

Foi uma época curiosa: apesar da cosmovisão coperniciana ser recusada pela Igreja oficial, muitos eruditos da própria Igreja a estudaram com grande interesse e boa vontade. Em 1611, o colégio jesuíta de La Flèche celebrou com um ato solene a descoberta de Galileu das Luas de Júpiter, marco que significou um elo a mais na cadeia probatória da verdade das teorias de Copérnico. Entre os alunos do colégio jesuíta nas margens do Loir, encontrava-se o jovem René Descartes, que mais tarde também viria a contribuir, a seu modo, para a revolução das ciências.

Galileu, que defendera as suas teorias heliocêntricas também nas suas cartas, acabou por provocar a entrada do Santo Ofício em cena. E o fato é que a Igreja, no entanto, condenara a cosmovisão heliocêntrica por meio de um decreto papal. Que deveria ser feito agora com Galileu? Dezesseis anos antes, a Inquisição condenara à fogueira o filósofo naturalista Giordano Bruno depois de o acusar de heresia por defender ideias que iam contra a teoria aristotélica da natureza e dos dogmas cristãos. O cardeal Roberto Belarmino, um jesuíta que não era inimigo incondicional de Galileu, avisou-o a respeito disso em Roma. Galileu comprometeu-se a não ensinar nem defender de forma alguma a teoria coperniciana. Este compromisso ficou documentado numa ata escrita que foi entregue a Galileu. Em Roma ficou uma anotação a respeito de Belarmino, que, embora pudesse causar alguns dissabores a

Galileu, finalmente o salvaria.

Em 1632, Galileu publicou o seu famoso *Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo: o Ptolomaico e o Copernicano*. Nesta obra, que lhe deu fama como escritor, Galileu punha três cientistas discutindo sobre as duas cosmovisões opostas. Embora sublinhasse as descobertas de Kepler sobre a forma elíptica das órbitas planetárias e apresentasse o sistema copernicano de forma muito simplificada, esta obra provocou uma grande revolução no mundo eclesiástico e acadêmico. A Terra se encontraria fixa e imóvel no universo ou, pelo contrário, daria voltas em torno do Sol? Ao optar pela forma de diálogo, Galileu tentou privar-se da responsabilidade da sua própria opinião, colocando-a na fala de uma personagem do texto; realmente acreditava que com esta artimanha ficaria fora de perigo, mas em breve saberia que se enganara.

Se tivesse previsto as consequências desta obra, teria seguramente formulado algumas coisas de outro modo. Talvez estivesse por demais seguro de sua posição, pois na época em que foi publicado o *Diálogo*, longe de ser inimigo da Igreja, gozava de uma boa reputação no meio eclesiástico e mantinha uma relação científica cordial com alguns jesuítas. Também o papa Urbano VIII sentia um grande afeto por Galileu, a quem, inclusive, havia dedicado uma ode.

Em 1632 o livro passara na censura antes de ser publicado em Florença, cidade onde na época vivia o autor, mas em agosto chegou de repente a ordem do Santo Ofício romano para impedir a venda do livro, e Galileu foi chamado de imediato a Roma para se apresentar perante o tribunal. Galileu já passara dos 70 anos e estava doente. Depois de examinarem seu estado de saúde, os médicos da Inquisição florentina ditaram que aquela viagem poria a sua vida em perigo, mas o papa Urbano, em vez de se abrandar, ameaçou mandar trazê-lo acorrentado caso Galileu não se apresentasse em Roma pelos seus próprios pés.

Uma das causas da ira de Urbano foi a anotação do cardeal Belarmino, de 1616. Alguém, seguramente um inimigo de Galileu na Cúria, mostrou o documento ao Papa ao mesmo tempo que chamava a sua atenção para os temas do novo livro do pisano. Ao ler aquela anotação, Urbano não teve mais dúvidas de que Galileu havia desacatado uma ordem papal. Vaidoso e egocêntrico como era, é célebre a sua afirmação de que “sabia mais do que todos os seus cardeais juntos”, e Urbano decidiu agir. Havia, no entanto, um outro motivo para a sua ira: o cientista que defendia a cosmovisão ptolomaica fora batizado por Galileu com o eloquente nome de Simplicius, e, na verdade, esse nome fazia justiça às razões pelas quais se retratava no diálogo. Galileu punha na boca desse simplório personagem alguns argumentos que Urbano não pudera deixar de reconhecer como seus; os rumores e insinuações acabaram por convencer o Papa de que Simplicius era a sua própria caricatura.

Face à pressão a que se viu submetido, Galileu fez a viagem a Roma, onde chegou em fevereiro de 1633. Deu-lhe alojamento o novo embaixador toscano, favorável à sua causa. Embora muitas vezes se tenha afirmado o

contrário, Galileu não foi encerrado num calabouço e muito menos torturado. No entanto, esta possibilidade sempre se apresentou como uma ameaça: não se esqueceram de mostrar a ele os instrumentos de tortura.

No dia 12 de abril iniciou-se o processo que teve lugar na mesma sala em que Giordano Bruno fora condenado à morte. Galileu apareceu vestido com um hábito branco de penitente. Em primeiro lugar, fizeram a ele algumas perguntas sobre a sua obra, relativas, entre outras coisas, à autorização e à impressão. Finalmente na conversa foi introduzido o tema do seu encontro com o cardeal Belarmino, em 1616. Galileu explicou que o cardeal o havia proibido de defender as teorias de Copérnico, mas não de utilizá-las como hipótese, que era, alegou, o que havia feito no *Diálogo*. Quando o juiz particularizou que o havia proibido expressamente de expor as teorias copernicianas, e não apenas de defendê-las, Galileu contrapôs que não se lembrava desse compromisso e arguiu que tal coisa não figurava na ata que lhe foi entregue e que ele guardara durante todos aqueles anos. A pedido do tribunal, Galileu mostrou a ata que, diferentemente da anotação a que a Inquisição se remetia, estava assinada por Belarmino, fato que eximia o cientista. Não obstante, os acusadores da Inquisição não queriam deixá-lo partir sem nenhuma confissão. Finalmente concordou que em certos pontos de *Diálogo* fora demasiado longe, embora dissesse que esperava uma pena suave por isso. A sentença do juiz constituiu um duro golpe: prisão incondicional.

De acordo com uma certa versão deste episódio, Galileu, depois de ter rechaçado a teoria de Copérnico perante a pressão dos juizes, ao retirar-se disse entre dentes, com alívio: “E, no entanto, ela se move!” Terá acontecido mesmo desta maneira? Ou ajusta-se melhor à verdade a imagem de um homem doente, velho, assustado, que se manteve leal à sua convicção, é certo, mas que, conhecedor do perigo que a sua vida corria, preferiu manter a boca fechada? Em 1981 foi retirado dos arquivos secretos do Vaticano um papel amarelado no qual Galileu escrevera com mão tremente, dirigindo-se aos juizes: “Estou nas vossas mãos, fazei comigo o que vos aprouver.” Este testemunho destoa muito da imagem de cientista rebelde que, a despeito de todos os perigos, ditou para os livros de História a sua célebre frase “E, no entanto, ela se move”. Na realidade, a suposta frase de Galileu só foi registrada por escrito no século XVIII, provavelmente por um abade francês chamado Augustin Simon Trailh, que atribuiu estas palavras ao cientista.

Na sequência da leitura da sentença, o embaixador toscano interveio a favor do réu e conseguiu que a pena de prisão lhe fosse comutada para confinamento vitalício. A princípio, Galileu ficou confinado à casa do bispo de Siena, que lhe tornou a “prisão” o mais cômoda possível: não só permitiu que Galileu, muito afetado pela condenação, retomasse o seu trabalho científico, como ainda o animou vivamente com relação a isso. Cinco anos depois, em 1638, lhe foi permitido mudar-se para a sua casa de Arcetri, perto de Florença, embora em regime de prisão. No ano anterior, graças à ajuda dos seus discípulos, pôde ser impressa, na Holanda, a sua obra sobre a dinâmica e a lei da gravidade, outro fato revolucionário na história da física, e para o qual

também escolheu reportar na forma de diálogo.

Galileu morreu em 1642 no seu domicílio de Arcetri, depois de ter ficado cego. Viveu até o final de sua vida em regime de prisão domiciliar e sob a vigilância da Inquisição.

O seu polêmico *Diálogo* figurou no índice papal de livros proibidos até 1835. Em 1893, o papa Leão XIII adotou as reflexões de Galileu sobre a verdade do conhecimento e da fé. Por último, em 1979, João Paulo II falou do caso de Galileu e reconheceu que a Igreja havia se equivocado quanto ao cientista. Em 1992, ou seja, 350 anos depois da sua morte, João Paulo II reabilitou Galileu Galilei e invalidou, assim, o juízo da Inquisição contra o pisano.

21. PENSO, LOGO EXISTO

René Descartes (1596-1650)

Quando o recém-nascido vislumbrou a luz do mundo, quase ninguém acreditou que fosse sobreviver aos primeiros dias de vida. Os médicos davam-no como perdido. No entanto, e graças aos seus cuidados intensivos, a parteira, uma mulher decidida, encarregou-se de desmentir tais prognósticos. Não obstante, René Descartes foi sempre uma pessoa muito franzina durante toda a sua vida. Quando criança aconselharam-no a que não saísse da cama até o meio da manhã, hábito que conservou até alcançar a idade adulta. E é possível que a obrigação de o abandonar tenha precipitado a sua morte.

René Descartes nasceu em Touraine, no noroeste da França, no seio de uma família acomodada da baixa nobreza. Durante um tempo da sua vida dispôs de dinheiro suficiente para poder se dedicar plenamente e livre de preocupações aos seus estudos científicos. Aos 10 anos ingressou no colégio jesuíta La Flèche, em Anjou, onde durante oito anos aprendeu a matemática e a física da época. À semelhança do seu contemporâneo Galileu Galilei, 35 anos mais velho, Descartes não tardou em recusar a doutrina escolástica. Ainda jovem mudou-se para Paris e ali adotou o tipo de vida que correspondia à sua alcunha. No entanto, esta vida cansou-o rapidamente, e logo se mudou para um apartamento cuja localização não era conhecida dos seus amigos mais íntimos. Ali permaneceu dois anos escondido, tempo que dedicou ao estudo intensivo das matemáticas e da jurisprudência.

Quando, em 1618, estalou a Guerra dos Trinta Anos, Descartes, que um ano antes havia ingressado no exército holandês, participou das campanhas militares da Boêmia e da Alemanha. O católico Descartes serviu em exércitos tanto protestantes como católicos. Devia saber que, na verdade, nessa guerra não se dirimia a verdadeira fé, mas a hegemonia sobre a Alemanha, objetivo com que todas as grandes potências europeias se defrontavam. É possível que Descartes não tenha chegado a participar de

nenhuma operação militar, pois, como oficial, manteve-se na retaguarda, afastado da frente, fato para ele essencial. E o que desejava acima de tudo era observar o mundo e as pessoas. Em 1619, durante o inverno, perto de Ulm, imerso no ar sufocante de uma casa aquecida, parece que teve uma visão que em seguida identificou como o objetivo da sua vida: a unidade da ciência a partir de novos pressupostos e, sobretudo, sem as condições prévias da doutrina cristã, fixadas pela escolástica.

Durante os anos seguintes, Descartes realizou inúmeras viagens que alternou com grandes estadas em Paris. Ali fez uma estreita amizade com o monge e filósofo Marin Mersenne. A partir de 1628, quem quisesse falar com Descartes (que havia se mudado para a Holanda para prosseguir o seu trabalho científico) teria de ir a Mersenne. Em 1655, na Holanda, ao terminar a redação da sua primeira obra, Descartes conheceu a condenação que a Inquisição romana havia imposto a Galileu Galilei. Tal notícia sobressaltou-o; na sua obra, já pronta para impressão, adotava a teoria da rotação da Terra de Galileu. Já não se atreveu a publicar as suas ideias, e inclusive destruiu boa parte das folhas. Passados quatro anos, alguns destes fragmentos apareceram em *Discurso do método* que, por precaução, publicou sob anonimato. Este livro pouco volumoso é hoje uma das obras mais conhecidas da filosofia, e com a sua frase “Penso, logo existo” comoveu o mundo. No texto original, em francês, foi formulada a frase *Je pense, donc je soi*, mas tornou-se muito mais famosa a tradução latina, de 1644: *Cogito ergo sum*.

O que é que esta frase tinha de especial? Para o homem moderno parece quase banal e, no entanto, ela contribuiu para mudar a concepção que se tinha do mundo e da vida. As palavras “Penso logo existo” representam o que Descartes transformou no método da sua ciência e no fundamento de todo o conhecimento: a dúvida. Para Descartes, a dúvida não era algo que aparecesse num dado momento e logo se aclarasse de forma rápida e simples (como até então a escolástica ensinara), passando apenas os olhos pela Bíblia e pela obra de Aristóteles. As recentes observações e descobertas de Nicolau Copérnico e de Galileu Galilei puseram em dúvida opiniões que haviam se tornado inquebrantáveis, e impugnaram certas crenças que na Bíblia se expunham como indiscutíveis, e a respeito das quais o próprio Aristóteles se equivocara.

Descartes, que procurava uma regra que fosse válida para todas as ciências, chegou à conclusão de que daí em diante teria-se de duvidar de tudo. Mas esta conclusão não trazia, por si só, qualquer novidade. Os céticos de finais do século XVI já haviam advertido que a percepção não podia determinar-se de forma unívoca: uma pessoa vê o mar azul, enquanto o outro o vê de cor cinzenta, é possível que um terceiro o veja turquesa. Daí os céticos deduzirem que as ciências exatas eram impossíveis e, por conseguinte, situarem-se ao lado de Aristóteles, que nunca confiou nos sentidos do homem. Exatamente neste ponto, no preciso momento em que se dá conta de que tudo o que vira e pensara poderia ser falso e que, assim sendo, talvez não soubesse nada, Descartes opta por dar uma volta audaz e revolucionária. Se é verdade que nada daquilo que percebemos é certo e que

tudo pode ser uma ilusão, isso tem de ser válido para o mundo inteiro, para tudo o que nos rodeia. Nada houve, então, que resistisse à dúvida radical de Descartes, ao seu ceticismo geral? Na realidade, houve. Logo em seguida Descartes voltou a pôr os pés no chão. E até fez uma aterrissagem suave, porque de repente deu-se conta de que em toda a insegurança existe algo evidente: aquele que duvida, pensa. E uma vez que pensa, é inegável que, no mínimo, exista: penso, logo existo. Para Descartes, essa certeza tinha de ser o princípio e o ponto de partida de toda a filosofia.

Depois de ter regressado à terra firme, Descartes olhou ao redor e encontrou o mundo mudado. No centro já não estavam as aparências e os objetos, mas a própria consciência. Descartes estava convencido de que só podia ter pretensões à verdade aquilo que se conhecesse da mesma forma que se conhece este eu pensante. Por isso concluiu que no mundo dos objetos e da percepção só podemos confiar naquilo que se pode medir de modo inequívoco. Como as cores, o sabor e o odor não são mensuráveis, os desprezou. Em contrapartida, o mundo do corpo é fiável, pois a dilatação e o movimento podem medir-se.

Parecia que começava a evoluir a visão de uma ciência unida que em certa ocasião tivera, numa casa muito aquecida de Ulm. O filósofo estava convencido de que tudo podia ser explicado a partir da matemática e da física. Agora, no entanto, apresentava-se a ele um novo “problema de pensamento”: a ciência parecia unida, mas o intelecto e a matéria haviam-se separado. O conceito de mundo de Aristóteles, até então universalmente válido, e que partia da unidade da alma e da matéria, parecia fora de moda. Agora havia um mundo intelectual e outro material e cada um existia por si mesmo. Para Descartes, o intelecto era livre no seu mundo e examinava tudo independentemente de toda a corporalidade. O mundo do intelecto era raciocínio puro. O mundo do corpo, em contraposição, não tinha nenhum tipo de contato com o do intelecto, e estava submetido às leis da natureza, atuando de acordo com processos meramente mecânicos. O mundo do corpo era, para Descartes, pura mecânica.

Esta concepção do mundo dividido num plano puramente intelectual e noutro puramente corporal veio a denominar-se dualismo, e Descartes foi denominado dualista. Como falava da *ratio*, da razão, e da palavra no mundo do pensamento, também foi qualificado de racionalista.

Descartes levou seu dualismo a tal ponto, que ambos os mundos apenas se uniram no homem, segundo o princípio pelo qual o homem é um corpo (uma máquina) dentro do qual existe uma alma (o intelecto). Os animais, em contrapartida, eram para Descartes mera matéria e funcionavam, por isso, mecanicamente.

O efeito dos pensamentos de Descartes foi imenso e ele próprio foi considerado um dos precursores decisivos da filosofia moderna. Quase dois séculos depois, Hegel identificou nele o princípio do pensamento moderno. Também foi alvo de uma apreciação semelhante por parte de Nietzsche, Heidegger e Bertrand Russell. A metodologia de Descartes, que consistiu em partir de um pequeno ponto concreto e seguro para chegar ao complexo,

abriu caminho na ciência e transformou na metodologia habitual.

A Igreja, pelo contrário, viu em Descartes um blasfemo heterodoxo. Se separamos intelecto e matéria, qual é a relação que se estabelece entre essa nova razão independente e a fé? É provável que Descartes temesse esta pergunta, já que, sendo católico convicto, não era apenas um homem prudente, mas, além disso, sabia bem qual fora o destino de Giordano Bruno e de Galileu Galilei. Tentou, por isso, introduzir no seu *Discurso*, imediatamente após o “Penso, logo existo”, uma demonstração da existência de Deus. No entanto, e em comparação com o brilhantismo dos seus raciocínios precedentes, este último resulta bastante deficiente. Descartes manifestou que não tinha a certeza de que se pensava, existia, como também encontrava dentro dele a ideia de um ser perfeito. Como esta ideia não podia surgir dele mesmo, teria de ter sido dada a ele pelo próprio ser perfeito. Isto nos faz lembrar claramente Anselmo de Cantuária: “O fato de poder imaginar um ser perfeito significa que tal ser existe”, pois, tal como acrescentou Descartes, o ser perfeito é precisamente perfeito porque existe. Se não existisse, já não seria perfeito. Depende de cada um de nós, e sobretudo da nossa fé, decidir se isto é de uma racionalidade genial ou pura argúcia.

Apesar desta prova da existência de Deus, 13 anos depois da morte de Descartes a sua obra foi censurada em Roma. Foram sobretudo os jesuítas que insistiram para que isso ocorresse. Até o século XVIII, pronunciar o nome de Descartes era algo sumamente perigoso na França.

Descartes, que passou quase vinte anos escondido na França, foi até Estocolmo, em 1649. Por que razão? Pierre Chanut, um dos seus amigos, fora nomeado, em 1645, embaixador francês em Estocolmo. Este converteu a rainha Cristina da Suécia numa partidária da “teoria cartesiana”, assim denominada em honra de Descartes. Cristina e o filósofo mantiveram uma intensa relação epistolar. Finalmente a rainha chamou-o à sua corte. Descartes hesitou. Como católico que era, a fé reformada da Suécia resultava inconveniente para ele, mas quando a rainha insistiu no convite, Descartes aceitou. Conquistou imediatamente a confiança da soberana. Só que a rainha desejava filosofar frequentemente com ele às cinco da manhã. Ainda hoje é um mistério saber se ele faleceu devido à sua debilidade, e por ter de madrugar no inverno frio de Estocolmo, ou se devido ao arsênico que os invejosos servidores da corte supostamente lhe punham na comida.

22. O HOMEM É O LOBO DO HOMEM

Thomas Hobbes (1588-1679)

Thomas Hobbes, a quem alguns chamam, por causa das suas ideias, de o “monstro de Malmesbury”, parece ter sido um homem estranho mas amável. A pouca segurança da sua época determinou o seu pensamento, a sua personalidade e a sua vida. Ele próprio afirmou, não sem uma certa ironia, que “o medo e eu nascemos gêmeos”, dado que sua mãe deu à luz de forma prematura pelo terror que sentiu ao ouvir o rumor da Invencível Armada espanhola ao aproximar-se das costas britânicas.

Foi uma época selvagem do pensamento: uma época ousada, perigosa, desassossegada. Na primeira metade do século XVII quebrou-se, definitivamente, a unidade de pensamento e de fé, unidade imposta durante milênios e mantida contra ventos e marés. Apesar de, nos mosteiros e nas universidades, as ciências se afastarem cada vez mais claramente dos preceitos da religião, os representantes da escolástica tardia não regateavam argumentos no seu empenho de fazê-los parecer compatíveis com o cristianismo. A Igreja romana, quando se via em apuros, recorria, como antigamente, aos métodos da Inquisição: o calabouço, a tortura, a fogueira.

Para a ruptura entre o pensamento e a fé contribuíram homens como Francis Bacon, Galileu Galilei, René Descartes e Thomas Hobbes. Bacon e Galileu libertaram a ciência do domínio da Igreja e da escolástica, e puseram em evidência a insuficiência da obra de Aristóteles, fonte de todas as respostas para os escolásticos. Descartes separou a razão da fé. E Thomas Hobbes? Hobbes despojou o Estado da sua suposta origem na graça de Deus e situou-o na base de um contrato que as pessoas estabeleciam com o seu soberano, o Estado.

A juventude de Hobbes não foi fácil. O pai, um pároco rural arruinado e com grande apetite pela bebida, abandonou a família quando Thomas tinha 16 anos, e morreu pouco tempo depois, perto de Londres. Um tio seu com

uma boa posição tomou a seu cargo o jovem talentoso e, mais tarde, possibilitou o seu ingresso na Universidade de Oxford, onde estudou línguas, lógica e filosofia. Uma vez licenciado, Hobbes virou o tutor de Lorde William Cavendish. Manteve-se ligado aos Cavendish por toda a vida, se encarregando da educação de quatro gerações da família. Quando Lorde Cavendish mandou o seu filho para o chamado Grand Tour, a viagem de formação pela Europa que os jovens nobres da aristocracia inglesa costumavam realizar, encarregou Hobbes da missão de acompanhá-lo. Estas viagens (Hobbes repetiu o Grand Tour mais duas vezes) deram-lhe a oportunidade de conhecer importantes sábios da sua época. Chegou mesmo a contatar diretamente René Descartes, com quem manteve uma intensa relação epistolar. E também conheceu Galileu, que pagou as suas audazes ideias sobre a posição da Terra e do Sol com a condenação da Igreja e a prisão perpétua.

Nessa época, a Europa era um campo de batalha. Desde 1618 que a guerra dos Trinta Anos causava estragos na Alemanha. Embora o fator desencadeante da guerra tenha sido as tensões entre o catolicismo e o protestantismo, sobre a mesa estavam também as pretensões de poder na Europa central da Boêmia, da Dinamarca, da Suécia, da França e da Espanha. A Alemanha, sobretudo, ficou arrasada com a pilhagem, o saqueio, os assassinatos e a destruição causada pelos exércitos de lansquenetes; regiões inteiras ficaram despovoadas. A partir de finais do século XVI, e com a ajuda militar da Inglaterra, a Holanda lutava pela independência contra as pretensões de poder dos Habsburgo. Em 1640, na Inglaterra, um amplo conflito entre o rei e a oposição chegou ao seu auge. Na sequência do levantamento dos escoceses, o rei Carlos I, que desde 1629 havia reduzido paulatinamente o poder do parlamento, viu-se obrigado a recorrer a ele pela necessidade de subsídios para a guerra no norte do seu reino.

Nesta situação-limite, Hobbes escreveu a toda a pressa sua primeira obra de filosofia política, *Elementos do direito natural e político*, com o objetivo de oferecer a Lorde Cavendish, partidário do rei, uma base argumentativa para a intervenção no conflito político com os parlamentaristas. No entanto, o parlamento obteve de Carlos inúmeras concessões (autoridade na legislação fiscal, eliminação dos tribunais especiais). Quando a situação se tornou crítica, Hobbes foi precipitadamente para a França, fugindo dos inimigos do rei. Em 1642 teve início a guerra civil na Inglaterra. No grupo realista lutava a alta aristocracia anglicana, apoiada pelas forças católicas da população que defrontava as classes médias puritanas, as quais dominavam o parlamento. (O puritanismo era a corrente mais radical do protestantismo inglês.) A facção parlamentar que finalmente se levantou com a vitória era liderada por Oliver Cromwell. O rei Carlos I foi condenado à morte e justicado em 1649. Foi declarada a república na Inglaterra e Cromwell tornou-se seu *Lord protetor*, ou, para sermos mais precisos, seu ditador.

À semelhança de um grande número de partidários da coroa exilados na França, Hobbes viu-se reduzido à pobreza, até ao ponto de, em 1646, se empregar de novo como professor. Como aluno, foi-lhe confiado nada mais,

nada menos do que o príncipe de Gales, o futuro rei Carlos II, que, ao que parece, terá dito mais tarde que Hobbes foi a pessoa mais rara que já conheceu. Nessa época, a sua obra *Do cidadão*, que já fora publicada em 1642, transformou-se num grande sucesso, fazendo o seu autor ser conhecido para além das fronteiras da Inglaterra e da França.

Subitamente Hobbes adoeceu tão gravemente que lhe foi ministrada a extrema-unção, tendo permanecido acamado durante meses. Apesar de ter vivido ainda mais de trinta anos, sua saúde não foi totalmente recuperada. Os sintomas dos anos seguintes permitem deduzir que Hobbes sofria do mal de Parkinson. Debilitado e cada vez mais dependente de um secretário, foi abandonando progressivamente o seu objetivo de criar um grande sistema filosófico geral, se bem que, em compensação, tenha conseguido outro grande êxito. Apesar da sua saúde fraca, reuniu as forças necessárias para terminar o *Leviathan*, a sua obra mais famosa, publicada em Londres, em 1651, e que imediatamente tornou-se motivo de escândalo e foi proibida. Toda gente o incriminou. Mas o que é que de tão abominável teria escrito Hobbes?

Uma frase sua ressoa até hoje como se se tratasse do resumo do pensamento de seu livro: “O homem é o lobo do homem.” Embora tenha afirmado infinitas vezes que esta frase pertence ao *Leviathan*, na realidade encontra-se em *Do cidadão*, a sua obra anterior.

Na dedicatória desse livro ao seu mentor, Lorde Cavendish, lê-se o seguinte: “Afirma-se que o homem é um deus para o homem e que o homem é lobo do homem. É verdade a primeira afirmativa se compararmos entre si os cidadãos, e a segunda se compararmos as cidades. Na primeira há alguma analogia de similitude com a Deidade, inteligentemente pela justiça e a caridade, irmãs gêmeas da paz. Na segunda, porém, os bons homens defendem por dever, usando como santuário as duas filhas da guerra, a mentira e a violência. Em termos claros, recorrem à mesma prática das bestas vorazes.”

Hobbes tomou a frase *Homo homini lupus* da comédia *Asinaria*, obra do escritor romano Plauto (cerca de 250 a.C. – cerca de 184 a.C.). No *Leviathan*, Hobbes afirmou que o ser humano, ao contrário dos outros seres vivos, tem certa liberdade de decisão para atuar, mas é um escravo do seu instinto de sobrevivência. No seu afã para se impor aos seus congêneres, comporta-se como um animal de rapina. Aquilo que em última instância guia os homens nas suas ações não é a fé ou a Igreja, mas o puro egoísmo ou mesmo a ambição e a cobiça, realidade que levou a humanidade à guerra de todos contra todos. A cobiça como força motriz do ser humano! Uma forma de pensar horrível para a época.

Ao perguntar-se como poderia sair dessa situação, Hobbes encontrou a solução na criação de um Estado onipotente. Nas suas reflexões, Hobbes não concede a Deus nenhum papel importante: são os próprios homens que criam o Estado ao estabelecer entre eles um contrato social. Em virtude desse contrato, os súditos comprometem-se a ceder incondicionalmente ao soberano todos os direitos que tinham no Estado natural e a não oferecer

resistência alguma à vontade daquele. Foi assim que o Estado de Hobbes se transformou na figura mítica que aparece no título da obra.

Leviatã é o nome do monstro do Antigo Testamento, que é descrito no Livro de Jó e que só Deus ironicamente pode vencer. O que tem, portanto, de bom, esse Estado-Leviatã espantosamente onipotente? Segundo Hobbes, esse Estado era a única instância capaz de instaurar a ansiada paz entre os homens e de assegurar o bem-estar da comunidade e do indivíduo. Todavia, para alguém que testemunhou os horrores da guerra dos Trinta Anos, da guerra da independência holandesa e da guerra civil inglesa, este tipo de paz não era seguramente pouco.

Por outro lado, não é de se estranhar que as ideias de Hobbes suscitassem por onde quer que fosse uma profunda rejeição. Os puritanos, os campeões da virtude, condenavam a opinião de Hobbes segundo a qual não existia nada mais perigoso do que a moral. Para Hobbes, num Estado orientado racionalmente para a paz e a segurança geral, a moral e a fé deveriam ser um assunto meramente privado e, em caso algum, deviam impregnar a vida pública. Também a igreja anglicana rejeitou as pretensões de Hobbes, pois com elas parecia ficar definitivamente à margem dos acontecimentos políticos. Além disso, a concepção que Hobbes tinha do homem e do papel que concedia a Deus contradiziam totalmente as crenças fundamentais da Igreja anglicana. Também os monárquicos rejeitaram a teoria de Hobbes sobre o Estado, uma vez que não reconhecia o mandato divino “natural”, secularmente aceito. Por último, o parlamento reprovou o fato de Hobbes conceder prioridade ao Estado sobre todos os partidos, convertendo-o, assim, num Estado absolutista.

O ponto decisivo numa crítica atual do modelo de Estado de Hobbes é a unilateralidade do contrato social em que se baseia: onde está o compromisso do Estado? O que é que este traz para o contrato? No modelo social de Hobbes, o Estado ou o soberano – também o rei podia ser esse soberano – só é beneficiário e não perde os seus direitos nem sequer pelo não cumprimento dos seus deveres. Os cidadãos, em contrapartida, cederam todos os seus direitos de forma indiscutível. Se tentassem iludir os seus deveres, o Estado poderia sempre impor-lhes sanções. Pois bem, era isto o que Hobbes realmente queria. Para ele era decisivo o seguinte: que não voltasse a haver nenhuma guerra.

Hobbes foi censurado mil e uma vezes pelo fato de, com as suas ideias, ter contribuído para a justificação do absolutismo, aquela forma de governo na qual o rei acumula todo o poder nas suas mãos e não aceita restrições nem de um parlamento nem de outras forças, como o clero e a nobreza. Na Europa da sua época, o absolutismo era a forma de governo estabelecida já há bastante tempo. Na França, por exemplo, Luís XI assentara as bases do absolutismo na segunda metade do século XV.

Não devemos, contudo, exagerar sobre a importância de Hobbes para a sorte desta forma de governo. Os partidários do absolutismo apropriaram-se e radicalizaram as ideias de Hobbes, mas também as do francês Jean Bodin (1529-1596), que, antes mesmo do inglês, havia tentado demonstrar que a

melhor forma de governo encontrara a sua plena realização nos Estados absolutistas da Europa.

Os partidários do absolutismo também se remetiam ao mito do monarca pela graça de Deus. No entanto, esta ideia estava muito longe da teoria de Hobbes, mais próxima da concepção de um contemporâneo seu, o holandês Hugo Grotius (1583-1645), para quem a base da convivência e da justiça era o reconhecimento do direito à vida das pessoas e dos Estados, quer dizer, um direito natural. Porém, a unilateralidade do ponto de vista de Hobbes quanto à relação entre o Estado e o cidadão ofereceu aos revolucionários e aos regimes autoritários a justificação filosófica para as suas ações. Ao apresentar-se a si mesmos como os defensores da maioria do país, tanto uns como os outros se beneficiaram da doutrina do Estado forte.

Apesar de todas estas objeções justificadas, não devemos passar por alto nem a complexidade nem o caráter revolucionário do pensamento de Hobbes, como também deve-se sublinhar a sua ambiguidade. Uns consideram-no um dos primeiros filósofos centro-europeus a reconhecer o ser humano como indivíduo. Outros sustentam que, ao dar primazia à paz sobre a monarquia, deu um novo sentido à justificação da existência do Estado. Por outro lado, com a afirmação de que o que fazia mover o mundo não era Deus, mas o instinto de sobrevivência, Hobbes provocou a separação entre Estado e Igreja.

Com a procela idade de 91 anos, Hobbes morreu numa das quintas dos Cavendish e, segundo consta, não deixou que nenhum sacerdote se aproximasse do seu leito de morte. Também se diz que durante um tempo considerou a possibilidade de que no seu túmulo, simples e despida de símbolos cristãos, figurasse a inscrição: “Esta é a verdadeira pedra dos sábios.” Finalmente, como ele disse, conformou-se com o fato de ter “encontrado um buraco por onde escapar deste mundo”.

23. O ESTADO SOU EU

Luís XIV (1638-1715)

Pela manhã, quando os suaves raios do sol despertavam Luís XIV, no quarto real reunia-se o ilustre círculo dos escolhidos, a quem era permitido assistir à cerimônia do atavio do rei.

Os atos pessoais do Rei-Sol, como o *lever* (o levantar-se), eram atos de Estado. O cerimonioso monarca levava horas antes de abandonar a cama e de se vestir completamente. Os aristocratas mais próximos sentiam que se tratava de um privilégio servir o seu rei até nas tarefas mais íntimas, e com grande atenção, inveja e ciúme observavam quem se permitia aproximar-se do espelho ou receber o lenço usado do soberano. A posição ocupada por cada um e a tarefa que lhe cabia em sorte indicavam a importância que o rei concedia a cada cortesão no universo de Versalhes, e também a proximidade a que orbitava a sua estrela em redor do Sol, isto é, do rei.

Luís XIV não se destacava pela sua magnanimidade nem pela sua filantropia. No caso de outros monarcas, tais carências teriam sido motivo suficiente para não figurar na história senão numa nota de rodapé. O fato de tal não ter acontecido com o Rei-Sol deve-se a outras qualidades do seu caráter. Os traços que Luís possuía em excesso, traços que normalmente contam para o saldo negativo dos dirigentes de qualquer cor política, eram a ânsia de notoriedade, o egocentrismo e a fé inquebrantável de ser um eleito de Deus.

Luís XIV foi uma daquelas pessoas cujo nascimento, assim como a morte, fizeram com que muitas pessoas suspirassem de alívio: “Finalmente!” O primeiro “Finalmente!” deveu-se ao fato de, depois de 22 anos de matrimônio, o rei Luís XIII e sua esposa, Ana de Áustria, ainda não terem dado à luz o herdeiro ao trono. Assim, desde criança, Luís XIV foi criado na ideia de que era um presente de Deus, *Le dieudonné*. O pai morreu antes de o pequeno fazer 5 anos, e a mãe tornou-se regente. Dos assuntos do governo

encarregava-se o seu amante, Jules Mazarin, um cardeal que nunca fora ordenado sacerdote. No tempo do seu governo, a França converteu-se, definitivamente, numa potência militar europeia, mas internamente começava a fracassar. A nobreza se rebelara. Em consequência da revolta dos nobres, conhecida como a Fronda, o jovem Luís foi feito prisioneiro no seu próprio palácio do Louvre. Desde então, Luís que observa cuidadosamente a revolta da nobreza, passou a odiar Paris. A construção do palácio de Versalhes foi, sem dúvida, outra consequência dessas experiências.

Não se tem a certeza absoluta de Luís ter pronunciado aquelas palavras “O Estado sou eu”. Conta-se que as proferiu perante o parlamento de Paris no dia 13 de abril de 1655, dois anos depois de a Fronda ter sido vencida. Luís, que estava então com 17 anos, e que fora coroado rei um ano antes, mas ainda não era regente, promulgara vários éditos referentes à guerra contra a Espanha, que já durava mais de vinte anos. De novo se tornava necessário retirar dinheiro do erário público, mas alguns parlamentares requereram que este procedimento fosse investigado. Luís começou por trocar da câmara alta servindo-se do seu próprio aspecto: em vez de vestir o suntuoso traje oficial, apresentou-se com um fato de caça relativamente descuidado. Quando o presidente do parlamento falou do interesse do Estado com relação ao financiamento da guerra, Luís disse gritando as famosas palavras “O Estado sou eu!” Hoje em dia essa expressão é utilizada ironicamente para ridicularizar o despotismo e a ambição do poder ilimitado.

A concepção que Luís tinha de si mesmo deixou no palácio de Versalhes a sua imagem petrificada. Aquele palácio não só lhe serviu para satisfazer o seu prurido de notoriedade, mas também como importante (embora não decisivo) instrumento para impor as suas pretensões de poder. Em 1663, dois anos depois da morte de Mazarino, Luís mandou construir o gigantesco complexo palaciano no lugar onde antes existia um palacete de caça. Passaram vinte anos antes de poder mudar-se com a sua corte para o palácio de Versalhes e torná-lo um Estado dentro de outro Estado. Em Versalhes viviam mais de quatro mil cortesãos, e por sua comodidade velavam mais de 15 mil criados.

Versalhes estava geograficamente perto de Paris, e, ao mesmo tempo, mantinha uma distância prudencial no que diz respeito aos enredos e intrigas que se tramavam nos círculos políticos da capital. Em Versalhes, Luís formou os próprios círculos, e procurou mantê-los sob o seu domínio. Quem quisesse ser alguém no Estado devia estar na Corte, o que implicava viver em Versalhes, submeter-se ao serviço na Corte e competir pelos favores do rei. A nobreza, até então disseminada por todo o reino, viu reduzida a sua condição à de uma nobreza cortesã. Através do cerimonial cortesão, Luís dominou definitivamente a nobreza francesa. As fortunas de vários nobres foram absorvidas pelos vestidos caros que eram de rigor em Versalhes. Com vista ao financiamento da vida na corte, qualquer posto lucrativo, qualquer pensão que o rei fizesse a graça de conceder, era recebido com enorme agrado. Luís dominou a sua corte de forma magistral; todos os destinos da França

dependiam da atividade e do poder do *Roi du Soleil*, do Rei-Sol.

O *lever* não era mais do que o princípio de um dia regulamentado com pleno rigor. Seguidamente celebrava-se a missa matutina, durante a qual só o rei estava de frente para o altar. Todos os demais deviam dirigir o seu olhar para ele. Imediatamente a seguir, Luís e o seu séquito atravessavam a sala dos espelhos. Nessa época estavam na moda os saltos altos, também para o calçado masculino. Parecendo mais altas do que eram, as pessoas andavam cheias de orgulho e dignidade. Na sala dos espelhos esperavam, submissos, os solicitadores e cortesãos, enquanto o rei, cheio de graça, ia parando aqui e ali; mas em breve o trabalho com o seu gabinete o reclamava. Também era impaciente por natureza (“Quase me haveis feito esperar”, resmungou uma vez que uma carruagem chegou à hora). Luís soube rodear-se de ministros competentes. Em particular Jean-Baptiste Colbert, o imaginativo ministro das Finanças, sabia como encher sucessivamente os cofres do Estado; Michel de Tellier e seu filho François Michel, o marquês de Louvois, mostraram uma grande perícia na organização e na direção da máquina de guerra francesa. Estes homens permitiram que Luís prosseguisse o seu objetivo de ampliar o território do Estado. De fato, durante o reinado de Luís XIV, a França esteve quase permanentemente em guerra. Em 1667, na que ficou conhecida como guerra da Devolução, as suas tropas invadiram os Países Baixos espanhóis (a Bélgica atual). Em 1672 tentou submeter a Holanda, e para deter os conquistadores, os holandeses abriram os diques e inundaram o país. Em 1681 o seu exército lutou na fronteira alemã pelo domínio de Estrasburgo; de 1688 a 1697 combateu contra os príncipes eleitores do Palatinado e finalmente interveio na longa guerra da sucessão espanhola, que causou enormes estragos de 1702 a 1714. Não obstante, apesar da sua ânsia expansionista, Luís não conseguiu nenhum êxito rotundo. Pelo contrário, os cofres esvaziaram-se em pouco tempo, apesar de todas as manhas e sutilezas de Colbert.

O gabinete de Luís costumava reunir-se de manhã, das nove ao meio-dia. Depois Luís assistia à segunda missa, à qual se seguia o almoço. Os provadores vigiavam os prazeres do paladar do rei. Tudo o que Luís fazia era acompanhado pelo trabalho de escanções e mestres de cerimônia, provocando expressões entusiastas como “O rei está bebendo!” ou “O rei está comendo!” Luís dedicava a tarde a todo tipo de entretenimentos: a caça, uma excursão, quicá uma conversa com a sua amante, Madame de Montespan. Durante a noite, eram as distrações habituais, fogos de artifício, bailes cortesãos ou apresentações de ballet. Neste último caso, o próprio rei atuava por vezes, como bailarino; e, como não podia deixar de ser, eram-lhe sempre reservados os papéis dignos dele, como o de Apolo, o antigo deus do Sol. O *coucher*, o ato de se deitar, era também celebrado como um ritual.

A vida em Versalhes era considerada em toda a Europa não só como o modelo da vida cortesã, como também o centro da alta cultura. Todos queriam copiar o que vinha de Versalhes: a arquitetura, a geometria dos parques, a natureza dominada, os vestidos luxuosos, os prazeres de todas as noites. Quanto mais um príncipe europeu se aproximasse do ideal de Versalhes, mais longe se sentiria do mundo vulgar. E, no entanto, com o

passar do tempo, tudo isto acabou por tornar-se funesto para a aristocracia. O luxo, a etiqueta e a complacência foram desfazendo paulatinamente a imagem que se tinha do mundo exterior. Ninguém, na corte, se deu conta de que nos campos franceses cada vez se passava mais fome. Quando, em 1715, Luís XIV morreu, as finanças do Estado estavam arruinadas. Colbert morrera havia já algum tempo; segundo se diz, carcomido pela tristeza de não poder evitar a deriva belicosa e esbanjadora do rei. Foi a época dos espertos malabaristas da economia, como o escocês John Law, idealizarem novos métodos para reanimar as finanças do Estado: papel-moeda, empréstimos etc. Apesar das catástrofes financeiras que as ideias de John Law acabaram por provocar na França, o absolutismo aperfeiçoado por Luís XIV era tão forte que durante décadas a corte pôde continuar vivendo perfeitamente no seu mundo de ficção. Com a Revolução Francesa, em finais do século XVIII, soou por toda a França a resposta às palavras atribuídas ao Rei-Sol. A resposta do povo foi: “O Estado somos nós!”

24. LAISSEZ FAIRE!

Pierre de Boisguilbert (1646-1714)

Jean Baptiste Colbert, que foi ministro de Estado durante quase todo o governo de Luís XIV, o Rei-Sol, era especialista em encher os cofres do seu soberano. Para isso não só empregou os meios habituais, como os impostos elevados e a invenção constante de novas contribuições, como também adotou, com grande êxito, o conceito econômico do mercantilismo. De acordo com esta teoria, cujo nome deriva da palavra francesa *mercantile*, o país era considerado segundo uma visão exclusivamente comercial. Para Colbert, a França não passava de uma grande manufatura que tinha de produzir muito dinheiro.

O objetivo dos mercantilistas era conseguir que a balança comercial mantivesse um saldo positivo. Tratava-se de gastar em importações menos do que aquilo que as exportações rendiam, o que garantiria um excedente no tesouro público. Para tal, as mercadorias exportadas deviam ser vendidas ao estrangeiro ao mais elevado preço possível, enquanto as importadas se comprariam em menor quantidade e ao mais baixo preço possível. Os lucros obtidos pelo Estado, no entanto, não eram redistribuídos pela comunidade, mas destinados ao próprio Estado: o exército e, sobretudo, o rei e a corte. Não é de se estranhar, por isso, que o mercantilismo tenha sido uma invenção da época do absolutismo na qual o monarca gozava de um poder sem restrições.

Jean-Baptiste Colbert dirigiu a política econômica do Estado a partir de 1661 até 1683, e a sua influência nesta política foi tão decisiva que a sua forma de mercantilismo acabou por ser denominada colbertismo. Colbert tentou baratear o transporte no país, isentou de taxas os caminhos e as pontes, e construiu canais como o famoso Canal do Midi, que possibilitava o transporte de mercadorias a partir do Mediterrâneo até o Atlântico. Colbert fomentou, sobretudo, a produção de bens de grande qualidade que pudessem ser vendidos para o exterior a preços elevados. As matérias-primas

selecionadas, os móveis nobres, o vinho, o queijo e os produtos de ferro converteram-se em sucessos de exportação em toda a linha. Colbert atraiu à França especialistas de toda a Europa. Uma imensa equipe de espíões espalhados por todos os países europeus arrecadou conhecimentos que estavam vedados à França. Colbert não só apoiou com generosidade todas as manufaturas francesas que produziam bens para a exportação; também prestou uma ajuda econômica considerável a todos aqueles que fundassem uma *fabrique*. Paralelamente a todas estas medidas fomentadoras da exportação, reduziu a importação por meio da imposição de elevadas taxas.

Apesar do aumento da riqueza do rei e do aparecimento de um grande número de manufaturas, a regulamentação da economia francesa não tardou em mostrar aspectos sombrios. As taxas dificultavam o comércio com outros países e os comerciantes sempre tinham de adaptar sua atividade às normas estatais quanto às mercadorias que podiam ser exportadas ou importadas. Colbert fez relativamente pouco para fomentar a vida econômica internamente; implementou apenas o rigoroso sistema de taxas que regia o comércio interno. A maioria da população tinha de pagar impostos e contribuições cada vez mais elevados, ao mesmo tempo que a nobreza e o clero conservaram seus privilégios fiscais. Os camponeses continuavam dependendo dos seus senhores, enquanto os artesãos e os comerciantes continuavam ligados a grêmios e a associações.

Conta-se que um dia, provavelmente por volta de 1680, Jean-Baptiste Colbert se reuniu com vários comerciantes. Quando lhes perguntou o que poderia fazer para melhorar os negócios, um deles, chamado Legendre, respondeu: “Laissez nous faire”, deixe-nos fazer o nosso trabalho sem estorvos.

Não é possível demonstrarmos que este diálogo tenha realmente ocorrido, mas no caso de ter acontecido, este momento poderia ser identificado como o do nascimento do conceito do *laissez faire*, ideia que mais tarde viria a ser esgrimida em todas as discussões acerca de como se deve dirigir a economia.

Entre os homens que nessa época (e na própria França) expressavam as suas ideias econômicas, não só havia partidários do mercantilismo, como também adversários desta doutrina. Um deles era Pierre de Boisguilbert, um homem muito culto que, em 1689, era juiz supremo, funcionário da polícia e residente da câmara de Ruão, a sua cidade natal, cargos que manteve até o fim da sua vida e graças aos quais enriqueceu.

Em dado momento Boisguilbert começou a ocupar-se das questões econômicas, e em 1695 publicou, de forma anônima, o livro *O detalhe da França*, no qual expunha a precária situação econômica do país: a Corte obtinha o dinheiro que precisava e aumentava a economia orientada para a exportação, mas, apesar de tudo, o país sofria penúria. A razão da decadência da economia francesa residia principalmente, segundo Boisguilbert, na proibição da exportação de cereais. Exigia que se reduzissem os impostos, extremamente elevados, mas, sobretudo, que cessasse a política mercantilista baseada na intervenção estatal na atividade econômica do país. Em *Factum*

de la France, outra obra sua publicada em 1707, lemos a seguinte frase: “Só era preciso deixar a liberdade e a natureza trabalharem.” Trata-se da frase mais antiga na bibliografia econômica que faz referência à ideia e ao conceito de *laissez faire*.

Finalmente, *laissez faire* transformou-se no lema dos partidários da instauração de um modelo alternativo ao mercantilismo. Estes homens denominavam-se a si mesmos fisiocratas (fisiocracia significa nem mais nem menos do que “o domínio da natureza”). O seu representante mais declarado, François Quesnay, o médico pessoal de Madame de Pompadour e do rei francês Luís XV, afirmou que a economia não podia ser considerada de forma isolada, mas que esta era parte de um sistema de circulação análogo ao circuito da circulação sanguínea no corpo humano. Segundo Quesnay, se se deixasse circular livremente o comércio, o dinheiro e as mercadorias, tudo se regularia por si só, tal como sucede com a natureza. Assim, é lógico que os fisiocratas convertessem em sua máxima a frase “deixai fazer, deixai passar”, famosa variante do conceito de *laissez faire*, atribuída ao marquês Vincent de Gournay. Só que, quando Boisguilbert escreveu as suas palavras, Gournay ainda não era nascido e havia apenas dois anos da morte de Boisguilbert.

Os fisiocratas achavam que uma economia se desenvolvia melhor quando se dá rédea solta às suas forças. Estavam convencidos de que uma economia dirigida, mesmo quando dirigida pelas melhores cabeças de um país, não resistia à comparação com uma economia livre. Com estas teses, foram os precursores da teoria econômica liberal clássica que o escocês Adam Smith fundou em 1776, com a sua obra fundamental *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Smith deu forma ao famoso conceito da mão invisível que reinstaura sempre o equilíbrio entre todos os agentes econômicos, de modo a não se colocarem restrições à liberdade. No mesmo ano em que foi publicado o livro de Adam Smith, sem dúvida um dos mais influentes de toda a história intelectual europeia, na Corte francesa tramavam-se intrigas para suspender o ministro das Finanças Jacques Turgot, fisiocrata e partidário da fórmula *laissez faire, laissez passer*. Na qualidade de inspetor-geral das Finanças, e mais de cem anos depois da morte de Colbert, Turgot tentou reformar o sistema colbertista. No entanto, as suas reformas chegaram demasiado tarde e careciam de uma maior elaboração. As tensões provocadas pelo sistema mercantilista instaurado por Colbert acabaram por desembocar, em 1789, nos fatos sangrentos da Revolução Francesa.

25. O HOMEM NASCE LIVRE, PORÉM, EM TODOS OS LADOS ESTÁ ACORRENTADO

Jean-Jacques Rousseau (1712-1788)

Jean-Jacques Rousseau é considerado, juntamente com Voltaire, o filósofo mais importante e influente do Iluminismo francês. Partindo deste pressuposto, as pessoas são tentadas a considerá-lo um pregador da razão; no entanto, nada está mais longe da verdade, pois que, na realidade, Rousseau superou isso. Para ele, homem bastante sensual para tais extremos racionais, a razão pura nada significava. Na obra de Rousseau estão refletidos, como em nenhum outro filósofo, os sentimentos exaltados e a vida inconstante do seu autor, talvez o mais emocional de todos os grandes pensadores.

Quando, subitamente, aos 37 anos de idade, se tornou famoso, já tivera tempo de viver uma vida turbulenta. Nasceu em Genebra, em 28 de junho de 1712, e passados apenas nove dias desde o seu nascimento, a mãe morreu. O pai, relojoeiro de profissão, ensinou ao filho as primeiras letras e o introduziu na literatura, mas, quando o menino tinha 9 anos, confiou-o a um tio materno, pastor calvinista, que o jovem considerava seu avô e a quem servia como criado. O tio arranhou-lhe trabalho primeiramente como aprendiz de relojoeiro e, em 1725, com um mestre gravador. Aos 16 anos Jean-Jacques fugiu da sua cidade natal. Conheceu uma dama endinheirada, vários anos mais velha do que ele, que para o jovem foi uma substituta da mãe e uma amante, cuja influência o levou a converter-se ao catolicismo. Não obstante, 13 anos depois, a abandonou. Em 1741 foi a Paris, onde em breve ingressaria nos círculos intelectuais. Escreveu um texto sobre teoria musical e trabalhou como secretário do embaixador francês em Veneza. De regresso a Paris, conheceu uma lavadeira com a qual acabaria por casar-se, depois de vinte anos de vida em comum. Entretanto o casal havia dado à luz cinco filhos, que Rousseau entregou ao orfanato. É difícil acreditar que se trate do mesmo Rousseau que mais tarde, nos seus textos, irá descrever com pormenores a

sua desgraçada infância, e o mesmo que publicou *Émile*, uma das obras mais influentes da história da pedagogia.

Finalmente tornou-se famoso da noite para o dia com um texto de resposta a um concurso proposto pela Academia de Dijon e que foi publicado em 1750. A pergunta que a Academia de Dijon fazia era: “Em que medida a arte e a ciência contribuíram para a melhoria dos costumes?” Rousseau deu a surpreendente resposta de que as artes e as ciências não haviam contribuído em nada para a melhoria dos costumes, nem, conseqüentemente, da sociedade, chegando, inclusive, a qualificá-las como sinais de decadência social. Segundo o genebrino, as artes e as ciências serviam apenas para mascarar a injustiça da sociedade. Se o homem fosse livre, como o é a natureza, então todos os homens seriam iguais e ninguém necessitaria das artes e das ciências. Rousseau chegava à conclusão de que “a simplicidade, a inocência e a pobreza” eram os únicos bens “que fomentam a nossa felicidade”. O seu texto de resposta ganhou o primeiro prêmio.

Neste raciocínio ressoa já o lema que atravessa toda a obra de Rousseau, e com o qual a sua filosofia sempre se relaciona: voltemos ao estado da simples e original convivência em liberdade... “Regresso à natureza!”

O texto de Rousseau foi discutido em todo o país. Os membros da Academia de Dijon abriram um segundo concurso; desta vez perguntavam como havia surgido a desigualdade. Será que ela já existia na natureza? Rousseau respondeu com outro tratado, no qual distinguia a desigualdade físico-natural da político-moral. Enquanto a primeira tem origem na natureza, em fatores variáveis como a saúde, a força física, a psique ou a idade, a segunda é obra dos seres humanos. Rousseau falou de um estado natural que o homem abandonara há muito tempo e que fora supostamente um estado de harmonia e conformidade com as forças da natureza. No estado natural não existiam as línguas, só o amor (animal) e nenhuma opressão. Como se perdeu esse estado primogênito? Rousseau respondeu a esta pergunta com uma frase muito citada: “O primeiro homem que, ao marcar um terreno, afirmou isto é meu, encontrando gente tão simples que acreditou nisso, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.” Para Rousseau, a propriedade da terra era o início da opressão. Uma vez instaurada essa propriedade, o passo lógico seguinte foi a criação de leis e de um governo que cimentaram uma sociedade na existência de pobres e de ricos. Como poderia superar-se a miséria social?

Rousseau respondeu a esta pergunta com o seu livro *O contrato social*, publicado em 1762, que se inicia com a célebre frase: “O homem nasce livre, porém, em todos os lados está acorrentado.” Não se tratava de uma mera constatação, mas com esta frase Rousseau enunciava a sua pretensão de superar a desigualdade. Ele reconhecia que para o homem moderno era inevitável uma certa violência estatal, mas esta violência deveria pôr-se em harmonia com a liberdade natural do homem, de onde concluía que o Estado só podia fundar-se com base na conformidade, ou seja, com o acordo de todos. Este acordo era o contrato social que se estabelecia segundo a vontade

do povo expressa nas votações. Com a sua conformidade com o contrato social, todas as pessoas, enquanto cidadãos, dão igualmente o seu consentimento a futuras decisões do Estado, que em determinadas ocasiões podem ir contra os seus interesses particulares. Esta última ideia constituiu o principal ponto de partida da crítica à teoria do Estado de Rousseau, contra a qual se objetou o fato de não oferecer nenhuma garantia contra os abusos de poder derivados do domínio da maioria. Não foi em vão que governos ditatoriais ou autoritários posteriores invocaram a chamada “vontade geral”, como argumento para justificar a repressão das minorias. Na Revolução Francesa, que acabou por se transformar num regime de terror, era habitual invocar o nome de Rousseau. Contudo, o governo trouxe uma concepção completamente nova sobre o papel do indivíduo na sociedade. O indivíduo já não cedia os seus direitos a um senhor, mas a uma lei comum, o que suprimia a arbitrariedade da concepção do Estado.

No mesmo ano em que *O contrato social* foi publicado, outro livro do mesmo autor, *Emílio ou da educação*, meio romance educativo de formação, meio manual de pedagogia, também viu a luz do dia. Este livro congregou do mesmo modo um sucesso sensacional. Em consonância com o seu pensamento, neste romance Rousseau propugnava uma educação que mantivesse os educandos o máximo de tempo possível afastados do mundo desnaturalizado dos adultos. O parlamento de Paris ordenou que um verdugo queimasse publicamente esse livro e Rousseau viu-se obrigado a fugir. Seu amigo David Hume acolheu-o na Inglaterra. No entanto, nesse momento, o genebrino transformou-se numa personagem trágica. Começou a se indispor com todos os seus amigos. Já fazia tempo que a ruptura com seu rival, Voltaire, acontecera: “Odeio-o!” Agora também se incompatibilizara com o bom Hume. Rousseau suspeitava de que existia uma conspiração contra ele, e se antes já era excêntrico, agora tornara-se completamente estrambótico. Vestia um gibão armênio e um gorro de pele, com os quais aparece em inúmeros retratos. E, por fim, morreu doente, pobre e amargurado. Depois da sua morte, vieram à luz as suas *Confissões*, obra em que, com implacável franqueza, dá testemunho da sua vida e dos seus amores, das suas polémicas, roubos, mentiras, desventuras e desvelos... Uma última fanfarronada, uma última declaração de individualidade.

Immanuel Kant, o filósofo da razão pura, tinha em casa um único quadro: um retrato de Rousseau. Por quê? Talvez por saber que os seres humanos não têm apenas cérebro, mas também coração. Disse Kant: “Sou investigador por inclinação e sinto desejo de conhecer. Houve um tempo em que acreditava que só isso podia constituir a honra da humanidade. Rousseau corrigiu-me. Esta preferência imaginária desapareceu. Aprendi, então, a honrar o ser humano.”

Hoje em dia Rousseau é considerado um dos precursores do romantismo, movimento literário e intelectual que, ao contrário do Iluminismo, concedeu a primazia não só à razão, como também ao sentimento e ao indivíduo.

26. TEMPO É DINHEIRO

Benjamin Franklin (1706-1790)

Não é preciso conhecer bem Franklin para saber duas coisas sobre ele: que foi um dos pais fundadores dos Estados Unidos da América e o inventor do para-raios. É famosa a cena em que Franklin, com um tricórnio na cabeça, levou a cabo a sua experiência com um papagaio na chuva. Atou um papagaio com estrutura metálica a um fio de seda em cuja extremidade prendera uma chave metálica. Fazendo-o voar num dia de tormenta, confirmou que a chave se carregava de eletricidade, o que demonstrava que as nuvens estão carregadas de eletricidade e os raios são descargas elétricas.

Quem pense, depois de ler o parágrafo anterior, que Benjamin Franklin foi um homem multifacetado, estará certo, embora não conhecendo a verdadeira amplitude do seu mundo intelectual e da sua obra. Nem a política nem os inventos se contam entre as suas primeiras atividades. O décimo de 17 filhos de um fabricante de sabão e de velas de Boston começou a trabalhar aos 12 anos como aprendiz numa tipografia de um irmão seu. Pouco depois estabeleceu-se na Filadélfia, onde, com 22 anos, fundou uma tipografia própria. Em breve realizaria suas primeiras incursões na política local e iniciaria uma ativa relação com outras pessoas interessadas na ciência nas colônias norte-americanas da Inglaterra. Em 1729, comprou o periódico *The Pennsylvania Gazette*, que publicou até 1748. Além dele publicou o *Almanaque do pobre Richard*, 1733-1757, publicação que se tornou muito famosa e com a qual Franklin se tornou conhecido também como escritor.

O êxito de Franklin como homem de negócios deu-lhe a liberdade necessária para correr atrás do seu objetivo político: a independência dos Estados Unidos. Entre 1757 e 1775, realizou diversas viagens a Londres como representante encarregado de advogar os interesses de várias colônias. Foi um dos homens que redigiram e elaboraram o projeto de Declaração de Independência de Thomas Jefferson, e assinaram o documento definitivo.

Em finais de 1776 viajou para Paris, onde participou muito ativamente nos esforços para estabelecer uma coligação franco-americana contra a Grã-Bretanha. Esta aliança, constituída em 1778, trouxe aos jovens Estados Unidos da América uma ajuda econômica e militar de que necessitavam urgentemente para a Guerra da Independência. Depois de participar na assinatura da Paz de Paris, que em 1783 pôs fim à Guerra da Independência e selou a soberania dos Estados Unidos da América, em 1785 foi eleito governador da Pensilvânia, o seu estado natal.

Não é tão conhecido o fato de Franklin também ter-se ocupado a fundo das questões econômicas. Na mais pura tradição puritana, acreditava que o sucesso econômico só podia ser alcançado trabalhando com denodo. Dada a sua condição de americano prático, ligou a atividade e a fé em Deus na fórmula otimista: “Ajuda-te a ti mesmo, e Deus te ajudará!”.

Para Franklin, o trabalho investido num produto era o critério que determinava o seu valor. Estava convencido de que as moedas podiam ser substituídas pelo papel-moeda, posto que este também constituía um valor de troca do trabalho. Já em 1729, Franklin publicou um tratado no qual expunha todas estas ideias.

Em 1748, foi publicado o breve opúsculo da sua autoria *Conselhos para um jovem comerciante*. O primeiro conselho rezava: “Lembra-te de que o tempo é dinheiro!”. Franklin explicava que todo o tempo que se perdia enquanto se podia ganhar dinheiro era dinheiro perdido. Quem pode ganhar dez xelins por dia com o seu trabalho, mas só trabalha meio dia, na realidade gastou ou jogou fora outros cinco xelins.

Franklin tinha então apenas 42 anos, mas na sua época esta já era uma idade avançada, pelo que o subtítulo do seu opúsculo *Escritos por um velho*, é menos afetado do que poderia parecer à primeira vista.

A ideia de que o tempo é um bem muito valioso, que deve empregar-se com cuidado, não era nova, pois já se conhecia na Antiguidade, tal como o indica o *Carpe diem*, de Horácio. Não obstante, a sua formulação proverbial em língua inglesa, com a sua ênfase econômica, aparece pela primeira vez neste texto de Benjamin Franklin.

Conselhos para um jovem comerciante surgiu numa época em que o pensamento econômico experimentou uma transformação importante. Na França, alguns pensadores, como François Quesnay, criticaram o sistema econômico do mercantilismo, no qual o Estado não só dirigia de forma centralizada o comércio e as manufaturas, como também, e sobretudo, determinava, de acordo com a sua própria conveniência, o comércio externo por meio de tarifas e do fomento das exportações. Com o lema *laissez faire! laissez passer!*, a nova doutrina econômica reivindicava o livre jogo das forças que configuravam o circuito econômico. Ao mesmo tempo, manifestaram-se os arautos da primeira revolução industrial.

O fato de o retrato de Franklin figurar nas atuais notas de cem dólares dos Estados Unidos não se deve unicamente aos diversos e variados méritos deste homem probo. Quem seria mais adequado para o efeito do que alguém que defendeu a criação do papel-moeda e que comparou com o dinheiro um

bem tão precioso como o tempo?

27. SE NÃO TÊM PÃO, COMAM BRIOCHES

Maria Antonieta (1755-1793)

Muito do que se contava sobre ela correspondia à verdade. Não era um anjo nem tinha um caráter especialmente bom. No entanto, o que a conduziu ao trágico final foram algumas mentiras grosseiras. Porém, quando do seu julgamento, nas horas mais amargas, Maria Antonieta impressionou os seus próprios inimigos com a sua força e dignidade.

Maria Antonieta, a filha mais nova da imperatriz Maria Teresa, não se caracterizava pelo seu calor humano, nem recebera uma educação que o fomentasse. De acordo com o lema “Deixa que os outros façam a guerra, tu, feliz Áustria, casa-te!”, a pequena Maria Antonia Josephe Johanna, a quem todos chamavam simplesmente de Antoinette, havia traçado o caminho de uma vida cheia de poder e suntuosidade, a vida própria de um membro da casa dos Habsburgo. Apareceu-lhe o marido adequado quando a França pretendia consolidar a sua ainda jovem aliança com a Áustria, e o poderoso ministro francês Choiseul, antigo protegido de Madame Pompadour, sugeriu que o jovem delfim e mais tarde Luís XVI se casasse com uma filha da casa real austríaca.

Quando a consorte foi eleita, então com apenas 14 anos de idade, a corte austríaca assumiu que até então se havia descuidado da educação da futura rainha da França e senhora de Versalhes. Com um curso intensivo tentaram eliminar-se as carências, pois, afinal, Versalhes era o modelo da cerimônia e da etiqueta das cortes da Europa. No entanto, algumas lacunas permaneceram. Antonieta, bela e caprichosa, era atrevida, superficial e distraída. Só a música conseguia atrair, por vezes, a sua atenção. Numa determinada ocasião até tocou com o pequeno Mozart.

Em maio de 1770 chegou à França a adolescente mimada, e casou-se com o delfim, de 15 anos de idade e caráter bonachão, embora fosse impertinente e gorducho. A princesa coquete não tardou em enredar-se na

densa teia de intrigas da corte francesa. Falha de experiências práticas e pouco acostumadas às astúcias e sutilezas diplomáticas, não conseguiu congregiar os favores da corte. Tudo o que fazia parecia girar em torno do seu pequeno mundo, pelo que foi chamada de superficial e acusada de esbanjar dinheiro com as suas diversões. Maria Antonieta divertia-se com os jogos de azar e não mostrava qualquer interesse pelo seu povo.

Em 1774, Luís XVI e Maria Antonieta tornaram-se os reis da França. A princípio, a população mostrou o seu apreço ao jovem casal real. Mas as tentativas de Maria Antonieta para influenciar a política do rei, nomeando e destituindo ministros – tentou, por exemplo, restituir ao seu cargo o anteriormente dispensado Choiseul –, tornaram-na ainda mais mal vista na corte. E como exercia a sua posição de forma caprichosa, foi ganhando cada vez mais inimigos. Um encontro com a soberana podia tornar-se humilhante. As pessoas não podiam dirigir-lhe a palavra se a rainha não o tivesse requerido antes. As tias do rei logo começaram a chamá-la depreciativamente de a Austríaca. Também a opinião do povo se modificou. Esperava-se com impaciência o nascimento de um herdeiro ao trono. No entanto, o jovem par só viria a consumir o matrimônio passados sete anos de casamento, pois um estreitamento do prepúcio tornava o ato sexual uma tortura para o jovem rei. Entretanto, a rainha foi-se compensando com relações amorosas com cortesãos e favoritos. Seus vestidos eram extravagantes e as suas diversões, como os bailes de máscaras sem a companhia do rei, os jogos de azar ou a vida no seu palacete Petit Trianon, muito dispendiosas. Seus inimigos forneceram copiosas informações a esse respeito.

Depois de oito anos de casamento, Maria Antonieta deu finalmente à luz, mas nasceu uma menina. Em 1781 chegou ao mundo o delfim Louis Joseph Alexander. O alívio foi grande. Maria Antonieta abandonou a sua antiga vida de diversões e politicagens, retirou-se para o seu ambiente privado e dedicou-se aos filhos, para quem foi uma mãe afetuosa. Em 1785 irrompeu o caso do colar da rainha: o joalheiro Bohmer reclamou à rainha 1,5 milhão de libras por um colar de diamantes encomendado em nome da soberana pelo cardeal de Ruão. Chegou a dizer-se que, para conseguir o colar, a rainha havia tentado um envolvimento amoroso com o cardeal. Ela negou tudo e insistiu em prender o cardeal, que acusou de difamação ao haver-lhe atribuído a compra do colar. O rei confiou o assunto ao Parlamento, que afirmou que a culpa era de um par de aventureiros, Jeanne Valois de la Motte e seu marido, e desculpou o cardeal de Ruão, enganado, mas inocente. A rainha, embora também inocente, foi tratada com grande desconsideração pelo povo.

Nessa época, o país e o Estado estavam à beira de um abismo. Luís era uma pessoa honesta e de bom caráter, mas não possuía a força de vontade e as capacidades essenciais para levar a cabo as reformas necessárias. Algumas ações, feitas com boa intenção, como a reinstauração do Parlamento, produziram os efeitos contrários aos desejados. O clero e a nobreza, as forças mais ouvidas e que impunham a sua vontade no Parlamento, opuseram-se a qualquer restrição dos seus

privilégios. No momento decisivo, o rei negou seu apoio a pessoas competentes, como o ministro das Finanças Turgot ou, mais tarde, o banqueiro Necker.

Sem saber o que fazer, no dia 5 de maio de 1789 o rei convocou finalmente os Estados Gerais, assembleia à qual acudiram representantes da nobreza, do clero e do terceiro estado (em teoria, todos os comuns, mas, na prática, uma representação da burguesia). Desde 1614 que os Estados Gerais não eram convocados, e isto significava a capitulação de Luís como soberano absoluto. No entanto, nem ele nem seus conselheiros advertiram sobre os perigos que ameaçavam a monarquia. Um novo poder estava preparado para entrar em ação. O terceiro estado há muito tempo tinha um grande peso na economia e na sociedade, importância que queria ver plasmada na atividade política. Quando começou a assembleia dos Estados Gerais, tornou-se imediatamente evidente que o clero e a nobreza se negavam a renunciar aos seus privilégios, e muito mais ainda a compartilhar o seu poder político. Num momento de impasse, em 17 de junho, as questões de procedimento impediam o avanço e o rei era incapaz de tomar qualquer decisão, os membros do terceiro estado declararam-se os únicos integrantes da Assembleia Nacional.

Nos dias que se seguiram, a maioria do clero e alguns nobres, os liberais, uniram-se. A 20 de junho os deputados viram com surpresa que a porta da sala de reuniões estava fechada e guardada por soldados. Temendo a dissolução e receando um golpe de poder real, os deputados reuniram-se imediatamente numa sala próxima, uma pista de jogo de bola, onde pronunciaram o juramento solene de não se separarem até dar à França uma Constituição. Luís estava disposto a fazer concessões, mas negou-se a aceitar a igualdade de todos os cidadãos e a abolição da aristocracia. Apesar de terem diminuído os apoios ao rei entre os deputados, a ameaça de um golpe militar continuava a pairar; às imediações de Paris e de Versalhes começaram a chegar elementos do exército francês. A situação irrompeu em 14 de julho de 1789, quando o povo de Paris apoiou, nas ruas, os seus representantes e assaltou a fortaleza da Bastilha, símbolo do absolutismo monárquico, mas também ponto estratégico do plano de repressão de Luís XVI, pois os seus canhões estavam apontados para os bairros operários. Depois de quatro horas de combate, os insurgentes tomaram a prisão e mataram o seu governador, o marquês Bernard de Launay, cuja cabeça foi mostrada por toda a cidade. A Revolução Francesa havia começado.

Entretanto, Maria Antonieta tentou convencer o marido a fugir com a família para Metz, onde havia tropas reais, mas o rei negou-se a fugir. Quando, nas semanas seguintes, o rei resistiu uma e outra vez a abolir oficialmente os direitos feudais, o povo suspeitou de que por detrás da teimosia do soberano estava a sua mulher, pelo que *L'Autrichienne* tornou-se objeto principal do ódio popular. Então uma anedota que exemplificava a sua altivez cínica e desarmante espalhou-se com a rapidez de um raio. Maria Antonieta, dizia-se, perguntou durante um passeio que deu com o seu cocheiro, por que razão toda aquela gente parecia tão desgraçada.

“Majestade, não há pão para comer.” (As más colheitas de 1789 haviam feito com que o preço do pão aumentasse de forma vertiginosa.) Ao que Maria Antonieta respondeu: “Se não têm pão, comam brioches.”

O mais provável é que Maria Antonieta nunca tenha dito semelhantes palavras. O mais provável é que alguém as tenha extraído das *Confissões* do filósofo Jean-Jacques Rousseau, o escritor com maior sucesso na época da revolução. Neste livro, escrito entre 1766 e 1770, Rousseau menciona uma princesa, sem contudo citar-lhe o nome, pronunciou essas palavras quando viu o povo faminto. Alguns opinam que tais palavras foram pronunciadas quase cem anos antes, por Maria Teresa de Espanha (1638-1683), a esposa de Luís XIV. No momento em que Rousseau escreveu este episódio, Maria Antonieta ainda era uma menina e vivia na Áustria. Não obstante, na França de 1789, todos pensavam que este comentário cínico só podia ter saído da boca de Maria Antonieta. Por todo o país a rainha foi insultada em panfletos e obras de teatro, chegando mesmo a dizer-se que mantinha relações incestuosas com o filho.

Em junho de 1791 a família real tentou fugir. Mas os seus membros foram reconhecidos em Varennes, detidos e levados de volta a Paris. Ao que parece, Maria Antonieta envelheceu da noite para o dia e o cabelo encheu-se de fios brancos. Em 10 de agosto de 1792, a insurreição rebentou: as Tulherias foram assaltadas e a família real transferida para a prisão do Temple, uma fortaleza medieval de Paris e antiga sede dos Cavaleiros Templários. Luís foi deposto como rei, passando apenas a ser o cidadão Luís Capet. Em princípios de dezembro foi descoberto nas Tulherias o armário de ferro, no qual Luís XVI guardava os seus documentos secretos. Neles se patenteavam os planos da contrarrevolução. A partir desse momento, o processo era inevitável.

Desde julho que os revolucionários defendiam o que mais tarde viria a chamar-se de primeira guerra de coligação contra a Áustria, que congregou vários países europeus, entre outros o Piemonte, a Prússia, a Grã-Bretanha e a Espanha. No geral, as casas reais destes países não estavam dispostas a aceitar a substituição da monarquia por outra forma de governo, nem, de forma particular, a eliminação da monarquia francesa. No princípio, a questão não parecia boa para os revolucionários, mal organizados. No entanto, a 20 de setembro de 1792, a batalha de Valmy (também conhecida como o bombardeamento de Valmy) significou um ponto de inflexão na contenda. Pela primeira vez o exército revolucionário conseguiu deter o avanço de um exército inimigo, neste caso as tropas prussianas comandadas pelo duque de Brunswick Goethe, que fazia parte do séquito do duque da Saxônia-Weimar-Eisenach e foi testemunha da luta da artilharia, durante a noite disse no círculo dos oficiais do Estado Maior as célebres palavras: “Hoje e aqui começa uma nova época da história universal, e podereis dizer que haveis sido testemunhas disso.”

Não obstante, Luís continuava a ser um perigo para os revolucionários. O antigo rei ainda contava com muitos partidários. Temia-se uma contrarrevolução. Nas ruas de Paris a população amotinava-se e pedia a

cabeça de Luís. Sobretudo o líder dos jacobinos radicais, Robespierre, queria executar o rei destronado. Finalmente, a Convenção Nacional condenou-o à morte por 361 votos a favor contra 360 votos contra. No dia 21 de janeiro de 1793, Luís foi decapitado na Place de la Révolution (a atual Place de la Concorde). A cabeça decepada foi mostrada à multidão.

Maria Antonieta, agora denominada viúva Capet, impressionou toda a gente pela compaixão, coragem e dignidade que mostrou durante a sua prisão na Conciergerie, onde compartilhou o seu destino com mais de 2.500 presos. Como medida de segurança, a janela da sua cela foi entaipada e ela foi mantida sob vigilância constante. Não podia fazer o menor movimento sem que um carcereiro a seguisse com o olhar. Já a haviam separado do seu segundo filho, que, depois da morte do irmão mais velho, em junho de 1789, se convertera no herdeiro ao trono. O delfim morreu em 1795, quando tinha apenas 10 anos de idade, na prisão parisiense do Temple. Por último, também a separaram da filha, o único membro da família real que sobreviveu à revolução.

A 14 de outubro de 1793, o acusador público Fouquier-Tinville iniciou um processo contra Maria Antonieta por atividades contrarrevolucionárias. Numa sala escura, com o chão de madeira, a antiga rainha teve de fazer frente a um processo de 15 horas, no qual intervieram inúmeras testemunhas de acusação. O jornalista radical Jacques-René Hébert, que também foi chamado a declarar, voltou a lembrar a acusação de que Maria Antonieta tivera uma relação incestuosa com o seu filho mais novo. Embora se saiba atualmente que Maria Antonieta revelou à Áustria os planos de ataque dos franceses, na altura não foi possível demonstrar este fato.

De uma forma surpreendente, a atitude digna demonstrada pela antiga rainha durante a sua própria defesa motivou demonstrações de simpatia entre o público. Não obstante, a condenação à morte já fora ditada anteriormente. Escreveu à sua cunhada Elisabeth, que a tinha acompanhado durante muito tempo na prisão, e que ainda estava presa: “Acabam de me condenar, não a uma morte desonrosa, só o seria para um criminoso, mas a reunir-me ao vosso irmão [...]. Peço perdão a todos aqueles que conheço [...] por qualquer mal que, sem o saber, lhes tenha causado [...]. *Adieu*, boa e doce irmã! [...]. Envio-vos um abraço de todo o meu coração para vós e para todos os vossos queridos filhos!” Elisabeth, que nunca recebeu esta carta, foi também executada na guilhotina no ano seguinte.

Dois dias depois da condenação, a 16 de outubro de 1793, Maria Antonieta subiu para uma carruagem austera, que estava atrelada a um cavalo preto. Haviam-lhe atado as mãos por detrás das costas e trajava um vestido branco. Haviam-lhe cortado os cabelos grisalhos. Coroava-lhe a cabeça um gorro como os que as mulheres usavam nessa época, ao levantar-se pela manhã. O seu olhar parecia distante. O seu espírito e o seu coração teriam se resignado ao seu destino?

Toda a cidade saiu à rua para ver a carruagem que transportava Maria Antonieta ao cadafalso. Durante uma hora a sinistra procissão foi avançando pelo empedrado irregular das ruas até à Place de la Révolution. Os

sentimentos da multidão eram diversos: a morbidez misturava-se com o desejo de vingança. Haveria também monárquicos entre os mirones? O novo Estado não baixava a guarda; nas ruas havia milhares de policiais. Perto do cadafalso, a multidão apinhava-se de tal forma que a carruagem não conseguia avançar, e o cavalo, assustado, encabritou-se. O verdugo e o filho meteram-se à frente de Maria Antonieta para a proteger. Parecia que todos estes acontecimentos não afetavam a rainha, que nem sequer baixou os olhos. Subiu as escadas do estrado de madeira e colocou-se em frente da guilhotina. Os preparativos duraram quatro torturantes minutos, até que, por fim, a lâmina caiu a toda a velocidade. O verdugo pegou na cabeça pelos cabelos e mostrou-a à multidão, que gritou: “Viva a revolução!”

Hébert comentou no seu jornal *Père Duchesne*: “Finalmente a maldita cabeça foi separada do corpo da puta! Mas tenho de admitir: o cadáver foi até ao fim ousado e atrevido!” Seis meses depois, ele próprio viu-se no cadafalso. Deve ter invocado em vão o que recusou a Marie Antoinette: misericórdia.

28. A REVOLUÇÃO DEVORA OS SEUS FILHOS

Pierre Victurnien Vergniaud (1753-1793)

A caminho do local da execução cantavam a Marselhesa, o hino revolucionário. E o que aconteceu foi que, à semelhança dos seus juizes e carcereiros, também os 21 condenados eram revolucionários. Um após o outro, foram subindo as escadas que conduziam à guilhotina. Pierre Victurnien Vergniaud foi o penúltimo a ser justicado. Havia vários dias que trazia consigo um frasquinho de veneno, mas não o tomou nem mesmo nos momentos que antecederam a decapitação. Dufriche de Valazé, outro dos réus, pôs fim à sua vida antes da execução, mas o seu cadáver foi levado ao cadafalso. Quando descobriram seu pescoço, Vergniaud disse sua última frase: “A revolução, como Saturno, devora os seus próprios filhos.” Logo a seguir deitaram-no sobre a mesa da guilhotina. A lâmina caiu fazendo o zumbido habitual.

Pierre Victurnien Vergniaud: este nome é pouco conhecido. Fora da França, provavelmente só aqueles que estudaram a fundo a Revolução Francesa e os seus protagonistas o conhecerão – embora nas obras dedicadas a este episódio da história o seu nome seja apenas objeto de uma nota à margem, e provavelmente já teria caído no esquecimento se não tivesse pronunciado aquelas palavras que são lembradas sempre que, na sequência de uma revolução, os novos detentores do poder eliminam os companheiros de luta da primeira hora. Vergniaud, não obstante, foi um homem extraordinário e a culpa de não ter chegado a ocupar um lugar nas enciclopédias é apenas sua: apesar dos seus muitos e grandes talentos, faltava-lhe ambição e, sobretudo, perseverança. Depois de conseguir qualquer triunfo, voltava sempre a entregar-se à inação.

Jacques Turgot, que mais tarde viria a ser ministro das Finanças, reconheceu o talento do rapaz num recital de poesia e conseguiu que lhe fosse atribuída uma bolsa para estudar num colégio jesuíta em Paris. Vergniaud,

porém, não sentia qualquer vocação para o sacerdócio e abandonou o seminário sem ter se ordenado. Um cunhado seu que na época da revolução chegaria a presidente da Câmara de Limoges (a cidade natal de Vergniaud) pagou-lhe os estudos de direito em Bordéus. Depois de ter se formado, Vergniaud foi nomeado secretário do presidente do parlamento de Bordéus e, finalmente, advogado do parlamento. Ganhou o seu primeiro processo de forma brilhante, e o mesmo talento oratório que anos antes impressionara Turgot levou o jovem bem-parecido a pronunciar discursos extraordinários.

Quando, em 1789, a Revolução estalou em Paris e se estendeu a toda a França, para Vergniaud e outros jovens brilhantes chegara também a hora da ascensão política. Foi eleito na Assembleia Geral do recém-criado departamento da Gironda. No ano seguinte, o mais esperançoso para a Revolução Francesa, foi um dos fundadores do clube jacobino de Bordéus. A defesa que fez de um guarda nacional que se negara a disparar sobre os camponeses sublevados que haviam queimado uma igreja trouxe-lhe uma enorme fama. Em sua defesa, descreveu o sofrimento dos camponeses de forma patética, o que fez aumentar sua fama como orador. Foi eleito administrador do departamento da Gironda e, mais tarde, em agosto de 1791, deputado da Assembleia Legislativa de Paris.

A partir de 1º de outubro de 1791 Vergniaud sentou-se, juntamente com os seus amigos da Gironda, nas bancadas dos deputados do lado esquerdo. Em breve ficaram conhecidos como os “girondinos”. A princípio pertenciam aos jacobinos e, com isso, às forças democráticas da Assembleia Legislativa. Os jacobinos haviam tomado o seu nome de um antigo mosteiro de jacobinos que foi a sede do seu clube revolucionário. Paulatinamente os jacobinos radicais, que representavam sobretudo os interesses da pequena burguesia, foram-se separando dos girondinos mais moderados, ligados à média burguesia e às classes mercantis.

Quando, em outubro de 1791, Vergniaud tomou pela primeira vez a palavra, provocou uma impressão tão profunda, que pouco depois foi eleito presidente da assembleia. Apesar do seu carisma e do seu talento invulgar, nunca chegou a exercer a influência que todos esperavam. À sua falta de ambição e de perseverança juntaram-se os amores e as dificuldades econômicas. As fases de letargia eram seguidas pelos momentos de atividade enérgica, acompanhada de discursos impressionantes nos quais afluía uma e outra vez a sua ampla formação, extraordinária nos campos da Filosofia e da História. Na controvérsia em que se confrontou com os revolucionários acerca da eliminação ou não da monarquia constitucional, a atitude de Vergniaud foi frequentemente pouco clara e só exigiu a abdicação do rei quando este declarou que se oporia a voltar a nomear ministros procedentes do setor girondino.

Em 10 de agosto de 1792, a população de Paris assaltou o palácio das Tulherias, onde então vivia a família real. O rei Luís XVI, os seus parentes e próximos procuraram a proteção da Assembleia Nacional, presidida por Vergniaud. Na sequência de várias discussões entre os revolucionários, Vergniaud declarou que Luís havia sido deposto como soberano e um mês

depois pronunciou a república. Naqueles dias a revolução estava a cada dia mais radical, aumentava a pressão da rua e várias correntes disputavam a influência política na Assembleia Nacional. Os moderados sentavam-se à direita do presidente e reclamavam uma monarquia constitucional. (Desta disposição no parlamento procedem as designações políticas de direita e de esquerda.)

Em 20 de setembro de 1792 a esquerda jacobina separou-se de forma definitiva. Em outubro, os girondinos abandonaram os jacobinos e passaram a sentar-se nas filas inferiores. Os radicais jacobinos ocupavam as filas superiores e, a partir de então, denominaram-se montanheses. Embora se opusessem decididamente às atividades dos jacobinos que, influenciados por Jean-Jacques Rousseau, exigiam também a abolição da propriedade privada, Vergniaud não interveio muito nos acontecimentos, absorvido que estava pela sua paixão por uma atriz. Para ela, chegou até mesmo a escrever várias cenas de uma obra de teatro intitulada *La bella campesina*. Quanto ao processo contra o rei, Vergniaud voltou a mudar de posição. Primeiro referiu-se à inviolabilidade do monarca e apoiou uma proposta para que o povo referendasse a condenação, mas depois votou ao lado da maioria, a favor do não adiamento da pena de morte que fora imposta.

Em princípios de 1793, Vergniaud declarou-se contrário à instauração do tribunal revolucionário, que os revolucionários, entre os quais George Danton, cada vez mais solicitavam, temendo que isso conduzisse à anarquia. Também se opôs à declaração de uma guerra contra a Inglaterra, sabendo os danos econômicos que isso acarretaria para a Gironda, a sua pátria. Quando, no departamento de Vendée, os nobres promoveram uma revolta com o objetivo de restaurar a monarquia, os revolucionários de Paris, e sobretudo os girondinos, o partido dominante na Convenção naquele momento, viram-se numa situação difícil. Na histeria daqueles dias, Vergniaud, com os seus discursos e as suas ações, expôs-se à suspeita de que não defendia apenas os interesses da revolução. A 10 de abril de 1793, Maximilien de Robespierre, o líder dos *montagnards*, acusou-o de conspirar com o rei. Não obstante, e graças à sua eloquência, Vergniaud inicialmente conseguiu defender-se das acusações e contornar o perigo.

Porém, a luta pelo poder entre os girondinos e os jacobinos, liderados por Robespierre, tornou-se ainda mais intensa. Começou o reinado do terror jacobino e da guilhotina, instrumento assim batizado em honra de Joseph Ignace Guillotin, médico e político que, embora não tenha inventado o instrumento, recomendou a sua utilização com a finalidade de humanizar as execuções capitais. A guilhotina, da qual se serviram os distintos partidos da revolução, ceifou mais de 30 mil vidas. Vergniaud estava consciente do perigo em que se encontrava. No dia 4 de maio de 1793, pediu aos habitantes de Bordéus, a cidade mais importante da Gironda, que enviassem tropas para proteger os deputados girondinos, mas era já tarde demais. Em 2 de junho os girondinos foram derrotados e, numa sessão a que Vergniaud assistiu, a Convenção Nacional proscreveu 22 deles. Robespierre e o Comitê de Salvação Pública (*Comité de Salut Public*), que a 6 de abril desse mesmo ano,

face à iminente invasão das potências europeias que desejavam reinstaurar a monarquia na França, fora criado com a missão de salvaguardar a segurança pública para o que devia investigar e julgar qualquer suspeito de ligação à monarquia ou de contrarrevolucionarismo, fizeram-se com o poder. O primeiro presidente deste organismo foi George Danton, a quem Robespierre conduziu no cargo em finais de julho. O terror organizado dos jacobinos começou em setembro, com a aprovação da lei dos suspeitos.

Dois dias depois da queda dos girondinos, Vergniaud foi detido e colocado sob prisão domiciliar. Não aproveitara a ocasião de escapar. A 2 de outubro teve lugar o processo público contra ele e os outros girondinos. Também perante o Tribunal Revolucionário se defendeu com brilhantismo; no entanto, a condenação à morte, que foi pronunciada a 30 de outubro, já havia sido fixada de antemão. Apesar de Danton (que um ano depois também morria na guilhotina) ter intercedido por ele, a sentença foi executada no dia seguinte.

29. QUARENTA SÉCULOS VOS CONTEMPLAM

Napoleão Bonaparte (1769-1821)

Havia três semanas que os soldados, vestindo uniformes de um tecido muito grosso, caminhavam pelos desertos do Egito expostos a um calor insuportável e a um sol inclemente. A luz resplandecente já cegara alguns; a outros, a sede os deixara loucos. Pouco antes, as tropas tinham conseguido refrescar-se nas águas do Nilo. Mas logo tiveram de voltar a carregar o seu pesado equipamento e a retomar a marcha. Esperava por eles uma batalha que o seu general, Napoleão Bonaparte, queria resolver rapidamente. De forma impaciente e tenaz, Napoleão guiava os seus soldados até o Cairo.

Ainda não havia muito tempo, o jovem e ambicioso general tinha terminado a campanha italiana com sucesso para a França revolucionária. Nascido na Córsega, Napoleão, cujo apelido real era Bonaparte, procedia de uma família pertencente à nobreza local. No entanto, os pais não eram ricos e tinham de alimentar e educar devidamente os seus oito filhos. Felizmente, encontraram alguns mecenas aristocratas. Napoleão abandonou a família com apenas 9 anos, e aos 15 chegou à França para ingressar numa academia militar. (Antes teve de aprender francês; a sua língua materna era o corso, e durante toda a sua vida conservou um forte sotaque.) Demonstrou ser um jovem bastante dotado, e passado um ano foi nomeado oficial. Durante a Revolução Francesa e as guerras de coligação, o jovem comandante de artilharia em breve adquiriu fama. Em 1796 tomou o comando do exército francês da Itália. Obteve várias vitórias brilhantes contra um inimigo que contava com uma força várias vezes superior, e na paz de Campo Formio, a 17 de outubro de 1797, conseguiu arrancar da Áustria algumas concessões dolorosas. Assim terminou a primeira guerra de coligação, iniciada em 1792.

Napoleão ansiava agora por fazer novos atos heroicos. Como acontecera antes com Alexandre Magno, o único general da história com quem tolerava ser comparado, estava resolvido a chegar à Ásia. O Diretório que governava

em Paris desde 1795, formado por cinco pessoas, tinha a intenção de mandar à Inglaterra um exército de ocupação às ordens de Napoleão, mas este assegurou que não augurava nada de bom para esta empresa. Não obstante, como o Diretório queria mandar aquele general tão popular para bem longe, acabou por aprovar o seu plano aparentemente despropositado de conquistar o Egito com o objetivo de cortar a rota da Grã-Bretanha para a Índia, na época, a mais importante colônia dos ingleses.

Em 19 de maio de 1798, o corpo expedicionário de Napoleão fez-se ao mar em Toulon. Durante a travessia, as tropas de Bonaparte foram reforçadas por forças procedentes da Itália e, por fim, o corso contou com um exército de mais de 40 mil homens que, a bordo de quatrocentos navios, viajava rumo ao norte de África. No Mediterrâneo eram esperados pelos barcos de guerra do almirante Nelson, mas a frota de Napoleão conseguiu evitá-los sem ser vista, e ainda teve tempo para conquistar a ilha de Malta para a França. Depois de chegar à costa do norte da África, à rápida conquista de Alexandria seguiu-se a extenuante marcha até o Cairo. Após dois meses de suplício, a cidade estava apenas a um dia de distância.

Depois de algumas escaramuças, em 21 de julho desencadeou-se a batalha decisiva. Napoleão dispôs as suas tropas formando quadrados de infantaria, formação defensiva que foi essencial para fazer frente, em inferioridade numérica, às cargas dos mamelucos, umas das melhores tropas de cavalaria da época. A derrota do exército egípcio, às ordens de Murad Bey, foi devastadora: enquanto as suas tropas sofreram mais de 20 mil baixas entre mortos e feridos, Napoleão apenas perdeu cerca de quatrocentos homens. Esta vitória abriu aos franceses o caminho para o Cairo.

Ao anoitecer do dia seguinte perfilava-se no horizonte a silhueta da metrópole. As esbeltas torres das mesquitas elevavam-se como lanças soberbas por cima dos telhados da cidade. No entanto, na visão que aquele entardecer no deserto oferecia aos soldados provenientes da Normandia, da Provença, da Aquitânia, da Lotaríngia e de muitas outras partes de França, havia algo de bem mais prodigioso. Os soldados já tinham ouvido falar delas, mas agora viam-nas com os seus próprios olhos: gigantescas paredes de pedra elevavam-se no meio da planície, majestosas pela sua dimensão e perfeitas na sua sumária geometria. Os vértices das pirâmides elevavam-se imponentes por cima de todo o resto, e pareciam superar todas as dimensões do espaço e do tempo. “Quarenta séculos vos contemplam”, terá supostamente dito Napoleão aos seus soldados.

Napoleão entrou no Cairo. Também conquistou Gaza e Jaffa. Segundo Sonja Hegasy, estudiosa do Islã, a campanha de Napoleão significou o início das humilhações que o Ocidente infligiu ao mundo árabe. Enquanto Napoleão conquistava militarmente o país, os seus soldados saqueavam os tesouros e os cientistas que acompanhavam o general carregavam os testemunhos da cultura milenar do Egito. Não podem ser acusados de falta de zelo.

No Mediterrâneo, no início de agosto de 1798, o almirante Nelson perseguiu finalmente a frota francesa e aniquilou-a em frente da costa de Abukir, perto de Alexandria. Só escaparam três barcos franceses. A

expedição de Napoleão ficou separada das tropas de reforço enviadas a partir da França; meses de luta e sofrimento aguardavam ainda as hostes napoleônicas. A peste e a cólera assolaram a soldadesca. Em resposta ao desafio da campanha do Egito, o Império Otomano declarou guerra à França. A 24 de julho de 1799, Napoleão obteve outra vitória contra o exército otomano noutra batalha em Abukir, mesmo antes de abandonar o país e os seus soldados, e de partir para a França numa escuna. Ainda que o êxito da campanha do Egito tenha levantado muitas dúvidas, Napoleão conseguiu apresentá-la como um triunfo, e foi recebido de volta à pátria por entre ruidosas manifestações de júbilo. Em 9 de novembro de 1799, protagonizou um golpe de Estado contra o Diretório e obteve o poder absoluto na França.

Inicialmente, os soldados do Egito lutaram às ordens do general Jean-Baptiste Cléber, que, depois de obter alguns êxitos e derrotar o exército otomano em Heliópolis, morreu vítima de um atentado no Cairo. Em 1801, depois de sofrer algumas derrotas contra as tropas britânicas, o exército expedicionário francês viu-se obrigado a abandonar o Egito em troca de um salvo-conduto. Embora insatisfatório para Napoleão, o resultado militar desta expedição teve consequências de largo alcance noutro campo: o da cultura. Napoleão levou consigo quase duzentos civis (eruditos, pintores, poetas, geógrafos, arqueólogos), que anotaram, compilaram, desenharam e mediram e, com o seu trabalho, voltaram a aproximar a milenar cultura egípcia da consciência europeia. Mesmo que o Egito já tivesse estado na moda antes da campanha napoleônica, havia bastante tempo que nenhum artista se inspirava na arte e na arquitetura egípcias. Teve uma grande importância, durante esta expedição, o achado da pedra da Roseta, um pedaço de granito negro onde, no século II a.C., alguns sacerdotes egípcios haviam gravado um decreto em três alfabetos. Em 1822, comparando as três versões do mesmo texto escrito em hieróglifos e nos alfabetos grego e demótico, o linguista francês Jean-François Champollion conseguiu decifrá-los.

Os soldados de Napoleão troçavam dos intelectuais que viajavam com eles. O general, porém, protegeu aqueles homens a todo momento com a plena certeza de que o seu trabalho constituiria uma propaganda impagável para a sua causa. Ficou famosa a ordem de Napoleão, antes da que viria a ficar conhecida como a batalha das Pirâmides. Quando os soldados iam formar os quadrados defensivos, exclamou: “Os burros e os sábios ao centro!”

A batalha das Pirâmides tornou-se a mais célebre batalha de Napoleão durante toda a campanha do Egito. Foi ele próprio que lhe deu este nome. Como bom mestre de estratégia militar e também da arte da sua própria publicidade, sabia do grande efeito que iria causar uma vitória à sombra das pirâmides. Pois bem, como explica Johannes Willms na sua biografia sobre o corso, as pirâmides não eram visíveis do campo de batalha: o Cairo ainda estava a um dia de caminhada. Por isso, a famosa frase “Quarenta séculos vos contemplam” foi possivelmente mais um outro elemento melodramático acrescentado *a posteriori* pelo interessado. Willms defende que foi no exílio

de Santa Helena, muitos anos depois da batalha das pirâmides, que Napoleão ditou a sua famosa exclamação: *Quarante siècles vous regardent!* Nos mais de dois séculos passados desde então, esta frase foi citada muitas vezes, nesta e em muitas outras versões, e frequentemente para a maior glória de Napoleão.

30. A GUERRA É UMA MERA CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA POR OUTROS MEIOS

Carl von Clausewitz (1780-1831)

Por vezes, encontram-se declarações de amor onde menos se espera. Se alguém pegar um volume grosso como *Da guerra*, o tratado mais famoso seguramente sobre este cruel ofício, e ler o prólogo da primeira edição, ficará, a princípio, surpreendido e, lidas algumas linhas, comovido. Com uma prosa clara e bela explica-se ao leitor que talvez o choque que “uma mão de mulher se atreva [...] a acompanhar de um prólogo um livro de conteúdo semelhante”. Se continuarmos a ler descobrimos que o livro que temos nas mãos “ocupou, de forma quase exclusiva, durante os últimos 12 anos da sua vida, o homem que eu amava infinitamente e que, por desgraça, nos foi arrebatado, a mim e à nação, muito cedo”. Sempre que ela o pressionava para que o publicasse, ele respondia: “Serás tu que terás de publicá-lo.” O prólogo está assinado por “Marie von Clausewitz, de solteira condessa Brühl, mordoma-mor de Sua Alteza Real, a princesa Wilhelm”. A designação de princesa Wilhelm significa que Marie von Clausewitz estava a serviço da mulher do príncipe prussiano Wilhelm (Guillherme), o futuro imperador Guilherme I.

Em 1832, Marie von Clausewitz enviou para o prelo, com o título *Da guerra*, o único livro do seu marido, no qual ele trabalhara desde 1816 a 1830. De início o livro não teve grande êxito. Só passadas quatro décadas na sequência das vitórias de Helmuth von Moltke, admirador de Clausewitz, nas batalhas de Königgrätz (1866, na guerra austro-prussiana) e Sedan (1870, na guerra franco-alemã), se tornou famoso e obteve um grande êxito, sobretudo no estrangeiro. As reflexões de Clausewitz impressionaram não só os militares, mas também os políticos e os filósofos. No século XX, sua influência chegou inclusive à sociologia, à psicologia e à gestão. As ideias de Clausewitz influenciaram até mesmo Lenin e Mao. *Da guerra* é um dos livros

mais difundidos em todas as culturas do mundo.

Tradicionalmente Carl von Clausewitz é descrito como um homem tranquilo e sensato, dotado de sensibilidade e de capacidade de autocrítica. No trato humano era reservado e, por vezes, mesmo intratável e esquivo. Em 1792, com a tenra idade de 12 anos (o que então não era tão vulgar assim entre os jovens que desejavam tornar-se soldados profissionais) ingressou no exército prussiano, e apenas um ano depois participou numa campanha contra as tropas revolucionárias francesas que haviam invadido a Renânia. O general Gerhard von Scharnhorst, diretor da Kriegsakademie, descobriu o talento do jovem e tornou-se seu protetor. Em 1804, Clausewitz terminou os estudos na Academia Militar como o primeiro aluno do seu curso, e foi imediatamente nomeado ajudante de campo do príncipe Augusto Fernando da Prússia. Em 1806, no fim das guerras napoleônicas, participou nas batalhas de Jena e de Auerstedt, que terminaram, ambas, em esmagadoras vitórias da França e significaram a desintegração do exército prussiano. Clausewitz foi um dos 25 mil prisioneiros capturados naquele fatídico dia. Tinha 26 anos e permaneceu cativo na França até 1808.

Na sequência da sua libertação, juntou-se ao círculo dos militares que, liderados por Scharnhorst, Gneisenau e Boyen, pretendiam reformar o exército, objetivo para o qual em breve pôde trabalhar ligado ao Estado-Maior prussiano. Em 1812, quando o rei prussiano Frederico Guilherme III se propunha a apoiar Napoleão, Clausewitz, como muitos outros oficiais prussianos, solicitou a cessação voluntária do exército e dirigiu-se de forma clandestina à Rússia, onde se pôs a serviço do czar Alexandre I na esperança de o exército russo libertar os prussianos do domínio francês. Nesse mesmo ano, Napoleão invadiu a Rússia e Clausewitz lutou contra ele nas batalhas de Smolensk e de Borodino. Também participou na redação da Convenção de Tauroggen (30 de dezembro de 1812), na qual o tenente-general prussiano Johanna Graf Yorck von Wartenburg assinou (sem a permissão do rei) um cessar-fogo entre as tropas prussianas que então lutavam no grupo francês e o exército russo. Este acordo, que provocou a aliança forçosa entre a Prússia e a Rússia e a Grã-Bretanha, significou o princípio da resistência prussiana à ocupação francesa.

Em 1813, Clausewitz e os restantes prussianos voltaram a ingressar no exército da sua pátria. Clausewitz trabalhou como chefe do estado-maior no quartel-general de Coblenza, e mais tarde foi nomeado diretor da Escola Militar Geral em Berlim. Em 1830, a eclosão de diversos movimentos revolucionários por toda a Europa e uma crise política na Polónia pareciam pressagiar uma nova guerra continental. Clausewitz voltou ao serviço ativo como chefe do estado-maior do único exército que a Prússia podia mobilizar nesse momento, liderado por um bom amigo seu, e agora marechal de campo, Gneisenau. Enquanto permaneceram estacionados na fronteira, uma epidemia de cólera, que teve início na Polónia, dizimou o exército prussiano. Gneisenau adoeceu e morreu no dia 23 de agosto de 1831. Passados uns meses, Clausewitz regressou ao seu lugar em Breslau, aparentemente curado, mas em breve começou a evidenciar sintomas da mesma enfermidade.

Faleceu em 16 de novembro de 1831, quando estava prestes a terminar o livro no qual tanto havia trabalhado. Em 1832, sua viúva publicou o manuscrito inacabado que Clausewitz deixara antes de partir para a fronteira polaca, com o já conhecido título *Da guerra*.

Clausewitz teria seguramente gostado de saber que, com o tempo, muitos leitores reconheceriam a complexidade e as múltiplas facetas do seu pensamento, pois com o seu livro pretendia chegar não só aos militares, mas também aos políticos. Se é certo que esta obra é, em primeira e última instância, um manual para militares, ela não deixa de oferecer algumas ideias que pertencem a outros campos temáticos. O fato de atualmente poder ser utilizada, por exemplo, em escolas de administração, deve-se ao fato de o seu autor ter se empenhado muito no conceito de direção. Para Clausewitz, a sorte de uma guerra não dependia apenas da força de um exército, mas também da perícia do seu comandante, e, para tal, remeteu-se sobretudo ao gênio estratégico de Napoleão e de Frederico, o Grande. Considerava que a planificação e a formação tinham uma importância decisiva na vitória: “O saber deve converter-se em capacidade” podemos ler numa passagem do livro.

São também interessantes as decisões que Clausewitz toma a propósito da guerra de guerrilha, e que no século XX foram aproveitadas pelos revolucionários e lutadores da resistência. Assim, por exemplo, explicou que num conflito entre um Estado e qualquer grupo não estatal, as perdas em vidas humanas são muito mais custosas para o ator estatal do que para o adversário não estatal.

Ocupa um lugar central nesta obra o vínculo estabelecido pelo seu autor entre a guerra e a política. Esta ideia é expressa na frase mais famosa do texto, frase que seguramente é mais famosa do que a própria obra do autor: “A guerra é uma mera continuação da política por outros meios.” É assim que Clausewitz intitulou o artigo 24 do primeiro capítulo de seu livro.

Esta frase foi objeto de várias interpretações. Será que proporciona aos políticos uma justificativa para recorrerem a métodos militares quando já não querem saber mais dos conflitos? O papel atroz que a Alemanha teve nas duas guerras mundiais do século XX fez com que alguns vissem em Clausewitz um precursor intelectual do militarismo agressivo da Alemanha. Na França e na Grã-Bretanha tentou traçar-se uma linha que vai de Frederico, o Grande a Hitler, passando por Clausewitz. Alimentou esta suspeita a circunstância de uma figura tão importante para o exército alemão como Moltke ter propugnado a ideia da guerra preventiva e de na guerra franco-alemã, de 1870-1871, ter perseguido o objetivo da aniquilação total do inimigo. O lema de “sangue e ferro”, a receita do chanceler Bismarck para resolver a questão alemã, também contribuiu para a interpretação das ideias de Clausewitz neste sentido. Não obstante, nem estes métodos nem a guerra de aniquilação étnica do século XX, nem a produção de armas atômicas podem invocar como autoridade o pensamento de Clausewitz.

Ao afirmar que a guerra era uma mera continuação da política por outros meios, Clausewitz queria deixar claro que a guerra não pode entender-

se à margem dos conflitos entre as nações. A guerra, disse Clausewitz, não surge do nada, mas encontra-se contida numa vontade política de um tipo determinado. Por isso, a guerra e a política, segundo Clausewitz, influenciam-se de forma recíproca, pois “o objetivo político é o fim, a guerra é o meio e nunca se pode pensar num meio sem finalidade”. Para Clausewitz, o militar estava subordinado ao objetivo e à vontade política. Estava convencido de que a guerra não deve ter como finalidade a vitória, mas o regresso à paz e à política. Neste sentido, o apotegma de Clausewitz deve ser entendido como a simples constatação de que a política e a guerra se condicionam mutuamente ou que, como Clausewitz o expressa: “A guerra nunca é um ato isolado.”

31. A PROPRIEDADE É UM ROUBO

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)

Em 1853 o pintor francês Gustave Courbet retratou a óleo o seu compatriota e amigo Pierre-Joseph Proudhon. Para o retrato do filósofo anarquista, Courbet, um precursor do impressionismo, escolheu um cenário então pouco habitual. Não encontramos a pessoa retratada ao fundo do ateliê do artista, mas ao ar livre, num jardim, sentado em cima de dois degraus de pedra. Com a mão direita apoiada sobre a coxa, Proudhon, homem de grande testa e de cabelo castanho e encaracolado, parece submerso nos seus pensamentos enquanto afaga a barba com o dedo indicador da mão esquerda. À sua direita podemos ver alguns livros, uns abertos e outros fechados, e no primeiro degrau de cima, papéis e tapetes. Por detrás dele vemos um tinteiro com uma pena. Proudhon está de maneira simples: vestindo calças azuis, sapatos escuros com cadarços e uma bata larga de linho branco. No braço direito tem uma manga protetora de cor clara. Ensimesmado, Proudhon parece distinguir poucas coisas do outro lado das lentes ovais dos seus óculos. Não está sozinho. Duas meninas acompanham-no no jardim: são suas filhas. Uma delas está sentada em uma mesinha junto dos degraus, e lê seguindo as palavras com o dedo indicador. A outra brinca com um copinho em cima das pedras.

Esta cena, situada no meio da natureza, parece muito distante do mundo de um anarquista, e se não conhecêssemos a vida e a obra de Proudhon, julgaríamos que a pessoa retratada é um pintor ou um poeta com as filhas. Foi este o homem que declarou que “a propriedade é um roubo”? Se nos fixarmos melhor no quadro, a aparente contradição é resolvida. A tela de Courbet reflete o mundo de Proudhon, o revolucionário socialista; na sua simplicidade e caráter idílico, contém referências à origem, às relações e às influências do pensamento individualista deste homem extraordinário. A primeira pista nos é dada pelo fato de o autor do retrato ser Courbet, o grande pintor do realismo francês que, como Proudhon, provinha do Franco

Condado, uma região que fazia fronteira com a Suíça. Nesta zona rural trabalhavam, sobretudo, comerciantes e artesãos, gente habituada à atividade individual e que sentia aversão ao caráter anônimo e coletivo do aparelho estatal. A sociedade dessa região compunha-se de pequenos grupos e associações familiares coisas da sua independência. Também o indivíduo especial se sentia ali como se estivesse em casa. Os intelectuais filhos desta região mergulhavam as suas raízes neste mundo rural e burguês, ambiente do qual, além de Courbet e de Proudhon, também procediam o grande escritor Victor Hugo e o filósofo anarquista Charles Fourier, que exerceu uma grande influência em Proudhon.

Proudhon passou sua infância na pobreza. O pai, tanoeiro, fracassou na tentativa de montar um negócio próprio. Até os 12 anos, Proudhon trabalhou como pastor para ajudar a custear o sustento da família e, inclusive, viu-se obrigado a abandonar a escola. Finalmente teve a sorte de poder aprender o ofício de tipógrafo. Leu muito e adquiriu amplos conhecimentos. Quando tentou estabelecer uma empresa na sua cidade natal de Besançon, fracassou, como antes acontecera ao seu pai. Proudhon já tinha 28 anos quando escreveu um ensaio sobre gramática, com o qual obteve uma bolsa de estudos da Academia de Besançon. Foi a Paris, onde se confrontou com os problemas sociais e políticos do seu tempo, experiência que teve uma importância fundamental na sua vida. Em 1840, publicou a famosa e polêmica obra *O que é a propriedade?*. A resposta estava no próprio texto: “A propriedade é o roubo.”

Este enunciado tão provocador, que buscara inspiração em Jacques Pierre Brissot, um dos cérebros da Revolução Francesa, deu azo a uma má interpretação das ideias de Proudhon. O certo é que Proudhon não se opunha à propriedade privada em si: só lhe pareciam ilegítimos os lucros e os benefícios que não tivessem sido obtidos com o próprio trabalho. Proudhon distingue entre a posse e a propriedade. A posse era, para ele, os bens de uso, enquanto a propriedade era o capital, as máquinas e os bens de raiz. Como não recusava a posse individual, Proudhon foi acusado pelos comunistas de socialista burguês.

Proudhon não tinha qualquer preocupação com o fato de seu pensamento ser mais idealista que racional ou de seu sistema filosófico carecer de base científica. Como bom individualista sentia-se orgulhoso por ter adquirido o seu saber de forma autodidata. Embora tivesse algo em comum com elas, não podia concordar com as incipientes ideologias do socialismo e do comunismo. Numa época caracterizada pelas oposições irreconciliáveis, um homem com esta ténpera estava condenado a ser alvo das ofensas da direita e da esquerda. Esta última reprovava-lhe o fato de não querer suprimir o sistema de classes do capitalismo e que tratasse apenas de “conciliar” as classes. Os partidários do sistema econômico capitalista afirmavam que Proudhon não levava em conta a capacidade de adaptação deste, nem o seu caráter progressista. Mas Proudhon não queria comprometer-se com ninguém. Este traço de caráter atravessa toda a sua vida e o seu pensamento.

Influenciado pelo individualismo do universo das suas origens, também recusava o conceito de Estado centralista. Numa época em que o nacionalismo estava no seu auge, esta recusa era muito pouco habitual, sobretudo entre os pensadores liberais que vinculavam a ideia de Estado nacional aos êxitos do povo francês e à sua Revolução. Para eles, Estado nacional significava liberdade; Proudhon, em contrapartida, via no Estado centralista o fim da liberdade. Acreditava que, sem um Estado, a convivência entre os seres humanos seria mais fácil de regular. Para ele, cada sociedade deveria organizar-se em pequenas unidades autônomas (aqui também se reconhece o modelo do seu Franco Condado natal), acima das quais não devia existir nenhuma instituição, como o Estado ou a Igreja. Também não era necessário o dinheiro, pois podia-se substituí-lo por um sistema baseado num intercâmbio de mercadorias de muitos pequenos produtores. Só era possível obter proveitos por meio do próprio trabalho ou por intercâmbio com outros bens que fossem, eles próprios, frutos do trabalho. Como não existia a herança nem se podia acumular propriedade, ninguém estaria nunca em condições de exercer o poder econômico nem político sobre os outros.

Karl Marx, com quem Proudhon coincidiu várias vezes em Paris e que inicialmente admirava, em 1846 pediu-lhe que colaborasse no jovem movimento comunista. Proudhon, porém, tinha já reconhecido as primeiras tendências autoritárias de Marx e, a 17 de maio, numa carta cortês mas decidida, recusou seu pedido: “Procuremos juntos, se quiser, as leis da sociedade, as formas como estas leis se realizam [...] mas, por Deus!, depois de ter derrubado todos os dogmatismos *a priori*, não pensemos em doutrinar o povo, por nossa vez [...] lutemos de forma séria e leal, demos ao mundo o exemplo de uma tolerância sábia e prudente mas, por estar à cabeça do movimento, não nos tornemos chefes de uma nova intolerância e não nos apresentemos como apóstolos de uma nova religião, mesmo que fosse a religião da lógica, a religião da razão [...] não consideremos nunca que uma questão se esgotou, e quando tivermos utilizado o nosso último argumento, comecemos de novo, se necessário, com eloquência e ironia. Com esta condição, entrarei com prazer na sua associação; senão, não!”

Agora tinha Marx contra ele. Este começou a polemizar contra Proudhon, apelidou-o de ideólogo pequeno-burguês e criticou as deficiências do seu pensamento. A forma como cada um pretendia resolver a questão social era bastante diferente. Marx queria organizar a classe operária e queria que este grande coletivo, guiado pelas suas ideias, vencesse as outras classes. O anarquista Proudhon pretendia suprimir as diferenças de classe através de uma forma de sociedade em que cada um pudesse desenvolver a sua capacidade individual, livre de qualquer tutela. A ruptura entre Marx e Proudhon, embora constitua apenas uma das muitas rupturas que se produziram dentro do movimento socialista, mostra, essencialmente, as duas principais correntes. Uma corrente (Marx) via na revolução e, se tal fosse necessário, na violência, o caminho para a liberdade e a igualdade de todos; a outra (Proudhon) via esse caminho na evolução constante e nas transformações progressivas.

32. PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Karl Marx (1818-1883)

“Um fantasma percorre a Europa: o fantasma do comunismo.” Com estas célebres palavras se inicia o *Manifesto comunista*, escrito por Karl Marx em Bruxelas, no inverno de 1847-1848, baseado em alguns apontamentos do seu amigo íntimo, Friedrich Engels. Ambos haviam se conhecido em Paris três anos antes e constatado, de imediato, a existência, entre si, de uma estreita afinidade anímica e de uma coincidência quase total quanto às ideias políticas. E isto apesar de serem oriundos de ambientes familiares, religiosos e sociais distintos. Nenhum dos dois era proletário.

Os pais de Karl Marx procediam de famílias judias ricas e com tradição rabinica. O pai, jurista, viu-se obrigado a converter-se ao protestantismo, fez carreira e sentia-se mais orgulhoso de ser alemão do que a maioria dos seus compatriotas. Karl, seguindo os passos do pai, iniciou os estudos de direito em Bona. A seguir, mudou-se para Berlim, onde estudou filosofia. No início interessou-se sobretudo pelas questões artísticas e levava uma vida de boêmio, até ingressar nos círculos da esquerda intelectual (os hegelianos de esquerda) e se empenhar na elaboração de alguns trabalhos sobre a realidade social e política. Terminou o curso de filosofia e doutorou-se com uma tese intitulada *A diferença entre a filosofia naturista de Demócrito e a de Epicuro*, mas negaram-lhe a cátedra por causa da sua imensa atividade como agitador político.

Friedrich Engels pertencia a uma família burguesa, conservadora e protestante de Barmen (atualmente um bairro de Wuppertal), proprietária de fábricas têxteis e vinícolas. No entanto, desde a sua passagem pela Universidade de Berlim (1841-1842) interessou-se pelos movimentos revolucionários da época: relacionou-se com os hegelianos de esquerda e com o movimento da Jovem Alemanha. Na Inglaterra, onde se encarregou dos negócios familiares, conheceu as míseras condições de vida dos

trabalhadores da primeira potência industrial do mundo, o que o levou a aderir definitivamente ao socialismo. Em 1844 se conheceram em Paris, onde Marx vivia exilado e onde havia se casado, no ano anterior, com o seu amor de adolescência, Jenny von Westphalen. Nesse mesmo ano tiveram sua primeira filha, à qual puseram o nome da mãe.

A partir daí, ambos os pensadores mantiveram uma estreita colaboração e amizade. Em Londres, para onde foram mais tarde, ingressaram na Liga dos Justos, pequeno círculo socialista que, posteriormente, foi rebatizado de Liga dos Comunistas. Necessitava-se de um texto programático, de um manifesto, e a liga encarregou Marx e Engels da sua redação. O *Manifesto do partido comunista*, que apareceu em finais de fevereiro de 1848, isto é, no princípio do ano da grande revolução europeia, devia expor as ideias essenciais do comunismo e livrá-lo da fama de não passar de um simples fantasma. Este manifesto converteu-se na primeira exposição da ideologia que, com o nome de marxismo, mudaria o mundo.

Marx utilizou o manifesto para afirmar que a burguesia, a que chamava *bourgeoisie*, com a sua dinâmica e com a ajuda dos meios de produção que possuía (o capital, as fábricas e as máquinas), provocara a industrialização e conseguira gerar forças produtivas de uma potência desconhecida em toda a história da humanidade. A burguesia, continuava o manifesto, destruiu as formas herdadas de domínio feudal, sistema que Marx aplaudia. No entanto, com as novas relações de produção, nascera uma nova classe social: a classe operária, o proletariado. A massa destas pessoas reduzidas à miséria acabaria por provocar a queda da classe que a explorava, a burguesia. Marx vaticinava que a cobiça pelos lucros levaria o capital e a burguesia a crises que poriam em marcha um processo de dissolução da classe dominante. Em contrapartida, o proletariado formaria, na sua miséria, um bloco cada vez mais compacto e, finalmente, fundaria uma nova sociedade. As investigações de Marx terminavam com as seguintes palavras: “Que as classes dirigentes tremam com a revolução comunista. Os proletários não têm nada a perder, senão as suas correntes. Têm um mundo a ganhar: Proletários de todos os países, uni-vos!”

O *Manifesto comunista* mostrou-se, aos olhos dos comunistas do mundo inteiro, fascinante e persuasivo, por combinar habilmente a análise em parte certa e lúcida, com uma promessa de salvação que pressagiava a chegada inevitável de um mundo melhor, o comunismo. A chegada deste novo mundo baseava-se, em grande medida, em suposições que Marx formulou como certezas. Nas suas obras seguintes, sobretudo em *O capital*, publicada em 1867, partiu destas teorias para erigir um vasto sistema filosófico que, atualmente, é conhecido como socialismo científico. Marx estava convicto de que o capitalismo estava predestinado a passar por graves crises, que dariam lugar a certas dinâmicas sociais que, por sua vez, transformariam a humanidade no sentido dos processos que ele havia previsto.

No século XX a realidade tomou outro aspecto. Os proletários, sobretudo os dos países industrializados, não se uniram. Nestes países não houve praticamente nenhuma revolução inspirada no *Manifesto comunista*. Quando

se fizeram algumas tentativas de revolução comunista, como na Alemanha, em novembro de 1918, elas não foram secundadas por um movimento de massas, e posteriormente fracassaram. Como se viu, Marx desdenhara da capacidade do sistema capitalista em adotar reformas. Ainda no século XIX, na Inglaterra e na Alemanha, por exemplo, foram dados os primeiros passos para minimizar as injustiças sociais criticadas por Marx, quer na forma de leis sociais, quer, embora nem sempre sem hesitações, com a inclusão do movimento operário nos processos de decisão política. Em contrapartida, onde se fizeram revoluções contra os prognósticos de Marx, foi em países menos desenvolvidos como a Rússia e a China, nos quais não existia uma classe operária consolidada. Quando a revolução triunfou nestes países, longe de se dar origem ao desaparecimento da religião, denominada por Marx ópio do povo, foi o próprio marxismo-leninismo, ou a variante do maoísmo, que se transformaram numa espécie de sucedâneo da religião. Ao mesmo tempo, a doutrina marxista foi-se tornando cada vez mais hermética: o debate público já não existia. Os líderes dos movimentos revolucionários não tardaram em formar nos seus respectivos países classes dirigentes elitistas que não toleravam a crítica nem as transformações. Os chamados dissidentes foram acusados de hereges e castigados como tal.

Em 1848, o *Manifesto comunista* que chegou à Alemanha, em poucos exemplares, passou um pouco despercebido no meio da revolução burguesa e das suas aspirações liberais e democráticas. Marx e Engels adquiriram maior celebridade com *Questões sobre o partido comunista na Alemanha*, que, em março desse ano, difundiram num pasquim. O texto foi publicado em muitos jornais. Desta vez, o lema *Proletarier aller Länder vereinigt Euch!* podia ser lido no começo do texto. Marx e Engels completavam as ideias expostas no *Manifesto comunista* com uma série de perguntas, algumas delas tão moderadas que poderiam ter sido subscritas por muitos burgueses da época: eleições livres, salário para os parlamentares, melhoria da educação. Outras, em contrapartida, eram mais radicais: a nacionalização dos bancos, da propriedade, das minas, dos meios de transporte, das vias de comunicação e do correio, e a limitação do direito de herança. Como se tudo isto fosse pouco, também exigiam o armamento do povo.

Durante a revolução de 1848, Marx e Engels regressaram à Alemanha e fundaram a *Nova Gazeta Renana* em Colônia. Marx ocupou o cargo de redator-chefe, enquanto Engels, depois de um breve período como redator, aderiu à luta dos revolucionários. Depois do fracasso da revolução, ambos fugiram de novo para Londres. Marx perdeu todo o suporte material; a fortuna da mulher havia acabado. Até sua morte, no ano de 1883, ele e a família viveram em condições miseráveis. A única coisa que mitigou a sua miséria foi a generosa ajuda de Engels, que, para poder apoiar o amigo, trabalhou por quase vinte anos numa fábrica de seu pai e enviou mais dinheiro para Marx e para a sua família do que ele próprio lucrara. Foi esta ajuda que permitiu a Marx, trabalhador incansável, frenético, que trabalhava e escrevia várias horas por dia na sala de leitura da British Library, criar a sua vasta e documentada obra, em particular o seu livro mais famoso, *O capital*.

Marx é um dos pensadores mais controversos de todos os tempos. Embora venerado de forma quase unânime na sua faceta de teórico social, quando se trata de apreciar a sua importância como economista e filósofo político, a disparidade de opiniões é grande. Mesmo os mais críticos reconhecem o valor da sua análise sobre o aparecimento e os mecanismos da atividade econômica. No entanto, as conclusões a que chegou e as propostas que fez para solucionar os problemas existentes foram objeto de críticas implacáveis. Para se avaliar de forma equânime a figura de Marx, devemos levar em conta que o seu primeiro pensamento foi açambarcado pelo “socialismo realmente existente” da União Soviética e dos países do chamado Bloco de Leste. Nestes países se tentou traçar uma linha lógica, que ia das ideias de Marx e de Engels até Lenin e, mais tarde, Stalin. Provavelmente os dois “pais do socialismo” teriam resistido a esta apropriação.

Karl Marx morreu esgotado, vítima da pobreza, da doença e das lutas internas do movimento por ele fundado e inspirado no seu pensamento. Como que para preservar do esquecimento a condição essencial, o começo de todas as transformações, no seu túmulo do cemitério do bairro londrino de Highgate foram eternizadas, em língua inglesa, as palavras da sua frase mais célebre: *Workers of all land, unite!*

33. FALEM BAIXO E ANDEM COM UM GRANDE BASTÃO

Theodore Roosevelt (1858-1919)

O impulso, a vitalidade, a arrogância e o desejo de aventuras, mas também a descortesia dos Estados Unidos pareciam ter encarnado nele. Theodore Roosevelt procedia de uma distinta família com origens holandesas e inglesas. Apesar de ter padecido de asma quando criança, pelo que teve de ser educado por professores particulares, e de durante toda a vida ter tido problemas de visão, foi um herói de guerra, praticou caça grossa selvagem e chegou a ser um escritor de sucesso. Treinava o corpo com indomável força de vontade, levantava pesos, nadava, corria, castigava-se com toda a espécie de exercícios de ginástica. Ao mesmo tempo, tinha a curiosidade intelectual que possuem algumas pessoas que na infância são obrigadas a permanecer muitas horas de cama devido a enfermidades.

Em 1880 terminou os estudos na Universidade de Harvard e casou com Alice Hathaway, filha de um banqueiro. Foi eleito para a Assembleia de Nova York de 1882 a 1884 pelo Partido Republicano. A mãe e a mulher morreram no mesmo dia, esta última ao dar à luz uma criança, a filha, Alice Roosevelt Longworth. Para esquecer tais tragédias, Theodore retirou-se para a sua fazenda na Dakota do Norte, onde durante dois anos levou uma vida de caubói. “Não se pode sonhar com uma vida mais fascinante para um jovem de boa saúde do que a que se consegue levar nesta idade numa fazenda. Além de ser verdadeiramente agradável e saudável, esta vida ensinou-me a ser independente, tenaz e a tomar decisões rapidamente.” Em 1886 regressou a Nova York e retomou sua carreira política, escreveu três livros e voltou a se casar. Em 1898 irrompeu a guerra contra a Espanha, conflito no qual se dirigia o controle de Cuba, e que foi atizado pela agressividade da imprensa e pelo sentimento nacionalista dos Estados Unidos. Roosevelt alistou-se como voluntário à cabeça de um regimento de cavalaria, os Cavaleiros Impetuosos, o que o tornou muito popular. A batalha de Santiago, na qual a cavalaria

realizou uma ofensiva audaz pelo monte acima, valeu a Roosevelt a reputação de herói.

Depois de os norte-americanos, ao fim de pouco mais de três semanas de luta, terem derrotado, sem grande dificuldade, as tropas espanholas na *splendid little war* (esplêndida guerrinha, como lhe chamou John Hay, o então ministro dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos), Cuba converteu-se oficialmente num estado independente, mas permaneceu no âmbito de influência do seu poderoso vizinho. Além disso, em virtude do Tratado de Paris, assinado com a Espanha, em finais de 1898, os Estados Unidos anexaram as Filipinas, Porto Rico e a ilha de Guam, o que representou a sua ascensão à categoria de potência colonial (nesse ano foi também anexado o Havaí). O fim da política americana anticolonialista confirmou-se quando, em 1899, o ministro dos Negócios Estrangeiros, John Hay, exortou as restantes potências coloniais a respeitarem a política de “portas abertas” na China, termo que se refere ao princípio da igualdade de direitos comerciais, que permitiu que a economia estadunidense se estabelecesse neste país asiático. Apesar da existência de uma considerável oposição política interna, o presidente William McKinley conseguiu ratificar o Tratado de Paris e, ao ser reeleito em 1900, viu-se avalizado na sua política externa expansiva. Em boa medida, sua reeleição deveu-se à popularidade do seu candidato à vice-presidência, o jovem Theodore Roosevelt.

Nessa época, muitos americanos estavam imbuídos por um espírito que se concretizava na ideia do destino manifesto. Este conceito, popularizado por John O'Sullivan, editor do órgão do Partido Democrata, expressava a crença de que os Estados Unidos estavam predestinados a fazer crescer a sociedade democrática a todo o continente americano. As raízes desta consciência de missão encontram-se já na doutrina Monroe, do ano de 1823, nome pelo qual se conhece a exigência do presidente James Monroe às potências europeias para que mantivessem as suas estratégias de poder e militares afastadas do continente americano. Em contrapartida, Monroe prometeu que os Estados Unidos se manteriam à margem da Europa.

A crença do país na sua obrigação de educar as pessoas e os povos foi alimentada por outros acontecimentos: a depressão económica da década de 1890, a formação dos impérios coloniais das potências europeias e a compartimentação dos seus mercados mediante elevadas barreiras alfandegárias. Tudo isto fez com que os jovens políticos, entre eles Theodore Roosevelt, exigissem uma atuação decidida do seu país. Influenciado pelas ideias do almirante Alfred T. Mahan, que num livro reclamava o controle expansivo e decidido dos oceanos, o clamor por uma política naval ofensiva fez-se ouvir e foi escutado. Em finais do século XIX o espírito da época era determinado pelo nacionalismo, que se tornou cada vez mais agressivo, e não apenas na Europa. Nos Estados Unidos, o culto à bandeira contava cada vez com mais adeptos, e parecia ter-se estabelecido um acordo com a antiga pátria mãe, a Grã-Bretanha, segundo o qual a superioridade da cultura anglo-saxônica impunha o objetivo comum de convencer as outras nações da bondade do ideal democrático; mais ainda, de educá-las em prol dessa ideia.

Por último, a construção de navios de guerra couraçados nos Estados Unidos criou o casamento de conveniência entre empresas, militares e políticos, aliança que determinou de uma forma decisiva a política norte-americana.

Quando a guerra contra a Espanha teve início, Roosevelt era subsecretário da Marinha, cargo a que renunciou para poder participar na contenda. No final da guerra, Roosevelt, que de 1895 a 1897 havia sido chefe da polícia da cidade de Nova York, foi eleito governador do estado de Nova York, cargo em que adquiriu fama de reformador moderado, e a sua luta contra a corrupção levou-o a defrontar os dirigentes do Partido Republicano. Estes, para se verem livres dele, propuseram-no como candidato à vice-presidência um lugar de pouca relevância. Em 1901, apenas um ano depois de ter sido reeleito presidente, McKinley morreu vítima de um atentado anarquista enquanto visitava uma exposição em Búfalo, e com apenas 42 anos de idade Roosevelt virou o presidente norte-americano mais jovem da história.

Roosevelt logo se deu conta de que o novo cargo lhe oferecia mais possibilidades de intervir na política externa do que na política interna, equilibrada com as suas sólidas estruturas de poder. Na política interna distinguuiu-se como defensor das classes médias e, antes de tudo, procurou travar as tentativas monopolistas. Na política externa propugnou a ideia de uns Estados Unidos militarmente fortes. Seguiu a estratégia de fazer a demonstração do poderio militar, mas de utilizá-lo o menos possível. Sobreretudo na política naval aplicou constantemente a sua frase mais célebre: “Falem baixo e andem com um grande bastão.” Estas palavras ficaram tão famosas que a política externa de Roosevelt acabou por ser conhecida como a política do *big stick*.

Roosevelt deve ter provavelmente pronunciado esta frase pela primeira vez em finais da década de 1890, quando ainda era governador de Nova York, no calor de uma discussão política. Um dirigente do partido ameaçou Roosevelt de arruiná-lo, mas em breve acabaria por se submeter. Numa carta, Roosevelt explicou a um amigo: “Sempre gostei do provérbio africano: ‘Falem baixo e andem com um grande bastão.’” Durante a sua carreira política citou este provérbio em diversas ocasiões. Utilizou-o pela primeira vez publicamente dirigindo-se ao Congresso dos Estados Unidos, quando advogou o reforço do armamento naval. Deve levar-se em conta que, na época, quando ainda não existiam os meios de comunicação eletrónicos e os discursos públicos tinham uma importância muito maior, era de grande utilidade pronunciar continuamente frases de grande força expressiva. Poucos dias antes do atentado contra McKinley, Roosevelt voltou a citar a frase do *big stick* num discurso pronunciado em 2 de setembro de 1901, numa feira do Minnesota.

Em virtude da política do *big stick* de Roosevelt, os Estados Unidos adotaram uma atitude de duas caras. Por um lado, o país apresentava-se como o defensor da lei e da liberdade, e apelava à moral. Por outro, atuava sem qualquer respeito sempre que estavam em jogo os seus interesses. O lema do bastão transformou-se numa imagem muito utilizada nos artigos e

caricaturas que comentavam a política de Roosevelt. Este acrescentou uma nota agressiva à doutrina Monroe, de caráter eminentemente defensivo. No conhecido corolário de Roosevelt de 1904, este afirmou que se um país sul-americano situado na zona de influência dos EUA ameaçasse ou pusesse em perigo os direitos ou propriedades de cidadãos ou de empresas norte-americanas, o governo dos Estados Unidos se via obrigado a intervir nos assuntos internos do país “transtornado” a fim de o reordenar e restabelecer os direitos e o patrimônio da cidadania e das empresas dos Estados Unidos. Este corolário significou, na realidade, uma carta branca para a intervenção dos EUA na América Latina e nas Caraíbas, legitimação de que o país do norte faria um uso constante no futuro.

Um claro exemplo da política da *big stick* foi, em 1903, a atuação de Roosevelt em relação ao canal do Panamá, então em construção. Sem se importar com as leis que regiam o direito internacional, o governo de Roosevelt fomentou, financiou e apoiou a rebelião do Panamá contra a Colômbia. Os Estados Unidos reconheceram a independência do Panamá e, em troca de uma compensação econômica relativamente baixa, iniciaram o controle de uma zona de 32 quilômetros de largura em ambas as margens do canal. A abertura deste em 1913 significou um considerável encurtamento das vias marítimas não só para a frota comercial, como também para os navios de guerra estadunidenses. As Caraíbas e a América Latina central se transformaram definitivamente no “quintal” dos Estados Unidos.

Em 1905 Roosevelt representou o papel de príncipe da paz, quando foi o mediador nas negociações entre a Rússia e o Japão, pondo fim à guerra do Pacífico, trabalho que lhe valeu o prêmio Nobel da Paz de 1906. No entanto, levantaram-se dúvidas quanto à sua idoneidade para receber este prêmio; os críticos denunciaram que a sua intermediação não se fizera tanto com finalidades pacíficas, mas com o objetivo de reforçar a influência norteamericana na Ásia.

Ao popular presidente não agradava a alcunha de Teddy, com a qual já era chamado na sua infância. Em sua honra, os fabricantes de brinquedos puseram este nome em vários ursinhos de pelúcia, já que se difundiu a história de que Roosevelt, que nutria uma grande paixão pela caça, em dada ocasião havia negado atirar em um pequeno urso.

34. A CONFIANÇA É BOA, O CONTROLE É MELHOR

Vladimir Ilich Lenin (1870-1924)

As sociedades europeias iam-se modernizando muito rapidamente; só na Rússia o tempo parecia ter parado. É certo que uma vez ou outra, os valentes políticos reformistas, entre eles o ministro das Finanças Serguei Iulievich Witte, tentavam provocar algum debate, mas acabavam sempre por chocar com o czar, a sua família e a nobreza, a fina capa do *establishment*. Estes nada faziam para retirar o país da pobreza. Para os que se beneficiavam da sociedade feudal, esta parecia ser a sociedade perfeita e intocável para o resto dos tempos. Mas o povo, na sua grande maioria rural, vivia na miséria e não tinha qualquer direito político. Embora a escravatura houvesse sido abolida em 1861, os camponeses continuavam a depender dos grandes latifundiários. Em princípios do século XX, a nobreza russa possuía dois terços das propriedades de terra do país.

Vladimir Ilich Ulianov e o seu irmão mais velho eram dois rapazes rebeldes: enquanto o pai, inspetor de escola e súdito leal do czar foi distinguido com um título hereditário pelos serviços prestados, os seus filhos, inicialmente sobretudo o irmão mais velho de Vladimir, Alexander, tentavam derrubar o regime czarista por meios pouco delicados. Alexander Ulianov foi executado em 1887 por ter atentado contra o czar Alexandre III. Vladimir Ulianov, que tinha então 17 anos, sofreu uma profunda comoção. Não se pode mensurar até que ponto esta experiência terá marcado o seu percurso futuro.

Em primeiro lugar, terminou o curso de direito e trabalhou alguns anos como advogado sem conseguir nenhum êxito digno de nota, ao mesmo tempo que se dedicava cada vez com maior intensidade à agitação política. A detenção, o desterro na Sibéria e o exílio foram as consequências.

Em 1903, apresentou em Londres, no Partido Operário Social-democrata da Rússia, as teses que serviram para estabelecer um primeiro distanciamento entre a facção bolchevique (membros da maioria) e a

menchevique (membros da minoria). Ao contrário dos mencheviques, moderados, e com uma orientação social-democrata, os bolcheviques encabeçados por Lenin (nome que Vladimir Ulianov adotou no exílio) propugnavam a revolução comunista e a derrubada violenta do regime czarista. Durante a revolução de 1905, Lenin viajou da Suíça para tentar espalhar o fogo revolucionário. Não o tendo conseguido, optou por se exilar na Finlândia para, a partir dali, se deslocar depois uma vez mais à Suíça. Nos seus anos de exílio, e graças às suas constantes viagens, Lenin conseguiu unir a oposição de esquerda russa, desagregada por toda a Europa, e formar um partido de quadros com uma organização férrea, o que seria decisivo para a evolução do movimento revolucionário.

Quando, em 1917, e na sequência de várias tentativas falhadas, a revolução de fevereiro estalou na Rússia, e o czar abdicou, Lenin pôde pôr em prática as suas ideias da revolução proletária. O *Kaiserreich* alemão, que lutava contra a Rússia czarista na Primeira Guerra Mundial e sabia o que lhe convinha, colocou à disposição de Lenin um comboio que o levou da Suíça a São Petersburgo, então Petrogrado. Chegou ao seu destino na noite de 3 de abril de 1917. No dia seguinte, Lenin apresentou, sem ter sequer conhecimento da situação concreta no território russo, e por sua conta e risco, as suas célebres *Teses de abril*. Lemas como “Paz a qualquer preço!”, “Todo o poder para os soviets (conselhos!)” e “Toda a terra para os camponeses!” encontraram uma ampla aceitação. Com a revolução de outubro, organizada sobretudo por Leon Trotsky, os bolcheviques conseguiram por fim derrubar as forças mais moderadas que, capitaneadas por Alexandre Kerenski, haviam chegado ao poder na sequência da revolução de fevereiro. Uma vez detentor do poder, Lenin o manteve sem contempações. Em 1921 ordenou a Trotsky e ao seu Exército Vermelho que sufocassem a revolta dos marinheiros anarquistas que se haviam sublevado em Kronstadt e que reclamavam “Soviets sem comunistas!”. Lenin havia se tornado, entretanto, na autoridade indiscutível e no último recurso do movimento comunista não só na Rússia, como também para os comunistas do mundo inteiro.

Lenin inspirava-se no sistema ideológico de Karl Marx. Este havia predito que depois da revolução da classe operária, se produziria uma fase de transição do socialismo que, por meio da ditadura do proletariado, conduziria finalmente à sociedade comunista a promessa salvadora da doutrina marxista. Nesta sociedade desapareciam todas as classes e o Estado perderia todo o seu poder, tornando realidade o princípio que um dia o socialista francês Louis Blanc formulara, a saber: “Cada um de acordo com as suas capacidades, cada um de acordo com as suas necessidades.” No entanto, com a sua interpretação e de acordo com os ideais marxistas, Lenin criou uma nova corrente, o marxismo-leninismo, que mais tarde viria a converter-se no modelo para muitos países comunistas, e que se caracterizava pela existência de determinadas estruturas de poder, como o Politburo e a Secretaria do Comitê Central, que serviam para assegurar a concentração do poder numa pequena elite dirigente.

O controle e a mão firme caracterizaram o estilo de Lenin na direção do

movimento comunista e da Rússia, o que se expressa na mais célebre das frases que lhe são atribuídas: “A confiança é boa, o controle é melhor.” No entanto, não existem provas de que ele tenha dito esta frase. Defende-se que tais palavras resumem uma atitude que Lenin expressou em várias ocasiões, e que também se reflete num velho provérbio russo que, ao que parece, Lenin gostava de citar: “Confia, mas verifica.”

Lenin nunca escreveu explicitamente esta ideia. Contudo, nas suas obras completas, num ensaio sobre o aventureirismo, encontra-se a frase: “Não acreditar na palavra, mas comprovar com o máximo rigor, este é o lema do operário marxista.” Se considerarmos as palavras de Lenin sobre este tema, em nenhuma das variantes que se conhecem se concede prioridade ao controle sobre a confiança, tal como sugere a frase “A confiança é boa, o controle é melhor”. A aplicação sua como máxima de governo pode levar a práticas mais que objetáveis.

35. O EXÉRCITO ALEMÃO FOI APUNHALADO PELAS COSTAS

Paul von Hindenburg (1847-1934)

Adesfaçatez triunfal, pelo menos foi o que aconteceu no caso de Paul von Beneckendorff und von Hindenburg. Ninguém se ocultou com tanto decoro depois de ter cometido tantos erros e delitos políticos como ele. Em lugar de se enlamear nas confusões que ele próprio criava, saía sempre delas ainda com maior esplendor. Como conseguiria este milagre? Simplesmente atribuindo as culpas aos outros. E depois, quem se atreveria a duvidar do herói? Além disso, demonstrava um grande talento para encontrar os bodes expiatórios que encaixassem perfeitamente na ideia que a opinião pública alemã já havia formado quanto aos acontecimentos daquela época.

Hindenburg lutou em 1866 na batalha de Königgrätz às ordens de Moltke, retirando-se do exército em 1911, aos 63 anos de idade. Ao começar a Primeira Guerra Mundial, reincorporou-se como comandante-chefe do 8º exército que se encontrava na frente oriental. Havia mais de quarenta anos que não participava de nenhuma batalha, desde que, em 1870, lutara em Sedan no limite da guerra franco-prussiana. Nas décadas posteriores de sua carreira não houve nenhuma outra guerra, e em 1903 ascendeu a general. No entanto, nos últimos dias de agosto do primeiro ano da Grande Guerra, tornou-se um herói na batalha de Tannenberg. Sob as suas ordens, o exército alemão aniquilou as tropas russas, e desde então ficou conhecido como o vencedor de Tannenberg. Em novembro foi nomeado marechal de campo e obteve a chefia de todas as tropas alemãs espalhadas pela frente oriental. Em 1916, quando a guerra começava a mostrar-se desfavorável aos alemães, entrou para o Estado-Maior juntamente com Erich Ludendorff.

Atuando como uma espécie de governo sombra, Hindenburg e Ludendorff torpedearam todas as intenções reformistas do chanceler Theobald von Bethmann Hollweg, que tentou reforçar a democracia parlamentar mediante um acordo com a esquerda e a abolição da lei eleitoral

prussiana das três classes, em virtude da qual a classe dos ricos, muito pequena em número, tinha o mesmo poder de decisão que as classes pobres, muito mais poderosas. Também destruíram os planos de paz do chanceler ao ordenar a guerra total submarina. Quando Bethmann Hollweg tentou impor o seu conjunto de reformas no Parlamento, ameaçaram demitir-se. Em julho de 1917, Bethmann Hollweg foi destituído.

Nos meses que decorreram até o final da guerra, durante os quais ainda chegaram e se foram três chanceleres mais, a direção política já não recuperou o poder. Hindenburg e Ludendorff, que governaram com poderes quase ilimitados, ativeram-se ao objetivo da paz vitoriosa. Depois da primavera de 1918, quando a grande ofensiva no Ocidente havia fracassado, a 29 de setembro desse ano mudaram de estratégia e reclamaram o início das negociações de paz e o restabelecimento de um governo parlamentar no Reich. Hindenburg recomendou ao kaiser Guilherme II, cuja incapacidade lhe havia feito perder a estima popular, que abandonasse Berlim. Guilherme II fugiu primeiro para o quartel-general do exército em Spa, e logo a seguir para a Holanda. Konrad Adenauer, o então mais jovem governador de uma grande cidade alemã, depois de o kaiser ter outorgado a ele esse cargo para Colônia, em 1917, e que décadas depois seria o primeiro chanceler da República Federal da Alemanha, declarou, em 1919, que o exército alemão, que “havia guerreado com coragem”, sofreu um último e terrível golpe com a “inexplicável, ignominiosa e funesta fuga do seu chefe supremo, o kaiser Guilherme”.

Hindenburg, perante o caráter inevitável da catástrofe militar, insistiu para que se assinasse o tratado de armistício, mas teve a precaução de se manter à margem das negociações, árdua e ingrata tarefa que deixou para os políticos. Assim, foi o político de centro Mathias Erzberger que, na qualidade de chefe da delegação alemã, aceitou a humilhação das condições aliadas e assinou o armistício em 11 de novembro de 1918. Em seguida, Hindenburg, que aceitou o armistício depois de Erzberg ter pedido a sua aprovação, conseguiu ocultar o papel que havia desempenhado em todo o caso do tratado. Colocou-se rapidamente ao lado da extrema-direita, pronta a difamar não só os comunistas, como também os sociais-democratas e liberais, apontando-os como “traidores de novembro” e atribuindo a eles a responsabilidade do oprobrioso final da guerra. Com isso, aludiam à revolução de novembro, a qual, porém, acontera muito depois de Hindenburg e Ludendorff terem reconhecido a derrota perante o kaiser. Também pairou uma espessa cortina sobre o fato de, a 2 de outubro de 1918, o Alto Comando do exército ter já informado os chefes dos partidos acerca da derrota militar.

Hindenburg, que não participou das negociações de paz, ocupou ainda o Alto Comando do exército durante alguns meses. Foi ele que deu a ordem para que os soldados voltassem para a pátria, com o objetivo de sufocar os distúrbios que se produziam nas ruas. Hindenburg se demitiu, em julho de 1919, na ocasião da assinatura do tratado de Versalhes. Em 19 de novembro, a comissão parlamentar de investigação o inquiriu sobre a causa das *débâcles* da Alemanha, causas que a direita e os militares buscavam conseguir há

muito tempo na política interna. Hindenburg não revelou, então, o que ele e Ludendorff haviam reconhecido perante o kaiser, a 14 de agosto de 1918, a saber, que a causa da derrota radicava na superioridade militar e econômica do inimigo, mas falou de uma astuta e metódica “erosão da marinha e do exército” e terminou com uma frase célebre na qual aludiu a uma declaração de um general britânico: “O exército alemão foi apunhalado pelas costas.” Com estas palavras Hindenburg deu motivo à lenda da punhalada pelas costas.

A palavra *punhalada* já aparecera na imprensa de direita, mas a frase a que Hindenburg se remeteu procedia supostamente do chefe da missão militar britânica em Berlim, o general Neil Malcolm. Ao que parece, diante de um comentário de Ludendorff acerca da atitude do governo e da população alemã a respeito da questão do armistício, Malcolm perguntara: Quer dizer que os apunhalaram pelas costas? A própria lenda da punhalada pelas costas adveio, provavelmente, de um correspondente do *Neue Zürcher Zeitung*, que citou as seguintes palavras do general britânico Frederick Maurice: “No que concerne ao exército alemão, a opinião geral pode resumir-se na seguinte frase: a população civil apunhalou-o pelas costas.”

A autoridade de Hindenburg, a sua fama de general intocável e de herói de Tannenberg, deu visibilidade à palavra *punhalada*, lenda que encontrou um terreno propício na desolação que açoitava a Alemanha. Os alemães que reprimiram a derrota acreditavam estar legitimados para negociar em pé de igualdade com as outras potências, obstinados como estavam, em fazer crer que o soldado alemão não tinha sido derrotado no campo de batalha. Esta atitude encontrou adeptos inclusive nas fileiras do SPD. Assim, o novo presidente do Reich, o social-democrata Friedrich Ebert, declarou perante os soldados que regressavam à pátria: “Nenhum inimigo vos venceu!”. Toda a gente o sabia: havia-se simplesmente abandonado a luta.

Pois bem, por que é que haviam deixado de lutar? De quem seria a culpa? E não era apenas a direita que colocava a questão; o povo também exigia uma explicação. E encontraram os culpados no Parlamento, para serem mais precisos, nas forças de esquerda e liberais. A opinião predominante é que estes não haviam prestado o apoio necessário aos soldados da frente.

A lenda da punhalada pelas costas não só se converteu em instrumento de justificação dos militares alemães, que em 1914 empurraram a nação para a guerra, como também agiu como um espinho venenoso cravado na carne da jovem República de Weimar. As condições do Tratado de Versalhes, que além de humilhantes representaram uma pesada carga para a decaída economia alemã, fizeram com que o ódio contra os que supostamente haviam apunhalado o exército alemão pelas costas se intensificasse. Sobretudo os partidos da extrema-direita, o Partido Nacional Popular Alemão (DNVP, do alemão *Deutsch Nationale Volkspartei*) e o Partido Nacional-socialista Operário Alemão (NSDAP, *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiter Partei*), serviram-se desta lenda para desgastar o governo democrático.

Hindenburg saiu com elegância de toda a catástrofe. Nos anos do pós-guerra, a sua figura imponente representou como que a encarnação da indomável força prussiana e alemã; a sua auréola de chefe e o seu mito eram intocáveis. Uma figura tão preclara não devia rebaixar-se a solicitar quaisquer cargos, estes teriam de lhe ser oferecidos: assim sucedeu em 1925. Quando os partidos da direita o convenceram a apresentar-se como candidato à eleição de presidente do Reich, Hindenburg já tinha 77 anos. Em abril foi eleito segundo presidente da República e, apesar da sua convicção monárquica, jurou lealdade à Constituição de Weimar. Como se cingiu a ela no desempenho do seu cargo, em breve foi aceito pela maioria dos partidos democráticos; contudo, nunca defendeu a débil e pouco popular República de Weimar. Já avançado na idade, Hindenburg cometeu seu último erro quando, ainda presidente, em janeiro de 1933, nomeou para chanceler do Reich Adolf Hitler, que, posteriormente, viria a ser o grande beneficiário da lenda da punhalada pelas costas.

36. DEUS NÃO JOGA DADOS

Albert Einstein (1879-1955)

Albert Einstein tinha um problema: a sua visão do mundo esboroara-se. O mesmo homem que, anos antes, com a sua teoria da relatividade, redefinira completamente o tempo, o espaço e a velocidade, e que com isso fizera balançar todos os sistemas de referência da humanidade, via-se agora na obrigação de rever sua própria concepção do mundo.

Equivoca-se quem pensar que o problema com que Einstein se via agora confrontado era de natureza científica: que considerava a hipótese de deitar por terra a sua própria teoria física. Não, era algo mais sério. O problema de Einstein era com a mecânica quântica, e ela ameaçava abalar a sua fé.

Com a teoria da relatividade, que apresentou em 1905, e com a teoria geral da relatividade que, com base naquela, elaborou quase dez anos depois, Einstein defendera teses monstruosas. Sem realizar quaisquer experiências, apenas com a reflexão e os cálculos, chegara à conclusão de que não existe, nem na Terra nem no universo, um sistema de referência absoluto, como aquele que, encerrado nas dimensões invariáveis de espaço e de tempo, constituía, a partir de Aristóteles, a base de dois milênios de pensamento ocidental. Entretanto, Isaac Newton, com as suas leis sobre a gravidade, parecia ter confirmado o sistema de referência absoluto formado pelo espaço e pelo tempo. Agora, porém, também se desfizera a hipótese de Newton, da existência de um espaço e de um tempo absolutos. Deste modo, a questão da existência ou não existência de movimento e da forma como alguma coisa se move dependia, segundo Einstein, da perspectiva do observador, não era um dado absoluto. O pássaro se move por cima da Terra ou a Terra se move por baixo do pássaro? Partindo desta relatividade do movimento, Einstein explicou que as leis de Newton não eram válidas quando vários campos de gravitação influíam reciprocamente entre si, nem quando grandes velocidades, como a velocidade da luz, entravam em ação. Nesse caso, o espaço, o tempo e a luz

perdiam a sua característica retilínea, transformavam-se. O raio de luz contrai-se nos campos gravitacionais, como também o espaço se contrai, enquanto o tempo se dilata. Daí se deduz que, de acordo com a altura a que cada um se encontra à superfície da Terra, ou seja, de acordo com a posição que cada um ocupa no campo gravitacional da Terra, o tempo passará mais rápido ou mais lentamente. Assim, no fundo do mar, o tempo passa mais devagar do que no cume do Everest. É verdade que as diferenças são muito pequenas, mas nos sistemas de navegação por satélite esta variação deve ser levada em conta, se não se quiser incorrer num erro.

Segundo as conclusões de Einstein, o espaço, o tempo, a velocidade e a massa já não podem ser consideradas medidas absolutas, mas medidas relativas, que se encontram em relação recíproca. Quando, em 1919, uma expedição britânica demonstrou, durante um eclipse do Sol, a existência de um desvio da luz no seu campo gravitacional, a teoria de Einstein parecia confirmar-se.

Nesses dias, muitos cientistas levantaram a questão de como iriam harmonizar as suas descobertas com a religião, com a sua fé. Quanto mais se aproximavam dos fundamentos da vida, mais se questionavam e de forma cada vez mais concreta, sobre o plano que Deus traçara. Deus existiria realmente? Apesar de ter feito oscilar os pontos de referência do ser, Einstein nunca deixou de acreditar na existência de Deus. Também se agarrou à crença de Newton de que o espaço e o tempo eram calculáveis.

Einstein também encontrara uma resposta para a pergunta sobre a forma como Deus se manifesta. Acreditava num Deus que se “manifesta na harmonia ordenada de tudo o que existe, não num Deus que se preocupa com o destino e as ações dos seres humanos”. Assim, no que se supõe ser uma alusão ao Deus de Baruch Spinoza (1632-1677), Einstein respondeu por escrito a uma pergunta que um rabino de Nova York lhe enviara por telegrama, em 1929.

No entanto, esta concepção de Deus, segundo a qual Ele não se preocupa com as orações dos seres humanos, mas é Ele que mantém todos os processos essenciais à vida, sofreu uma súbita derrocada por obra e graça da mecânica quântica. Em 1900, o físico alemão Max Planck descobriu que a energia não se produz de forma contínua, mas em pequenas unidades separadas, denominadas “quanta”. Foi uma descoberta sensacional, pois, se a energia se produzia em pequenas unidades, o que aconteceria com a, até então suposta, continuidade calculável de todos os processos da natureza? Antes da teoria da relatividade de Einstein, esta pergunta já pusera em dúvida as leis de Newton, supostamente tão sólidas.

Na Alemanha e na Dinamarca os cientistas e os pensadores lançaram-se na exploração dos quanta, e um novo campo científico surgiu: a física ou mecânica quântica. Os seus pensadores mais importantes, Werner Heisenberg (1901-1976), Niels Bohr (1885-1962) e Max Born (1882-1970), chegaram à conclusão de que no interior do átomo acontecem processos não previsíveis e, de certo modo, submetidos ao princípio do acaso. Na chamada interpretação de Copenhague de 1926-1927, estes investigadores concluíram

que os movimentos das partículas não podem expressar-se senão na forma de probabilidade. Com isso, não só abalaram a até então firme crença no limitado poder de explicação da ciência natural, como, além disso, puseram em dúvida a fé religiosa de Einstein. Este não podia aceitar que os processos naturais fossem regidos por uma incerteza que pusesse em dúvida a existência de um plano divino.

No fundo, tratava-se de uma pergunta que ainda fazemos frequentemente no nosso dia a dia: o acaso existe ou não existe? Certos processos naturais podem medir-se de forma exata ou podem apenas explicar-se de uma forma aproximada, através de cálculos de probabilidade? Para Einstein, a hipótese do princípio do acaso acontecer na natureza não se encaixava na sua ideia de uma “harmonia da regularidade natural em que se manifesta uma razão superior” e, sobretudo, os processos determinados pelo acaso não eram compatíveis com a ideia de Spinoza da previsibilidade de todos os acontecimentos naturais, ideia partilhada por Einstein. Nesta cosmovisão, Deus não é um jogador de azar e, por isso, também não existe acaso; o que chamamos de acaso é apenas falta de conhecimento sobre as causas. A recusa de Einstein sobre a equiparação de Deus a um jogador de azar culminou na célebre frase: “Deus não joga dados.” Originalmente, Einstein havia expressado esta ideia por outras palavras. No dia 4 de dezembro de 1926, escreveu numa carta a Max Born, um dos mais importantes representantes da mecânica quântica: “A teoria nos traz muitas coisas, mas não nos aproxima do segredo do velho [por Deus]. De qualquer forma, estou convencido de que ele não joga dados.”

Einstein, que fora decisivo na evolução da mecânica quântica e que em 1921 recebera o Prêmio Nobel de Física pelas suas contribuições para esta teoria, e não pela sua teoria da relatividade, recusou, assim, as conclusões dos teóricos da mecânica quântica. Viveu até o fim da vida convicto de que na aparente impossibilidade de calcular os processos naturais se ocultava uma regularidade que a ciência ainda não descobrira.

Enquanto a teoria da relatividade de Einstein no espaço olha para o macrocosmo e descreve as estruturas e leis dominantes, a física quântica olha para o pequeno, para o microcosmo. Embora pareça realmente impossível, desde o seu aparecimento, os físicos destas duas teorias tentam unir as leis de ambas. Esperam, assim, aproximar-se da descoberta da fórmula do mundo, uma fórmula que, no fim das contas, descreva a origem, o contexto e as interações de todas as forças fundamentais da natureza. Einstein procurou em vão esta fórmula do mundo. No início do século XXI, a maioria dos cientistas deposita as suas esperanças na teoria das cordas. Esta é baseada na suposição de que os verdadeiros blocos de construção da matéria não são feitos de partículas, mas de segmentos enrolados (cordas), que oscilam em direções diferentes, dependendo da sua natureza. A este nível, que devido a inadequados instrumentos de medição ainda é mais explorado na teoria do que na prática, a ciência espera poder combinar a certa altura as leis da teoria da relatividade e da teoria quântica.

37. DESDE AS 5h45 Q UE ESTAMOS RESPONDENDO AO FOGO

Adolf Hitler (1889-1945)

O telefone tocou. – A avó morreu – disse o homem do outro lado da linha. O receptor da mensagem desligou e deu ordem de marcha aos seus homens.

Quando se aproximavam do objetivo, um edifício junto a um poste de madeira de mais de cem metros de altura na fronteira alemã com a Polônia, o último dia de agosto de 1939 estava chegando ao fim. Não há certeza se eram cinco ou seis homens. Tudo estava correndo de acordo com o plano e rapidamente se apoderaram da emissora. No entanto, a operação fracassou pela impossibilidade de emitir os próprios sinais: a emissora só retransmitia a programação emitida a partir de Wrocław. Finalmente, um dos homens, o que mais sabia de técnica radiofônica, encontrou um microfone de comunicação interna com o qual conseguiu interromper a emissão. Os alemães que nesse momento estavam sentados diante dos seus *Volksempfänger* ouviram de repente a notícia de que a emissora de Gleiwitz fora atacada por um grupo de poloneses, notícia seguida de uma declaração em polonês que estimulava todos os polacos a lutarem contra os alemães. Havia já algumas semanas que os jornais e a rádio alemães, sob a direção do ministro de Propaganda, Joseph Goebbels, vinham informando a respeito de ataques poloneses na fronteira. Nessas circunstâncias, com a ocupação daquela emissora alemã perto de Gleiwitz, cidade da Alta Silésia, parecia ter-se atingido um momento crítico.

Todos aqueles que, na manhã do dia seguinte, dia 1º de setembro de 1939, ligaram os seus *Volksempfänger*, ouviram Adolf Hitler tomar a palavra em frente do Reichstag, uma simples assembleia de camisas cinzentas desde que, anos atrás, haviam sido eliminados os adversários políticos, que havia sido convocada às pressas. Hitler pôs a máscara de paladino da paz e, sem referir nem uma única prova concreta, enumerou todos os esforços que havia realizado para manter a paz na Europa. Começou logo a falar sobre a Polônia

e, depois de se referir aos ataques poloneses contra cidadãos alemães, declarou: “Hoje, durante a noite, a Polônia disparou pela primeira vez no nosso próprio território e com soldados regulares. Estamos respondendo ao fogo desde às 5h45 e, a partir de agora, responderemos às bombas com bombas.”

A hora declarada de 5h45 era falsa. Uma hora antes, o navio de guerra alemão *Schleswig-Holstein*, que estava ancorado no porto de Danzig (cidade da Prússia Oriental conhecida também por Gdansk, o seu nome polonês), já havia disparado contra o forte polonês de Westerplatte. Enquanto Hitler falava, as tropas alemãs cruzavam a fronteira da Polônia com um contingente avassalador e com o apoio de ataques aéreos massivos. Era impossível, desde as primeiras horas, não ver que não se tratava de uma guerra defensiva, mas de uma ofensiva há muito planejada. Em 3 de setembro a Grã-Bretanha e a França declararam guerra contra a Alemanha: a Segunda Guerra Mundial começara.

Havia anos que a Alemanha ia se aproximando, paulatinamente, do limiar da guerra. Desde que fora nomeado chanceler do Reich, em janeiro de 1933, Adolf Hitler e os seus sequeiros, os nacional-socialistas, conseguiram conquistar rapidamente o poder absoluto do país. Em breve dissolveram, pela força, todos os partidos, salvo o NSDAP, e encerraram em campos de concentração ou assassinaram os adversários políticos e os judeus. A opinião pública aceitara tudo isto sem oferecer grande resistência, por pensar que com os nacional-socialistas a Alemanha voltaria a ser forte e iria superar a miséria econômica. Em breve foi conseguido o pleno emprego. Seriam os nacional-socialistas peritos da economia, e Hitler um gênio da política econômica? Nem uma coisa nem outra. Hitler mostrava pouco interesse pelos assuntos econômicos e os números aborreciam-no. As causas da recuperação econômica estavam no enorme rearmamento militar e na adoção de medidas pressupostamente temerárias. Apenas quatro dias depois da sua nomeação como chanceler, Hitler falou perante um grupo de oficiais da Reichswehr¹ acerca da necessidade de conquistar “espaço vital no leste”. As tropas alemãs não tardaram em ocupar a Renânia, uma zona desmilitarizada desde a assinatura do tratado de Versalhes, sem encontrar a resistência de outros países europeus. Na Espanha, a legião Condor, enviada por Hitler, lutou do lado franquista e, em 1937, um esquadrão de bombardeiros alemães reduziu Guernica a escombros e cinza. Em agosto de 1936, num memorando secreto, Hitler ordenou que ao cabo de quatro anos o exército alemão deveria estar preparado para combater e que a economia alemã tinha de estar em condições de suportar uma guerra. A política econômica de Hitler, portanto, foi a preparação para a guerra. Neste mesmo ano, a celebração dos Jogos Olímpicos em Berlim foi o pretexto para Hitler organizar um espetáculo sem precedentes, com o qual ofuscou não só a Alemanha, como o mundo inteiro.

Em março de 1938 a Wehrmacht invadiu a Áustria, e Hitler anunciou em Viena o Anschluss (a anexação) da sua antiga pátria, o Reich alemão.

Nem neste momento se verificou qualquer reação digna de destaque por parte das demais potências europeias. Em seguida, Hitler exigiu à Tchecoslováquia a cessão da província dos Sudetas (onde vivia a minoria de língua alemã) ao Reich alemão. Na conferência de Munique de setembro desse mesmo ano, a Inglaterra e a França, que haviam optado pela estratégia do *appeasement* (apaziguamento) também consentiram ao agressor este último atropelo. Hitler ficou furioso, pois o seu objetivo era apenas o de provocar a guerra. A França e a Inglaterra permaneceram de braços cruzados incluindo quando, em março de 1939, Hitler se apoderou do resto da Tchecoslováquia. Hitler dirigiu-se então à Polônia. Preparou o ataque sob o pretexto de que os poloneses tinham atacado os cidadãos alemães em Danzig, e com uma propaganda que não se cansava de qualificar esta cidade de cidade alemã. Depois de assinar um pacto de não agressão com o seu arqui-inimigo Stalin e de acordar secretamente a futura repartição da Polônia conquistada, em agosto de 1939, Hitler tinha à sua frente o caminho livre.

Para a invasão era necessário um motivo medianamente apresentável, embora poucos dias antes da guerra Hitler tivesse declarado: “Ninguém irá perguntar ao vencedor se disse a verdade.” A tarefa de arranjar um motivo para desencadear a ofensiva foi encomendada a Reinhardt Heydrich (o segundo do *Reichsführer* SS Heinrich Himmler), que por sua vez, delegou a missão a Alfred Naujocks, o homem adequado para as operações especiais. Na noite de 31 de outubro, Heydrich telefonou a Naujocks e disse as palavras “A avó morreu”: era a contrassenha para entrar em ação. Naujocks e os seus homens, que tinham deixado crescer barba e costeletas para se parecerem com a imagem que os alemães faziam dos poloneses, ocuparam a emissora de Gleiwitz. Para que não ficasse nenhuma dúvida acerca da autenticidade do ataque polonês, fizeram um morto. Franciszek Honiok, o silesiano de ascendência polaca que havia sido detido na véspera, serviu de “conserva”, cínica denominação que as SS utilizavam para se referirem às vítimas fictícias. Franciszek Honiok pode ser considerado a primeira vítima da Segunda Guerra Mundial. Injetaram-lhe veneno e tiraram uma fotografia, que mandaram para Berlim, onde a propaganda fez o resto. No entanto, Heydrich não ficara satisfeito e ordenou que fossem imediatamente colocadas no estúdio da emissora mais duas conservas, dois presos que haviam sido assassinados no campo de concentração de Sachsenhausen.

No seu discurso, Hitler não mencionou a ocupação da emissora de Gleiwitz, mas nos jornais e na rádio, a propaganda declarou que este ataque à emissora, perpetrado por guerrilheiros polacos, era a gota d’água que encheria o copo. Neste momento já havia fogo a ser respondido.

Os poloneses ofereceram pouca resistência aos invasores alemães. O exército polaco, tecnicamente muito inferior, lutou com valentia, mas em vão. Quando, em 17 de setembro de 1939, o governo polaco fugiu para território romeno, e o Exército Vermelho de Stalin, segundo o acordo com Berlim, invadiu o Leste da Polônia, o destino do país ficou selado. Varsóvia reduzida a um monte de ruínas pelos bombardeamentos aéreos alemães capitulou dez dias depois. A 6 de outubro, os últimos soldados poloneses que

ainda resistiam renderam-se, na sequência os soldados alemães ocuparam a cidade com os seus métodos espantosos.

A Segunda Guerra Mundial ceifaria a vida de mais de 60 milhões de pessoas. Entre elas, pelo menos 6 milhões foram poloneses, na sua maioria, civis.

1 Com este nome eram designadas as forças armadas alemãs na época que se seguiu ao Tratado de Versalhes, e antes de serem rebatizadas como Wehrmacht. (N. da T.)

38. SANGUE, SUOR E LÁGRIMAS

Winston Churchill (1874-1965)

Que entrada extraordinária! Não se esperava menos de Winston Churchill na Grã-Bretanha, onde há muito era conhecido como um orador de mão cheia, quando a 13 de maio de 1940, num dos momentos mais graves da história britânica, se dirigiu à nação, pouco antes de ser nomeado primeiro-ministro, com as seguintes palavras: “Nada mais vos posso oferecer senão sangue, lágrimas, trabalho e suor.” Abreviadas e reordenadas tendo em conta o ritmo, estas palavras tornaram-se célebres na fórmula “Sangue, suor e lágrimas”.

A Europa estava em guerra. Na sequência da invasão da Polónia pela Wehrmacht, o Reino Unido e a França tinham declarado guerra à Alemanha. Durante anos, Chamberlain, o predecessor de Churchill, tentara evitar a guerra, enquanto Hitler, desde que chegara ao poder, em 1933, não regateara esforços para provocá-la. A partir do momento em que Chamberlain consentira nas ofensivas da Alemanha contra a Áustria, os Sudetas e a Tchecoslováquia, a guerra tornara-se inevitável: a estratégia do apaziguamento tinha fracassado. Com o começo da guerra, os focos voltaram a iluminar uma figura que durante anos permanecera na sombra, e cujas exortações a uma ofensiva militar contra o grande perigo que Hitler representava não tinham passado de um sermão no deserto: Winston Churchill. Este descendente do famoso John Churchill, duque de Marlborough, que no século XVII defendera os interesses da Inglaterra diante das ambições europeias de poder de Luís XIV, fora nas últimas décadas a figura mais controversa da política britânica. Tornara-se famoso quando, na qualidade de corresponsável na guerra dos Bóeres, de 1899 a 1900, protagonizou uma fuga espetacular depois de ter sido feito prisioneiro. Logo foi eleito deputado parlamentar, tendo chegado a ocupar diversos cargos ministeriais. Em finais dos anos 1920, depois de ter fracassado como chanceler do Tesouro, foi condenado ao ostracismo político. A carreira de Churchill parecia terminada,

e a sua situação tornava-se mais precária cada vez que tomava a palavra para exigir uma política consequente e dura: primeiro contra Mahatma Gandhi, que aspirava à concretização da independência da Índia, pondo com isso em perigo o núcleo do imperialismo britânico, e depois, a partir de 1933, contra Adolf Hitler. O certo é que nessa época, debilitada como estava pelos efeitos da crise econômica mundial, a Grã-Bretanha não estava interessada em confrontos.

Quando começou a guerra, a hora de Churchill chegou. Depois de uma década de abstinência política, durante a qual se dedicou a escrever livros de história e a cuidar do jardim da sua propriedade, voltou a entrar num gabinete ministerial. Chamberlain, que era ainda o primeiro-ministro e estava disposto a lidar com o peso da guerra, teve de se demitir por culpa de alguns fracassos e do seu delicado estado de saúde. Churchill, titular do ministério da Marinha, apressou-se em impedir aos alemães o acesso às matérias-primas da sua indústria bélica. Suspeitava de que Hitler iria invadir a Noruega para assegurar o abastecimento de minérios e queria impedi-lo. As longas discussões no gabinete e a deficiente preparação militar fizeram fracassar lamentavelmente as medidas britânicas, e em abril de 1940 as tropas alemãs ocuparam o país escandinavo. Quando, poucas semanas depois, em 10 de maio a Wehrmacht invadiu também a Holanda e a Bélgica, a chamada *Sitzkrieg*² no oeste terminou. A França e a Grã-Bretanha haviam esperado tempo demais.

Após a demissão de Chamberlain era preciso nomear um novo *premier*, um *premier* para a guerra, e foi então que o país se lembrou do homem que sempre havia alertado para o que finalmente aconteceu. Chamberlain queria que o seu sucessor fosse o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Lorde Halifax, e não Churchill, mas não conseguiu impor a sua vontade, última demonstração da sua perda de influência.

Quando em 10 de maio o rei o nomeou primeiro-ministro britânico, Churchill já tinha 65 anos, a idade para se aposentar. Por fim parecia ter encontrado o seu destino. Mais tarde, nas suas memórias sobre a Guerra Mundial escreveria o seguinte: “Parecia-me que toda a minha vida anterior não fora mais do que uma preparação, uma preparação para aquela hora e para aquela prova.”

Em 13 de maio Churchill apresentou-se pela primeira vez como *premier* perante a Câmara dos Comuns. Numa reunião do seu gabinete de guerra já fizera a promessa “sangue, suor e lágrimas”, mas agora voltara a repeti-la perante a opinião pública para anunciar o seu insignificante programa de governo. Churchill declarou que a sua política se limitaria exclusivamente às necessidades da guerra, com o objetivo inegociável da vitória: “Vitória a todo custo, vitória apesar do terror, vitória por mais longo e árduo que seja o caminho.”

Os deputados aceitaram aquelas palavras e o aplaudiram, mas sem grandes ovações. Conheciam Churchill e o seu estilo declamatório, mas o coração da maior parte deles continuava com Chamberlain. Este, apesar da

sua saúde débil, advogou a favor do seu sucessor e serviu-o lealmente como ministro durante uns meses, até a sua morte.

Nos meses seguintes, o significado das palavras de Churchill cristalizou, sobretudo, na tenacidade com que perseguiu o seu objetivo declarado de guerra até a vitória. No continente europeu a Wehrmacht conquistou a França, que se julgava segura por detrás do muro fortificado, a linha Maginot. As unidades blindadas alemãs cercaram a linha através da Holanda e da Bélgica, países neutros que venceram rapidamente.

A intenção de Hitler de derrotar também a Grã-Bretanha fracassou ao chocar-se com o espírito de resistência e a perseverança de Churchill. Na batalha com a Inglaterra, o Reino Unido, liderado pelo seu primeiro-ministro, resistiu aos esforços da Alemanha para vencer o inimigo com os bombardeamentos massivos que lançou contra as Ilhas Britânicas a partir de meados de 1940 até 1941. Hitler, que tinha planejado inclusive uma invasão (operação Leão Marinho), teve de reconhecer, por fim, que a Inglaterra era invencível. Ao mesmo tempo, Churchill conseguiu o apoio dos Estados Unidos e avultadas provisões de material bélico.

A tenacidade de Churchill e a forma inflexível com a qual lutou para vencer Hitler, a quem até mesmo recusou uma proposta de paz, fizeram dele a figura-chave da resistência da Europa livre face ao domínio da Alemanha nazista. Com a entrada na guerra dos Estados Unidos e a crescente oposição do Exército Vermelho à ofensiva da Wehrmacht, a influência de Churchill diminuiu. À medida que se foi tornando claro que a Alemanha e os seus aliados iriam perder a guerra, Churchill foi-se vendo cada vez mais relegado ao papel de parceiro menor dos Estados Unidos.

2 Sitzkrieg (guerra sentada) faz alusão a Blitzkrieg (guerra relâmpago). Conhece-se como Sitzkrieg o período de guerra declarada mas anterior aos confrontos massivos. (N. da T.)

39. Q UEREIS A GUERRA TOTAL?

Joseph Goebbels (1897-1945)

Joseph Goebbels estava emocionado. No final de 1942, as más notícias sobre o 6º Exército, que se mantinha cercado em Stalingrado, não paravam de chegar. As tropas alemãs teriam de dar-se finalmente por vencidas frente aos russos?

O ministro da Propaganda do Reich foi assaltado pelo medo de poder vir a perder a guerra. Era difícil para ele, mestre da ocultação, que desde a chegada ao poder dos nacional-socialistas havia enfeitado algumas vezes os alemães com as suas artes demoníacas, manter a compostura. Quebrara-se a crença na infalibilidade do seu Führer, Adolf Hitler, a quem poucos veneravam como ele.

Desde que a Inglaterra, chefiada por Churchill, conseguira resistir aos ataques aéreos alemães contra as Ilhas Britânicas, Hitler dirigira a sua ânsia de conquista contra a Rússia e ordenara à Wehrmacht a ofensiva contra a União Soviética. O ditador alemão nunca pensou em respeitar o pacto de não agressão assinado com Stalin; pelo contrário: desde o início da guerra o objetivo de Hitler fora apenas a conquista e destruição da União Soviética. O pacto germano-soviético serviu-lhe de salvo-conduto para a invasão da Polónia e para acautelar a retaguarda enquanto lutava contra as potências ocidentais.

No dia 22 de junho de 1941, o exército alemão pôs em marcha a Operação Barba Ruiva: penetrou na grande extensão do território russo com 3 milhões de homens e mais de 3.500 carros de combate divididos em três grupos de exércitos (Norte, Centro e Sul). Naquilo que se esperava ser uma guerra de conquista sem piedade, os soldados alemães deveriam destruir a União Soviética e tornar realidade o sonho nacional-socialista de obter espaço vital no leste. Como justificativa não contavam unicamente com a ideologia da superioridade da raça de senhores ariana, mas com o fato de Hitler ter

proclamado também que a guerra contra a União Soviética era a guerra entre duas cosmovisões, na qual, tal como mostrou explicitamente o exército alemão, o “cavaleirismo e o tradicional código de honra soldadesco eram improcidentes”. A ordem dos comissários ordenava que os comissários políticos inimigos capturados fossem executados imediatamente e que os assassinatos dos grupos especiais de intervenção espalhassem o terror na retaguarda. Os judeus foram reunidos e fuzilados aos milhares, sem exceção.

Inicialmente, a vitória contra o Exército Vermelho parecia ser apenas uma questão de tempo. Depois de conquistar rapidamente o Báltico, a Ucrânia e a Bielorrússia, a Wehrmacht avançou até as portas de Moscou. Chegou então o outono e a lama, e por fim, o inverno. A ofensiva soviética de inverno recuperou muitos territórios conquistados pelo exército alemão. O verão de 1942 voltou a trazer êxitos para a Wehrmacht, como a conquista da Crimeia e a incursão no Cáucaso, mas pouco a pouco foi-se tornando claro que a ambição de Hitler estendera demasiado a frente de combate. Os recursos para o abastecimento das tropas estavam no fim e o Exército Vermelho mantinha-se em forma; graças ao fornecimento de material dos aliados e à transferência de boa parte do armamento para os confins da Sibéria, Stalin conseguira mobilizar novas tropas. Hitler ordenara a conquista da cidade que tinha o nome do seu inimigo: Stalingrado. Quando a cidade estava prestes a cair, os soldados alemães envolveram-se em difíceis combates, casa a casa. O destino do 6º Exército, porém, decidiu-se fora da cidade. A situação geográfica de Stalingrado, junto de uma grande curva desenhada pelo Volga, permitiu que o exército soviético realizasse uma vigorosa operação de resistência, cercando os alemães em novembro de 1942. Em seguida, Hitler recebeu na toca do lobo, o seu quartel-general em Rastenburg (Prússia oriental, atual Polónia), notícias catastróficas, uma após a outra. Contudo, pouco antes do Natal, Hitler proibiu a retirada e ordenou que Stalingrado fosse conservada a todo custo.

Ao mesmo tempo que os soldados alemães passavam fome e morriam em Stalingrado, Goebbels passava o fim de ano na sua propriedade ao norte de Berlim. Até então a sua carreira conhecera uma ascensão vertiginosa. Nascido em Rheydt, na Renânia, estudou Filosofia e Literatura, disciplinas em que chegou a doutorar-se. Pelo fato de ter um pé aleijado não ingressou no exército. Ao fim da Primeira Guerra Mundial teve uma crise existencial. Depois de fracassados os seus intentos literários, dirigiu a atenção para as ideologias que dominavam a política no período do pós-guerra. Inicialmente sentiu-se atraído pelas ideias comunistas, mas logo se inclinou para o ideário nacionalista conservador e fascista. Ao mesmo tempo que sofria a miséria na sua própria carne, lançava a culpa de todas as crises da época ao mundo financeiro e, em última instância, aos judeus. Aderiu ao nacional-socialismo e converteu-se num adepto incondicional de Hitler. O seu talento para a agitação o transformou em chefe de propaganda do partido e, em 1933, quando Hitler chegou ao poder, foi nomeado ministro do Reich para a Propaganda e Educação. Possuía uma destreza magistral na coordenação de

todos os meios de comunicação e na utilização das novas técnicas, como rádio e cinema. Quando Hitler provocou a Segunda Guerra Mundial com a invasão da Polônia, Goebbels, apesar de sentir mais inquietação do que entusiasmo, seguiu a política do Führer sem reservas.

Nos textos do seu diário dos primeiros dias de 1943 tenta, porém, infundir confiança a si mesmo. Não obstante, estava bem informado e não podia deixar de valorizar as más notícias que lhe chegavam do Alto Comando do exército relativas às deficientes capacidades do Führer enquanto chefe militar. Que podia ele fazer? Embora não lhe restassem quaisquer esperanças, ainda dispunha de uma boa reserva de fanatismo. Goebbels chegou à conclusão de que, para combater um inimigo que parecia a cada dia mais poderoso, era necessário que a frente estivesse mais bem armada. O povo alemão devia ser mobilizado de uma forma total. No dia de Ano-Novo anotou no seu diário: “A guerra mais radical e mais total é a mais curta, e traz a vitória decisiva” – esperava que Hitler o encarregasse de levar a cabo o necessário programa de mobilização.

No dia 21 de janeiro, Goebbels foi à Toca do Lobo, o quartel-general da Prússia oriental. Mostrou a Hitler o seu plano para a conversão de todos os âmbitos da vida numa guerra total. Até então Hitler havia recusado esse tipo de plano, pois temia que prejudicasse a moral bélica da população. Mas durante a entrevista, as más notícias de Stalingrado, onde a situação era desesperadora, não pararam e Hitler deu a sua aprovação. Com o intuito de conseguir a vitória final, ordenou a mobilização total de todos os recursos humanos e materiais; entre outras coisas, a partir de agora podia recrutar para o serviço militar todos os homens com idades entre os 16 e os 65 anos e todas as mulheres entre os 17 e os 45. Não obstante, e para decepção de Goebbels, Hitler encarregou outras instâncias governamentais na aplicação destas medidas.

No dia 31 de janeiro, o 6º Exército capitulou em Stalingrado. Cerca de 150 mil soldados alemães tinham caído em combate, ficando congelados ou morrido de fome, e cerca de 91 mil haviam sido feitos prisioneiros. Em 4 de fevereiro, o *völkische beobachter*, o órgão oficial dos nacional-socialistas, publicou o seguinte título: “Morreram para que a Alemanha viva.” A propaganda procurou dar um sentido às vítimas, mas no Reich alemão o espírito era de derrota. As pessoas intuía que se havia produzido uma reviravolta decisiva na guerra.

Que caminho iriam tomar os alemães? Observando retrospectivamente, parece que em 18 de fevereiro de 1943 dois acontecimentos ofereceram as duas respostas possíveis a esta pergunta.

Em Munique, dois estudantes distribuíram panfletos nos parapeitos, balaustradas e peitoris da universidade. A hora era de aulas e o pátio estava quase vazio. Um funcionário apanhou os dois estudantes em flagrante e entregou-os à Gestapo, a polícia secreta do Estado. Os irmãos Hans e Sophie Scholl pertenciam à Rosa Branca, um grupo de resistência fundado por Hans Scholl e pelo seu companheiro Alexander Schmorell, que, devido às suas experiências na frente e aos rumores que circulavam sobre os assassinatos de

civis, havia se tornado adversário do regime nazista. Em junho de 1942, a Weisse Rose levou a cabo as suas primeiras ações contra o regime hitleriano: distribuíram panfletos e, durante a noite, pintaram frases nas paredes. Também pertenciam ao grupo Willi Graf, Christoph Probst e o professor Kurt Huber, que escreveu o texto do panfleto que viria a ser fatal para todo o grupo. Todos os membros e simpatizantes da Weisse Rose foram presos e julgados. No último panfleto do grupo podia ler-se entre outras coisas: “O nome da Alemanha ficará para sempre manchado se a juventude alemã não se levantar, vingadora e expiadora, para destruir os seus tiranos e erigir uma nova Europa do espírito” e “Os mortos de Stalingrado exortam-nos a entrar em ação!”

Nesse mesmo dia Joseph Goebbels falou no Sportpalast de Berlim perante um auditório formado por três mil pessoas. Disse que queria fazer uma descrição verdadeira da difícil situação do país ao “povo alemão educado, instruído e disciplinado no nacional-socialismo”, um povo que podia suportar “toda a verdade”. Nas suas costas via-se uma frase escrita em letras gigantescas: “A guerra total é a guerra mais curta.” Com um uniforme castanho-claro e a braçadeira com a cruz gamada, adotou a sua atitude habitual dos discursos: a sua figura delgada, tesa como um pau, um braço pousado no quadril e o outro sublinhando as palavras que proferia, ora com o punho cerrado, ora com o dedo apontado. Goebbels explicou que havia convidado este público, “um segmento do povo alemão no melhor sentido da palavra”, feridos de guerra, soldados da frente de combate condecorados, operários, cientistas, empregados, membros do partido e “milhares de mulheres alemãs”.

“Vós que aqui vos haveis reunido, prosseguiu, representais neste momento a nação alemã. E a vós quero dirigir dez perguntas a que deveis responder em representação do povo alemão, perante todo o mundo, em especial perante os nossos inimigos que estão nos escutando nas suas emissoras de rádio.” A quarta pergunta tornou-se a mais (tristemente) célebre: “Os ingleses afirmam, disse Goebbels, que o povo alemão se opõe às medidas de guerra total adotadas pelo governo e que não quer a guerra total, mas a capitulação.” E acrescentou então gritando: “Eu vos perguntou: quereis a guerra total?”. E o público respondeu com um clamor: “Sim!” Goebbels continuou: “Querei-la? E, se for necessário, quereis uma guerra mais total e mais radical do que aquela que hoje não poderemos sequer imaginar?”. Na sala retumbaram os gritos fanáticos de adesão. Entre outras perguntas a que o público respondeu com outras tantas afirmações estrondosas, o discurso de Goebbels terminou com uma declaração de lealdade a Adolf Hitler: “O Führer ordenou, nós o seguiremos”, e culminou com as terríveis palavras: “Povo, levanta-te e faz com que a tormenta se desencadeie!”

O auditório rugia. Depois do fim do discurso de Goebbels, a rádio continuou a transmitir durante vinte minutos a gritaria de júbilo e de entusiasmo. Goebbels comentou: “Penso que nunca, nem sequer na época da guerra, se viveu no Sportpalast uma cena semelhante.” Mas nessa mesma noite, afirmou com cinismo: “É a hora da imbecilidade. Se tivesse dito às

pessoas para saltarem do terceiro andar do Columbushaus, assim teriam feito.”³

Assim, o dia 18 de fevereiro de 1943, aquele em que as atividades da Rosa Branca fracassaram, significa, por um lado, a oportunidade que os alemães tinham, por menor que fosse, de deter a guerra por si próprios. Por outro lado, o discurso de Goebbels representa o caminho que os alemães finalmente tomaram, o da marcha incondicional até a previsível e completa catástrofe.

Goebbels viu frustrada a sua esperança de desempenhar um papel mais ativo na direção da guerra. Nem lhe foram atribuídas novas competências plenas nem o seu discurso provocou a mobilização decisiva da população. Não obstante, ele não deixou de ter consequências e ficou gravado na memória não só dos alemães como também na dos Aliados. A guerra que duraria ainda dois anos foi-se tornando, paulatinamente, numa guerra total. No verão de 1943 o serviço militar obrigatório foi alargado: os membros das juventudes hitlerianas com menos de 18 anos podiam ser transferidos diretamente dos campos de treino militar para a Wehrmacht. Mas só em 1944, cinco dias depois do atentado e tentativa de golpe de estado de 20 de julho, levado a cabo por um grupo de oficiais da Wehrmacht, Hitler ordenou a Hermann Göring que “toda a vida pública se ajustasse às exigências da guerra total em todos os aspectos”.

No tempo que se seguiu ao discurso de Goebbels a guerra fez muito mais vítimas do que durante os primeiros anos do conflito. No final da contenda, o número de vítimas mortais chegou a 60 milhões, a maior parte das quais soldados e civis da União Soviética. Seis milhões de judeus, aproximadamente, foram vítimas do holocausto, projeto monstruoso que foi executado com grande minúcia burocrática e desenvolvimento industrial. Homens, mulheres, idosos e crianças foram mortos, fuzilados, gaseados. Outros, como deficientes, homossexuais e ciganos, que também não se encaixavam na ideologia racista dos nacional-socialistas, sofreram perseguições e assassinatos igualmente cruéis e desapiadosos.

Querendo-a ou não, o povo alemão teve de suportar a guerra total quando esta lhe caiu em cima. A partir do outono de 1944, depois de terem realizado durante os anos anteriores ataques esporádicos contra objetivos concretos, os bombardeiros norte-americanos e britânicos destruíram as grandes cidades alemãs. Quase nenhuma cidade do país escapou aos mortíferos esquadrões, embora as mais castigadas tenham sido Berlim, Hamburgo, Colônia e Dresden, com dezenas de milhares de mortos.

Goebbels manteve-se leal ao seu Führer até o tétrico final no *bunker* do subsolo da bombardeada Chancelaria do Reich. Enquanto Hitler se suicidava juntamente com Eva Braun, sua amante de anos e com a qual havia se casado na véspera, Goebbels e a mulher punham fim às suas vidas numa casa contígua, depois de terem envenenado seus seis filhos.

3 A Columbushaus era um edifício de escritórios com nove andares situado na Potsdamer Platz de Berlim. (N. da T.)

40. O INFERNO SÃO OS OUTROS

Jean-Paul Sartre (1905-1980)

O homem está só no mundo. Isto se dá com todos nós, mas foi um tema central na época em que Jean-Paul Sartre viveu. Para o próprio Sartre este foi o tema da sua vida. Viveu duas guerras mundiais, a primeira, ainda bem jovem; a segunda, já adulto. Na Primeira Guerra Mundial o exército francês conseguiu resistir aos embates das tropas alemãs, mas em 1940 os *Panzer* alemães submeteram o país e derrubaram a república. A velha ordem viu-se reduzida a nada e muitas pessoas da geração de Sartre se questionaram sobre o que poderia fazer o homem, sozinho como está, quando fica órfão de toda a ordem de orientação.

Quando servia como soldado na Segunda Guerra Mundial, foi feito prisioneiro pelos alemães e leu o livro de um filósofo alemão que havia vendido a sua alma ao nacional-socialismo: *O ser e o tempo* de Martin Heidegger. Esta obra, que já nos anos 1920 havia agitado a filosofia na Alemanha, é atualmente considerada uma das obras mais influentes do século XX. Numa linguagem hermética, Heidegger punha a questão da existência do homem, do seu ser no mundo, de uma forma nova e totalmente distinta. Para Heidegger, toda a filosofia anterior não havia ido suficientemente longe ao colocar a questão sobre o sentido do ser. Na busca de uma resposta, ele afirmou que a existência era o lugar no qual se adquiria o conhecimento. Segundo Heidegger, o homem compreende o sentido do seu ser através do conhecimento da finitude da sua existência, combinado com o do seu, na fórmula de Heidegger, ser-lançado no tempo, na sociedade.

O pensamento de Heidegger causou uma profunda impressão em Sartre, que a partir da filosofia do alemão tirou suas próprias conclusões sobre o ser. Sartre colocou sobretudo a questão das possibilidades de que o ser humano dispunha na sua existência. Seu livro inspirado em Heidegger, *O ser e o nada*, foi lançado em 1943, ou seja, na época em que a França sofreu a

ocupação alemã, e se tornando a sua obra teórica fundamental.

Segundo Sartre, o homem, independentemente do lugar ou do momento em que tiver nascido, está condenado ao mero ser, um ser que para Sartre consta de duas partes. Por um lado, existe a consciência do homem (o ser-para-si); por outro, o mundo que envolve o eu (o ser-em-si). Enquanto o ser-em-si é idêntico a si mesmo, o homem, no seu ser-para-si tem consciência da sua própria existência, mas está sempre em busca da sua identidade. Deve dar uma forma, uma essência à sua existência ou, como Sartre o formulou: “A existência precede a essência.”

Sartre acreditava que, no fundo, o homem tenta sempre preencher os vazios da sua existência entre o ser-para-si e o ser-em-si. O faz com as suas decisões, o que significa que o homem deve tomar decisões durante toda a sua vida (embora seja apenas a decisão de não tomar decisões). Esta infinita compulsão para a decisão é a definição de Sartre da liberdade existencial “o homem está condenado à liberdade”. A isso soma-se o fato de que o homem, na sua angústia e desamparo, se sente tentado a compreender um ser-em-si concreto como uma identidade completa. Só que então cai, segundo as palavras de Sartre, num estado de desonestidade, estado que não abandona senão quando assume a carga da sua permanente liberdade de decisão e a responsabilidade consequente; só desta forma, na opinião de Sartre, o homem alcança a autenticidade.

Com o seu sistema filosófico, Sartre foi considerado, juntamente com Albert Camus, a figura principal do existencialismo francês. Ambos conseguiram um prodígio muito pouco frequente na história da filosofia: transmitir as suas ideias de forma literária, comunicá-las ao público sob a forma de relatos, romances e peças de teatro. Ambos ganharam o seu sustento como escritores independentes. Albert Camus recebeu o Prémio Nobel da Literatura em 1957 – prémio que Sartre viria a recusar em 1964, na época em que já havia se tornado um ídolo da intelectualidade mundial. Fisicamente Sartre não tinha, nem de longe, a aparência de uma estrela: de baixa estatura, olhos salientes por detrás de uns óculos de lentes grossas, lábio inferior caído, fumante empedernido com os dedos escurecidos devido ao tabaco. No entanto, foi precisamente ele que formou a imagem do intelectual até a segunda metade do século XX. Ele e Simone de Beauvoir, sua companheira, figura igualmente brilhante, viveram a maior parte de suas vidas em comum em quartos de hotel. Sua relação pouco convencional, compatível com as liberdades amorosas que cada um deles tomou, significava uma forma de convivência totalmente nova e converteu-se num modelo para muitas pessoas da época. Sartre comprometeu-se com a esquerda política, e a sua colaboração com os comunistas franceses e a sua simpatia pela União Soviética provocaram a ruptura com Camus.

Em 1944 Sartre escreveu a obra de teatro *A porta fechada*, que estreou nesse mesmo ano. Na obra, duas mulheres e um homem, depois de morrerem, voltam a encontrar-se num espaço fechado. Conscientes das suas ações passadas e com a certeza de irem para o inferno, esperam agora pelas conhecidas dores e tormentas. No entanto, estas não chegam; em seu lugar,

porém, começam progressivamente a dar-se conta de que cada um deles é um estorvo para os demais. Não podem matar-se uns aos outros, pois já estão mortos, nem podem sair daquele espaço. No final, o homem declara que não devem esperar mais pelo inferno, uma vez que já lá estão. É certo que esperara por “o enxofre, a fogueira, a grelha”, mas agora percebe claramente: “Não há necessidade de grelhas; o inferno são os outros.”

O inferno são os outros. Com esta frase Sartre resumiu a inquietação que, na sua opinião, produz o para-si do indivíduo quando se encontra com os outros homens, já que, à semelhança dos protagonistas de *Huis Clos*, todos os seres humanos, a partir da perspectiva do ser para-si, veem os outros como um em-si, isto é, não como um sujeito, mas como um objeto, e, por isso, não o conhecem. Pois bem, como não conhecemos os outros, não nos conhecemos a nós mesmos. Além disso, a opinião real ou suposta dos outros influi na visão que temos de nós mesmos. Esta dependência dos outros leva à conclusão: “O inferno são os outros.”

Sartre só via uma saída: o indivíduo torna-se independente quando se esforça por alcançar a autenticidade. Só então poderá encontrar-se livremente com os outros. A condição essencial para o êxito desta convivência está nos outros aspirarem também, por sua vez, à autenticidade, o que na prática significa, antes de tudo, deixarem espaço livre para o outro, o que Sartre e a sua companheira, Simone de Beauvoir, tentaram levar à prática com algum sucesso.

No final da peça dramática de Sartre, depois de os três personagens terem tentado escapar daquele espaço, abre-se uma porta, mas em vez de aproveitarem esta ocasião para percorrerem o caminho da liberdade possível e incerta, optam por ficar naquele espaço, permanecendo na sua existência.

41. A TENTATIVA DE CRIAR O CÉU NA TERRA PRODUZIU SEMPRE O INFERNO

Karl Raimund Popper (1902-1994)

Em princípios do século XX, duas ideologias conquistaram a Europa: o marxismo e o fascismo. Ambas prometiam o paraíso; para ambas a Primeira Guerra Mundial significou o caminho para o êxito. O marxismo, na interpretação de Vladimir Ilich Lenin, transformou radicalmente a Rússia depois da revolução de 1917. A teoria da libertação de todos os operários em relação ao jugo da exploração e da submissão não tardou a mostrar o seu caráter totalitário. A partir de 1924, sob a autoridade de Stalin, o sucessor de Lenin, o país que então se chamava União Soviética transformou-se, definitivamente, numa infausta ditadura absoluta. Para muitos marxistas, a promessa do paraíso no qual todas as pessoas viveriam como iguais justificava, no caminho que a ele conduzia, a aniquilação impiedosa de toda gente que se mostrasse renitente em segui-lo. Entretanto, na Europa ocidental surgia o fascismo, a ideologia rival que em muitos aspectos se assemelhava ao marxismo, sobretudo quanto às pretensões totalitárias. No entanto, a sua concepção do homem era radicalmente diferente: em lugar de ser igualitária, era elitista. O fascismo postulava a luta entre as raças e os povos e afirmava que nessa luta venceria o mais forte. Com esta suposição, o fascismo enraizou-se na Europa principalmente entre as pessoas que julgavam a si e aos seus povos os mais fortes.

Na Viena desta época polarizada, Karl Raimund Popper, um jovem de baixa estatura, muito inteligente e consciente do seu próprio valor, sentiu inicialmente fascínio pelas ideias marxistas. Na sequência do fim da Primeira Guerra Mundial, com apenas 17 anos de idade, aderiu ao movimento comunista; logo, porém, um acontecimento transformaria sua atitude política para sempre. Em junho de 1919, quando participava de uma manifestação do Partido Comunista em Viena, testemunhou a forma como a polícia matou

vários manifestantes. Popper ficou consternado. Acreditava que os intelectuais, como ele, tinham a sua parcela de culpa. E quando os funcionários comunistas declararam que a morte daqueles camaradas se deveria à iminente revolução mundial, perdeu a fé no marxismo, visto que uma ideologia que para a sua realização se dispunha a sacrificar vidas humanas parecia-lhe cruel.

Ao longo do tempo sentiu uma profunda desconfiança por todas as ideologias que defendiam que alguns eleitos, poucos, tinham legitimidade para conduzir os homens para condições de vida mais favoráveis.

Depois de concluir os estudos de filosofia e de psicologia na Universidade de Viena, onde se doutorou em 1928, Popper dedicou-se, em primeiro lugar, ao método de investigação, e com o seu livro *A lógica da descoberta científica* fundou a teoria moderna da ciência. Em 1937, quando a situação dos judeus em Viena se tornava cada vez mais perigosa, obteve um posto de docente na Universidade de Christchurch, na Nova Zelândia. Mas no longínquo país teve a notícia de que as tropas alemãs haviam invadido a sua pátria. Diante desta situação histórica começou a escrever a sua obra em dois volumes *A sociedade aberta e os seus inimigos*, que se tornaria seu trabalho mais famoso, e uma das contribuições mais importantes para a filosofia política do século XX. Terminou o primeiro volume em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial; o segundo foi acabado no ano seguinte.

No seu livro, Popper apresentou uma apaixonada exposição sobre a liberdade do ser humano. Como o título indica, tratava-se de um modelo de sociedade a que chamou sociedade aberta, conceito que foi buscar do filósofo francês Henri Bergson, e com o qual se referia a uma estrutura política em que se garantia o maior grau possível de liberdade individual e também, ao contrário das formas de governo totalitárias, estava sempre preparada para sofrer transformações e adotar inovações sociais; quer dizer, uma estrutura “aberta” e disposta, sobretudo, a aceitar a crítica dos cidadãos. Neste sentido, Popper considerava-se herdeiro da tradição da Ilustração e da sua procura de igualdade, dignidade humana e respeito pela diversidade dos indivíduos.

Segundo Popper, todas as ideologias constituíam uma ameaça para a sociedade, pois formavam sistemas fechados e herméticos que não toleravam qualquer tipo de transformação ou de modificação. Todas as ideologias desembocavam necessariamente em modelos de Estado totalitários, do absolutismo ao fascismo, passando por todas as variantes do marxismo. Pelas suas teorias políticas, Platão sobretudo, Hegel e Marx haviam sido, segundo Popper, os inimigos máximos da sociedade aberta. Os subtítulos dos dois volumes da sua obra são: *A magia de platão e Falsos profetas, Hegel, Marx e as consequências*.

Ao longo dos dois volumes, Popper expõe uma crítica ao historicismo, a crença de que a História acontece de acordo com certos processos claramente identificáveis e que, por isso, é passível de predição, concepção que está subjacente aos projetos políticos tanto da ideologia fascista como da marxista. Da hipótese da predestinação da História, os fascistas deduziram a existência de raças eleitas para o poder e o domínio, enquanto os comunistas

inferiram a inevitabilidade da revolução proletária que a classe operária protagonizaria.

Popper sustentou que a História só podia ser compreendida de um ponto de vista retrospectivo e que, na melhor das hipóteses, só era possível adivinhar uma e outra tendência de evolução futura; no entanto, não se podia, de modo algum, prever o curso futuro da História, como Hegel e Marx, os pensadores mais influentes da filosofia da História, afirmavam. Segundo Popper, esta forma de pensar tinha origem em Platão e no seu projeto de um Estado governado por uma elite.

Platão, de acordo com a argumentação de Popper, tentou criar um Estado sólido e imutável. É certo que o que o motivava era uma causa nobre, pois, numa época de incertezas, o filósofo tentara alcançar a estabilidade e a segurança. Não obstante, a ideia de um Estado invariável e ordenado, governado por uma proclamada elite de sábios, carregava consigo uma lógica perversa. Num sistema semelhante, os governantes sempre podiam justificar as dificuldades alegando que nem todos os cidadãos haviam se comprometido com a ideia de felicidade definida pelo Estado. Pelo contrário, a interpretação do que é felicidade, segundo Popper, devia ser uma tarefa reservada ao indivíduo e não, como pretendia Platão, aos guardiões da ideia do Estado. Popper concluía que a ideia platônica de uma elite de dirigentes oferecia uma legitimação dos comitês revolucionários no comunismo e do princípio do *duce*, do caudilho ou do Führer no fascismo e no nacional-socialismo. No segundo volume de *A sociedade aberta*, Popper comenta a respeito: “De todos os ideais políticos, o mais perigoso talvez seja o de criar o céu na terra”, já que “a tentativa de criar o céu na terra conduz sempre ao inferno”. Esta última frase tornou-se a mais famosa citação de Popper.

Popper identificou como um dos primeiros partidários da sociedade aberta na história do pensamento ocidental o estadista ateniense Péricles, a quem se referiu no começo do seu livro: “Embora sejam poucos os que podem iluminar e levar à prática uma concepção política, todos podemos julgá-la.” Este projeto estatal parte de uma ordem que se encontra num processo de mudança permanente, ordem aberta e inclusivamente insegura, mas definitivamente democrática.

Para Popper, a política é regida pelo mesmo princípio da filosofia e da ciência: não existe o conhecimento definitivo, mas apenas aproximações a uma solução melhor. Para que esta seja possível, a sociedade deve estar disposta a aceitar a crítica. A obra *A sociedade aberta e os seus inimigos* foi publicada em Londres, em 1945, e influenciou como nenhuma outra obra pensadores e políticos do mundo ocidental, em especial do âmbito anglo-saxão. Muitos foram os estadistas que se declararam admiradores de Popper e que destacaram a influência deste filósofo na sua prática política. Na Alemanha, um deles foi Helmut Schmidt.

42. A BANALIDADE DO MAL

Hannah Arendt (1906-1975)

Numa rua tranquila dos subúrbios de Buenos Aires, numa noite de maio de 1960, homens raptaram um capataz apátrida conhecido na Argentina como Ricardo Klement, um homem magro e discreto, careca, com cabelo escuro e óculos com aros de tartaruga. Os raptadores fingiram que o carro tinha avariado, disseram qualquer coisa ao homem que acabava de descer do ônibus, regressado do trabalho, o imobilizaram e o meteram à força dentro do carro. A vários milhares de quilômetros de distância, aquele homem voltou a aparecer publicamente como acusado.

Adolf Eichmann, antigo tenente-coronel das SS, era um dos criminosos de guerra mais procurados entre os que haviam conseguido desaparecer no fim da Segunda Guerra Mundial. Vivera 15 anos na clandestinidade até que um antigo preso de um campo de concentração o reconheceu numa rua de Buenos Aires e alguns agentes do serviço de segurança israelita o raptaram por ordem de Ben Gurion, chefe do governo do jovem Estado judeu. Em abril de 1961 iniciou-se, no tribunal de distrito de Jerusalém, o julgamento contra o sequestrado.

As televisões do mundo inteiro mostraram que este homem se sentou por detrás de um vidro à prova de bala, com um monte de documentos e um microfone colocado à sua frente provido de auriculares que iriam permitir-lhe ouvir a tradução das palavras pronunciadas em hebraico. O homem prosseguiu o processo nervoso e torpe; respondeu corretamente às perguntas, parecendo resignado com o rumo dos acontecimentos. Em finais de 1961, o tribunal condenou à morte Adolf Eichmann, que, seis meses depois, em 1 de junho de 1962, morreu na forca. As suas cinzas foram lançadas ao Mediterrâneo, fora de qualquer jurisdição.

Em 1963, um ano depois da execução de Eichmann, a revista *New Yorker* publicou uma série de artigos sobre o processo: *Eichmann em*

Jerusalém. Em pouco tempo foi editado o livro com o mesmo título, assinado pela filósofa política judia Hannah Arendt, que, em 1933, emigrara da Alemanha.

Arendt, que cresceu numa família burguesa liberal, inicialmente não tivera consciência da sua condição de judia nem do que isso significava. Deu-se conta da ameaça que o regime nazista representava quando, em 27 de fevereiro de 1933, o Reichstag foi incendiado por um jovem anarquista de esquerda holandês, e os nacional-socialistas utilizaram isso como pretexto para suprimir todos os direitos civis. A partir de então, Arendt, segundo ela própria diz, sentiu-se responsável. Foi presa durante um período breve mas conseguiu fugir para Paris passando por Karlsbad e Genebra. Em começos de 1940, depois de a França ter sido ocupada pelos alemães, as autoridades francesas declararam-na estrangeira inimiga e mandaram-na para o campo de internamento de Gurs, de onde conseguiu escapar quando, devido à ocupação de Paris pela Wehrmacht, a vigilância francesa afrouxou. Em maio de 1941, Arendt chegou com o marido e a mãe a Nova York depois de ter feito escala em Lisboa. A partir de outubro adquiriu fama como redatora da revista judaico-alemã *Aufbau*, e até 1949 exerceu o cargo de diretora da editora judia Schocken. Estudara filosofia na Alemanha com Edmund Husserl, Karl Jaspers e Martin Heidegger, com quem teve uma breve relação amorosa, e mais tarde destacou-se pelos seus trabalhos de teoria política. Tornou-se famosa com as suas reflexões sobre o totalitarismo, em particular com uma tese que defendeu na sua obra principal, *As origens do totalitarismo*, de 1951, na qual equiparava o fascismo ao stalinismo, de um ponto de vista da estrutura de ambos os sistemas. Também refletiu sobre o declínio e o fim do domínio político. Estava convencida de que o poder político não podia apoiar-se na violência e que apenas podia existir numa sociedade; o poder, segundo Arendt, não era propriedade de ninguém, mas surgia quando as pessoas decidiam cooperar em liberdade e atuar conjuntamente. O poder, assim entendido, não podia ser substituído pela violência. Os textos de Hannah Arendt refletiram os conflitos da sua época: a revolta húngara de 1956, que foi sufocada pelos tanques soviéticos e, mais tarde, a guerra do Vietnã.

Com a sua reportagem sobre o julgamento de Eichmann, Hannah Arendt fez com que as sólidas opiniões que a sua nação e a sua comunidade religiosa tinham sobre o Holocausto, genocídio perpetrado pelos nazistas com o propósito de aniquilar o judaísmo, e no qual haviam assassinado quase 6 milhões de judeus nos guetos e nos campos de concentração, se desmoronassem. Na conferência de Wannsee, celebrada em janeiro de 1942 e na qual se organizou a “Solução final para a questão judaica”, Eichmann foi o encarregado de redigir a ata da sessão.

Durante meses Hannah Arendt seguiu o processo contra Eichmann, esperando que esta exposição pública fosse benéfica para superar as terríveis feridas do passado. Conseguiu que a revista norte-americana *New Yorker* a enviasse a Jerusalém como correspondente para fazer a reportagem sobre o processo. A informação de Hannah Arendt com o título completo de *Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal*

desencadeou uma avalanche de debates inflamados; sobretudo, muitos judeus sentiram-se constrangidos, indignados, ofendidos.

Os ataques contra a reportagem de Hannah Arendt, que em breve seriam tão numerosos e virulentos que o próprio texto corria o perigo de ser relegado para segundo plano, baseavam-se em três pontos fundamentais de crítica. Em primeiro lugar, a crítica de Arendt levantou celeuma quanto à legitimidade do tribunal e ao procedimento judicial. O edifício do tribunal de Jerusalém estava construído como um teatro, circunstância que Arendt utilizou para expressar a sua opinião sobre o tribunal. O segundo motivo de indignação foram as observações de Arendt sobre o papel desempenhado na Solução Final dos nazistas pelos conselhos judeus europeus. Arendt questiona até que ponto se poderia culpar os judeus por ter optado pela tolerância passiva, e inclusive denunciou a colaboração de alguns conselhos judeus com os seus assassinos alemães. Em terceiro lugar, o mais conhecido motivo de escândalo foi a descrição do acusado como banal. As reflexões de Arendt sobre a banalidade do mal, sintagma que constituiu o subtítulo do seu livro sobre Eichmann e que daria azo a uma frase célebre, converteram-se no principal objeto da indignação geral.

Eichmann, que, ao que se sabe, não matou pessoalmente nenhum ser humano, mas que do seu gabinete ordenou o assassinato de milhões de pessoas, controlou e idealizou os campos de concentração e organizou minuciosamente a transferência de milhões de judeus para os campos de extermínio, não se comportou, durante o processo, como um homem movido pelo ódio, como um ser demoníaco ou um monstro sanguinário, mas antes como uma pessoa simpática, um homem comum, como o vizinho da frente. Era algo de aterrador: as suas ações eram cruéis, desapiedadas e de dimensões monstruosas, mas o responsável por elas parecia um homem comum, banal. Ao advertir que o mal poderia exercer-se (também) sob a forma de banalidade, Arendt conferiu uma nova dimensão ao conhecimento do mal, que, desta forma, deixava de ser apenas o resultado de uma vontade diabólica para se converter, realmente, na incapacidade de refletir sobre o alcance das próprias ações.

Quando foi entrevistada por Günter Gaus no programa de televisão *Zur Person*, Hannah Arendt chegou a dizer: “Realmente acreditava que Eichmann era um brincalhão, e digo-lhe que li, e me detive particularmente nas declarações que prestou no interrogatório policial, 3.600 páginas, e que não sei quantas vezes cheguei a rir... gargalhar! As pessoas me levaram a mal por esta minha reação! Mas não pude evitar.”

Nesta afirmação radica o cerne do conflito que Arendt desencadeou. A crueldade com que se expressava, essa distância que por vezes a fazia parecer desalmada, fez com que muitos dos que não compartilhavam as suas opiniões a atacassem pessoalmente. Cada vez se foi discutindo menos sobre os múltiplos matizes do mal, sobre se o mal, além de diabólico, como no caso de Hitler ou de Stalin, também podia ser banal como no caso de Eichmann e de muitos milhares de alemães que participaram naquelas atrocidades, e a discussão polarizou-se entre dois termos absolutos e incompatíveis: qual era o

tipo de mal que o Holocausto produziu? Era um mal monstruoso ou banal? Mas a própria Hannah Arendt também acabou por sucumbir a este pensamento simplório.

As conclusões de Hannah Arendt, sobretudo pelo tom frio, distante e por vezes petulante em que as expressou, valeram-lhe as críticas de falta de compaixão pelo destino dos judeus e de que retirara importância aos crimes de Eichmann. A ninguém ocorreu que a sua atitude poderia ser uma estratégia de defesa face ao horror. Em Israel foi declarada *persona non grata* e até o ano 2000, 37 anos depois da publicação do livro na sua versão original, não apareceu em Jerusalém uma tradução hebraica de *Eichmann in Jerusalem*.

Hoje, porém, a figura de Adolf Eichmann é o paradigma de todos os que negam a própria responsabilidade nas suas ações alegando que apenas obedeciam a ordens. Existem exemplos suficientes de pessoas assim. O banal é a ausência total, nestas pessoas, de motivos ideológicos, da sua “normalidade” como seres humanos. É possível que Hannah Arendt se tenha deixado enganar pela imagem que o acusado quis dar a si mesmo durante o processo, pois Adolf Eichmann foi um nacional-socialista convicto e um arrivista. Membro das SS, teve um papel ativo no projeto de arquitetura de aniquilação perpetrado pelo Terceiro Reich e nunca se arrependeu das suas ações. “O arrependimento é próprio das crianças”, disse durante um interrogatório. O seu objetivo não era outro senão salvar a sua pele. Com a desculpa de que havia se limitado a obedecer às ordens dos seus superiores, apenas tentava retirar importância às suas ações. A imagem banal, deliberadamente ingênua e por vezes cômica que ofereceu foi o logro em que Hannah Arendt caiu. Esse tipo fraco, covarde e louco, aparentemente incapaz de distinguir o bem do mal, se orgulharia, porém, de ter sido um servidor de Hitler.

A própria Hannah Arendt estava consciente da insuficiência da sua informação. No prólogo do livro falou prudentemente de uma “possível banalidade do mal” e também reconheceu que o subtítulo era discutível. O que continua a constituir um mérito deste livro é que, apesar da falta de solidez dos seus argumentos, nele não se descreve simplesmente o mal como uma realidade diabólica, mas também como o resultado da incapacidade de refletir sobre os efeitos das próprias ações.

Com isso, o mal já não faz apenas parte de uma ideologia, de uma cosmovisão ou de um sistema, mas manifesta-se na vida cotidiana, em todos os nossos congêneres, em nós mesmos, na medida em que deixamos de estar dispostos a assumir a responsabilidade que deriva da nossa conduta.

43. EU SOU BERLINENSE

John F. Kennedy (1917-1963)

No século XX nenhuma outra cidade esteve tantas vezes no centro da história mundial como Berlim. No fim da Segunda Guerra Mundial, enquanto antiga capital e maior metrópole da Alemanha, teve um tratamento especial. Tal como o resto do país, Berlim foi dividida pelos aliados vitoriosos em quatro zonas de ocupação. O oeste controlado pela França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos; o leste, controlado pela União Soviética.

Em breve se evidenciaram as diferenças entre as potências ocidentais e a União Soviética. Dada a sua condição de ponto de confluência das quatro potências e da sua situação geográfica – era como uma ilha no meio da zona de ocupação soviética – Berlim passou a ocupar o centro dos conflitos que, com a designação de Guerra Fria, durariam mais de quarenta anos.

Durante estas décadas, a cidade foi objeto de muitas frases célebres. A primeira delas, em 1948, foi a do presidente da câmara, Ernst Reuter, que disse ao mundo: “Olhem para esta cidade!”. O pano de fundo desta frase era o bloqueio de Berlim ocidental por parte da União Soviética, que durou 11 meses, durante os quais a cidade sitiada só pôde ser abastecida por ar. A ponte aérea e os aviões de transporte, majoritariamente norte-americanos, chamados pelos berlinenses de “Bombardeiros de passas de Corinto”, converteram-se num mito da liberdade da cidade e numa demonstração da vontade dos aliados ocidentais de não entregá-la.

Em 1961, o governo da República Democrática Alemã, a zona de ocupação soviética que chegou a Estado em 1949, mandou construir um muro que atravessava Berlim e cercava a parte ocidental da cidade, que, a partir de então, não só se via isolada geograficamente, como também encerrada hermeticamente dentro das suas fronteiras. Pouco antes, Walter Ulbricht, o chefe do governo da RDA, havia pronunciado as famosas palavras: “Ninguém tem a intenção de construir um muro.”

Uma vez construído, o muro tornou-se tema de outras frases célebres, por exemplo, a do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, que, em 1987, por ocasião de um discurso pronunciado em frente do Portão de Brandemburgo, meio escondida pelo muro, se dirigiu ao então chefe do governo soviético: “Senhor Gorbachov, deite este muro abaixo!”. No entanto, a frase mais célebre de todo este período é a que o presidente estadunidense John F. Kennedy pronunciou durante a visita que realizou à cidade dois anos depois da construção do muro.

Nas três antigas zonas de ocupação aliadas havia-se formado, também em 1949, a República Federal da Alemanha. Depois de visitar Bonn, Colônia e Frankfurt, onde falou sempre perante multidões entusiastas, a 26 de junho de 1963, John F. Kennedy chegou a Berlim. Em frente da Câmara Municipal de Schöneberg juntou-se uma enorme multidão. Às 9h40 o Air Force One aterrou e Kennedy atravessou seguidamente a cidade num automóvel conversível, acompanhado pelo presidente da RFA, Konrad Adenauer, e pelo presidente da Câmara, Willy Brandt. Ainda nos arredores, já centenas de milhares de berlinenses aclamavam o visitante americano.

Nesses dias, em nenhuma outra pessoa se projetaram tão intensamente as esperanças de uma sociedade plural, como naquele jovem político. Kennedy encarnava o otimismo, era um homem inteligente, um orador excepcional e nas suas palavras costumava dar expressão à ideia da liberdade. Hoje em dia continuam a utilizar-se muitas frases de Kennedy: “Se uma sociedade livre não puder ajudar os muitos que são pobres, não conseguirá salvar os poucos que são ricos”, ou: “Não pergunte o que o seu país pode fazer por você; pergunte antes o que pode fazer pelo seu país.”

Como presidente da potência protetora da Europa ocidental, Kennedy representava a segurança. No seu próprio país deu um novo alento à esperança de, numa sociedade mais liberal, se superar as barreiras raciais. Não só tinha carisma, como o seu círculo familiar não destoava da imagem brilhante que o jovem presidente projetava na opinião pública. Joseph, o patriarca dos Kennedy, tornou-se um multimilionário e fomentara com todas as forças a carreira política dos seus filhos. Esta família de origem irlandesa personificava a combinação perfeita de beleza, riqueza e um poder que parecia ter consciência da sua própria responsabilidade.

A aura de vitalidade juvenil que envolvia Kennedy encobria o seu estado de saúde. Já antes da sua entrada na vida pública sofria de inúmeros males, entre eles uma forte lombalgia, problemas que eram ocultados da opinião pública. Em Berlim, durante todo o trajeto no carro não se colocou de pé entre Adenauer e Brandt, mas de um dos lados do carro, de modo a, mais ou menos dissimuladamente, conseguir apoiar-se à porta e descansar as costas que frequentemente lhe provocavam dores insuportáveis.

Quando se posicionou em frente do atril para discursar, Kennedy sentia-se já avassalado pela ardente recepção que os habitantes de Berlim lhe haviam dispensado. Não falou durante muito tempo. No intervalo de cada duas ou três frases tinha de parar para que elas fossem traduzidas para alemão, o que limitou consideravelmente o discurso. Como era de esperar, o

tema principal do seu discurso foi o papel fundamental que Berlim detinha no conflito leste-oeste. Logo na introdução disse: “Há dois mil anos o maior orgulho era poder dizer: sou um cidadão de Roma. Hoje, no mundo livre, o maior orgulho é poder dizer – e pronunciou as palavras seguintes em alemão – “sou berlinense.” Aplausos atoadores. Depois de o intérprete ter repetido estas últimas palavras, Kennedy acrescentou o comentário jocoso: “Agradeço ao intérprete pelo fato de, na tradução, ter melhorado o meu alemão.” Na continuação do discurso de Kennedy, entrecortado por constantes aplausos de aprovação, destacou o grande exemplo que Berlim oferecia quanto ao desejo de liberdade da humanidade e aos prejuízos do comunismo. Viver em liberdade não é fácil e a democracia não é perfeita. Mas nós nunca tivemos de construir um muro para manter conosco a nossa gente e impedir que ela nos abandone. Kennedy pediu aos berlinenses que “olhassem para além dos perigos de hoje, para a esperança de amanhã”, pois “quando chegar o dia em que todos tiverem liberdade e a vossa cidade e o vosso país voltarem a estar unificados, quando a Europa estiver unida e pertencer a uma parte do mundo pacífica e digna das maiores esperanças”, então Berlim poderá estar orgulhosa de ter resistido. No final chegou à conclusão: “Todos os homens livres, independentemente do local onde viverem, são cidadãos de Berlim e, por isso, como sou um homem livre, sinto orgulho em pronunciar as palavras sou berlinense.” Depois de pronunciar estas palavras abandonou a tribuna do orador, acompanhado por uma ovação entusiástica.

Cinco meses depois da sua marcha triunfal em Berlim, John F. Kennedy visitou uma cidade totalmente diferente. Durante a campanha eleitoral para o seu segundo mandato como presidente americano, foi à aborrecida Dallas (Texas); “com os tontos”, como disse. Também ali passeou pelas ruas num automóvel conversível. No exato momento em que, perante a imensa multidão que os aclamava, a mulher do presidente da Câmara se virara para trás e se dirigia a Kennedy, que seguia sentado ao lado de Jackie, dizendo: “Não pode dizer que Dallas não o ama”, ouviu-se o primeiro disparo, ao qual se seguiram outros dois. Pouco tempo depois John F. Kennedy morria no hospital. Poucas horas depois, Jackie Kennedy, com o rosto marcado pela emoção, sentava-se no Air Force One ao lado do vice-presidente Lyndon B. Johnson, designado novo presidente dos Estados Unidos.

Atualmente John F. Kennedy não é considerado por muitos historiadores um dos presidentes dos Estados Unidos mais relevantes. Chegou àquele cargo com o lema da “New Frontier”, a nova fronteira, com o qual prometia uma solução definitiva para os problemas que afetavam a sociedade, a ciência, a economia, a paz. Mas este propósito tão ambicioso permaneceu como uma mera intenção. No sul dos Estados Unidos intensificaram-se os conflitos raciais, enquanto Kennedy, que contara com os votos de muitos negros, temporizava. Durante o seu governo aconteceu também o desastre de abril de 1961 na baía dos porcos. Kennedy herdara de Dwight D. Eisenhower, seu antecessor na Casa Branca, o plano da CIA para invadir Cuba com agentes do serviço de inteligência e exilados cubanos, com o fim de aniquilar

o regime comunista de Fidel Castro, e aprovara a sua execução. A operação fracassou: o exército cubano repeliu o ataque. Também herdou de Eisenhower as operações americanas no Vietnã. Durante o mandato de Kennedy, a intervenção dos Estados Unidos na zona intensificou-se mais ainda. No entanto, ao que parece, pouco antes da sua morte o presidente tencionava reduzir o nível da referida intervenção. Quanto a este assunto só podemos fazer conjecturas: será que num segundo mandato de Kennedy se teria produzido também uma intensificação do conflito que desembocasse na Guerra do Vietnã? Na crise de Cuba de 1962, quando a União Soviética começou a instalar mísseis nucleares na vizinha ilha dos Estados Unidos, Kennedy conseguiu, por meio de uma estratégia de bloqueio marítimo, ameaça e negociação, que o seu rival soviético, Nikita Krutchev, mudasse de atitude. Depois deste episódio, Kennedy tentou moderar a Guerra Fria entre os Estados Unidos, a União Soviética e os seus respectivos aliados.

Apesar de todas as críticas que o seu mandato suscitou, o mito de John F. Kennedy não perdeu até hoje todo o seu fascínio. Este mito foi alimentado pelo extraordinário carisma de um homem, pelo fascínio do mundo que personificava, pelas esperanças que despertou e pelo seu trágico fim.

44. EU TENHO UM SONHO

Martin Luther King (1929-1968)

Milhares de pessoas marchavam pacificamente para Washington. No dia 28 de agosto de 1963, um domingo ensolarado, uma multidão imensa reuniu-se à beira do Lincoln Memorial. O fato de a reunião ter lugar precisamente no monumento àquele presidente era algo muito significativo e adequado ao propósito daquele dia. Não fora em vão que, cem anos antes, com a Proclamação da Emancipação de 1892 e a vitória das tropas da União na Guerra da Secessão (1861-1865), Abraham Lincoln libertara milhões de pessoas da escravidão. Agora os descendentes desses antigos escravos reclamavam o que Lincoln havia declarado no seu célebre discurso de 19 de novembro de 1863 no campo de batalha de Gettysburg; isto é, que a nação norte-americana fora fundada com base na ideia da igualdade de todos os seres humanos. Em 1963 esta igualdade era ainda uma realidade muito longínqua para a maioria dos afro-americanos. A maior parte deles vivia na pobreza, e no sul do país sofria de uma impiedosa segregação racial. O fato de as escolas, as estações ferroviárias, os teatros e os cinemas ostentarem o cartaz de exclusão “Só para brancos” era apenas uma pequena parte do problema. O exercício de cargos públicos estava-lhes totalmente vedado.

Cem anos após o discurso de Lincoln, entre os 250 mil congregados em frente do seu monumento, não havia apenas pessoas de cor negra; mais de 60 mil brancos tinham aderido à marcha a Washington. Nos degraus do Lincoln Memorial as intervenções de oradores e cantores sucederam-se. No final dos inúmeros discursos, dos comunicados e dos cânticos à liberdade e à igualdade de todas as pessoas, e imediatamente após a cantora de blues Mahalia Jackson ter interpretado um espiritual negro, um homem de cor apresenta-se perante a multidão: Martin Luther King Jr., ministro da Igreja batista, nascido na Geórgia e líder do Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos. Esse instante transformou-se num dos momentos estelares da sua vida.

King era ainda um jovem pastor quando se deu a conhecer pela primeira vez, em 1955. Rosa Parks, ativista em prol dos direitos civis, fora encarcerada por ter se negado a acatar a lei segregacionista que obrigava as pessoas negras a cederem o seu lugar nos transportes públicos a pessoas brancas. Quando se veio a saber do que havia acontecido, cinquenta dirigentes afro-americanos, entre eles King, organizaram um boicote aos ônibus de Montgomery para protestar contra a segregação entre negros e brancos nos ônibus. O boicote durou 382 dias, até a lei local de segregação entre afro-americanos e brancos ser anulada. Este episódio que costuma ser apontado como o fator que desencadeou o movimento dos Direitos Civis foi inspirado no exemplo de Mahatma Gandhi, cuja filosofia e práticas de resistência não violenta haviam contribuído para que a Índia alcançasse a independência.

Por detrás do microfone, Martin Luther King olhou para a multidão que se encontrava à sua frente envolvida de ambos os lados pelo verde de largas filas de árvores. Ao longe o grande obelisco branco do Monumento a Washington elevava-se até o céu. No início do seu discurso, Luther King invocou Lincoln: “Há cem anos, um grande americano, sob cuja sombra simbólica nos encontramos hoje, assinava a Proclamação da Emancipação. No entanto, hoje ainda não existe essa igualdade. Por isso viemos aqui cobrar esse direito, esse cheque para a liberdade e igualdade de todos.” Martin Luther King falava num tom de voz que ora se elevava ora baixava numa melodia evocadora. O seu discurso foi uma obra-prima pela escolha das palavras e do ritmo e não só viria a tornar-se inesquecível para todos os que o ouviram nesse dia de verão na capital norte-americana, como, inclusive como texto lido, as palavras de Martin Luther King não perderam a sua capacidade de emocionar. O seu discurso terminou com uma série de frases que, pronunciadas num tom de voz variável, se iniciaram, todas elas, com as palavras “Eu tenho um sonho”. “Eu tenho um sonho, o sonho de que os meus quatro filhos pequenos viverão um dia numa nação onde não serão julgados pela cor da sua pele, mas pela qualidade do seu caráter... Hoje eu tenho um sonho!”

Luther King concluiu o seu discurso exortando todos os presentes a fazer com que “a liberdade ressoe” por todo o país. “Quando permitirmos que a liberdade ressoe, quando a deixarmos ressoar em cada vila e cada aldeia, em cada bairro, em cada estado e em cada cidade, seremos capazes de apressar o dia em que todos os filhos de Deus, negros e brancos, judeus e cristãos, protestantes e católicos, poderão dar-se as mãos e cantar as palavras do velho espiritual negro: ‘Enfim, livres! Enfim, livres! Louvado seja Deus Todo-poderoso, somos finalmente livres!’”

A marcha para Washington foi um êxito imponente, pacífico mas impressionante, um dos momentos áureos do movimento pelos Direitos Civis. O presidente estadunidense, John F. Kennedy, apesar de compartilhar dos objetivos do movimento, tentou impedir a marcha, alegando que aquela concentração massiva em frente do Capitólio podia levar os deputados que eram contra o movimento, e mesmo os indecisos, a votar contra a nova lei

dos direitos civis sem outra finalidade senão demonstrar que não se deixavam pressionar. Quando se deu conta de que não podia dissuadir os promotores da marcha, aprovou publicamente a iniciativa. No entanto, até o momento do seu assassinato, em novembro de 1963, não conseguiu que o Congresso ratificasse a lei de direitos civis. Em 1964, Lyndon B. Johnson, o sucessor de Kennedy, conseguiu, na sequência de uma intensa luta e de longos debates, que o Congresso aprovasse esta lei e de uma forma ainda mais ambiciosa que a proposta de Kennedy.

Depois do discurso de Martin Luther King, o presidente recebeu na Casa Branca os organizadores da marcha que queriam falar sobre a lei dos direitos civis, ainda à espera de aprovação. Quando cumprimentou Luther King, Kennedy sorriu para ele e disse-lhe: “Eu tenho um sonho”. O presidente estava impressionado com o discurso do pastor, mas voltou a adverti-los do perigo que representaria para a sua causa comum o fato de ele defender publicamente os objetivos do movimento pelos direitos civis.

A marcha não foi apenas rejeitada pelos brancos conservadores. Os dirigentes radicais do movimento negro reprovaram Luther King pelo fato de ele ter suavizado o conflito racial e de ter representado uma versão de classe média do verdadeiro Black Movement. Fazendo um jogo de palavras, Malcolm X chamou a manifestação de Farsa de Washington. Contudo, aquela manifestação teve maior influência na política e na opinião pública do que qualquer um dos outros acontecimentos anteriores levados a cabo pelo Movimento pelos Direitos Civis, e a marcha converteu-se num modelo para os ativistas de todos os outros movimentos de emancipação e libertação. Na década de 1960, estes movimentos, não só no Ocidente, tiveram uma influência cada vez maior no progresso das sociedades.

De toda a história da Humanidade, a da década de 1960 foi, talvez, aquela em que o ideal da liberdade se impôs com mais força no mundo inteiro, apesar dos aspectos sombrios da Guerra Fria e da guerra do Vietnã: foi a época do antibelicismo, das revoltas estudantis, do feminismo e do início do movimento ecologista. Em 1964, Martin Luther King recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Todos esses processos culminaram em 1968, ano que adquiriu posteriormente o caráter de um mito. Também no Bloco Oriental houve mudanças. A Primavera de Praga na Tchecoslováquia tentou introduzir um “Socialismo com um rosto humano”. Esse mesmo ano foi também o do começo do fim do sonho. No dia 3 de abril de 1968, Martin Luther King, que recebera contínuas ameaças de morte e já havia escapado de vários atentados, afirmou num discurso que, embora ainda quisesse viver muitos anos, como toda gente, essa questão não o preocupava em absoluto. Deus, declarou, havia-o levado ao cume da montanha e havia-lhe mostrado a Terra Prometida. No dia seguinte Martin Luther King foi assassinado.

James Earl Ray, um dos fugitivos mais procurados pelo FBI, declarou-se culpado do assassinato de Luther King e foi condenado a 99 anos de prisão. Ray, que posteriormente negou sua confissão, e que em 1977 fugiu, voltou a ser preso e morreu em 1997 na prisão, com 70 anos. Em finais de 1999 realizou-se um novo julgamento sobre este caso, no qual foram ouvidas

setenta testemunhas, e o júri declarou que Luther King não fora vítima de apenas um assassino, mas de uma conspiração.

45. É UM PEQUENO PASSO PARA O HOMEM, MAS UM GRANDE SALTO PARA A HUMANIDADE

Neil Armstrong (1930-2012)

No meio da grande expectativa geral que o primeiro voo à Lua provocou, não faltou o debate sobre as palavras que Neil Armstrong, comandante da missão Apollo 11, deveria dizer ao pisar o satélite da Terra. Armstrong, pouco conversador e reservado, seria o primeiro homem a pisar em solo extraterrestre. Numa entrevista para um canal de televisão, que concedeu pouco antes da missão, respondeu evasivamente a esta pergunta e disse que ainda não se tinha “ocupado deste tema com a atenção que merecia”.

Durante todo o voo da nave Apollo 11 com destino à Lua, não deixou de pensar no que havia de dizer. Finalmente decidiu-se pela frase: “É um pequeno passo para um homem, mas um grande salto para a humanidade”. Em 21 de julho de 1969, quando abandonou o módulo lunar e desceu até a superfície da Lua por uma pequena escada curta e estreita, houve uma confusão, como informou Christoph Drösser num artigo publicado no *Die Zeit*, e ele acabou por dizer: *one small step for man*, comendo o *a* antes de *man*. A historiografia passou por cima deste pormenor, entre outras coisas, porque toda a gente se apressou em difundir a frase na forma correta.

Um ano antes de Neil Armstrong ter obtido o lugar de astronauta (1962), o presidente John F. Kennedy anunciara perante o Congresso que nessa mesma década um norte-americano pisaria na Lua. “Não fazemos tudo isso por ser fácil, mas por ser difícil”, foi a sua justificativa para o projeto. Kennedy anunciou aquele objetivo para responder aos grandes êxitos obtidos pela astronáutica soviética. A disputa da Guerra Fria, que também se dava no terreno da comparação entre os sucessos de ambos os sistemas políticos, começara. No campo da cosmonáutica, a União Soviética ia à frente desde a década de 1950. O Ocidente sofreu a primeira emoção quando, em 1957, a União Soviética lançou no espaço o Sputnik 1, o primeiro satélite colocado em

órbita, tendo iniciado, com isso, a navegação espacial. A superior técnica de foguetes do inimigo demonstrou ao Ocidente a ameaça potencial que a sua aplicação à criação de mísseis nucleares poderia representar. Esta circunstância, somada à competição dos dois sistemas, fez com que, um ano depois do lançamento do Sputnik, se fundasse nos Estados Unidos a NASA, a Administração Nacional de Aeronáutica e do Espaço. Os americanos, porém, mantinham um grande atraso na corrida espacial. Quando, em 12 de abril de 1961, o astronauta soviético Iuri Gagarin realizou o primeiro voo espacial pilotado, e a astronáutica dos Estados Unidos parecia manter-se ainda a uma grande distância, Kennedy propôs fazer algo que parecia utópico. Muitos foram os que julgaram que o seu objetivo de voar até a Lua não passava de uma empresa condenada ao fracasso. Naquela época os foguetes só podiam transportar naves espaciais de quatro toneladas de peso máximo, e estas só podiam levar um tripulante. A declaração de intenções de Kennedy e os meios financeiros que foram aplicados nesta empresa fizeram com que o programa Apollo fosse posto em marcha.

Armstrong tivera formação como engenheiro espacial e participara na guerra da Coreia como piloto da Força Aérea. Quando terminou o serviço militar, trabalhou como piloto de testes e pilotou mais de duzentos aviões diferentes, incluindo aviões de reação, planadores, aviões-foguete e helicópteros. Quando obteve o seu lugar de astronauta, em 1962, mudou-se para El Lago (Texas), perto do Centro de Voos Espaciais de Houston, para começar a sua instrução. Em 1966 voou na sua primeira missão espacial como comandante da Gemini 8, com David Scott. Durante essa missão, Armstrong conseguiu acoplar a nave espacial com o Agena, um satélite de ensaio que já estava em órbita.

Ao ser eleito comandante da Apollo 11, a primeira missão pilotada à Lua, Armstrong teve o privilégio de se tornar a primeira pessoa que iria caminhar num mundo que não era a Terra. Em 16 de julho, o foguete Saturno V decolou do Centro Espacial Kennedy (cabo Canaveral, na Flórida), assim chamado em memória do iniciador do projeto. No dia 20 de julho, Armstrong e o seu companheiro Edwin Buzz Aldrin conseguiram aterrar com o módulo lunar Eagle no mar da tranquilidade, um deserto de pedra onde, ao contrário do nome, não havia uma gota de água. Durante a aproximação à superfície lunar, o computador de bordo falhou e Armstrong teve de pilotar manualmente o módulo durante a alunagem. O anúncio do sucesso da operação de alunagem também ficou célebre: “A água alunou.”

Seis horas depois Armstrong e Aldrin abriram a escotilha do módulo lunar e Armstrong desceu a pequena escada. Quinze minutos depois de terem aberto a escotilha iniciou-se a transmissão televisiva, que foi seguida por milhões de pessoas. Por fim, Armstrong pôs o pé na Lua, o pé esquerdo, e pronunciou as suas famosas palavras. A seguir descreveu o solo lunar: era poeirento e grudava nas solas dos sapatos como pó de carvão. Os pés só se enterravam poucos centímetros e deixavam pegadas bem visíveis. Uns vinte minutos depois, Aldrin seguiu-o. Os dois astronautas içaram a bandeira dos Estados Unidos e exploraram a superfície lunar durante duas horas e meia.

Por causa da escassa força da gravidade do satélite da Terra, os astronautas, com todo o equipamento que transportavam (fato, capacete, cilindro de oxigênio... com o qual na Terra teriam 180 quilos de peso), lá pesavam apenas 30 quilos e saltavam como cangurus. Armstrong e Aldrin realizaram algumas experiências simples, recolheram amostras minerais e voltaram a subir para o módulo, onde passaram a noite.

Quase 23 horas depois da alunagem, ligaram o mecanismo propulsor do módulo Eagle e regressaram à cápsula de comando e ao módulo de serviço que abastecia a nave. Uma vez realizado o acoplamento, Armstrong e Aldrin entraram na cápsula de comando, onde se encontrava Michael Collins, que durante todo esse tempo ficara dando voltas em torno da Lua, e lançaram o módulo lunar, e em seguida todos os astronautas rumaram à Terra. Travando a queda com para-quedas, amaram no Pacífico. Os três astronautas, equipados com fatos biológicos, subiram em um barco pneumático, de onde foram recolhidos por um helicóptero que os levou até o porta-aviões Hornet. Ali, através da janela da cabine de quarentena, pois não se sabia se trariam germens perigosos da sua missão, foram saudados pelo presidente americano Richard Nixon e por todas as cadeias de televisão do mundo ocidental.

A primeira missão pilotada de alunagem e os primeiros passos de um homem num planeta estranho foram, com efeito, um marco fundamental na evolução da aeronáutica espacial. Talvez só as gerações futuras venham a reconhecer a verdadeira dimensão deste sucesso, pois é possível que um dia, esperemos que nunca antes de uns milhares de anos, a Terra deixe de ser habitável. Se então o homem tiver encontrado novos espaços vitais, poderá dizer-se que no remoto ano de 1969 foi dado o primeiro passo decisivo nessa direção.

46. A VIDA CASTIGA QUEM CHEGA TARDE

Mikhail Gorbatchov (nascido em 1931)

A 5 de outubro de 1989, quando Mikhail Gorbatchov aterrou no aeroporto de Berlim para participar como convidado nos festejos do quadragésimo aniversário da RDA, já se haviam produzido as primeiras desavenças entre o secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e o seu homólogo da RDA, Erich Honecker. Desde que tomara posse do cargo, quatro anos antes, Gorbatchov tentava levar a cabo profundas reformas com o fim de salvar a URSS da ruína, enquanto na RDA, Honecker, perante um país que se encontrava numa situação econômica igualmente difícil, não se mostrava de modo algum disposto a afastar-se nem um pouco do caminho trilhado.

Enquanto Gorbatchov personificava o tipo do político totalmente novo na confederação de estados comunistas do Bloco de Leste, Honecker era o paradigma da geração de velhos dirigentes comunistas que haviam construído precisamente aqueles estados que agora se aproximavam do abismo.

Gorbatchov chegara ao poder em 1985 depois de, nos anos anteriores, Iuri Andropov e Konstantin Chernenko terem sido designados pelo Kremlin como secretários-gerais do PCUS. Andropov e Chernenko eram já homens de uma certa idade e que morreram pouco tempo depois de assumir o cargo de dirigentes máximos do país. Assim que chegou ao poder, Gorbatchov deuse conta de que a União Soviética se encontrava a um passo da ruína econômica. As razões para tal eram a rigidez do sistema econômico e o atraso nas reformas necessárias. Além disso, a permanente competição armamentista com o Ocidente supunha uma carga pesadíssima para a economia. O presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, havia dado um impulso tão grande para a construção de novas armas que, em determinado momento, o Bloco Oriental não conseguiu acompanhar o ritmo. Perante uma tal situação, parecia obrigatório tomar medidas drásticas. Gorbatchov, que

antes de assumir o cargo de secretário-geral já havia realizado algumas viagens ao Ocidente enquanto membro do Politburo, queria conservar o sistema comunista e, para isso, construiu a sua estratégia sobre dois pilares: a liberalização, abertura, e a reestruturação. Em fevereiro de 1986, no 27º congresso do PCUS, deu início a um processo de reformas. Em 1988 declarou o fim da chamada doutrina de Brejnev, segundo a qual os Estados-membro do pacto de Varsóvia tinham apenas uma soberania limitada. No futuro, cada Estado seria soberano para escolher o seu próprio caminho. Gorbatchov denominou esta doutrina, em honra da canção de Sinatra *My way*, “doutrina Sinatra”, e esperava que o Bloco Oriental encontrasse “caminhos distintos para o socialismo”. A designação “doutrina Sinatra” foi ideia de Genadi Gerassimov, conselheiro de Gorbatchov e porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que também terá tido um importante papel na formulação da frase mais célebre atribuída a Gorbatchov.

Enquanto as reformas de Gorbatchov fizeram com que, a partir de 1989, se produzisse uma mudança brusca em todos os países do leste Europeu e que umas quantas revoluções, quase sempre pacíficas, fossem dissolvendo gradualmente os velhos sistemas comunistas, o regime de Berlim Leste parecia impermeável aos sinais do tempo, e como que paralisado perante os sucessos que estavam ocorrendo em todo o mundo. Os meses de maio e de junho de 1989 constituíram o momento álgido e o ponto de inflexão neste processo. A Hungria começou a desmontar as suas instalações fronteiriças com a Áustria e os polacos elegeram Tadeusz Mazowiecki o primeiro presidente não comunista de um estado do Bloco Oriental.

Também na China a população exigia reformas no sistema comunista, mas neste caso o regime não deu mostras de debilidade. Em junho de 1989, no massacre da praça de Tian Na Men, em Pequim, o governo chinês ordenou que disparassem e que os tanques passassem por cima de milhares de manifestantes. Esta tragédia foi considerada por muitos cidadãos da Europa Oriental como a prova de que o sistema comunista não poderia reformar-se de forma pacífica. Cada vez era maior a adesão popular aos pedidos de abolição total do comunismo.

Quando, em outubro de 1989, a RDA se dispunha a festejar os seus quarenta anos de resistência, milhares de cidadãos da RDA já haviam fugido através das fronteiras da Hungria e da Tchecoslováquia, ou então ocupado as embaixadas alemãs nestes países, solicitando asilo na República Federal da Alemanha. Hans-Dietrich Genscher, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, conseguiu que as pessoas refugiadas nas embaixadas pudessem deslocar-se em comboios até a RFA. Quando estes atravessaram o território da RDA, inúmeras pessoas tentaram saltar para dentro deles em marcha e só a força policial conseguiu detê-las. Honecker e os seus camaradas deram-se conta de que o protesto era cada vez maior, mas para o exterior tentavam disfarçar esse fato, e fingiam estar tranquilos. Honecker fez a seguinte profecia, que combina um sentido de humor particular e uma grande lábia: “O socialismo, no seu percurso, não seria detido nem pelos asnos nem pelos bois.” Quando, em 10 e 11 de setembro de 1989 a Hungria abriu totalmente

as fronteiras, mais parecia que se haviam rompido todos os diques e advertiu-se do perigo de os cidadãos da RDA fugirem numa debandada massiva. Nesta conjuntura, Berlim foi visitada pelo chefe do governo do país que, até há poucos anos, com a sua forma autoritária, determinara o tom hermético e doutrinar no Bloco Oriental.

Na realidade, desde a sua entrada no governo, Gorbatchov foi, para todos os dirigentes dos países comunistas, o portador da má notícia de que as coisas não podiam continuar como até então. Sempre foi um papel ingrato, o do mensageiro das más notícias, sobretudo quando estas proclamam a necessidade de se realizarem mudanças de fundo. Quando Honecker recebeu Gorbatchov no aeroporto de Schönefeld, o clima entre ambos era gélido, e o cumprimento com o beijo da ordem só convenceu os tolos. O percurso até a cidade foi uma marcha triunfal para Gorbatchov e um desastre para Honecker. De todos os lados se ouviam os gritos “Gorbi, Gorbi!”

A visita do grande irmão depararia, ainda, com momentos mais difíceis para o obstinado Honecker. No dia 7 de outubro, começou no Palácio da República a festa do quadragésimo aniversário da RDA, e então o povo já não gritava “Gorbi, Gorbi!”, mas ouvia-se até mesmo “Gorbi, ajuda-nos!” e “Queremos sair!”. Mas em público, e apesar do clima glacial que se instalara entre ele e Honecker, Gorbatchov mostrou-se reservado. Não deixou escapar nenhum gesto simbólico, nenhuma declaração, nada a que pudessem agarrar-se. Foi então que, de repente, apareceu em todos os meios de comunicação a frase que viria a ficar célebre: “A vida castiga quem chega tarde.” Finalmente, o lema, a máxima que caracterizava Gorbatchov como reformador e impositivo. Era justamente o que se esperava dele nesta sua visita: que a aproveitasse para deixar claro que as reformas eram inevitáveis e para pôr termo à antiga obstinação com o velho sistema. Mas quando terá Gorbatchov dito estas palavras?

Quinze anos depois do sucedido, Ulla Plog, num magnífico artigo publicado no *Frankfurter Allgemeine Sonntagszeitung*, em 3 de outubro de 2004, investigou a fundo a estranha circunstância de nenhuma câmara nem nenhum gravador terem registado aquelas palavras históricas. Finalmente a pista foi encontrada. Por ocasião da oferta de algumas flores em frente da Neue Wache, na avenida Unter den Linden, a 6 de outubro, um dia antes da festa do Palácio da República, Gorbatchov aproximara-se dos jornalistas e falara com eles, algo absolutamente novo no trato de um chefe de governo soviético com os meios de comunicação. No filme ouvia-se uma frase de Gorbatchov que o intérprete traduziu como “Penso que o perigo só espregueita aqueles que não reagem perante a vida”.

Este corte da filmagem foi parar na secretaria da documentação censurada. Mais tarde, numa reportagem televisiva, o locutor inseriu a frase “A vida castiga quem chega tarde” no momento da chegada de Gorbatchov ao aeroporto de Schönefeld, com o que dava a entender que o reformador, para além de pisar o país petrificado, pronunciara a célebre frase (e que não havia feito nestes termos precisos e não na fórmula menos elegante de “O perigo só espregueita a quem não reage perante a vida”).

O caso é que então a frase, na sua variante mais famosa, já corria pelo mundo. Em breve pareceu como se Gorbatchov a tivesse recitado onde quer que fosse durante a sua estada em Berlim oriental; no entanto, não se encontrou nenhuma prova que demonstre que a tivesse dito uma única vez.

A solução deste enigma radica na ocorrência de um *spin doctor*. No âmbito das relações públicas e dos assessores políticos, *spin doctor* é um termo pejorativo com o qual se designa aquele que, perante a opinião pública, retrata uma situação ou uma declaração de forma muito tergiversada (*spin*, em inglês, significa “rodeio”) e em manifesto benefício próprio. Neste sentido, oficiou como *spin doctor* o já mencionado Gennadi Gerassimov. Poucas horas depois da intervenção de Gorbatchov frente ao Politburo, que decorreu num ambiente de frieza, Gerassimov deu uma conferência de imprensa. Foi então que, pela primeira vez, foi pronunciada a frase “A vida castiga quem chega tarde”, e saiu dos lábios de Gerassimov. Ulla Plog informa: “Penso que isto é o que querem saber de mim”, disse o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético segundo o *Chicago Tribune*, e proclamou a frase de Gorbatchov que caracteriza o seu encontro com Honecker. Esta frase não foi outra senão: *Those who are late will be punished by life itself*.

Mais tarde, Mikhail Gorbatchov respondeu da seguinte forma à pergunta sobre como havia surgido aquela frase que foi tão importante para a Alemanha: “Foi uma invenção de Gerassimov.”

Nos arranjos e transformações pelas quais a frase mais célebre de Gorbatchov passou na época dos meios de comunicação de massas, há uma lição que nos recomenda um certo ceticismo em relação às circunstâncias que acompanharam a “gestação” das frases de épocas passadas.

47. PAISAGENS FLORESCENTES

Helmut Kohl (nascido em 1930)

Após a queda do muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, os acontecimentos na República Democrática Alemã sucederam-se com grande rapidez. Centenas de milhares de cidadãos saíram às ruas para exigir um estado democrático. Os dirigentes do Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED, nas suas siglas em alemão) já não podiam contar com a ajuda da União Soviética desde que Mikhail Gorbatchov, o chefe do governo daquela potência, declarara que cada Estado deveria encontrar o seu próprio caminho. No Politburo, a cúpula dirigente da RDA viu-se em tais apuros, que acabou por destituir o seu presidente, o obstinado Erich Honecker e o substituir por Egon Krenz. Mas a queda do governo era inevitável. Nas ruas, as massas já não exigiam apenas democracia, mas também a unidade da Alemanha. Na manifestação de Leipzig de 20 de novembro de 1989, foi impossível deixar de ouvir o clamor popular. O lema das últimas semanas, “Nós somos o povo!”, sofreu uma ligeira mas importante modificação ao converter-se em “Nós somos um povo!”, insinuação que em breve se explicitou na frase: “Alemanha, pátria unida.”

O outro estado alemão, a República Federal da Alemanha, ficou tão surpreendido com os acontecimentos daqueles dias como o resto do mundo. O chanceler Helmut Kohl, que, depois de sete anos de governo, havia entrado em crise com um gabinete formado pela União Democrata Cristã (a CDU, o seu partido) e o Partido Liberal da Alemanha (FDP), também não foi exceção. No dia 1º de outubro de 1982, Kohl sucedeu a Helmut Schmidt no cargo de chanceler por meio de uma moção de censura na qual o FDP, que até então havia apoiado os social-democratas, mudou de aliança e apoiou os democratas-cristãos. Kohl propugnou “a mudança espiritual e moral”, mas o ímpeto reformista, ainda reconhecível no início do seu governo, em breve foi perdendo fôlego. A equipe de governo de Kohl mostrava sinais de desgaste.

Apesar de Kohl ser um mestre não só na arte de conseguir o poder, como também na de mantê-lo, em princípios de 1989, estava indeciso no que se referia aos seus projetos políticos. Os grandes problemas que enfrentava exigiam soluções de igual monta. Depois da Segunda Guerra Mundial, a República Federal Alemã havia-se erguido dos escombros graças a um trabalho ingente e à economia de mercado, mas já não era possível continuar a financiar o nível de vida que se havia alcançado. Nestas circunstâncias, como haveria de se orientar o futuro do país? Como pensaria Kohl reagir diante destas dificuldades? Ninguém sabia. Poderia ele oferecer alguma resposta ou, pelo contrário, estava esgotado?

Os sucessos da RDA fizeram com que o jovem Helmut Kohl do pós-guerra voltasse a despertar. Os velhos ideais de uma Alemanha unida numa Europa unida, visões que pareciam sonhos utópicos em vista da política real das últimas décadas, ainda constituíam objetivos muito ousados. Kohl, que no seu Palatinado natal se havia distinguido enquanto jovem ativista a favor da derrubada da fronteira entre a Alemanha e a França como um passo prévio para a unidade da Europa, nunca havia abandonado esse sonho que, embora durante muitos anos só parecesse possível como solução parcial para a Europa ocidental, se mostrava agora factível para toda a Europa. Num primeiro momento, Kohl não se precipitou: sondou o terreno, tratou de averiguar qual era a atitude dos seus aliados e dos Estados do Bloco Oriental, ponderou os riscos e os perigos. Ao que parece, Mikhail Gorbatchov não iria opor-se à solução da questão alemã. Logo, apenas três semanas depois da queda do muro de Berlim, Kohl tomou a iniciativa.

No dia 28 de novembro, apresentou no Bundestag um programa de dez pontos, cujo objetivo era a concretização da confederação de ambos os estados alemães. Com isso, Kohl converteu-se em ponta de lança de todas aquelas vozes que pediam a reunificação alemã. No entanto, a opinião pública e as forças políticas alemãs ainda não se haviam pronunciado inequivocamente a favor da reunificação. É certo que, na manifestação de segunda-feira, 11 de dezembro, haviam predominado as proclamações que pediam a unidade da Alemanha mas também se viam cartazes com mensagens como: “Não à liquidação da RDA”, ou “Não nos deixaremos RFA-lizar”. No entanto, durante as semanas que se seguiram, as vozes partidárias da subsistência política da RDA e contrárias à liquidação econômica foram rareando cada vez mais. Enquanto Oskar Lafontaine (o chefe dos sociais-democratas da RFA) chamava a atenção para os custos econômicos e para os riscos sociais de uma reunificação, e alertava para os perigos de um processo demasiadamente rápido, Willy Brandt, o presidente honorífico do seu partido, aderiu à posição de Kohl.

No dia 19 de dezembro de 1989, Kohl e Hans Modrow, o novo primeiro-ministro da RDA, reuniram-se em Dresden. Numa grande manifestação em frente às ruínas da Frauenkirche, Kohl foi saudado enfaticamente pela multidão. Embargado pela emoção, mas sem abandonar a prudência, declarou no seu discurso que o objetivo da sua política era a unidade alemã e acrescentou: “se a hora histórica o permitir.” A multidão ovacionou-o.

Kohl confiava que a RFA e o seu poderio econômico, coligados com a vontade de reconstrução dos cidadãos da RDA, propiciariam a rápida recuperação econômica da Alemanha Oriental. Em 25 de fevereiro de 1990, durante uma entrevista com o presidente norte-americano George Bush, mostrou-se convencido de que o território da RDA encontraria o caminho da prosperidade “dentro de um período de três a cinco anos”.

No período anterior às primeiras eleições livres ao parlamento da RDA, celebradas em março de 1990, as manifestações que se produziram no país foram adquirindo cada vez mais o caráter de comícios eleitorais. Helmut Kohl aproveitou todas estas ocasiões para, sem dissimulações, apoiar o partido irmão da CDU na RDA. No final, e para a surpresa de muitos, nas eleições ao parlamento da RDA, a CDU venceu o SPD. O gabinete, encabeçado por Lothar Maizière, o novo primeiro-ministro da RDA, impôs, como objetivo prioritário, a pronta reunificação. Em maio, a RFA e a RDA acordaram a união monetária, econômica e social. Em 18 de maio, por ocasião da assinatura deste tratado, Kohl declarou: “Aos meus compatriotas da RDA, asseguro: a introdução da economia social de mercado irá oferecer-lhes todas as oportunidades, e mais, a garantia de que o Mecklemburgo e a Antepomerânia e a Saxônia-Anhalt, e de que o Brandemburgo, a Saxônia e a Turingia em breve irão converter-se de novo em paisagens florescentes, paisagens economicamente florescentes nas quais valha a pena viver e trabalhar.”

Nos meses seguintes, Kohl repetiu em todas as suas aparições públicas a cantilena das “paisagens florescentes” na qual se misturavam uma fé verdadeira e a intenção de infundir o alento nos demais. No debate que se realizou no Bundestag, no dia 21 de junho de 1990, sobre esse tratado, declarou: “Só o tratado oferece a oportunidade de que Mecklemburgo-Antepomerânia, Saxônia-Anhalt, Turingia, Brandemburgo e Saxônia em breve se tornem de novo paisagens florescentes.” Em 1º de julho de 1990, quando entrou em vigor a união monetária, econômica e social, Kohl disse num discurso televisivo: “Posso dizer aos alemães da RDA o mesmo que disse ao primeiro ministro De Maizière: ninguém ficará pior do que antes e muitos ficarão melhor. Só a união monetária, econômica e social oferece a oportunidade e inclusive a garantia de uma melhoria rápida e profunda das condições de vida. Por meio de um esforço conjunto conseguiremos que Mecklemburgo-Antepomerânia e Saxônia-Anhalt, Brandemburgo, Saxônia e Turingia em breve se tornem de novo paisagens florescentes nas quais valha a pena viver e trabalhar.”

Kohl viria a ser recriminado por estas palavras: “Ninguém ficará pior do que antes e muitos ficarão melhor”; como pelas “paisagens florescentes”. As primeiras eram uma promessa que não se podia cumprir, já que toda a transformação traz consigo também perdedores; as segundas eram uma imagem cuja realização todos poderiam comprovar no futuro.

A reunificação da Alemanha realizou-se em 3 de outubro de 1990. A 2 de dezembro, Kohl ganhou as primeiras eleições livres de toda a Alemanha desde 1932. No entanto, tornava-se agora evidente a verdadeira realidade

econômica. A ruína da RDA era ainda maior do que alguma vez mesmo o mais pessimista poderia ter imaginado. As estradas e as vias ferroviárias eram deficientes e estavam podres, a construção de quase três quartos do total dos edifícios datava dos primeiros anos da RDA, a produtividade era apenas um terço da do Ocidente, não se dispunha nem de capital nem de unidades industriais importantes. A indústria e todos os patrimônios, os imóveis e os terrenos teriam de ser rapidamente privatizados. Cometeram-se alguns erros, alguns deles consideráveis. Mesmo assim, a sobreposição das estruturas estatais da RFA sobre a antiga RDA fez-se muito depressa. Durante os 13 primeiros anos foi emprestada à RDA a enorme soma de mais de 1.250 milhões de euros.

O conceito de paisagens florescentes é muito versátil. Os defensores de Kohl foram enviados para inúmeras regiões e cidades que, em pouco tempo, experimentaram um significativo crescimento, como Dresden, Leipzig, Erfurt ou Jena. No entanto, no ano 2000, as condições de vida no território da antiga RDA estavam ainda muito longe de alcançar o nível dos antigos estados federais. A taxa de desemprego era altíssima. Mas o rendimento *per capita* dos novos estados federais, se comparado com o dos antigos estados socialistas, era, sem sombra de dúvida, elevado. Trata-se, porém, de um triste consolo, pois, como é lógico, enquanto cidadãos da RFA, os cidadãos da antiga RDA comparavam-se com os seus compatriotas do Ocidente e não com os estônios, os poloneses, os húngaros ou os russos.

“Não há nada mais poderoso no mundo do que a força de uma ideia cujo tempo chegou.” Esta frase célebre de Victor Hugo aplica-se ao espírito daqueles dias. Os alemães queriam a reunificação. Certamente não foi uma época de euforia, mas de brio: não foi o momento dos pessimistas e dos tíbios. Por outro lado, se a esperança da união monetária e de condições econômicas e sociais equiparáveis não se realizasse em breve, havia o perigo de milhões de cidadãos da RDA emigrarem para a RFA. Foi precisamente Helmut Kohl, que frequentemente fora acusado de indecisão e de falta de imaginação, que compreendeu o poder da ideia da reunificação. Na história, conjecturas do tipo “o que teria acontecido se” não passam de um jogo ocioso. Se o chanceler tivesse sido outra pessoa, teria atuado do mesmo modo? Muitos acham que sim. Pois bem, se considerarmos a atitude reservada e pouco construtiva que o candidato a chanceler Oskar Lafontaine manteve durante a campanha de 1990 para o Bundestag, damo-nos conta de que as coisas poderiam ter sido diferentes. Quais teriam sido as consequências de uma confederação débil, inclusive para a segurança da Europa? A possibilidade da reunificação só existiu durante um breve período de tempo? Como se teria comportado a União Soviética depois do golpe de Estado falhado de agosto de 1991, que poucas semanas depois levou à demissão de Gorbatchov? E um hipotético chanceler diferente teria negociado com tanta energia e firmeza com as potências vencedoras na Segunda Guerra Mundial? Embora dispondo de uma soberania *de fato*, a RFA ainda se encontrava legalmente sob a jurisdição do controle aliado, que reservava certos direitos aos Estados Unidos, à Grã-Bretanha e à França.

Entre estas competências estava o direito de realizar, mesmo sem o consentimento da RFA, certas ações militares em Berlim Oeste. O tratado de dois mais quatro de 12 de setembro de 1990 concedeu a plena soberania à Alemanha reunificada.

Kohl estava ali e não deixou escapar a oportunidade. O seu mérito extraordinário consistiu na sua capacidade para se ocupar dos complexos, e por vezes contraditórios, interesses dos aliados e de muitos governos europeus, de tal forma que, com a sua diplomacia pessoal, com o estímulo da ideia da unificação europeia e com a força, quando a considerou necessária, conseguiu cumprir o seu objetivo: isto é, a unidade das duas Alemanhas.

A expressão “paisagens florescentes” não terá sido pouco feliz? Suponhamos que Kohl acreditava que poderia cumprir a sua promessa. Nesse caso, era sem dúvida muito ingênuo pensar que três a cinco anos, como disse a Bush, bastariam para sanear um país arruinado. No entanto, devemos conceder-lhe o benefício de que na época ninguém conhecia o verdadeiro grau da ruína da RDA. Quer tenha ou não mentido ou dito de forma mais suave, embora tenha recorrido às paisagens florescentes por motivos táticos, este conceito revelou-se, de qualquer modo, de grande utilidade. Serviu para evitar a emigração massiva dos cidadãos da ex-RDA para a Alemanha ocidental, coisa que seguramente teria tido consequências desastrosas. No pior dos casos, se teriam produzido distúrbios políticos que talvez tivessem requerido a intervenção dos aliados, e que teriam provocado o fracasso da reunificação alemã. A profecia das paisagens florescentes, portanto, foi simultaneamente uma promessa e um meio tranquilizador e de alento. Outro efeito secundário deste lema, nada desagradável, por certo, para Kohl, foi que o chanceler pôde apresentar-se perante a opinião pública como o portador da boa-nova. Esta aura fez com que ele parecesse mais interessante aos olhos dos alemães nas eleições de 1990, para a chancelaria, do que o seu rival, o cinzento Oskar Lafontaine.

Como qualquer pessoa imersa numa situação dominada pelas mudanças políticas repentinas e espetaculares, o chanceler Kohl não podia prever as consequências das suas decisões. Naqueles dias históricos, passou de um chanceler alemão fraco para se converter no chanceler da unidade, o que, de repente, o colocou ao nível de Konrad Adenauer e Willy Brandt. Por outro lado, ele pode ser recriminado por não ter cumprido a sua promessa das paisagens florescentes. Infelizmente, após a furiosa atividade que desenvolveu para conseguir a reunificação, voltou a cair na mediocridade, que até então o havia caracterizado. É certo que a tarefa da reunificação dos dois Estados alemães foi imensa, mas a concentração de todos os esforços na reconstrução do Leste acarretou a postergação das reformas necessárias na RFA e, finalmente, levou à crise da Alemanha reunificada. Quando, em 1998, não foi reeleito, legou ao seu sucessor, o social-democrata Gerhard Schröder, todos os problemas derivados do adiamento das reformas sociais e econômicas urgentes havia anos, problemas que também teriam sido produzidos sem a reunificação.

Uma vez findo o seu tempo como chanceler, Kohl, que possuía

doutorado em história, preocupou-se com a imagem que deixou para a posteridade. Esta ficou manchada por um escândalo relacionado com uma fonte de financiamento para o seu partido, que Kohl se negou a revelar. Nas homenagens de que é objeto e nos atos em que intervém, prefere falar da época em que construiu a unidade alemã.

48. COMEÇOU A MÃE DE TODAS AS BATALHAS

Saddam Hussein (1937-2006)

“Sabíamos que era um cabrão, mas era o nosso cabrão”; as palavras com que Jeffrey Kemp, assessor em matéria de segurança do presidente norte-americano Ronald Reagan, se referiu ao ditador iraquiano Saddam Hussein, são a melhor expressão do pragmatismo da política externa americana, que não só frequentemente distorce a moral, como a quebra, diretamente. Quando, no verão de 1990, o exército iraquiano invadiu o Kuwait e Hussein declarou que o pequeno estado petrolífero vizinho se havia convertido numa província do Iraque, o governo norte-americano deu-se conta de que o refrão que diz que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo” nem sempre é o melhor guia de conduta.

Em 1957, Saddam Hussein havia ingressado no Partido do Renascimento Árabe Socialista (Baas), de ideologia laica, nacionalista e revolucionária. Era a época em que as universidades iraquianas viviam um clima de profunda rejeição do colonialismo britânico e da intervenção política norte-americana. Saddam ascendeu dentro do partido e participou de algumas tentativas de sublevação e atentados políticos. Quando finalmente o partido chegou ao poder, em 1968, na sequência de um golpe de Estado, Saddam foi nomeado ministro da Segurança. Depois dirigiu a stalinização da indústria petrolífera e, em 1979, o chefe do Estado Ahmed Hassan Al-Bakr, já doente, designou-o como seu sucessor. Com o beneplácito dos Estados Unidos, em 1980 Saddam atacou o estado vizinho do Irã, ao longo de uma frente de várias centenas de quilômetros e, com isso, desencadeou a Primeira Guerra do Golfo. O ataque contra o Irã convenceu muitos Estados, sobretudo aos Estados Unidos. Um ano antes, em janeiro de 1979, com a revolução islâmica e a queda do xá Reza Pahlevi, os americanos não só haviam perdido um aliado importante, como tinham agora, no seu lugar, um novo inimigo. O aiatolá Komeini, dirigente supremo do Irã, proclamou um estado teocrático islâmico e declarou que os

Estados Unidos e Israel eram os seus maiores inimigos. Em 4 de novembro de 1979, um grupo de partidários da revolução, formado na sua maioria por estudantes, atacou a embaixada norte-americana em Teerã, tomou como reféns 66 cidadãos americanos e reteve-os durante quase 14 meses até 20 de janeiro de 1981. Em abril de 1980, o plano do presidente norte-americano Jimmy Carter de libertar os reféns com um comando militar secreto terminou em desastre. As imagens dos aviões americanos derrubados no deserto iraniano deram a volta ao mundo, e no outono Carter perdeu as eleições ao seu segundo mandato para Ronald Reagan.

Ao mesmo tempo, os dirigentes árabes da região sentiam-se ameaçados pelo fundamentalismo do Irã. Iria a onda da revolução islâmica arrastar também os seus regimes? O perigo parecia especialmente grande no Iraque, pois a corrente xiita, a tendência religiosa dominante no Irã, contava também com muitos partidários entre a população iraquiana. Além disso, o Ocidente temia pelo seu fornecimento de petróleo. Como se tudo isso não bastasse, em 1978 a região se tornou o foco da Guerra Fria quando as tropas soviéticas invadiram o Afeganistão e demonstraram, assim, as suas pretensões de poder nesta zona do mundo.

Nesta conjuntura, a figura de Saddam Hussein era bem-vinda no Ocidente. Na década de 1970, Hussein já havia conseguido muito armamento graças à ajuda da União Soviética, e agora o Ocidente entregara-lhe dinheiro e mais armas. A ajuda financeira provinha sobretudo dos Estados árabes, em primeiro lugar da Arábia Saudita e do Kuwait; e o armamento militar, dos Estados Unidos e da Europa. Além disso, os americanos facilitaram-lhes imagens de satélite dos movimentos das tropas iranianas e apontaram os que entendiam ser os melhores objetivos no Irã para os ataques aéreos iraquianos. A França apoiou Saddam até mesmo com a construção de um reator nuclear. Isto pareceu excessivo aos olhos dos israelitas, que, temendo pela subsistência do seu Estado, destruíram, em 1981, a instalação em construção com um ataque aéreo massivo. As plantas químicas fabricadas com ajuda alemã permaneceram de pé, e Saddam utilizou-as para produzir, graças à administração de produtos intermédios por parte dos Estados Unidos, o gás tóxico que mais tarde iria empregar de forma massiva contra as tropas iranianas. Contudo, Saddam não conseguiu ganhar a guerra contra o Irã. A chamada Primeira Guerra do Golfo terminou com o armistício, que foi assinado em agosto de 1988.

Durante todo este tempo, os Estados Unidos também tinham fornecido armas ao arqui-inimigo Irã como contrapartida da libertação dos reféns americanos retidos na embaixada. Com os lucros produzidos por esta venda de armas, o governo norte-americano apoiou os contrarrevolucionários que na Nicarágua haviam se levantado contra um regime sandinista, que caíra em desgraça aos olhos dos Estados Unidos.

Depois do armistício com o Irã, em princípios de 1988, Saddam Hussein declarou-se vencedor da guerra; no entanto, o seu país estava em ruínas. A oposição dava sinais de vida. No norte do Iraque, os curdos fizeram uma rebelião e, em março de 1988, Saddam empregou também contra eles o gás

tóxico. A revolta foi sufocada. Os Estados árabes, que até então haviam apoiado Saddam, negaram-se, agora, a perdoar as imensas dívidas que havia contraído. O Iraque estava definitivamente na bancarrota. Perante tal situação, Saddam optou por provocar outro conflito: as suas tropas atacaram o Kuait.

Nesta ocasião, no entanto, não calculou bem a reação mundial. As nações industriais, sobretudo os Estados Unidos, viram o seu acesso aos recursos petrolíferos da região ameaçado. Nas Nações Unidas todos estiveram excepcionalmente de acordo: fez-se um ultimato a Saddam Hussein para que retirasse as tropas do Kuait. Nada aconteceu. As tropas que haviam se deslocado para a região do Golfo, sobretudo as norte-americanas, britânicas e francesas, com alguns Estados árabes aliados, passaram à ação no final do último ultimato, em 17 de janeiro de 1991. O presidente norte-americano George Bush declarou: “A libertação do Kuait começou.” Na rádio iraquiana, Saddam Hussein tomou a palavra; não há certeza se a sua intervenção foi transmitida ao vivo ou se foi gravada. Com a linguagem metafórica típica do idioma árabe, exclamou: “Valentes soldados iraquianos, combatei-os! Lutai! Começou a mãe de todas as batalhas!”

Nesse momento ninguém podia estar seguro se a violência da guerra ia crescer. Voltaria Saddam Hussein a utilizar o gás tóxico ou recorreria, inclusive, às armas nucleares? Os mísseis iraquianos em breve caíram em Israel. Distribuíram máscaras de gás entre a população, mas os mísseis não transportavam gás tóxico. De qualquer forma, não se sabia se o exército iraquiano utilizaria gás tóxico na guerra terrestre contra os soldados aliados.

O lema “a mãe de todas as batalhas” ficou gravado na memória coletiva do mundo e passou a fazer parte do patrimônio linguístico do Ocidente. A metáfora de Saddam foi utilizada em todos os contextos possíveis, sempre que alguém queria referir-se a algo “original”, ao “primeiro” ou ao “paradigma” de alguma coisa: a “mãe de todos os *talkshows*”, a “mãe de todos os *boygroups*”.

Em 24 de fevereiro, depois de semanas de ataques aéreos massivos, começou a guerra terrestre. Em poucos dias, o exército iraquiano, já muito debilitado no começo da ofensiva terrestre, foi vencido. O presidente Bush ordenou o cessar-fogo antes de as tropas aliadas terem invadido Bagdá. No norte do Iraque, os curdos, cuja luta de libertação os americanos haviam prometido apoiar, rebelaram-se. Mas os americanos abandonaram-nos ao perigo e a revolta foi brutalmente sufocada pelo exército iraquiano. Os norte-americanos retornam para casa e Saddam continuou no poder.

Poderia ter sido evitada a “mãe de todas as batalhas” apesar de, segundo algumas estimativas, 250 mil pessoas terem sido assassinadas? Se considerarmos a magnitude da violência e da destruição nada pequenas, por outro lado, a resposta é afirmativa. Na história universal houve guerras muito piores.

Mais de 12 anos se passariam antes que, em 2003, o presidente norte-americano George W. Bush, filho do primeiro, vencesse definitivamente Saddam Hussein na Terceira Guerra do Golfo. Saddam desapareceu, e os

soldados americanos levaram meses para encontrar o seu esconderijo e prendê-lo. Os motivos para se iniciar a Terceira Guerra do Golfo foram falsos. O governo de Bush acusou Saddam de possuir armas de destruição massiva, mas elas não foram encontradas. Por outro lado, perante a opinião pública norte-americana havia-se tentado apresentar Saddam Hussein como o patrocinador máximo, ou mesmo o autor intelectual dos atentados de 11 de setembro de 2001. Embora este vínculo não se possa provar, muitos cidadãos americanos acreditaram que era verdade.

Com a queda de Saddam Hussein, os Estados Unidos converteram-se numa potência de ocupação. Agora, porém, ficou demonstrado que não tinham qualquer plano consistente para transformar o Iraque, um Estado no qual convivem muitas nações, numa democracia, e que também não compreendiam a mentalidade da população. Embora a tirania de Saddam fosse uma ditadura inaceitável e constituísse um perigo latente para a região do Golfo, o país mergulhou agora na anarquia e virou o mais importante campo de ensaios do terrorismo do mundo inteiro. A terrível guerra civil em que o país se atolou em princípios de 2006 fez com que muitos observadores temessem que o Iraque viesse a se transformar, para os Estados Unidos, num segundo Vietnã.

49. NÃO TIVE RELAÇÕES SEXUAIS COM ESSA MULHER... SENHORITA LEWINSKY

Bill Clinton (nascido em 1946)

O que teria acontecido entre os dois? A pergunta sobre se Bill Clinton tinha realmente mantido relações sexuais com Mônica Lewinsky, uma estagiária da Casa Branca, e qual dos dois havia mentido, manteve em suspenso, em princípios de 1998, não só a opinião pública norte-americana, como a de todo o mundo.

O caso Lewinsky foi, na realidade, o ponto culminante de outro escândalo que já havia envolvido o 42º presidente norte-americano na sua primeira legislatura: o caso Whitewater, no qual Clinton fora acusado da obtenção de benefícios ilegais de negócios imobiliários na época em que fora governador do Arkansas e no qual também Hillary, sua mulher, havia sido acusada.

Em 1994, a presidência de Clinton entrou no seu segundo ano, e as diligências do caso Whitewater foram transferidas para o juiz Kenneth Starr, supostamente independente, que se dedicou à sua tarefa com minúcia e tenacidade extremas. Em 1996, conseguiu que Hillary Clinton se convertesse na primeira *first lady* a ter de fazer uma declaração sob juramento. No entanto, a investigação judicial foi encerrada antes de se chegar ao fim do assunto.

Pensa-se que, no dia 12 de janeiro de 1998, uma matéria que acusava Clinton teria caído nas mãos do juiz Kenneth Starr. Linda Tripp, uma antiga colaboradora da Casa Branca, havia-lhe entregado as gravações de algumas conversas com Mônica Lewinsky, uma antiga estagiária da Casa Branca. O mais curioso é que Tripp havia contactado Starr antes de registrar as gravações. Foi assim que o escândalo Lewinsky começou a circular. No dia 16 de janeiro de 1998, agentes do FBI que colaboravam com Starr confrontaram Mônica Lewinsky com as fitas gravadas, propondo-lhe a

impunidade no caso de colaborar com o juiz, tendo, por último, chegado a um acordo com ela. Um dia depois, no processo aberto em 1994 por acusação por parte de Paula Jones, ex-funcionária de Arkansas, contra Clinton, que havia acusado de assédio sexual, o presidente declarou sob juramento que não havia mantido relações sexuais com Mônica Lewinsky.

Clinton teria cometido perjúrio? Teria obstruído a justiça ao ter induzido Mônica Lewinsky a negar ter mantido relações sexuais com ele? O caso é que ela também o havia negado quando foi chamada a depor no caso Paula Jones. Starr não duvidou em revelar a verdade.

O comparecimento de Bill Clinton na Casa Branca, em 26 de janeiro de 1998, ficou gravado na memória coletiva. Naquele dia, o presidente tinha de falar basicamente de questões relacionadas com a educação. Bill Clinton apareceu com a sua mulher Hillary, que ficou a uns metros de distância enquanto ele falava sobre o tema do dia por detrás do atril que sustentava o emblema do seu cargo. As pessoas ouviam-no falar sobre educação, mas nas suas mentes nada mais existia senão o assunto que desde havia uns dias enchia os noticiários do mundo inteiro. A conferência parecia ter terminado quando, de repente, com uma voz trêmula e o olhar fixo nas câmeras e, deste modo, nos espectadores, Clinton disse: “Não tive relações sexuais com aquela mulher” e, depois de uma breve pausa, acrescentou: “Senhorita Lewinsky”. E, por último frisou: “Nunca pedi a ninguém que mentisse, nem uma só vez, nunca. Estas afirmações são falsas e agora tenho de regressar ao trabalho para o povo americano.” Logo em seguida abandonou a sala entre aplausos, sem responder a nenhuma das perguntas que lhe faziam.

Esta frase merece destaque por diversos motivos: em primeiro lugar, era a primeira vez que um presidente norte-americano falava publicamente, certo que sob a pressão dos acontecimentos, sobre a sua vida privada. Este fato já não era, em si, habitual... Mas como falou Clinton? Suas palavras surpreenderam pelo inesperado do momento, mas também resultaram chamativas as palavras que escolheu e a pausa que fez antes de terminar a frase com Senhorita Lewinsky.

As palavras, a expressão facial e os gestos de Clinton ficaram gravados na memória dos espectadores. Clinton, um espírito da comunicação pública, fala tomando a iniciativa, tendo se expressado decidida e concisamente. Mas o homem mais poderoso do mundo, que até então mostrara sempre um grande aprumo, deu mostras de certa ruptura interior e de abandono. Em qualquer dos casos, esta frase de Clinton constitui o ponto álgido e o mais carregado emocionalmente de todo o caso: nesse momento não se viu o presidente, mas o homem Clinton no meio de todas as suas atribulações.

As palavras que escolheu e a forma como as disse foram profusamente citadas e parodiadas no tempo que se seguiu. Por quê? Pelo caráter humano e penoso, misturado também com uma certa compaixão, a cena impressionou muito as pessoas. As complicadas dificuldades do *affaire* empalideceram face ao momento emocional do adúltero que foi apanhado e tenta justificar-se, e que é, nada mais, nada menos, do que o presidente dos Estados Unidos. Ao vermos Clinton pronunciar aquelas palavras pela televisão, muitos terão

pensado certamente que estavam perante um exemplo paradigmático do marido encurralado que tenta negar a evidência.

Além disso, estas palavras prestavam-se a várias interpretações. Apesar de se encontrar numa situação delicada e comprometedora para a sua imagem, Clinton tentou manter a distância exigida de um alto mandatário: em lugar da simples palavra sexo, optou pela expressão mais neutra, relações sexuais, e não disse “esta mulher” mas “aquela mulher”. E logo veio a famosa pausa, como se com aquele vazio, quisesse sublinhar que não tinha nada a ver com... “aquela mulher”.

Podem fazer-se todas as conjecturas sobre o que fora preparado e o que foi espontâneo. Aquele aparecimento público deu lugar a uma mistura de sentimentos e a muitas perguntas: teria mentido? Teria cometido perjúrio? E se estivesse mentido, seria lícito mentir num caso destes? O presidente dos Estados Unidos pode ser inquirido sobre a sua vida amorosa? Também se pôs a seguinte questão: a que se referiria Bill Clinton ao falar de relações sexuais? Alguns defenderam que, para Clinton, uma relação sexual acontecia quando se ia para a cama com alguém, quando alguém acordava pela manhã com outra pessoa, e como os momentos passados com Mônica Lewinsky não se encaixavam nesta descrição, talvez não se devesse falar de relações sexuais. Uma meia mentira, portanto?

Oficialmente, o juiz Starr e os adversários políticos de Clinton estavam apenas interessados na questão do perjúrio e repetiam teimosamente que um presidente não deve mentir. Porém, para os adversários de Clinton, isto fora ouro sobre azul, porque a reprovação da mentira associada ao melindroso assunto das práticas sexuais do presidente permitia-lhes pôr em dúvida o caráter de Clinton diante da pacata opinião pública norte-americana. Assim, a questão das práticas sexuais que Clinton e Lewinsky haviam mantido passou cada vez mais para o primeiro plano. Os adversários políticos de Clinton não tardaram em exclamar que um presidente tão perverso era intolerável.

Nos meses que se seguiram, Mônica Lewinsky teve de comparecer por várias vezes perante o tribunal. Em 6 de agosto declarou que havia mantido relações sexuais com Bill Clinton durante mais de 18 meses, mas também disse que Clinton não a havia induzido a cometer perjúrio. Passados 11 dias Clinton fez uma declaração na Casa Branca perante um Grande Júri e perante o juiz Starr, retirou as suas anteriores declarações e admitiu ter mantido uma relação imprópria com Lewinsky. Na sequência disto, numa mensagem televisiva, desculpou-se perante o povo americano por não ter dito a verdade no primeiro momento.

No dia 9 de setembro, Starr enviou a sua informação ao Congresso sobre o caso Lewinsky. Dois dias depois, a Câmara de Representantes, apoiando-se na maioria dos Republicanos, decidiu tornar pública, através da internet, a informação de Starr, na qual Clinton era acusado de perjúrio, obstrução à justiça, tentativa de influenciar as testemunhas e abuso do cargo, e exigia iniciar um processo de *impeachment*. Por fim, a comissão jurídica da Câmara de Representantes, também com maioria republicana, tornou público o vídeo com o testemunho de Clinton perante o Grande Júri. Em 8 de outubro

a Câmara de Representantes votou a favor da abertura de uma investigação na comissão jurídica sobre um possível processo de impugnação contra Clinton. Em novembro, Clinton chegou a um acordo com Paula Jones pelo qual pagou uma soma de 850 mil dólares, embora não tenha reconhecido tê-la assediado sexualmente no tempo em que exercia o cargo de governador. Nos dias 11 e 12 de dezembro, os republicanos da comissão jurídica votaram a favor do *impeachment* contra Clinton pelo caso Lewinsky. Em 18 de dezembro, teve início, na Câmara de Representantes, o debate sobre o processo de impugnação; um dia depois a Câmara confirmou, por maioria absoluta, dois dos quatro pontos da acusação contra Clinton (perjúrio perante o Júri e obstrução à justiça) e encarregou o Senado de abrir um processo de impugnação contra o presidente. Em 7 de janeiro de 1999 teve início o *impeachment* contra Clinton perante o Senado, o qual, em 12 de fevereiro, votou contra. Os votos a favor ficaram muito longe dos dois terços do total de votos exigidos para se executar a impugnação, de modo que Clinton pôde terminar a sua segunda legislatura.

Em janeiro de 2001, no último dia do seu mandato, Clinton chegou a um acordo com o advogado independente Robert Ray, o que lhe permitiu evitar processos judiciais pelo caso Lewinsky em troca do pagamento de uma multa de 25 mil dólares e do não exercício como advogado em Arkansas durante cinco anos. Em março de 2002 as diligências contra Bill Clinton e Hillary Clinton no caso Whitewater foram suspensas por falta de provas. As investigações, intensificadas devido ao escândalo Lewinsky, haviam devorado cerca de 70 milhões de dólares e haviam provocado a condenação de 12 acusados, entre os quais se encontravam o sucessor de Clinton como governador do Arkansas, Guy Tucker, e alguns antigos sócios dos Clinton.

O seguimento do caso Lewinsky demonstrou que a opinião pública já estava farta daquela operação de rastreio da vida privada do presidente. A constante revelação de detalhes escabrosos, como o fato de o juiz Starr mandar examinar um vestido de Mônica em busca de restos de esperma de Clinton, fez com que a opinião pública, que sabia distinguir entre a obra do presidente Clinton e as suas virtudes e defeitos como ser humano, começara a dar-se conta da utilização política que se estava fazendo de um erro privado. As pessoas queriam que se voltasse à política. Nos inquéritos de opinião, de uma enorme importância nos Estados Unidos, a gestão de Clinton continuava a obter a aprovação da maioria. Os adversários de Clinton e os meios de comunicação que, de forma declarada ou encoberta se haviam aliado a eles, não conseguiram levar a cabo aquilo a que se propunham: que Clinton fosse obrigado a demitir-se.

Mônica Lewinsky tornou-se um fenômeno mundial, o que lhe permitiu ganhar muito dinheiro. Em 1999 foi publicado o livro *Monica's Story*⁴, no qual explicou a sua visão pessoal dos acontecimentos ao escritor britânico Andrew Morton, o famoso biógrafo de Lady Diana. Mais tarde criou e vendeu a sua própria marca de carteiras e começou os estudos de psicologia social na London School of Economics.

Durante todo este escândalo, Hillary Clinton manteve-se ao lado do marido, o que fez com que a sua popularidade aumentasse consideravelmente. Sua fidelidade foi fundamental para que seu marido pudesse conservar a presidência. Depois de Clinton ter abandonado o cargo de presidente, em 2001, Hillary apresentou-se como candidata ao Senado pelo Estado de Nova York e foi eleita. Em 2003 publicou as suas memórias, em que dizia que quando, naquele dia 26 de janeiro, o marido fez a famosa declaração, ainda acreditava firmemente nele. Só mais tarde Bill lhe confessou que havia mentido. No entanto, não se separaram. Em 2004 foi a vez de Bill Clinton publicar as suas memórias. Em todas as entrevistas que concedeu por ocasião da publicação do livro o questionaram sobre o *affaire* Lewinsky, um escândalo que seguramente ensombrará para sempre a sua presidência. No livro voltou a referir-se à sua relação com Mônica Lewinsky como uma relação imprópria. Numa entrevista concedida ao programa 60 Minutos, disse que tinha cometido adultério pelo pior motivo imaginável: “porque tive a oportunidade.” Mônica Lewinsky respondeu-lhe, numa entrevista televisiva para o canal britânico ITV, na qual disse estar indignada pela forma como Clinton falara do assunto e que esperava que pelo menos agora desmentisse algumas coisas que ele e a sua equipe tinham feito circular sobre ela, tendo como única finalidade conservar a presidência: “Eu era uma menina”, disse, e acrescentou que nos últimos anos havia trabalhado com afinco para seguir em frente e construir uma nova vida, mas confessou que durante o escândalo, que terá para sempre o seu nome, Clinton a destroçou.

O escândalo Lewinsky constituiu um dos pontos álgidos do confronto entre duas Américas que, em princípios do século XXI, se digladiam de forma irreconciliável. De um lado, a América liberal e tolerante que os Clinton representam, e, por outro, a América conservadora e cada vez mais guiada por valores fundamentalistas cristãos. O representante desta segunda América é George W. Bush, o sucessor de Clinton como presidente dos Estados Unidos.

4 Depois da edição original deste livro, Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos, a 5 de novembro de 2008, com Hillary Clinton como secretária de Estado, desde 21 de janeiro de 2009. (N. da E.)

50. O EIXO DO MAL

George W. Bush (nascido em 1946)

Quando, em 2001, o republicano George Walker Bush, filho do ex-presidente norte-americano George Bush, sucedeu a Bill Clinton como presidente dos Estados Unidos, apresentou um programa sob o lema “conservadorismo compassivo”. Bush, que durante a campanha eleitoral havia mostrado um forte enraizamento na fé cristã, conseguiu captar os votos dos fundamentalistas cristãos, um setor muito importante nos Estados Unidos. Nos seus discursos eleitorais não se cansou de invocar o que presumivelmente seria a vontade de Deus, o que seria do agrado de Deus e o que era pecado.

George Bush foi o primeiro presidente republicano, desde Dwight D. Eisenhower, na década de 1950, que contava com a maioria em ambas as câmaras do Congresso (a Câmara de Representantes e o Senado). A eleição de Bush como presidente dos Estados Unidos foi a mais polêmica da história americana. A sua vitória na corrida contra o candidato democrata Al Gore decidiu-se no Estado da Flórida, cujo governador era precisamente o irmão de Bush, Jeb, e onde em distritos eleitorais tradicionalmente de maioria democrata se duvidou das correções quanto à recontagem dos votos. Os Estados Unidos estiveram a ponto de cair numa crise constitucional. Na sequência de um impasse que durou semanas, o Supremo Tribunal declarou, por fim, que George W. Bush fora o vencedor nesse estado e, com isso, seria o novo presidente do país.

Logo no começo do governo, tornou-se evidente que este presidente seria acompanhado pelos conflitos que já marcavam a vida política dos Estados Unidos desde a sua fundação: mais ou menos poder do Estado? Poder centralizado ou descentralizado? Deveria-se permitir a influência religiosa em temas sociais ou, pelo contrário, deveria-se adotar uma atitude neutra neste sentido? Os Estados Unidos deveriam considerar-se uma potência com uma missão universal ou um monólito autossuficiente?

O governo de Bush, ponta de lança do movimento neoconservador, tinha as suas próprias respostas para todas estas perguntas e começou a aplicá-las. Em junho de 2001, apesar da resistência férrea da oposição democrata, Bush impôs uma importante redução de impostos. O Estado começava a retirar-se da direção econômica ativa; na política social, em contrapartida, era onipresente, por exemplo, na rejeição da homossexualidade e do aborto. Na política externa, Bush procedeu de acordo com o lema “A América primeiro” e declarou que os Estados Unidos não respeitariam as medidas para a proteção mundial do meio ambiente estipuladas pelo protocolo de Kyoto: segundo Bush, a redução das emissões de gases contaminantes era contrária aos interesses da economia norte-americana. Os Estados Unidos estavam no centro do mundo. O mundo como tal só era visto como um canteiro do jardim da frente.

Ocorreram, então, os atentados de 11 de setembro de 2001. Na manhã desse dia, quatro aviões americanos de passageiros foram sequestrados quase ao mesmo tempo. Pouco depois, dois deles se chocaram, num breve intervalo de tempo, contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, que ruíram. O terceiro avião chocou-se contra o Pentágono, a sede do Ministério da Defesa. O quarto avião, cujo alvo ainda se desconhece, caiu num campo perto de Pittsburgh (Pensilvânia), depois de os passageiros terem tentado neutralizar os sequestradores. O que foi o atentado terrorista mais terrível da história fez mais de três mil vítimas mortais.

Estes atentados, perpetrados por terroristas árabes, constituíram o ataque externo mais grave sofrido pelos Estados Unidos desde o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, o qual provocou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. A potência militar mais poderosa do mundo sofreu, subitamente, a ameaça de um inimigo inesperado, um inimigo brutal, cruel, pérfido, traidor, que depreciava até mesmo a própria morte e, pior de tudo, que nem sequer podia ser localizado. Este inimigo havia atacado mas ninguém sabia como devia contra-atacar.

Em breve foram identificados, como autores do atentado, a rede terrorista Al Qaeda (que significa, em árabe, a base) e o seu fundador e cérebro, o multimilionário de origem saudita Osama Bin Laden. Para o governo de Bush, a segurança dos Estados Unidos e a luta contra o terrorismo mundial converteram-se nos objetivos prioritários. Osama Bin Laden escondia-se no Afeganistão, onde o governo dos talibãs havia instaurado uma forma extremista do Islã: foram proibidas as imagens e a música, as mulheres só podiam mostrar-se em público totalmente cobertas, não lhes sendo permitido sair de casa sem a companhia de homens, e as meninas não podiam frequentar a escola. Bin Laden transformou o Afeganistão no centro de recrutamento da Al Qaeda. Em 17 de outubro de 2001, ao final do ultimato para a entrega de Bin Laden, os Estados Unidos e os seus aliados começaram os primeiros bombardeamentos massivos contra os objetivos talibãs e da Al Qaeda. A intervenção militar derrubou o regime talibã. A “guerra contra o terror” havia começado.

No início do ano de 2002, enquanto os Estados Unidos e os seus aliados

tentavam estabelecer no Afeganistão um governo democrático e encontrar Bin Laden, George W. Bush parecia disposto a entrar numa nova fase da luta contra o terror. No dia 29 de janeiro, num discurso sobre o estado da nação, disse que o seu governo impusera como objetivo a proteção dos Estados Unidos da ameaça que representavam os regimes que apoiavam o terrorismo. Nomeou explicitamente a Coreia do Norte, o Iraque, o Irã estados que, acrescentou, constituem o eixo do mal.

David Frum, o redator dos discursos de Bush, reconheceu mais tarde ter utilizado a expressão “eixo do ódio”. Nunca se aclarou se quem escolheu a expressão definitiva foi o chefe da redação dos discursos do presidente, Michael Gerson, ou se o próprio presidente George W. Bush. O que é certo é que a nova fórmula de eixo do mal estava muito mais próxima da cosmovisão de Bush e do setor neoconservador, cujos valores cristãos puritanos costumavam reduzir todas as questões da vida a uma decisão entre o bem e o mal. O mal oferecia um branco muito mais claro e não exigia ser analisado com tantos matizes como um inimigo que odeia. Face a um inimigo que odeia, alguém pode sempre perguntar a razão pela qual odeia.

A utilização propagandística das palavras “eixo” e “mal” não era nova. Na Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill, o primeiro-ministro britânico, introduzira o conceito de “eixo” na política. Foi assim que chamou à aliança com o Japão, a Alemanha, a Itália, contra a qual os exércitos aliados da Grã-Bretanha, França, União Soviética e Estados Unidos lutaram. Mais tarde, durante a Guerra Fria, o presidente americano Ronald Reagan chamou à União Soviética de império do mal.

Com a expressão “eixo do mal”, Bush e o seu governo não só se referiam à ameaça das organizações terroristas, como também a certos Estados. O Iraque, sobretudo, foi-se convertendo progressivamente no objetivo da pressão política do governo dos Estados Unidos. Bush relacionou publicamente as atividades do ditador iraquiano Saddam Hussein com os ataques do 11 de setembro, e acusou o regime iraquiano de apoiar a Al Qaeda e, sobretudo, de construir armas de destruição massiva. Apesar da ampla recusa da ONU e das dúvidas levantadas pelos países aliados, como a França e a Alemanha, o governo dos Estados Unidos perseguiu, impávido, o objetivo de intervir militarmente no Iraque e, em março de 2003, lançou uma ofensiva contra aquele país sem um mandato da ONU, mas com a ajuda da chamada coligação dos voluntários, constituída por um total de 48 estados, entre os quais se contavam o Reino Unido, a Polónia, a Austrália, a Itália, a Holanda, o Japão e a Espanha. Diferentemente do que acontecera na guerra do Afeganistão, nesta ocasião muitos países aliados (entre eles a Alemanha e a França) negaram o seu apoio aos Estados Unidos. Em poucas semanas o regime de Saddam Hussein caiu e os norte-americanos e os seus aliados ocuparam o Iraque, mas as armas de destruição massiva não foram encontradas.

Com a fórmula “eixo do mal”, o governo de George W. Bush simplificara de forma perigosa a difícil e complexa situação internacional do início do século XXI. Esta simplificação atingiu amplos setores da opinião

pública norte-americana. Em novembro de 2004 Bush foi reeleito para um segundo mandato na Casa Branca, e em breve teve de defrontar-se com novas dificuldades procedentes do “eixo do mal”: em 2005 a Coreia do Norte afirmou que possuía armas atômicas, e o Irã trabalhava de forma mais acelerada do que o normal num programa atômico do qual não podia descartar-se o desenvolvimento de armas nucleares.

Embora todos os Estados, sobretudo no Ocidente, estejam de acordo quanto à necessidade de lutar contra o terrorismo, o procedimento dos Estados Unidos, a guerra preventiva sem um mandato da ONU, o estabelecimento de um campo de prisioneiros na base norte-americana de Guantánamo, onde pessoas foram encarceradas sem qualquer acusação legal e em condições que parecem atentar contra os direitos humanos, provocou uma fratura no entendimento comum da luta contra o terrorismo. Na sequência do debate sobre o “eixo do mal” levantou-se a questão de ser ou não lícito o direito à quarentena para se lutar contra a injustiça.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Carmen Kölz, Josi Kemmann, Thorsten Hesse, Henning Hesse, Ralf Piolot, Thomas L. H. Schmidt e Michael Tochtermann a sua ajuda durante o trabalho para a realização desta obra.

BIBLIOGRAFIA

1. CONHECE-TE A TI MESMO

CRESCENZO, Luciano de, *Storia della filosofia greca. I presocratici*, Milão, Mondadori, 1988. [*História da Filosofia Grega: os pré-socráticos*, Rio de Janeiro, Rocco, 2005]; DIÓGENES LAÉRCIO, *Declarorum philosophorum vitis*, [*Lives of Eminent Philosophers*, Londres, Heinemann, 1959]; HIRSCHBERGER, Johannes, *Geschichte der Philosophie*, Frechen, Komet, 1980; RUSSELL, Bertrand, *History of Western Philosophy*, London, Allen & Unwin, 1948. [*História da Filosofia Ocidental*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1977]; STÖRIG, Hans Joachim, *Kleine Weltgeschichte der Philosophie*, Frankfurt, Fischer, 1987; WEISCHEDEL, Wilhelm, *Die philosophische Hintertreppe*, Munique, dtv, 2002; ZIMMERMANN, Bernhard: “Thales von Milet” in LUTZ, Bernd (ed.), *Metzler Philosophenlexikon*, Estugarda, Metzler, 1989.

2. TUDO FLUI

CRESCENZO, Luciano de, *Panta rei*, Milão, Mondadori, 1994; CRESCENZO, Luciano de, *Storia della filosofia greca. I presocratici*, Milão, Mondadori, 1988.; DIÓGENES LAÉRCIO, *op. cit.*; GÖNNER, Gerhard, “Heraklit” in LUTZ, Bernd (ed.), *op. cit.*; HAFNER, German, *Bildlexikon antiker Personen*, Düsseldorf, Albatros, 2001, p. 194; HERÁCLITO, *Fragmente*, trabalhados por Bruno Snell, Zurique, Munique, Artemis & Winkler, 2004; HIRSCHBERGER, Johannes, *op. cit.*; NESTLE, Wilhelm, *Die Vorsokratiker*, Wiesbaden, VMA, 1976; RUSSELL, Bertrand, *op. cit.*; STÖRIG, Hans Joachim, *op. cit.*

3. O HOMEM É A MEDIDA DO UNIVERSO

CRESCENZO, Luciano de, *Storia (...)*; DIÓGENES LAÉRCIO, *op. cit.*; *Duden: Zitate und Sprüche*, Mannheim, Leipzig, Viena, Zurique, Dudenverlag, 2002; HIRSCHBERGER, Johannes, *op. cit.*; RUSSELL, Bertrand, pp. 36 e ss.; STÖRIG, Hans Joachim, *op. cit.*, pp. 144-147; VERNANT, Jean-Pierre (ed.), *L'Uomo Greco*, Roma, Laterna, 1991 [*O Homem Grego*, Lisboa, Presença, 1994].

4. SÓ SEI QUE NADA SEI

CONNOLLY, Peter; DODGE, Hazel, *The ancient city: life in classical Athens & Rome*, Oxford, OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1998; CRESCENZO, Luciano de, *Storia (...)*; DIÓGENES LAÉRCIO, *op. cit.*; PLATÃO, *Apologie des Sokrates – Kriton*, Estugarda, Reclam, 1987 [*Apologia de Sócrates; Criton*, São Paulo, Martin Claret, 2010]; STÖRIG, Hans Joachim, *op. cit.*; TAYLOR, C. C. W., *Socrates*, Oxford, Nova York, OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1998; VERNANT, Jean-Pierre (ed.), *op. cit.*

5. AI DOS VENCIDOS!

CÁSSIO, Dion, *Römische Geschichte*, traduzido para alemão por Otto Voh, 5 vols., Zurique, Artemis, 1987; *Duden: Zitate und Sprüche*; PLUTARCO, “Camillus” in *Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana* (BT), vol. 1, Munique, Saur, 2000; POLÍBIO, *Geschichte*, traduzido para alemão por Hans Drexler, 2 vols., Munique, Zurique, Artemis, 1978; TÁCITO, *Annalen, Sammlung Tusculum*, Munique, Zurique, Artemis, 1982; LÍVIO, Tito, *Römische Geschichte*, edição de Hans Jürgen Hillen e Josef Feix, Sammlung Tusculum, 11 vols., Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1987 [*História de Roma*, Mem Martins, Inquérito, 1999]; YONAH, Michael Avi; SHATZMAN, Israel (eds.), *Illustrated encyclopaedia of the classical world*, Maidenhead, Sampson Low, 1976.

6. AFASTA-TE, NÃO ME TAPES O SOL

CÍCERO, *Tusculanae disputationes – Gespräche in Tusculum*, Ditzingen, Reclam, 1997; CRESCENZO, Luciano de, *Storia (...)*; DIÓGENES LAÉRCIO, *op. cit.*; PLUTARCO, *Alexander. Caesar*, Ditzingen, Reclam, 1980 [*Alexandre Magno*, Porto, Lello & Irmão, 1989]; RUSSELL, Bertrand, *op. cit.*; SCHEFCZYK, Michael, “Der Erfolg und

sein Schatten – Diogenes, der Anti-Projektemacher” in *Neue Zürcher Zeitung*, 26.1.2002, núm. 21, p. 95.

7. PARA COMANDAR OS HOMENS, MARCHA ATRÁS DELES

LAO TSÉ, *Tao te king – Das Buch vom Sinn und Leben*, tradução alemã de Richard Wilhelm, Munique, Beck, 2005 [*Tao te king*, São Paulo, Attar Editorial, 2001]; SCHNITZLER, Christian, “Wie Tse-Tung zu Zedong wurde” em *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 23.11.2000; STÖRIG, Hans Joachim, *op. cit.*

8. SABES COMO GANHAR UMA BATALHA, MAS NÃO SABES COMO EXPLORAR UMA VITÓRIA

BARCELÓ, Pedro, *Aníbal de Cartago*, Madri, Alianza Editorial, 2001; CHRIST, Karl, *Hannibal*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2003; FRITSCH, Werner Freiherr von; SCHLIEFFEN, Graf Alfred von, *Cannae*, Berlim, Mittler, 1936; HEBOLD, Wolfgang, *50 Klassiker: Siege und Niederlagen – Militärische Entscheidungen von Troja bis Jom Kippur*, Hildesheim, Gerstenberg, 2002; MANN, Golo; HEUSS, Alfred (ed.), *Propylaen Weltgeschichte*, vol. 4, *Rom und die römische Welt*, Frankfurt, Propyläen, 1963; MERKEL, Wolfgang W., “Natur liefert stärkste Chemiewaffen” in *Die Welt*, 18.1.2003; *Der große Ploetz – Die Daten-Enzyklopädie der Weltgeschichte*, Frechen, Komet, 1998; TITO LÍVIO, *op. cit.*

9. OS DADOS ESTÃO LANÇADOS

CÉSAR, *Der Bürgerkrieg*, Ditzingen, Reclam, 1986 [*A guerra das Gálias*, Lisboa, Estampa, 1989]; CASSIUS DION, *op. cit.*; HEUSS, Alfred, *Römische Geschichte*, Braunschweig, Westermann, 1976; *Duden: Zitate und Sprüche*, ed. cit.; MAIER, Christian: *Cäsar*, Munique, dtv, 2002; PLUTARCO, *op. cit.*; SUETÓNIO, *Cäsar*, Ditzingen, Reclam, 1999.

10. ERRAR É HUMANO

CONSTABLE, Nick, *Historical Atlas of Ancient Rome*, Nova York, Checkmark Books, 2003; FUHRMANN, Manfred, *Cicero und die römische Republik. Eine Biographie*, Munique, Zúrique, Artemis und Winkler, 1989, 1997; GIEBEL, Marion, *Marcus Tullius Cicero*, Reinbek,

Rowohlt, 1991; GRIMAL, Pierre, *Cicéron*, Paris, Fayard, 1986; HABICHT, Christian, *Cicero der Politiker*, Munique, C. H. Beck, 1990; PERRING, Dominic; PERRING, Stefania, *Then and Now: The Wonders of the Ancient World Brought to Life in Vivid See*, Hoboken, John Wiley & Sons, 1991.

11. CARPE DIEM

BUCHWALD, Wolfgang; HOHLWEG, Armin; PRINZ, Otto, *Tusculum-Lexikon griechischer und lateinischer Autoren des Altertums und des Mittelalters*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1982; DEMANDT, Alexander, *Sternstunden der Geschichte*, Munique, C. H. Beck, 2004; FRAENKEL, Eduard, *Horaz*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983; HORÁCIO, *Oden und Epoden* (latim-alemão), Ditzingen, Reclam, 1978; KYTZLER, Bernhard, *Horaz – Eine Einführung*, Ditzingen, Reclam, 1996; MAURACH, Gregor, *Horaz, Werk und Leben*, Heidelberg, Universitätsverlag Winter, 2001; SUETÓPIO, *Das Leben der römischen Kaiser*, Düsseldorf, Patmos, 2001 [Os Doze Césares, guarulhos, germano]; SYNDIKUS, Hans P., *Die Lyrik des Horaz*, 2. vols., Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2002.

12. LAVO AS MINHAS MÃOS

Die Bibel, Einheitsübersetzung, Friburgo, Herder, 1999 [*Biblia Sagrada*]; DAHM, Christof, “Pilatus, Pontius” em *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon*, Nordhausen, Verlag Traugott Bautz, 1994, vol. VII; DEMANDT, Alexander, *Hande in Unschuld – Pontius Pilatus in der Geschichte*, Colônia, Bohlau, 1999; FESTENBERG, Nikolaus von; MÜLLER, Manfred; SCHREIBER, Mathias, “Das Blut der Versöhnung” em *Der Spiegel*, núm. 16, 2003; JARO?, Karl, *In Sachen Pontius Pilatus*, Mainz, Philipp von Zabern, 2002; LUTERO, Martinho, *Das Neue Testament*, Frankfurt, Fischer, 2005; SCHEIDGEN, Andreas, *Die Gestalt des Pontius Pilatus in Legende, Bibelauslegung und Geschichtsdichtung vom Mittelalter bis in die frühe Neuzeit: Literaturgeschichte einer umstrittenen Figur*, Frankfurt/Main, Lang, 2002; SCHMITHALS, Walter, “Nicht die Juden, Gott selbst hat Christus ausgeliefert” in *Die Zeit*, núm. 4, 26.2.2004.

13. O DINHEIRO NÃO TEM CHEIRO

BENGTSON, Hermann, *Die Flavii: Vespasian, Titus, Domitian. Geschichte eines römischen Kaiserhauses*, Munique, C. H. Beck, 1979; CASSIUS

DION, *op. cit.*; HAFNER, German, *op. cit.*; HEUSS, Alfred, *op. cit.*; SUETÔNIO, *op. cit.*; TÁCITO, *Historien*, Ditzingen, Reclam, 1984.

14. COM ESTE SÍMBOLO VENCERÁS

GIBBON, Edward, *The history of the decline and fall of the Roman Empire*, Londres, Allen Lane, Penguin Press, 1994 [*Declínio e queda do Império Romano*, São Paulo, Companhia de Bolso, 2005]; HAFNER, German, *op. cit.*; HEUSS, Alfred, *op. cit.*; LÄTZEL, Martin, “Konstantin L” in *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon*, Nordhausen, Verlag Traugott Bautz, 2004, vol. XXIII.

15. DIVIDIR PARA GOVERNAR

KRUSE, Holger, “Ludwig XI., König von Frankreich”, in EHLERS, Joachim; MÜLLER, Heribert; SCHNEIDMÜLLER, Bernd, *Die französischen Könige des Mittelalters*, Munique, C. H. Beck, 1996; MOINOT, Pierre, *Jeanne d’Arc. Le Pouvoir et L’Innocence*, Paris, Flammarion, 1988; POLÍBIO, *Geschichte*, traduzido para alemão por Hans Drexler, 2 vols., Munique, Zurique, Artemis, 1978; PULSFORT, Ernst, “Ludwig XI” in *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon*, ed. cit., vol. V.

16. OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS

Duden: Zitate und Sprüche, Mannheim, Leipzig, Viena, Zurique, Dudenverlag, 2002; KERSTING, Wolfgang, *Niccola Machiavelli*, Munique, C. H. Beck, 2006; MACHIAVELLI, Niccolò, *Der Fürst*, traduzido para alemão por Friedrich Blaschke, Wiesbaden, VMA, 1980 [MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, São Paulo, Penguin Companhia, 2010]; MACHIAVELLI, Niccolò, Brief Machiavellis an den Gesandten Francesco Vettori, Botschafter von Florenz in Rom vom 10. Dezember 1513; VASARI, Giorgio, *Lebenslaufe der berühmtesten Maler, Bildhauer, Architekten*, Munique, Manesse, 2000; ZIMMER, Robert, *Das Philosophenportal*, Munique, dtv, 2004.

17. AQUI ESTOU, DE OUTRA MANEIRA NÃO POSSO

BEUTEL, Albrecht, “Luther, Martin” en LUTZ, Bernd (ed.), *op. cit.*; DEMANDT, Alexander, *Sternstunden der Geschichte*, Munique, C. H. Beck, 2004; HERRMANN, Horst, *Martin Luther*, Berlim, Aufbau Taschenbuch, 2003; KNOLL, Ernst, “Martin Luther – Reformator oder Spalter der Kirche?” in POPP, Georg (ed.), *Die Großen der Welt*,

Wurzburgo, Arena, 1977; MAURER, Ernstpeter, *Luther*, Friburgo, Herder, 2000; SCHULZE, Manfred, “Martin Luther” en *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon*, ed. cit., vol. V; SCHWARZ, Ulrich, “Ich kann nicht anders” em *Der Spiegel*, núm. 51, 2003.

18. NO MEU IMPÉRIO NUNCA SE PÕE O SOL

GOTTHARDT, Axel, “Das Ringen um den rechten Glauben” in *Brockhaus. Die Bibliothek. Die Weltgeschichte*, Leipzig, Mannheim, 6 vols., vol. 3, 1997-1999; HINTEN, Gerhard von, “Deutschland und Europa zur Zeit Kaiser Karls V.” in PLETICHA, Heinrich (ed.): *Deutsche Geschichte*, 6 vols., Gütersloh, Bertelsmann, 1998, vol. 3; KOHLER, Alfred, *Karl V. 1500-1558*, Munique, C. H. Beck, 1999; LEU, Urs, “Karl V.” in *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon*, ed. cit., vol. III, folios 1140-1151; REIFENSCHIED, Richard, “Kaiser Karl V” in HARTMANN, Gerhard; SCHNITH, Karl (eds.), *Die Kaiser – 1200 Jahre europäische Geschichte*, Wiesbaden, Marix, 2006; SCHULIN, Ernst, *Kaiser Karl V. Geschichte eines übergroßen Wirkungsbereiches*, Estugarda, Berlim, Colônia, Kohlhammer, 1999.

19. O CONHECIMENTO É PODER

BACON, Francis, *Neues Organon*, Hamburgo, Meiner, 1990; BACON, Francis, *The Major Works*, Oxford University Press, Oxford, 2002; GERSCHMANN, Karl-Heinz, “Bacon, Francis” in LUTZ, Bernd (ed.), *op. cit.*; KROHN, Wolfgang, *Francis Bacon*, Munique, C. H. Beck, 1987.

20. E, NO ENTANTO, ELA MOVE-SE!

FISCHER, Klaus, *Galileu Galilei*, Munique, Beck, 1983; GALILEI, Galileu, *Sidereus Nuncius – Nachricht von anderen Sternen*, Frankfurt, Suhrkamp, 2000; GALILEI, Galileu: *Dialog über die beiden hauptsächlichsten Weltsysteme. Das ptolemaische und das kopernikanische*, Munique, Teubner, 1982 [*Diálogo dos Grandes Sistemas: Primeira Jornada*, Lisboa, Gradiva, 1992]; DRAKE, Stillman, *Galileu*, Oxford, Nova York, OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2001 [*Galileu*, Lisboa, Dom Quixote, 1981]; FISCHER-FABIAN, Siegfried, *Die Macht des Gewissens*, Munique, Droemer Knaur, 1987; HEMLEBEN, Johannes, *Galilei*, Rowohlt, Reinbek, 2003; KOESTLER, Arthur, *The sleep walkers; a history of man's changing vision of the universe*, Nova York, Mcmillan, 1959; MUDRY, Anna (ed.), *Galileu Galilei, Schriften, Briefe, Dokumente*, 2 vols., C. H. Beck,

Munique, 1987; NAEISS, Atle, *Galilei – Als die Welt stillstand*, Berlin, Springer, 2005.

21. PENSO, LOGO EXISTO

DESCARTES, René, *Discours de la Méthode*, Paris, Le Livre de Poche, 1973 [*Discurso do método*, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2009]; SORELL, Tom, *Descartes*, Oxford, Nova York, OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1987; STÖRIG, Hans Joachim, *op. cit.*; WEISCHEDEL, Wilhelm, *Die philosophische Hintertreppe*, Munique, dtv, 1994; WICHMANN, Thomas, “Descartes, René” in LUTZ, Bernd (ed.), *op. cit.*; ZIMMER, Robert, *Das Philosophenportal*, dtv, Munique, 2004.

22. O HOMEM É O LOBO DO HOMEM

HOBBS, Thomas, *Philosophicall Rudiments concerning Government and Society*, Oxford, Clarendon Press, 1983; HOBBS, Thomas, *Leviathan*, Harmondsworth, Penguin, 1968 [*Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, São Paulo, Icone Editora, 2008]; HOBBS, Thomas, “De Cive, Widmungsschreiben” in *Thomae Hobbes Malmesburiensis opera philosophica quae latine scripsit omnia in unum corpus nunc primum collecta / studio et labore*, vol. 2, Londres, Gulielmi Molesworth, 1839, p. 135; MAIER, Hans; Moss, Lawrence S.; AUBREY, John; RECKTENWALO, Horst Claus, *Thomas Hobbes’ umstrittenen Weltbild*, Kommentarband zur Faksimile-Ausgabe der 1651 erschienenen Erstausgabe von Thomas Hobbes: *Leviathan*, Düsseldorf, Verlag Wirtschaft und Finanzen, 1990; TUCK, Richard, *Hobbes: a very short introduction*, Oxford, Nova York, OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2002.

23. O ESTADO SOU EU

BURGHARDT, Stefan, “Ludwig XIV” in *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon*, Nordhausen, Verlag Traugott Bautz, 1993, vol. V; BURKE, Peter, *The Fabrication of Louis XIV*, New Haven, Yale University Press, 1992 [*A fabricação do rei*, São Paulo, Zahar, 1994]; SCHWESIG, Bernd-Rüdiger, *Ludwig XIV*, Reinbek, Rowohlt, 1986; WILLS, John E., *1688 – A Global History*, Nova York, Norton, 2001.

24. LAISSEZ FAIRE!

BOISGUILBERT, Pierre de, “Factum de la France” in DAIRE, M. E., *Economistes et financiers*, Paris, Guillaumin, 1851; CASTELOT, E.,

“laissez-faire, laissez-passer, history of the maxim” in *The New Palgrave, A Dictionary of Economics*, Londres, Macmillan, 1987; HECHT, Jacqueline, *Pierre de Boisguilbert ou la naissance de l'économie politique*, Paris, I.N.E.D., 1966; HESSE, Helge, *Ökonomen-Lexikon*, Düsseldorf, Wirtschaft und Finanzen, 2003; KOLB, Gerhard, *Geschichte der Volkswirtschaftslehre*, Munique, Vahlen, 1997; ONCKEN, August, *Die Maxime Laissez faire et laissez passer. Ihr Ursprung, ihr Werden. Ein Beitrag zur Geschichte der Freihandelslehre*, Glashütten/Taunus, Topos, 1974; SCHEFOLO, Bertram; GRÜSKE, Karl-Dieter; HAX, Herbert; HEERTJE, Arnold (eds.), *Kommentarband zu “Pierre de Boisguilbert, Le detail de la France”*, Düsseldorf, Verlag Wirtschaft und Finanzen, 1996.

25. O HOMEM NASCE LIVRE, PORÉM, EM TODOS OS LADOS ESTÁ ACORRENTADO

PELZ, Monika, *Der hellwache Traumer-Die Lebensgeschichte des Jean-Jacques Rousseau*, Weinheim, Beltz & Gelberg, 2005; ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Du contrat social: ou, Principes du droit politique*, Verviers, Marabout, 1974 [*Do contrato social*, São Paulo, Penguin Companhia, 2011]; STÖRIG, Hans Joachim, *op. cit.*, pp. 373-379.

26. TEMPO É DINHEIRO

FRANKLIN, Benjamin, *The autobiography of Benjamin Franklin*, Pennsylvania, Franklin Library, 1979; FRANKLIN, Benjamin, “Modest Enquiry into the Nature and Necessity of Paper Currency (1729)” in *The Selected Writings of Benjamin Franklin*, 3 vols., vol. 1, Londres, Pickering & Chattoo, 1996; FRANKLIN, Benjamin, *Advice to a Young Tradesman – Written by an Old One*, B. Franklin and D. Hall, Filadélfia, New-Printing-Office, 1748; HESSE, Helge, *op. cit.*, p. 117; WEATHERFORD, Jack, *The history of money: from sandstone to cyberspace*, Nova York, Crown Publishers, 1997.

27. SE NÃO TÊM PÃO, COMAM BRIOCHES

CRONIN, Vincent, *Louis and Antoinette*, Nova York, Morrow, 1975; HASLIP, Joan, *Marie Antoinette*, Nova York, Weidenfeld & Nicolson, 1988; KUHN, Axel, *Die französische Revolution*, Estugarda, Reclam, 2003; SZERB, Antal, *Das Halsband der Königin*, Munique, dtv, 2005; ZWEIG, Stefan, *Marie Antoinette*, Estugarda, Hamburgo, Munique, Deutscher Bücherbund, 1981 [*Maria Antonieta*, Porto, Editora Civilização, 1980].

28. A REVOLUÇÃO DEVORA OS SEUS FILHOS

BOUWERS, C. G., *Pierre Vergniaud. Voice of the French Revolution*, Nova York, Macmillan, 1950; KUHN, Axel, *Die französische Revolution*, Estugarda, Reclam, 2003; RÖMMELT, Stefan W., Kurzbiogramm Vergniaud, in <www.revolution.historicum.net/biographien/vergniaud.html>, consultada pela última vez: 3.2.2006; artigo “Vergniaud”, in *Chronique de la Revolution*, Edição Larousse, Paris, 1988.

29. QUARENTA SÉCULOS VOS CONTEMPLAM

CERAM, C. W., *Götter; Gräber und Gelehrte*, Reinbek, Rowohlt, 1949, nova edição 2000. [Deuses, Túmulos e Sábios: o Romance da Arqueologia, Lisboa, Livros do Brasil, 1985]; HEGASY, Sonja, “Arabiens Versailles”, in *Die Zeit*, núm. 20, 6.5.2004, p. 4; KLEBMANN, Eckart, “Der musische Diktator”, in *Die Zeit*, núm. 5, 27.1.2005, p. 32; *idem*, *Napoleon*, Munique, dtv, 2002; TULARD, Jean, *Napoleon: ou, Le mythe du sauveur*, Paris, Fayard, 1977; ULLRICH, Volker, *Napoleon – Eine Biografie*, Reinbek, Rowohlt, 2004; ULLRICH, Volker, “Der gesalbte General”, in *Die Zeit*, núm. 50, 2.12.2004, p. 88; WILMS, Johannes, *Napoleon*, Munique, C. H. Beck, 2005.

30. A GUERRA É UMA MERA CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA POR OUTROS MEIOS

BASSFORD, Christopher, *Clausewitz in English – The Reception of Clausewitz in England and America 1815-1945*, Nova York, Oxford, Oxford University Press, 1994; CLAUSEWITZ, Carl von, *Penser la Guerre*, Paris, Gallimard, 1976 [Da guerra, Mem Martins, Europa-América, 1997]; HERBERGH-ROTHE, Andreas, *Das Rätsel Clausewitz. Politische Theorie des Krieges im Widerstreit*, Paderborn, Wilhelm Fink, 2001.

31. A PROPRIEDADE É UM ROUBO

GOLDSCHMIDT, Werner, “Proudhon, Pierre Joseph”, in LUTZ, Bernd (ed.), *op. cit.*; ISSER, Matthias, “Proudhon, Pierre Joseph: Was ist Eigentum? Untersuchungen über den Ursprung und die Grundlagen des Rechts und der Herrschaft”, in OESTERDIECKHOFF, Georg W. (ed.), *Lexikon der soziologischen Werke*, Wiesbaden, Westdeutscher Verlag,

2001; PROUDHON, Pierre-Joseph, *Qu'est-ce que la propriété?*, 1992 [*A propriedade é um roubo*, Porto Alegre, L&PM Editores, 1998]; VINCENT, K. Steven, *Pierre Joseph Proudhon and the Rise of the French Republican Socialism*, Nova York, Oxford, Oxford University Press, 1984.

32. PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

BLUMENBERG, Werner, *Karl Marx. Mit Selbstzeugnissen und Bilddokumenten*, Reinbek, Rowohlt, 2004; FETSCHER, Iring, *Marx*, Friburgo, Herder Verlag, 2000; KÜHNEL, Reinhard, “Marx, Karl Heinrich/Engels, Friedrich”, in LUTZ, Bernd (ed.), *op. cit.*; MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *Manifest der Kommunistischen Partei*, Ditzingen, Reclam, 1989 [*Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo, 2010].

33. FALEM BAIXO E ANDEM COM UM GRANDE BASTÃO

DIPPEL, Horst, *Die Geschichte der USA*, Munique, C. H. Beck, 2005; HEIDEKING, Jürgen, “Macht, Geld und Sendungsbewusstsein – Amerikanische Außenpolitik im Zeichen des Imperialismus”, in *Brockhaus. Die Bibliothek. Die Weltgeschichte*, ed. cit., vol. 5; SCHÄFER, Peter, *Die Präsidenten der USA*, Colônia, Komet, 2005; MORISON, Elting E. (ed.), *The Letters of Theodore D. Roosevelt*, 8 vols., Cambridge/Massachusetts, 1951-1954.

34. A CONFIANÇA É BOA, O CONTROLE É MELHOR

DROSSER, Christoph, “Vertraute Prüfung”, in *Die Zeit*, núm. 12, 2000; *Duden: Zitate und Sprüche*, ed. cit.; HOLZ, Hans-Heinz, “Lenin, Wladimir Iljitsch (Uljanow)”, in LUTZ, Bernd (ed.), *Metzler Philosophenlexikon*, Estugarda, Metzler, 1989; Lenin, Vladimir Ilitch, *Werke*, 47 vols., Berlim, Dietz 1971, vol. 20; WEBER, Hermann, *Lenin mit Selbstzeugnissen und Bilddokumenten*, Reinbek, Rowohlt, 2004.

35. O EXÉRCITO ALEMÃO FOI APUNHALADO PELAS COSTAS

BARTH, Boris, *Dolchstoßlegenden und politische Desintegration. Das Trauma der deutschen Niederlage im Ersten Weltkrieg 1914-1933*, Düsseldorf, Droste, 2003; HAFFNER, Sebastian, *op. cit.*; SAMMET, Rainer, “Dolchstoß” – *Deutschland und die Auseinandersetzung mit der Niederlage im Ersten Weltkrieg (1918-1933)*, Berlim, trafo, 2003;

WINKLER, Heinrich August, *Der lange Weg nach Westen*, Munique, C. H. Beck, 2002; ULLRICH, Volker, *Die nervöse Großmacht*, Frankfurt, Fischer, 1997; *Der Sieg war zum Greifen nah*, folheto com textos de Paul von Hindenburg, Erich Ludendorff, o príncipe herdeiro Frederico Guilherme entre outros, Berlim, Verlag für Sozialwissenschaft, 1921.

36. DEUS NÃO JOGA DADOS

FISCHER, Klaus, *Einstein*, Friburgo, Herder, 2000; GREENE, Brian, *The elegant universe: superstrings, hidden dimensions, and the quest for the ultimate theory*, Londres, Jonathan Cape, 1999 [*O Universo Elegante*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001]; HAWKING, Stephen, *The illustrated A brief history of time*, Nova York, Bantam Books, 1996 [*Breve História do Tempo*, Lisboa, Gradiva, 2000]; HECKL, Wolfgang M., “Einstein, Albert”, in LUTZ, Bernd (ed.): *Metzler Philosophenlexikon*, Estugarda, Metzler, 1989; KRAFFT, Fritz (ed.), *Lexikon der Naturwissenschaftler*, Wiesbaden, Fourier, 2004; MAINZER, Klaus, *Zeit*, C. H. Beck, Munique, 1999; WATSON, Peter, *Ideas: a history of thought and invention, from fire to Freud*, Nova York, Harper Collins, 2005.

37. DESDE AS 5H45 QUE ESTAMOS RESPONDENDO AO FOGO

BENZ, Wolfgang; GRAML, Hermann; WEISS, Hermann (eds.), *Enzyklopadie des Nationalsozialismus*, Munique, dtv, 1997; GRUCHMANN, Lothar, *Totaler Krieg – Vom Blitzkrieg zur bedingungslosen Kapitulation*, Munique, dtv, 1991; SCHWARZ, Hans-Peter, *Das Gesicht des Jahrhunderts*, Berlim, Siedler, 1998; SHIRER, William Lawrence, *The Rise and Fall of the Third Reich; A History of Nazista Germany*, Nova York, Simon and Schuster, 1960; ZENTNER, Christian, *Der Zweite Weltkrieg – Ein Lexikon*, Munique, Heyne, 1995.

38. SANGUE, SUOR E LÁGRIMAS

HAFFNER, Sebastian, *Churchill*, Rowohlt, Hamburgo, 1967 [*Winston Churchill: una biografia*, tradução de Rosa Sala Rose, Destino, Barcelona, 2002]; JENKINS, Roy, *Churchill*, MacMillan, Londres, 2001; KRAUS, Rene, *Winston Churchill*, Lippincott, Filadélfia, Nova York, 1940; MANSFIELD, Stephen, *Never Give In The Extraordinary Character of Winston Churchill*, Cumberland House, Nashville, 1995; SCHWARZ, Hans-Peter, *op. cit.*; SHIRER, William Lawrence, *op. cit.*; ZENTNER, Christian, *Der Zweite Weltkrieg – Ein Lexikon*,

39. QUEREIS A GUERRA TOTAL?

GOEBBELS, Joseph, *Tagebücher 1924-1945*, editados por Ralf G.Reuth, 5 vols., Munique Piper, 2003; GRUCHMANN, Lothar, *op. cit.*; HACHMEISTER, Lutz, KLOFT, Michael, *Das Goebbels-Experiment*, Munique, DVA, 2005; REUTH, Ralf G., *Goebbels*, Munique, Piper, 2000; SCHOLL, Inge, *Die Weiße Rose*, Fischer, Frankfurt, 1994; SHIRER, William Lawrence, *op. cit.*; ZENTNER, Christian, *op. cit.*

40. O INFERNO SÃO OS OUTROS

HEIDEGGER, Martin, *Sein und Zeit*, Tübingen, Niemeyer, 1993; KÖNIG, Traugott, “Sartre, Jean-Paul”, em LUTZ, Bernd (ed.), *Metzler Philosophenlexikon*, Estugarda, Metzler, 1989; LEVY, Bernard-Henri, *Le siècle de Sartre: enquête philosophique*, Paris, B. Grasset, 2000; SARTRE, Jean-Paul, *L'Être et le néant: essai d'ontologie phénoménologique*, Paris, Gallimard, 1976 [*O Ser e o Nada*, Petrópolis, Vozes, 2005]; SARTRE, Jean-Paul, *Huis Clos: suivi de Les Mouches*, Paris, Gallimard, 1975; VIETTA, Silvio, “Heidegger, Martin”, in LUTZ, Bernd (ed.), *op. cit.*; WATSON, Peter, *op. cit.*

41. A TENTATIVA DE CRIAR O CÉU NA TERRA PRODUZIU SEMPRE O INFERNO

EDMONDS, David J.; EIDINOW, John A., *Wittgenstein's poker: the story of a ten-minute argument between two great philosophers*, Nova York, Ecco, 2001 [*O Atiçador de Wittgenstein; a história de uma discussão de dez minutos entre dois grandes filósofos*, Lisboa, Temas e Debates, 2003; MAGEE, Bryan, *Karl Popper*, Nova York, Viking Press, 1973; POPPER, Karl R., *Die offene Gesellschaft und ihre Feinde*, 2 vols., Tübingen, Mohr/Siebeck, 2003 [*A Sociedade Aberta e os seus inimigos*, Rio de Janeiro, Difel, 2010]; WATSON, Peter, *op. cit.*; ZIMMER, Robert, *Das Philosophenportal*, Munique, dtv, 2004.

42. A BANALIDADE DO MAL

AMBRAS, Gerda, “Arendt, Hannah”, in MEYER, Ursula L.; BENNETT-VAHLE, Heidemarie (eds.), *Philosophinnen-Lexikon*, Leipzig, Reclam, 1997; ARENDT, Hannah, *The origins of totalitarianism*, Nova York, Schocken Books, 2004 [*Origens do totalitarismo*, São Paulo,

Companhia das Letras, 1989]; ARENDT, Hannah, *Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil*, Nova Iorque, Viking Press, 1965 [*Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal*, Coimbra, Tenacitas, 2003]; GAUS, Günter, *Was bleibt sind Fragen – Die klassischen Interviews*, Berlim, edition ost, 2000; SCHMITZ, Matthias, “Hannah Arendt”, in LUTZ, Bernd (ed.), *op. cit.*; SONTHEIMER, Kurt, *Hannah Arendt*, Munique, Piper, 2005; WATSON, Peter, *op. cit.*; “Kurz vor Mitternacht wurde Eichmann hingerichtet”, in *Die Welt*, n.º 127 de 2.6.1962, p. 4.

43. EU SOU BERLINENSE

DALLEK, Robert: *An unfinished life: John F. Kennedy*, Boston, Little, Brown & Co., 2003 [*John F. Kennedy: uma vida inacabada*, Lisboa, Bertrand, 2004]; ETGES, Andreas, *John F. Kennedy*, Munique, dtv, 2003; SCHÄFER, Peter, *op. cit.*; SCHWARZ, Hans-Peter, *op. cit.*; KENNEDY, John F., *Rede in Berlin am 26. Juni 1963*: www.dhm.de/lemo/html/teilung/DieZuspitzungDesKaltenKrieges/DieMaKennedyBesuch.html, consultado em 9.5.2006.

44. EU TENHO UM SONHO

BAHR, Hans-Eckehard, *Martin Luther King*, Berlim, Aufbau Taschenbuch, 2004; BRANCH, Taylor, *Parting the Waters: America in the King Years 1954-63*, Nova York, Simon & Schuster, 1989; GENTILE, Thomas, *March on Washington August 28, 1963*, Washington D.C., New Day Publications, 1983; KING, Martin Luther; BAHAR, Hans-Eckehard; GROSSE, Heinrich W. (eds.): *Ich habe einen Traum*, Düsseldorf, Patmos, 2003; KING, Martin Luther Jr., *I have a Dream*, Scholastic Press, Nova York, 1997; PRESLER, Gerd, *Martin Luther King*, Reinbek, Rowohlt, 1984.

45. É UM PEQUENO PASSO PARA O HOMEM, MAS UM GRANDE SALTO PARA A HUMANIDADE

DRÖSSER, Christoph, “Kleiner Stolperer”, in *Die Zeit*, núm. 29, 1999; HANSEN, James R., *First Man: The Life of Neil A. Armstrong*, Nova York, Simon & Schuster, 2005; SCHOLZE, Oscar, *Die Eroberung des Mondes*, Estugarda, Zúrique, Wissen-Verlag, 1969; SCHREIBER, Hermann, “Für uns gibt es nicht Ratselhaftes”, in *Der Spiegel*, núm. 30, 21.7.1969; *Die Männer auf dem Mond*, in *Stern*, 1969; “Ein Sieg der sauberen Amerikaner”, in *Der Spiegel*, núm. 31, 28.7.1969; “Fesseln gesprengt”, in *Der Spiegel*, núm. 29, 14.7.1969.

46. A VIDA CASTIGA QUEM CHEGA TARDE

DRÖSSER, Christoph, “Gorbis Warnung”, in *Die Zeit*, núm. 41, 1999; GORBATCHOV, Mikhail, *Wie es war – Die deutsche Wiedervereinigung*, Munique, Econ, 2003; GORBATCHOV, Mikhail, *Erinnerungen*, Munique, Btb bei Goldmann, 1996; PLOG, Ulla, “Wer zu spät kommt, den bestraft das Leben”, in *Frankfurter Allgemeine Sonntagszeitung*, núm. 40, 3.10.2004, p. 16; RUGE, Gerd, *Michail Gorbatschow*, Frankfurt, Fischer, 1990; SCHWARZ, Hans-Peter, *op. cit.*; SCHWARZ, Hans-Peter, “Die Geduld ist zu Ende”, in *Der Spiegel*, n.º 41, 9.10.1989.

47. PAISAGENS FLORESCENTES

KOHL, Helmut, *Erinnerungen 1982-1990*, Munique, Droemer Knaur, 2005; KOHL, Helmut, *Ich wollte Deutschlands Einheit*, redigido por Kai Dieckmann e Ralf Georg Reuth, Berlim, Ullstein, 1998; ROMER, Karl, “Die Wiedervereinigung und die neue Republik”, em PLETICHA, Heinrich (ed.), *Deutsche Geschichte*, 6 vols., Gütersloh, Bertelsmann, 1998, vol. 6; SCHWARZ, Hans-Peter, *op. cit.*; SIGMUND, Thomas, “Auftritt des Altkanzlers”, in *Handelsblatt*, 16.9.2004; STEINGART, Gabor, “Helmut Kohl – Kanzler des Niedergangs”, in *Der Spiegel*, núm.15, 5.4.2004.

48. COMEÇOU A MÃE DE TODAS AS BATALHAS

ATKINSON, Rick; BRODER, David S., “U. S., Allies Launch Massive Air War Against Targets in Iraq and Kuwait”, in *Washington Post*, 17.1.1991; BENGIO, Ofra (ed.), *Saddam Speaks on the Gulf Crisis: A Collection of Documents*, Tel Aviv University, 1992; ROSENTHAL, Andrew, “U.S. and Allies Open Air War on Iraq; Bomb Baghdad and Kuwaiti Targets”, in *The New York Times*, 17.1.1991.

49. NÃO TIVE RELAÇÕES SEXUAIS COM ESSA MULHER... SENHORITA LEWINSKY

CLINTON, Bill, *My Life*, Nova York, Vintage Books, 2005 [*A Minha Vida*, Lisboa, Temas e Debates, 2004]; CLINTON, Bill, entrevista em *60 Minutes*, emitida pela CBS, 20.6.2004; CLINTON, Hillary Rodham, *Living History*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 2003 [*A Minha vida*, São Paulo, Editora Globo, 2004]; LEWINSKY, Monica, entrevista em *Monica Lewinsky: My Side of the Story*, emitida pela ITV, 25.6.2004;

MORTON, Andrew, *Monica's Story*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1999; SCHÄFER, Peter, *op. cit.*; SCHWARZ, Hans-Peter, *op. cit.*

50. O EIXO DO MAL

NOAH, Timothy, "David Frum's "Axis of Evil"" Authorial vanity strikes the Bush White House, terça-feira, 5.2.2002, às 3:49 p.m. ET, in *Slate* (revista online do *Washington Post*), <www.slate.com/id/2061695/>, última consulta em 1.2.2006; SCHÄFER, Peter, *op. cit.*; WOODWARD, Bob, *Bush at War*, Nova York, Simon & Schuster, 2002 [*Bush em Guerra*, Lisboa, Gradiva, 2003]; Discurso sobre o estado da nação (State of the Union Address): <www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/2002012911.html>, última consulta em 1.2.2006.

Índice

[CAPA](#)

[Ficha Técnica](#)

[PRÓLOGO](#)

[1. CONHECE-TE A TI MESMO](#)

[2. TUDO FLUI](#)

[3. O HOMEM É A MEDIDA DO UNIVERSO](#)

[4. SÓ SEI QUE NADA SEI](#)

[5. AI DOS VENCIDOS!](#)

[6. AFASTA-TE, NÃO ME TAPES O SOL](#)

[7. PARA COMANDAR OS HOMENS, MARCHA ATRÁS DELES](#)

[8. SABES COMO GANHAR UMA BATALHA, NÃO SABES COMO](#)

[EXPLORAR UMA VITÓRIA](#)

[9. OS DADOS ESTÃO LANÇADOS](#)

[10. ERRAR É HUMANO](#)

[11. CARPE DIEM](#)

[12. LAVO AS MINHAS MÃOS](#)

[13. O DINHEIRO NÃO TEM CHEIRO](#)

[14. COM ESTE SÍMBOLO VENCERÁS](#)

[15. DIVIDIR PARA GOVERNAR](#)

[16. OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS](#)

[17. AQUI ESTOU, DE OUTRA MANEIRA NÃO POSSO](#)

[18. NO MEU IMPÉRIO NUNCA SE PÕE O SOL](#)

[19. O CONHECIMENTO É PODER](#)

[20. E, NO ENTANTO, ELA MOVE-SE!](#)

[21. PENSO, LOGO EXISTO](#)

[22. O HOMEM É O LOBO DO HOMEM](#)

[23. O ESTADO SOU EU](#)

[24. LAISSEZ FAIRE!](#)

[25. O HOMEM NASCE LIVRE, PORÉM, EM TODOS OS LADOS ESTÁ](#)

[ACORRENTADO](#)

[26. TEMPO É DINHEIRO](#)

[27. SE NÃO TÊM PÃO, COMAM BRIOCHES](#)

[28. A REVOLUÇÃO DEVORA OS SEUS FILHOS](#)

[29. QUARENTA SÉCULOS VOS CONTEMPLAM](#)

[30. A GUERRA É UMA MERA CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA POR OUTROS](#)

[MEIOS](#)

[31. A PROPRIEDADE É UM ROUBO](#)

[32. PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!](#)

[33. FALEM BAIXO E ANDEM COM UM GRANDE BASTÃO](#)

- 34. A CONFIANÇA É BOA, O CONTROLE É MELHOR
- 35. O EXÉRCITO ALEMÃO FOI APUNHALADO PELAS COSTAS
- 36. DEUS NÃO JOGA DADOS
- 37. DESDE AS 5h45 QUE ESTAMOS RESPONDENDO AO FOGO
- 38. SANGUE, SUOR E LÁGRIMAS
- 39. QUEREIS A GUERRA TOTAL?
- 40. O INFERNO SÃO OS OUTROS
- 41. A TENTATIVA DE CRIAR O CÉU NA TERRA PRODUZIU SEMPRE O INFERNO
- 42. A BANALIDADE DO MAL
- 43. EU SOU BERLINENSE
- 44. EU TENHO UM SONHO
- 45. É UM PEQUENO PASSO PARA O HOMEM, MAS UM GRANDE SALTO PARA A HUMANIDADE
- 46. A VIDA CASTIGA QUEM CHEGA TARDE
- 47. PAISAGENS FLORESCENTES
- 48. COMEÇOU A MÃE DE TODAS AS BATALHAS
- 49. NÃO TIVE RELAÇÕES SEXUAIS COM ESSA MULHER... SENHORITA LEWINSKY
- 50. O EIXO DO MAL
- AGRADECIMENTOS
- BIBLIOGRAFIA